

Maria Joaquina Fernandes

CANAVIAIS

MEMÓRIAS E PATRIMÓNIO DE UM BAIRRO EBORENSE



Universidade Aberta

Lisboa

2008

Maria Joaquina Fernandes

CANAVIAIS

MEMÓRIAS E PATRIMÓNIO DE UM BAIRRO EBORENSE

Dissertação de Mestrado em Estudos do Património sob
orientação da Professora Doutora Maria Isabel João

Universidade Aberta

Lisboa

2008

AGRADECIMENTOS

Sendo a história das localidades um campo de estudo privilegiado para os investigadores que se iniciam nestas lides, nem sempre é fácil fazer-se a descolagem dos centros urbanos mais importantes e dos temas mais tradicionais a ela associados. Pela sugestão do campo de investigação (que nos induziu à selecção do tema), orientação científica, disponibilidade e apoio prestados ao longo da construção deste estudo, o nosso agradecimento à Professora Doutora Maria Isabel João.

O espírito de amizade e camaradagem que se gerou entre os colegas do primeiro Curso de Mestrado em Estudos do Património, da Universidade Aberta, revelou-se, também, um incentivo para a concretização deste trabalho.

Um agradecimento sentido, igualmente, para o grupo de populares do bairro que entrevistámos que, sempre com simpatia e grande disponibilidade, nos forneceu elementos importantes para o desenvolvimento deste estudo.

A colaboração, o apoio e, também, a crítica, dos familiares mais próximos, foram indubitavelmente um grande contributo para a concretização deste projecto. O nosso obrigado a todos os que, com grande paciência, nos ajudaram, não esquecendo o apoio daqueles que já não assistiram à conclusão deste estudo, mas que para ele contribuíram de forma indelével.

Capa: Convento do Espinheiro, Canaviais; autor e proprietário: M^a Joaquina Fernandes, 2007.

RESUMO

O presente trabalho insere-se no âmbito da história local, privilegiando as temáticas da memória colectiva e do património. Como objecto de estudo foi seleccionado o bairro dos Canaviais, situado na zona norte da cidade de Évora, no período balizado entre os anos de 1900 e 1950. Neste espaço de tempo, traçou-se a evolução sócio/económico/cultural da comunidade rural que o criou e fez-se o registo das memórias mais significativas do grupo, associadas às instituições criadas no bairro: a Sociedade Operária de Instrução e Recreio «Educação do Povo», a Casa do Povo e o Albergue Distrital de Mendicidade. Paralelamente, tratou-se o património edificado fazendo o levantamento do mesmo, acompanhado de um breve historial e de algumas sugestões que possam contribuir para a sua defesa e preservação.

Palavras associadas: património, memória colectiva, história local, bairro

ABSTRACT

The present work concerns the local history with a special focus on the people's identity and heritage.

The object of this study is “Bairro dos Canaviais” situated in the North neighbourhood of Évora between 1900 and 1950. In this period we describe the social, economical and cultural evolution of the rural community from whom it has arisen and we register the most significant memories of the group associated with the institutions born in the district: the Working Society of Education and Recreation “Educação do Povo”, the “Casa do Povo” and the Beggary Asylum of the District. We also identified the built heritage with a short historical description and some suggestions in order to help with its protection and preservation.

Key words: heritage, people's identity, local history, district

ÍNDICE

ÍNDICE DE QUADROS.....	IV
ÍNDICE DE FIGURAS.....	V
LISTA DE ABREVIATURAS.....	VI
INTRODUÇÃO.....	1
a) Fundamentação teórica e conceitos.....	8
1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO: o crescimento da cidade de Évora no início do século XX e o desenvolvimento de zonas urbanas extra-muros.....	19
2. O BAIRRO	33
2.1. Localização.....	33
2.2. Caracterização do espaço	39
2.3. Caracterização da população.....	62
2.4. Caminhos e estradas principais.....	74
2.5. Espaços de sociabilidade.....	88
2.5.1 A Sociedade Operária de Instrução e Recreio”Educação do Povo” e a Casa do Povo.....	88
2.5.2 Escolas.....	117
2.5.3 Festas e romarias.....	123
2.5.4 Albergue Distrital de Mendicidade de Évora.....	135
2.6. Património histórico: monumentos megalíticos, presença romana, cruzeiros, capelas e convento.....	148
2.6.1. Monumentos megalíticos.....	149
2.6.2. Presença romana.....	151
2.6.3. Cruzeiros.....	154
2.6.4. Ermida de N ^a Sr ^a da Piedade e capela de N ^a Sr ^a do Livramento	155
2.6.5. Convento do Espinheiro.....	157
3. APONTAMENTOS SOBRE A TOPONÍMIA.....	163
CONCLUSÃO.....	170
BIBLIOGRAFIA.....	185
ANEXOS.....	201

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro I – População residente nas freguesias urbanas nos recenseamentos de 1900 a 1970.....	26
Quadro II – Número de fogos existentes (por freguesia).....	26
Quadro III – Evolução da cidade de Évora extra-muros.....	31
Quadro IV – Caracterização das quintas.....	56
Quadro V – Caracterização das propriedades de menores dimensões.....	58
Quadro VI – População residente – 1911, 1940, 1960.....	63
Quadro VII – Moradores – naturalidade.....	69
Quadro VIII – Número de filhos por casal – distrito de Évora (1940).....	70
Quadro IX – População do concelho de Évora de acordo com a Naturalidade	72
Quadro X – Topónimos referentes a vias de comunicação	78
Quadro XI – Federação das casas do povo do distrito de Évora.....	108
Quadro XII – Albergue distrital de mendicidade – actividade.....	146
Quadro XIII – Valor das rendas.....	205
Quadro XIV – Propriedades identificadas na área do bairro dos Canaviais.....	207

ÍNDICE DE MAPAS E FIGURAS

Fig. 1 – Freguesias do concelho de Évora.....	35
Fig. 2 – Concelho de Évora – principais vias.....	36
Fig. 3 – Aglomerado urbano ao longo dos caminhos municipais nº 1087 e nº 1088.....	37
Fig. 4 – Esquema das construções mais antigas do bairro.....	41
Fig. 5 – Caminhos e estradas principais.....	75
Fig. 6 – Caminhos e veredas.....	84
Fig. 7 – Estatutos da SOIREP.....	89
Fig. 8 – Edifício da Casa do Povo de Évora, aos Canaviais (década de 40).....	92
Fig. 9 – Estandarte original da SOIREP.....	93
Fig. 10 – Salão de Festas da Casa do Povo de Évora.....	95
Fig. 11 – Festividades organizadas pela SOIREP, em 1925.....	98
Fig. 12 – Edifício da Associação Casa do Povo de Canaviais.....	100
Fig. 13 – Estatutos da Casa do Povo de Évora.....	106
Fig. 14 – Estandarte da Casa do Povo de Évora.....	109
Fig. 15 – Baile da Pinha.....	127
Fig. 16 – Actuação das Brincas.....	131
Fig. 17 – Actuação das Brincas.....	132
Fig. 18 – Actuação das Brincas.....	133
Fig. 19 – Albergue Distrital, Centro de Trabalho – entrada.....	139
Fig. 20 – Albergue Distrital, Centro de Trabalho – edifício principal.....	140
Fig. 21 – Albergue Distrital, Centro de Trabalho – escritórios, oficinas.....	141
Fig. 22 – Albergue Distrital – Centro de Recuperação de Menores.....	143
Fig. 23 – Anta I da herdade do Paço da Vinha.....	150
Fig. 24 – Anta II da herdade do Paço da Vinha.....	150
Fig. 25 e 26 – Herdade do Paço de Entre Vinhas – limite da malha cadastral.....	151
Fig. 27 e 28 – Vestígios de possível engenho hidráulico – herdade da Pachola...	153
Fig. 29 e 30 – Aspecto exterior da capela do monte da herdade da Pachola.....	154
Fig. 31 – Cruzeiro da ermida de Nossa Senhora da Piedade.....	155

Fig. 32 e 33 – Convento do Espinheiro.....	157
Fig. 34 – Convento do Espinheiro – cobertura de meio canhão da nave	159
Fig. 35 – Capela tumular de Garcia de Resende.....	159

LISTA DE ABREVIATURAS

AACPC - Arquivo da Associação Casa do Povo de Canaviais

ADE – Arquivo Distrital de Évora

AFCME – Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora

BACME – Biblioteca e Arquivo da Câmara Municipal de Évora

BPE – Biblioteca Pública de Évora

INTP – Instituto Nacional do Trabalho e Previdência

SOIREP – Sociedade Operária de Instrução e Recreio “A Educação do Povo”

INTT – Instituto Nacional da Torre do Tombo

“A quatro quilómetros proximamente a noroeste de Évora, numa branda elevação de terreno, fica situado o edifício que foi mosteiro de Nossa Senhora do Espinheiro. O sítio é ameno e saudável, na zona das quintas que é a grande facha arborizada dos arredores de Évora, o aro da cidade onde a propriedade está mais dividida e mais densa a população rural. De um lado o verde-escuro do montado de azinho, do outro o verde – cinzento dos olivais matizados pelo mais alegre das vinhas, animado pelo alvejar dos casais. Entre os arvoredos, realçando, a coroar uma ondulação do terreno granítico, o edifício branco, vasto, do histórico mosteiro.”

Gabriel Pereira, *Estudos Eborenses*, Évora, Edições Nazareth, 1948, p. 15.

INTRODUÇÃO

A cidade de Évora, pela sua riqueza artística e patrimonial, tem dado origem, ao longo dos tempos, a variadíssimas publicações, resultantes de estudos efectuados por especialistas oriundos de áreas bastante diversificadas. Nos últimos anos, também os arredores da cidade despertaram o interesse dos investigadores, diversificando-se as temáticas e alargando-se o campo da investigação. Assim, no âmbito da História e do Património, surgiram estudos sobre os conventos do termo da cidade, nomeadamente sobre os conventos do Espinheiro e de S. Bento de Cástris, sobre o Aqueduto da Água de Prata, sobre o Sistema Viário da Região de Évora, só para citar alguns. Na diversidade das temáticas abordadas foram publicados trabalhos noutras áreas (Sociologia, Demografia, Antropologia), de grande interesse para um conhecimento mais alargado da especificidade da cidade de Évora.

Uma cidade que cresceu, naturalmente, para fora da sua muralha, nas primeiras décadas do século XX, altura em que começou a delinear-se uma nova geografia do espaço em que está implantada. A estrutura da nova geografia da cidade deu origem a vários bairros, localizados ao seu redor, onde destacamos o bairro dos Canaviais. O estudo destes bairros, associado ao crescimento urbano extra-muros da cidade, é um tema a que os investigadores da área da história ainda não dedicaram a sua atenção. Deste modo, ao mesmo tempo que constitui uma lacuna no conhecimento da evolução e crescimento da cidade de Évora, assume características de originalidade, em virtude de não conhecermos outros trabalhos, no âmbito da história local, sobre esta temática. A escolha do bairro dos Canaviais como objecto do nosso estudo, enquadra-se numa tentativa de preenchimento desta lacuna, pretendendo ser apenas um contributo para o conhecimento mais alargado de uma cidade que, há muito, deixou de viver limitada pela cerca de muralhas. Paralelamente, a selecção deste bairro como tema para dissertação, prendeu-se com outros factores: a época do seu aparecimento, as instituições que originou, a oportunidade de registar testemunhos da história recente, a possibilidade de estudar acontecimentos da história local enquadrando-os e contextualizando-os na história nacional e internacional, e os laços afectivos que nos ligam aos espaços do bairro e à sua população, em virtude de ali termos nascido e crescido.

O desenvolvimento de um estudo desta natureza para dissertação, no âmbito do Mestrado em Estudos do Património, implica que o tratamento do tema seleccionado aborde problemáticas localizadas no domínio desta área, ao mesmo tempo que contribui para que se processe algum avanço no conhecimento científico. Ao seleccionarmos, como objecto de estudo, um dos mais antigos bairros da periferia da cidade de Évora, designado por Canaviais, situado a cerca de cinco quilómetros do centro histórico, enveredamos, em termos cronológicos, pelo campo da história recente (1900- 1950). Num segundo plano de abordagem, pela especificidade do tema que acabámos de nomear, penetramos no domínio da história local. Determinado o objecto de estudo, a abordagem realizada tem de considerar a área em que o mesmo se insere, de modo a problematizar questões referentes à história local, associadas à sua vertente patrimonial. Este trabalho integra uma parte importante de levantamento e registo de testemunhos de habitantes do bairro, os arquivos da história oral, sem os quais não seria possível o conhecimento de vivências e de acontecimentos ligados à comunidade. Deste modo, chegamos ao título seleccionado para este estudo: **Canaviais, memórias e património de um bairro eborense**. A concretização do estudo não tem a pretensão de afirmar que esta comunidade é única na sua singularidade, e que as vivências que descrevemos não podem identificar-se com nenhuma outras. Pelo contrário, pensamos que apesar das singularidades, há grandes hipóteses de que as comunidades vizinhas de outras zonas da cidade de Évora, suas contemporâneas, se identifiquem com muitas das descrições que são realizadas.

Determinado como objecto de estudo o bairro dos Canaviais, passamos ao desenvolvimento da investigação. Decidimos focalizar o início do nosso estudo nos primórdios do bairro, começando a investigação arquivística nos últimos anos do século XIX e levando-a até 1950, altura em que estão em pleno funcionamento as estruturas mais significativas do bairro. Inicialmente, tínhamos apontado um período menos extenso, mas à medida que a investigação avançou, percebemos ser necessário alargar cronologicamente o campo de investigação, senão, deixaríamos de fora deste estudo instituições que o individualizam – a Casa do Povo e o Albergue Distrital de Mendicidade. Então, cronologicamente, a investigação desenvolvida abarca a primeira metade do século XX – 1900-1950.

Outra questão, que importa clarificar, prende-se com a terminologia científica do discurso escrito, optando por inserir na *Introdução* um subcapítulo onde tentamos esclarecer esta matéria. Por outro lado, para facilitar a leitura sempre que o discurso o permite, apresentamos esquemas ou quadros que sintetizem e, ao mesmo tempo, clarifiquem a nossa exposição.

Depois de genericamente delimitado o estudo que nos propusemos realizar, cronológica e geograficamente, iniciámos a nossa investigação recorrendo aos arquivos e bibliotecas que nos pareceram possuir a documentação essencial para se proceder a tal tarefa: o Arquivo Distrital de Évora, a Biblioteca Pública de Évora, a Biblioteca e Arquivo da Câmara Municipal de Évora, o Arquivo Fotográfico, o Arquivo do Instituto Nacional de Estatística e o Arquivo da Associação Casa do Povo de Canaviais. Desde logo, pesquisámos os cartórios notariais em funcionamento na cidade de Évora, nos finais do século XIX, primeiras décadas do século XX. Em 1900, vários tabeliães com algum volume de registos tinham cartório aberto na cidade, destacando-se o escritório da família Pinto Basto com um movimento mais significativo. Deste modo, o levantamento abrangeu os tabeliães em exercício na cidade, nesse período, que passamos a enumerar: Francisco Joaquim Rodrigues e Silva, Joaquim Maria Pinto, José Domingos Mariano, Henrique de Sousa Grade Calado, Martinho Pedro Pinto Basto, Armando Cavaleiro Pinto Basto e Augusto de Jesus Gomes Leal.

Na investigação efectuada no Arquivo Distrital de Évora, analisámos escrituras referentes a compras e vendas, arrendamentos e alguns testamentos, no período compreendido entre 1880 e 1940, que nos serviram como amostragem. Pretendíamos, inicialmente, começar esta tarefa pelos primeiros anos do século XX, mas a escassez de material sobre propriedades localizadas na área delimitada levou-nos a recuar alguns anos no século XIX. Este factor prendeu-se, também, com o receio que tínhamos de não conseguir localizar documentação que respondesse à questão de quando é que surgiram as primeiras casas do núcleo urbano. Com o levantamento documental concluído, que abarcou cerca de sessenta anos, optámos por considerar todos os registos, por concluirmos que os mesmos possuíam elementos determinantes para complementar a caracterização que pretendíamos realizar.

Nos registos investigados, detectámos cerca de cento e noventa e cinco (195) documentos que identificámos com propriedades que pertencem ao bairro ou à sua zona limítrofe, correspondendo a setenta e três (73) quintas, setenta e dois quartéis (72), trinta e seis courelas (36), dez (10) ferragiais, duas (2) quintinhas, uma (1) tapada, uma (1) tapadinha e um (1) bocado de terra, de acordo com os termos da própria documentação. Estas propriedades inserem-se num perímetro que envolve, na actualidade, cerca de 1 956 hectares, correspondentes à área da actual freguesia de Canaviais. O espaço delimitado na nossa pesquisa, para o início do século XX, abarca sensivelmente a mesma área, pois foi esta que nos serviu de orientação para podermos identificar as propriedades objecto de estudo.

Como método de recolha de dados no Arquivo Distrital de Évora, optámos pela utilização de uma grelha à qual atribuímos uma dupla funcionalidade: preenchimento e consulta simples (que permita uma análise horizontal objectiva, sintética e rigorosa e uma organização vertical, alfabética, de modo a possibilitar um fácil acesso aos dados recolhidos). A partir do levantamento temos os elementos que nos parecem fundamentais para a caracterização do espaço rural do bairro. Os campos que criámos, nessa grelha, resultado da leitura dos primeiros registos, são aqueles que nos parecem responder ao objectivo a que nos propomos. A informação recolhida contempla uma parte significativa da área rural do bairro, não respeitando, todavia, a sua totalidade. Esta situação prende-se com o simples facto de, durante o período estudado, não se processar nenhuma movimentação na posse de algumas propriedades, que assim se mantiveram na mesma família durante largos períodos. Pensamos, apesar de tudo, que a informação recolhida é suficiente para caracterizar, de forma muito aproximada, a realidade deste núcleo no período delimitado.

A grelha de análise permite conhecer e registar os nomes das propriedades e respectiva localização, as confrontações (que nos possibilitam fazer uma localização mais precisa e, ao mesmo tempo, nos transmitem o conhecimento de caminhos, azinhas e cursos de água), a descrição das propriedades (onde surgem dados sobre o tipo de propriedades, sua composição e obrigações). Registamos, também, informação relativa aos proprietários, nomeadamente os seus nomes, profissões e moradas. Quando se trata de registos de arrendamentos, é possível obter dados sobre os rendeiros e sobre

todos os direitos e obrigações contratados. Apontamos, ainda, a data de realização das escrituras, o cartório onde foram efectuadas e todos os elementos que nos parecem essenciais para identificação da fonte (consultar *Anexo* – Arquivo Distrital de Évora – Registos Notariais).

Ao caracterizarmos o espaço, obtivemos elementos que nos permitiram conhecer parte da população – os proprietários rurais e os rendeiros. Contudo, o conhecimento obtido a partir da fonte utilizada para caracterizar o espaço mostrou-se insuficiente por excluir uma fatia considerável da população, constituída, essencialmente, por assalariados. Inquestionáveis quanto ao seu valor, enquanto levantamento demográfico, os *Recenseamentos Gerais da População* pareceram poder completar a informação pretendida. O bairro dos Canaviais pertenceu, até 1985, à freguesia da Sé, que dominava uma parte urbana da cidade de Évora e uma área rural muito extensa. Os dados apresentados pelo Instituto Nacional de Estatística, para grande parte dos anos, são totais, isto é, referem-se à globalidade da freguesia, não sendo possível, daí, retirar quaisquer elementos demográficos relativos apenas a uma pequena secção, como era esta zona da cidade. Encontramos justificação para tal facto, por estarmos a tratar de uma época em que o povoamento da zona se caracterizava por ser bastante disperso¹, apresentando-se, nestes casos, os totais referentes à freguesia.

Juntando à informação proveniente dos recenseamentos e dos registos de propriedade a análise de uma amostragem, relativa a registos paroquiais da freguesia da Sé, obtivemos mais alguns dados que nos permitiram alargar o conhecimento sobre a população residente. Tornou-se necessário, paralelamente, recorrer à bibliografia publicada sobre esta matéria, com o objectivo de alargar cronologicamente a análise dando-nos a perspectiva da população por volta dos anos 50, do século XX. Respondendo a este objectivo utilizámos como fontes privilegiadas os *Recenseamentos Gerais da População* e os *Anuários Estatísticos*.

Continuando no campo das fontes consultadas, importa ressaltar a informação obtida a partir da imprensa local. Aqui, seleccionámos o diário *Notícias d'Évora*², cuja

¹ Cf. Maria Domingas Simplício, *Evolução e morfologia do espaço urbano de Évora*, Évora, Universidade de Évora, 1997, (tese de doutoramento policopiada), p. 34.

² O jornal *Notícias d'Évora*, órgão do partido Progressista, foi fundado em 8 de Setembro de 1900, pelos Srs. Dr. Francisco Eduardo Barahona e Cónego Alfredo César de Oliveira. A partir de 1907 mudou, por

publicação se manteve, ininterruptamente, durante os anos que definimos como balizas cronológicas, suporte importante, entre outros, para o desenvolvimento do capítulo designado Espaços de Sociabilidade. A documentação existente no arquivo da Associação Casa do Povo de Canaviais, embora escassa, revelou-se pertinente para fundamentar aspectos relacionados com as duas instituições: Sociedade Operária e Casa do Povo. Outra fonte que consideramos fundamental neste estudo, é o *Relatório dos Cinco Anos de Actividade do Albergue Distrital de Mendicidade*, localizado na Biblioteca Nacional. Sem ele teria sido impossível fundamentar a análise, em virtude de, apesar dos esforços desenvolvidos, não termos conseguido localizar o arquivo desta instituição. De entre as fontes, falta referir o recurso aos testemunhos orais, usados neste trabalho com cuidado e com a tentativa de distanciamento para os quais Jacques Le Goff e outros especialistas alertam. O recurso à história oral tornou-se obrigatório por vários motivos: a inexistência de estudos sobre esta temática, a fraca documentação escrita existente, a proximidade temporal e, também, a importância intrínseca de registar os testemunhos dos cidadãos que vivenciaram, alguns no papel de protagonistas, os assuntos retratados. Os entrevistados foram seleccionados respondendo, essencialmente, a dois critérios: um, a idade do entrevistado, outro, ter alguma ligação com as instituições criadas no bairro (a Sociedade Operária e a Casa do Povo), de modo a recolher testemunhos directos.

Todo este trabalho, realizado com base na investigação efectuada a partir dos registos notariais, registos paroquiais, recenseamentos gerais da população, testemunhos orais e imprensa local, leva-nos a organizar a exposição em três grandes capítulos. O primeiro, por necessidade de enquadrar o tema espacial e cronologicamente, designa-se *Enquadramento histórico: o crescimento da cidade de Évora no início do século XX e o desenvolvimento de zonas urbanas extra-muros*. Neste capítulo, como já referimos, procedemos ao enquadramento do tema na história local, tentando relacionar o surgimento do bairro dos Canaviais com as necessidades de crescimento urbanístico da cidade de Évora, nas primeiras décadas do século XX, e com o aparecimento de outros bairros periféricos da cidade.

vezes, de proprietário e de ideologia. Carlos Pinto Pedroso dirigiu-o até 1935, desde aí, até pelo menos 1976, passou para a responsabilidade de seu genro, Joaquim dos Santos Reis. Cf. Gil do Monte, *O jornalismo Eborense (1846-1976)*, 2ª ed., Évora, Gráfica Eborense, 1978.

No segundo capítulo, *O bairro*, desenvolvemos quase toda a problemática em torno das memórias e do património deste bairro. Desta maneira, encontra-se organizado em sete subcapítulos que nos pareceram fundamentais para que o leitor fique a conhecer as vivências e as características desta comunidade, no período delimitado. Começamos pela *Localização*, onde pretendemos delimitar o espaço onde se desenvolveu o bairro. Seguidamente, procedemos à *Caracterização do espaço*, distinguindo o espaço urbano do rural, procedendo ao levantamento dos vários tipos de propriedades, às infra-estruturas existentes nas mesmas, principais produções, formas de arrendamento, obrigações, entre outros assuntos. Pareceu-nos imprescindível, igualmente, conhecer a comunidade que vivia nesta zona, tentando perceber qual a sua origem e como era constituída, tarefa que é realizada no terceiro ponto deste capítulo, *Caracterização da população*. Fruto de conversas efectuadas com populares, da pesquisa realizada e das próprias circunstâncias da geografia das primeiras casas, decidimos, pela sua importância, abrir um quarto subcapítulo para tratar *Caminhos e estradas principais*. Com este assunto encerramos a questão da localização e caracterização do espaço e da população.

Entramos, então, nas memórias socioculturais da comunidade, subcapítulo que designámos por *Espaços de sociabilidade*. Usámos aqui um título mais generalista, com o objectivo de nele conseguirmos englobar as questões relacionadas com a Sociedade Operária de Instrução e Recreio «Educação do Povo», com a Casa do Povo, com as escolas, com as festas e romarias e com o Albergue Distrital de Mendicidade, mais concretamente o seu Centro de Trabalho, instalado nas quintas Nova da Bandeira e da Atafona. Sintetizando, incluímos neste grupo todos os espaços onde a população interagiu em grupo, quer se tratasse de momentos de lazer, quer obrigações relacionadas com o ensino ou mesmo com a satisfação de necessidades básicas. Finalmente, no *Património Histórico*, fazemos o levantamento dos valores patrimoniais da freguesia que conseguimos identificar, tentando despertar o interesse da população e apelar aos organismos públicos para a defesa e preservação dos mesmos.

No terceiro e último capítulo, *Apontamentos sobre a Toponímia*, fazemos a recolha dos topónimos mais característicos identificados neste espaço, agrupando-os em grandes temáticas e tentando encontrar algumas justificações para a sua utilização. A

toponímia desempenha, também, um papel importante na memória colectiva e no património de uma comunidade.

Por último, uma nota para justificar a inclusão, no final, de Anexos. A variedade e a riqueza da documentação utilizada levaram-nos a fazer inúmeras referências em pé-de-página e a justificar algumas afirmações baseando-nos no levantamento efectuado. Serve essa documentação para fundamentar as afirmações que realizamos e, também, para facilitar o conhecimento de outros que queiram desenvolver estudos neste campo.

Relativamente às Fontes e à Bibliografia consultadas, nem sempre encontramos facilidades, nomeadamente no que concerne à documentação relativa ao Albergue Distrital. Por ser documentação recente, não se encontra no Arquivo Distrital, a tutela (Governo Civil) diz não a possuir, a Polícia de Segurança Pública alega não contar nos seus arquivos com nenhuma documentação respeitante a este organismo, tendo sido a própria a gerir directamente a instituição. O que será feito dos arquivos do Albergue? Estarão nas mãos de particulares, terão sido destruídos por incúria ou desconhecimento? Ou encontrar-se-ão ainda em alguma arrecadação, à espera que alguém os traga à luz do dia? Esta situação, felizmente, não se repetiu noutros locais, tendo a título de exemplo, e como agradecimento público, a Direcção da Casa do Povo de Canaviais posto à nossa disposição o arquivo e instalações da mesma, durante o tempo que fosse necessário.

a) **Fundamentação teórica e conceitos**

Com o objectivo de fundamentar com rigor este estudo, parece-nos importante explicar as opções seguidas e clarificar os conceitos essenciais. Respondendo a este objectivo, os conceitos / palavras – chave que identificámos, e que nos parecem fundamentais para a articulação da construção teórica, são os que apresentamos na listagem que se segue. Nesta lista incluímos os conceitos de património, memória colectiva, história oral, história local, história urbana, bairro, espaço urbano / rural.

Decidimos iniciar as explicitações pelos conceitos de património e de memória colectiva por serem os conceitos-chave deste trabalho. São protagonistas deste estudo na sua acepção mais abrangente, importantes domínios de trabalho, na actualidade, por

parte de investigadores provenientes de diferentes áreas do saber. Seguem-se os conceitos que reportam a quadros mais alargados de significação, que fazem depender do valor que lhes é atribuído o emprego de outros vocábulos. Entram nesta discussão história oral, local e urbana, conceitos de utilização recente por parte da historiografia. Por último, abordamos os conceitos de significação menos abrangente, e /ou que nos parece não suscitarem grandes polémicas em torno da sua utilização.

Num estudo desta natureza, as questões conceptuais ligadas ao património, têm de ser entendidas de uma forma abrangente, adoptando-se a ideia defendida por Dominique Audrerie³ quando afirma que o património, como herança cultural colectiva do passado, liga e relaciona os seres humanos de ontem com os homens e mulheres do presente, em benefício da sua riqueza cultural e do seu sentido de identidade. Se o direito das gerações que recebem a herança é desfrutar plenamente dos seus valores, o dever que adquirem é passá-la nas melhores condições às gerações vindouras.

Também Françoise Choay, em publicação anterior a Audrerie, usara o conceito de uma forma objectiva e abrangente afirmando que património é um “(...) fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objectos que congregam a sua pertença comum ao passado: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos⁴”.

Qualquer uma das autoras emprega o conceito de património associado a comunidade, em virtude de a tomada de consciência do património colectivo ter transferido o património da família para a nação e, desta, para a própria Humanidade, com a intervenção da UNESCO – noção de bem comum, testemunha física da sua história e representação da sua identidade. O património aparece como um bem recebido e a transmitir, cuja propriedade não é exclusiva duma pessoa ou família, mas expressão de sentimentos e percepções colectivas da história de uma comunidade ou de um grupo social. Materializa, de algum modo, um passado a salvaguardar para o presente e para o futuro⁵. Deste modo, quando falamos em patrimonialização, estamos a referir-nos ao processo de reconhecimento de construção e de apropriação por uma

³ Cf. Dominique Audrerie, *Questions sur le Patrimoine*, Bordeaux, Éditions Confluences, 2003.

⁴ Françoise Choay, *A Alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70, 2000, p. 11.

⁵ Cf. Dominique Audrerie *op. cit.*, p.12.

comunidade viva dos seus bens culturais, sejam eles as tradições, as memórias ou os objectos materiais expressivos da sua história comum.

“Désignant à l’origine des biens matériels venus de la famille et suivant les liens du sang, le patrimoine va devenir ce qui appartient réellement ou symboliquement à une collectivité toujours élargie parce que fondée sur d’autres éléments que la filiation par le sang⁶.”

Quando criamos um capítulo intitulado Património histórico, por uma questão de organização do nosso estudo, referenciamos o património edificado, incluindo nele os monumentos e os monumentos históricos, de acordo com Choay:

“ (...) o monumento é uma criação deliberada (*gewolte*), cujo destino foi assumido *a priori* e à primeira tentativa, ao passo que o monumento histórico não é desejado inicialmente (*ungewolte*) e criado enquanto tal. Este último é constituído *a posteriori* pelos olhares convergentes do historiador e do amador, que o seleccionam de entre a massa dos edifícios existentes e de que os monumentos representam apenas uma pequena parte⁷.”

No entanto, como referimos na página anterior, ao longo do trabalho, desenvolvemos o conceito de património em sentido lato, integrando nele o património tangível (os monumentos históricos, os monumentos, os bens materiais da comunidade, nomeadamente os edifícios com significado para a comunidade, e os utensílios materiais que testemunham uma época) e o património intangível (as tradições, as festas, os testemunhos – arquivos orais - fundamentais para a construção da história da comunidade).

“Le patrimoine est le produit d’un travail de la mémoire qui, au fil du temps et selon des critères très variables, va sélectionner certains éléments hérités du passé pour les ranger dans la catégorie des objets patrimoniaux⁸.”

Deste modo, e porque os conceitos não podem dissociar-se, entramos no campo da memória colectiva que, de acordo com Nora, “(...) é a recordação ou o conjunto de recordações, conscientes ou não, de uma experiência vivida e/ou mitificada, por uma

⁶ Nicole Rodine, «Des usages du mot» in *L’Alchimie du Patrimoine – discours et politiques*, dir. d’Yvon Lamy, Talence, Editions de la Maison des Sciences de l’Homme d’Aquitaine, 1996, pp. 43-44.

⁷ Françoise Choay, *op. cit.*, p. 22.

⁸ Joël Candau, *Anthropologie de la Mémoire*, Paris, Presses Universitaires de France, 1998, p. 91.

colectividade viva de cuja identidade faz parte integrante o sentimento do passado⁹.” Reforçando esta ideia, Maria Isabel João refere a propósito do conceito de memória colectiva:

“A memória colectiva engloba o conjunto de referências, valores e saberes, do foro intelectual ou prático, que um determinado grupo social possui em comum e de representações que partilha sobre si e sua trajectória. A memória reporta-se às heranças culturais e ao passado, mas este é representado em função dos interesses e valores do presente e das aspirações em relação ao futuro.

(...) Pode tratar-se do passado directamente vivido pelos indivíduos, que são capazes de recordar, ou daquele que pertence à história do grupo e é reconstituído e contado ao longo das gerações¹⁰.”

Ainda, de acordo com a mesma autora, a partilha das lembranças entre os indivíduos fornece as bases para o reconhecimento mútuo e para a identificação colectiva, no sentido em que os “grupos também precisam de possuir um conjunto de recordações e de referências comuns para se identificarem como colectividade¹¹.” Josefina Bustillo alerta os estudiosos da memória quanto aos objectivos que deve perseguir um trabalho desta natureza, de modo a não incorrer nos velhos erros da história positivista¹². Também Maria Isabel João refere esta questão, afirmando que é necessária ao investigador “uma vigilância suplementar para não se deixar envolver e manter o discernimento e o espírito crítico necessários para produzir as interpretações adequadas e fundamentar as suas análises. Não se trata de tomar partido nem de julgar, mas de interpretar o sentido, de descodificar o significado das representações, de compreender e de explicar para tornar inteligíveis os conteúdos das memórias colectivas¹³.”

⁹ Pierre Nora, «Memória Colectiva» in *A Nova História*, dirigida por Jacques Le Goff e outros, Coimbra, Almedina, s.d, p. 451.

¹⁰ Maria Isabel João, «Memória, História e Educação» in *Noroeste. Revista de História*, nº 1, Universidade do Minho, 2005, p. 92.

¹¹ *Ibidem*, p. 89.

¹² Josefina Cuesta Bustillo, «Memoria e Historia» apud Juan Sánchez González, Sobre la memoria. El pasado presente en los medios de comunicación, *Revista Electrónica «Historia Actual on -line»*, Ano II, nº 4, Primavera 2004, p.2. www.hapress.com/prn.php?tp=48.

¹³ Maria Isabel João, «Memória e História: os problemas e o método» in Maria Beatriz Rocha-Trindade e Maria Christina Siqueira de Souza Campos (organizadoras), *História, memória e Imagens nas Migrações: Abordagens metodológicas*, Lisboa, Celta, 2005, pp. 7-8.

A memória é a base da identidade, sendo os lugares de memória estruturas indutoras de lembrança. Por isso, o discurso patrimonial assenta frequentemente num apelo à sobrevivência de uma identidade local, regional ou nacional¹⁴.

“(…) un lieu de mémoire est une «unité significative», d’ordre matériel ou idéal, dont la volonté des hommes ou le travail du temps a fait un élément symbolique d’une quelconque communauté¹⁵.”

A memória do grupo é um elemento essencial da sua identidade, sendo, ao mesmo tempo, um instrumento e um objectivo de poder: “(…) as comunidades locais construídas através da acção colectiva e preservadas pela memória colectiva, constituem fontes específicas de identidade¹⁶.” A memória perdura enquanto os grupos manifestarem interesse em conservá-la, devendo, para esse efeito, transformar os testemunhos orais em registos escritos, atribuindo significado aos espaços e factos locais, transmitindo os acontecimentos / transformações que contribuíram de forma significativa e inequívoca para a construção da identidade da comunidade, sendo que, no presente caso, essa comunidade equivale ao bairro.

As zonas rurais e os bairros limítrofes da cidade de Évora não têm sido um objecto de estudo tão apelativo para os historiadores como o centro histórico. A razão disso prende-se com a riqueza patrimonial e histórica do centro da cidade e com o facto de a história urbana ser um domínio ainda em desenvolvimento por parte dos investigadores. Contudo, a cidade é rodeada por cerca de 30 bairros extra-muros, cada um com as suas características, que importa começar a conhecer de forma mais aprofundada. A história urbana eborense ficará mais completa se dela começarem a constar estudos, realizados no âmbito da história local, que não se limitem ao seu núcleo mais antigo, nem aos temas tradicionalmente abordados.

O crescente interesse pela história das cidades por parte de particulares e das próprias autarquias, o aumento das actividades de investigação e um maior número de publicações nesta área são factores reveladores da evolução dos estudos sobre história urbana. Neste domínio, inserem-se as obras sobre cidades, de autoria de historiadores

¹⁴ Cf. Joël Candau, *op. cit.*, Paris, Presses Universitaires de France, p. 119.

¹⁵ Pierre Nora, *op. cit.* apud Joël Candau, *Anthropologie de la Mémoire*, Paris, Presses Universitaires de France, pp. 114-115.

¹⁶ Manuel CASTELS, «O poder da identidade» in *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, volume II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p. 79.

locais, algumas das quais patrocinadas pelas Câmaras Municipais. José Matoso e Oliveira Marques, historiadores de referência nacional, têm, também, dedicado alguns dos seus estudos à problemática das cidades¹⁷. Ângela Beirante consagrou o seu trabalho a cidades como Évora e Santarém, Bernardo Vasconcelos e Sousa estudou a estrutura da propriedade das albergarias de Évora¹⁸.

Recorremos a Adelaide Costa que, na linha de outros autores, afirma que se deve abordar a realidade de forma integrada, constituindo-se a cidade “em objecto de análise definido e não em mero cenário que espacialmente delimita o desenrolar das mais díspares realidades. Tal pretende significar que não se adopta por tema a economia do burgo, os grupos sociais ou a estrutura municipal; é o próprio núcleo urbano a merecer uma interpretação integrada. (...) Actualmente para vários autores, é através da nuclearidade da pesquisa sobre o espaço que se torna exequível o objectivo de apreender globalmente uma comunidade¹⁹.”

A história local, tal como a história urbana (dado que ambas percorrem caminhos paralelos e se cruzam variadíssimas vezes), é um campo do estudo que tem sido explorado por investigadores locais e patrocinado pelas autarquias. Tal como referimos para a história urbana, também, aqui, se tem notado alguma evolução, em virtude de cada vez haver mais interesse, por parte dos estudiosos, em conhecer a história das localidades. Este interesse também está associado, nalguns casos, à necessidade de contextualizar e relacionar as interacções estabelecidas entre os vários âmbitos espaciais da história. Quanto mais estudos científicos se desenvolverem no domínio da história local, maior será o tratamento das fontes, o alargamento do campo de actuação, de

¹⁷ José Matoso, «Introdução à história urbana: a cidade e o poder» in *Cidade e História*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1992, pp. 9-20; A. H. de Oliveira Marques, «Introdução à história da cidade medieval portuguesa», «As cidades medievais portuguesas (Algumas bases metodológicas gerais)», in *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, pp. 13-67; A. H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves e Amélia Aguiar Andrade, *Atlas das Cidades Medievais Portuguesas*, Lisboa, INIC, 1990, Adelaide Pereira Millan da Costa, *Projeção espacial de domínios. Das relações de poder ao burgo portuense, (1385-1502)*, dissertação de doutoramento (texto policopiado), Lisboa, s.n., 1999.

¹⁸ Citamos, a título de exemplo, Maria Ângela Beirante, *Santarém Medieval*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1980 e *Évora na Idade Média*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1988; Bernardo Vasconcelos e Sousa, *A propriedade das Albergarias de Évora nos finais da Idade Média*, Lisboa, INIC, 1990.

¹⁹ Adelaide Costa, *op. cit.*, p. 21.

compreensão dos fenómenos e o contributo da história de âmbito mais restrito para a construção da história do país.

A história local deve, nesta acepção, fazer uso das abordagens multidisciplinares existentes, no sentido de que o concurso de todas elas será um importante contributo para o enriquecimento da historiografia. Entende-se por história local o estudo dos fenómenos relacionados com a acção dos indivíduos, dos grupos sociais e das comunidades, num quadro espacial delimitado, inferior ao plano nacional e mesmo regional.

O presente estudo, enquadrado no tempo e no espaço, pretende, paralelamente, ser um contributo para a compreensão de fenómenos da mesma natureza, que eclodiram noutras áreas geográficas. Os estudos desenvolvidos no âmbito local devem concorrer para alargar e fundamentar o conhecimento, em diferentes áreas da investigação histórica. Respondendo a este objectivo, têm surgido, recentemente, estudos realizados, nacional e internacionalmente, por investigadores oriundos de diferentes áreas do saber nomeadamente, geógrafos, sociólogos, arquitectos, economistas²⁰.

No sentido de perceber as dinâmicas da sociedade que deu origem ao bairro e aqui se instalou, fazendo uso da multidisciplinaridade, procedemos ao estudo dos processos de formação do bairro, de crescimento e transformação da sua população, bem como do estabelecimento das interacções sociais e das actividades que foram configurando as características e a identidade daquele lugar. Nas palavras de Manuel Castels:

“(…) as pessoas resistem ao processo de individualização e atomização, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença e, em

²⁰ Referimos, entre outros, Andres Brignardello, “*La memoria de los barrios*” - *Una experiencia de reconstrucción de historia local en Viña del Mar*. <http://arpa.ucv.cl/>; Manuel Carvalho Moniz, «Os subúrbios de Évora nos princípios do século XIX» in *Revista de Guimarães*, vol. 105, 1995, pp. 219-250; José Manuel Sobral, «Memória e identidades sociais – dados de um estudo de caso num espaço rural» in *Análise Social*, vol. XXX (131-132), 1995 (2º-3º), pp. 289-313; José da Silva Picão, *Através dos campos – usos e costumes agrícola-alentejanos*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1983; Teresa Fonseca, *Absolutismo e Municipalismo – Évora 1750-1820*, Lisboa, Edições Colibri, 2002; Maria Domingas V. M. Simplício, *Evolução e morfologia do espaço urbano de Évora*, Évora, Universidade de Évora, 1997; Filipe Themudo Barata e José Manuel de Mascarenhas, *Preservando a memória do território - O Parque Cultural da Tourega/Valverde*, Évora, Edição Centro de Estudos de Ecossistemas Mediterrânicos, 2002; Francisco Bilou, *O Sistema Viário Antigo na Região de Évora*, s.l., Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, 2004; Rui Santos, «Configurações Espaciais Agrárias no Baixo Alentejo (Mértola, segunda metade do século XVIII)» in *Revista de História Económica e Social*, nº 20, Maio-Agosto, 1987, pp. 1-43; Luís Espinha da Silveira, «Venda de bens nacionais, estrutura da propriedade e estrutura social na região de Évora na primeira metade do século XIX» in *Análise Social*, vol. XXVI (112-113), 1991 (3º-4º), pp. 585-612.

última análise, em muitos casos, uma identidade cultural, comunitária. Coloco a hipótese de que, para que isso aconteça, se torna necessário um processo de mobilização social, isto é, as pessoas precisam de participar em movimentos urbanos (...) pelos quais são definidos e defendidos interesses comuns, a vida é, de algum modo, compartilhada e um novo significado pode ser produzido²¹.”

Continuando no campo conceptual, ainda associado à história urbana, dado que o estudo realizado se prende com a evolução histórica de um bairro, pareceu-nos pertinente e adequada ao caso do bairro dos Canaviais, a aceção que lhe atribui José Pedro Machado²², como arrabalde, zona da cidade que está do lado de fora das muralhas. Contudo, porque o conceito de bairro não é tão restritivo na sua essência semântica, introduzimos o estudo de Kevin Lynch que, embora referente a cidades americanas, acrescenta:

“Os bairros são áreas citadinas relativamente grandes, em que o observador pode penetrar mentalmente, e que têm alguns aspectos comuns. Podem estar organizados, do ponto de vista interno e, ocasionalmente, podem servir de ponto de referência externo (...) As características físicas que determinam bairros são continuidades temáticas, que podem consistir em variantes de componentes inumeráveis: textura, espaço, forma, detalhe, símbolo, tipo de edifícios, costumes, actividades, habitantes, estado de conservação, topografia²³.”

Esta última ideia vem ajudar-nos a fundamentar a singularidade do aparecimento deste bairro espontâneo, nesta zona da cidade, a perceber como se processou historicamente a transformação social do grupo específico que o criou e as idiosincrasias da construção da sua identidade.

“As pessoas socializam-se e interagem no seu ambiente local, seja ele a vila, a cidade, o subúrbio, formando redes sociais entre os seus vizinhos²⁴.”

O bairro, a pouco e pouco, foi sofrendo alterações e crescendo, de modo a constituir um núcleo urbano, rodeado por um amplo espaço, nitidamente rural. O seu desenvolvimento revela algumas características interessantes, apontando-se, por exemplo, desde cedo (1921), a criação de uma sociedade constituída por trabalhadores

²¹ Manuel CASTELS, *op. cit.*, p. 73.

²² Cf. «Bairro» in José Pedro Machado, *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, Lisboa, Editorial Confluência, [1986].

²³ LYNCH, Kevin, *A Imagem da Cidade*, Lisboa, Edições 70, 2003, pp.78-79.

²⁴ Manuel Castels, *op. cit.*, p. 72.

rurais, que viria a ser transformada, durante o período do Estado Novo, em Casa do Povo. Perto desta, em período posterior, foi fundado o Albergue Distrital, para onde eram canalizados os mendigos e indigentes recolhidos no distrito. A primeira integra-se, de acordo com a definição de Luciano do Amaral²⁵, nas instituições de cooperação social essencialmente ligadas à previdência, à assistência médica, à instrução e ao fomento dos progressos locais. A ela estavam ligadas duas outras Casas do Povo, que funcionavam na sua dependência: a Casa do Povo da Graça do Divor e a Casa do Povo da Boa Fé. Quanto ao Albergue Distrital, instituição ligada às questões da mendicidade e da assistência social, surge sob a tutela do Ministério do Interior, dirigido por elementos oriundos da Polícia de Segurança Pública.

Associado ao conceito de bairro, surge a necessidade de proceder à distinção entre onde e quando começa o espaço urbano, sobrepondo-se ou convivendo com o espaço rural. Objectivamente, o conceito de urbano é, no imediato, associado ao que pertence à cidade, por oposição a rural (ou rústico) que é pertencente ou relativo à lavoura, ao campo²⁶. Associamos, aqui, a noção de propriedade urbana, como casas e tudo o que serve para morada ou recreio e é imóvel, distinta de propriedade rústica, onde se incluem os campos, hortas, quintas, pomares.

Conjuntamente, ou em associação a urbano, por vezes, aplicamos as noções de urbanismo e urbanização. Quanto ao primeiro, tornou-se obrigatória a sua aplicação por estudarmos a evolução histórica e dinâmicas sociais de um bairro em crescimento. Neste caso, adoptando a definição proveniente da sociologia, entendemos o urbanismo como “fenómeno demográfico de crescimento urbano, resultante da migração de grandes massas populacionais dos meios rurais para a cidade, por razões políticas, económicas, sociais, ambientais²⁷”.

No que concerne ao segundo, na mesma linha, para a época da fundação do bairro, adoptamos urbanização como a aglomeração ou concentração acentuada da população nos centros urbanos, geralmente com proporcional diminuição da população rural,

²⁵ Cf. Luciano do Amaral, «Casas do Povo» in *Dicionário de História do Estado Novo*, direcção de Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, volume I, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, pp. 132-133.

²⁶ Cf. «Rural» e «Urbano» in António de Moraes da Silva, *op. cit.*, p. 749 e p. 957, respectivamente.

²⁷ «Urbanismo» in Academia das Ciências de Lisboa, *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, 2º vol., Lisboa, Editorial Verbo, 2001, p. 3681.

sendo que, só numa segunda fase, podemos atribuir a este conceito mais algumas propriedades, nomeadamente, as questões da tentativa de ordenamento, a criação de infra-estruturas, a observância de normas de higiene e de estética²⁸.

Maria Domingas Simplício²⁹, em estudo realizado sobre a cidade de Évora, avança com a noção de que nas áreas residenciais de carácter urbano predomina a habitação sem traços tradicionais, associando-se a espaços privados não construídos, destinados a locais de convívio e de lazer. Nestes casos, quer o bairro quer as habitações estão sujeitas a projectos-tipo que conferem às áreas um aspecto muito uniforme. Em contraponto, nas áreas residenciais de carácter rural predominam as habitações tradicionais, sendo os espaços não construídos utilizados com carácter produtivo individualizado – hortas, pomares. Relativamente às questões do urbano e do rural, até aos anos vinte do século passado, o bairro dos Canaviais começou por se caracterizar pela quase exclusividade das áreas rústicas, salpicadas por algum casario. Entre a década de vinte e o final da década de trinta, segundo a orientação da autora anteriormente citada, surgiram duas áreas residenciais de carácter rural, com zonas não construídas destinadas a hortas e a outros espaços produtivos, rodeadas por uma vasta área nitidamente rural, constituída por quintas, quartéis e courelas.

Finalmente, cremos, também, fundamental levantar a questão das metodologias utilizadas, nomeadamente quando fazemos recurso aos testemunhos orais, como uma das fontes utilizadas, com o objectivo de suprir a falta de documentação escrita. Situações desta natureza levam a que se recorra a novos arquivos, os “arquivos orais”, que Le Goff³⁰ refere ao dar a conhecer o trabalho realizado na Universidade de Essex, relativo a histórias de vidas. Contudo, foi nas grandes universidades dos Estados Unidos da América, entre 1952-1959, que nasceu a história oral, desenvolvida, seguidamente, no Canadá, França e Grã-Bretanha. Este país destaca-se pela singularidade dos estudos aí realizados, que levaram à renovação da história social. Dos vários exemplos apontados, provenientes da historiografia recente, seleccionamos o de Joutard que “reencontra no próprio seio de uma comunidade histórica, através dos documentos

²⁸ Cf. «Urbanização» in *Ibidem*, p. 3682.

²⁹ Cf. Maria Domingas Simplício, *op. cit.*

³⁰ Cf. Jacques Le Goff, «Memória» in *Enciclopédia Einaudi*, s.l., Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, p. 45.

escritos do passado, e depois através dos testemunhos orais do presente, como ela viveu e vive o seu passado, como constituiu a sua memória colectiva e como esta memória lhe permite fazer face a acontecimentos muito diferentes daqueles que fundam a sua memória numa mesma linha e encontrar ainda hoje a sua identidade³¹”. Poder-se-á complementar esta informação, na tentativa de reconstituir o quotidiano, com registos fotográficos e vestígios materiais relacionados com as actividades.

“Fazer a história de uma localidade ou região implica recuperar memórias disseminadas por um conjunto de vestígios onde o espaço e as sociedades se inscrevem³².”

Os testemunhos orais, utilizados como fonte neste trabalho, respeitam a alguns habitantes mais idosos, contemporâneos da génese do bairro, intervenientes e/ou espectadores de alguns acontecimentos, que foram questionados sobre aspectos variados³³, mas cuja incidência maior pretendia colmatar lacunas que não conseguimos comprovar nos documentos escritos consultados. Aqui, o peso emocional mais visível em todos os entrevistados pende para o lado dos factos que originaram o encerramento da Sociedade Operária de Instrução e Recreio e sua transformação em Casa do Povo e, especialmente, para as dificuldades associadas à dureza da vida dos trabalhadores rurais antes de 25 de Abril de 1974.

Sintetizando, tentámos clarificar e fundamentar os critérios de utilização dos conceitos que considerámos essenciais para o desenvolvimento científico deste estudo. Incluímos, neste contexto, os conceitos de património, memória colectiva, história urbana, história local, história oral, bairro, espaço urbano e espaço rural.

³¹ *Ibidem*, p. 45-46.

³² I.N.T.T., página relativa a Genealogia e História local. www.intt.pt (1 Maio 2007).

³³ Consultar o modelo do questionário efectuado e as entrevistas realizadas, em Anexo.

1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO: o crescimento da cidade de Évora no início do século XX e o desenvolvimento de zonas urbanas extra-muros

Sendo o objecto de estudo seleccionado um bairro eborense, importa fazer o seu enquadramento histórico-geográfico no espaço mais alargado em que se integra: a cidade de Évora. Ao caracterizarmos o meio envolvente, tentámos ser objectivos e sucintos de modo a não dispersarmos a atenção do âmbito deste estudo.

O concelho de Évora ocupa uma superfície total de cerca de 1317 km² e beneficia da confluência de três grandes bacias hidrográficas: a do Tejo, na zona norte, a do Guadiana, a leste e sudeste, e a do Sado, a oeste, sudoeste e sul. A influência destas bacias hidrográficas faz-se sentir, directamente, a partir de vários cursos de água de pequena dimensão. São eles, na zona norte, os rios Divor e Almansor, afluentes do Sorraia, a leste e sudeste, o rio Degebe e seus afluentes, a oeste, sudoeste e sul, as ribeiras das Alcáçovas e de Xarrama¹.

Quanto ao relevo, o concelho é caracterizado por se situar na zona da peneplanície sendo as elevações que encontramos no seu interior de baixa altitude. Deste modo, o clima é característico das zonas mediterrânicas, apresentando Verões muito quentes e secos, com temperaturas a rondar, por vezes, os 40° C. Os Invernos podem apresentar temperaturas muito baixas, rondando os 0°C, e apresentam, habitualmente, fraca precipitação.

Embora também de forma muito sucinta, importa caracterizar a zona envolvente da cidade quanto à natureza dos solos, pois deles depende o tipo de actividade agrícola. Num raio delimitado, de 12 km, predominam os solos de classe II (solos litólicos, de textura grosseira, sem graves problemas de erosão – fertilidade muito baixa) e de classe III (solos de diversa natureza, sem problemas graves de erosão – fertilidade baixa ou mediana). Os solos da classe IV (solos mediterrâneos para-barros e calcários, sem problemas de erosão – fertilidade mediana e boa) só pontualmente aparecem. Os da classe V (barros, aluviossolos e coluviossolos de texturas finas e médias - elevada

¹ Cf. Jorge Gaspar, *A Área de Influência de Évora – sistema de funções e lugares centrais*, Lisboa, INIC, 1981, p. 40; Teresa Fonseca, *Absolutismo e municipalismo*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1996, p. 37.

fertilidade, apropriados para agricultura intensiva) distribuem-se “(...) por estreitas faixas correspondentes às baixas aluviais de algumas linhas de água mais importantes (Rio Degebe, Rio Xarrama, Rib^a de Valverde) e dos seus afluentes².”

As potencialidades dos dois tipos de solos predominantes não se afastam substancialmente, podendo em ambos admitir-se a existência de sistemas florestais, pastagens, vinha e olival, bem como os sistemas culturais arvenses, cerealíferos ou hortícolas e frutícolas pouco extensivos (desde que dispondo de água e matéria orgânica)³.

Estes factores condicionantes do manto vegetal que cobre a região levam a que as plantas autóctones predominantes sejam o sobreiro, a azinheira, o carrasco, a urze branca, o loendro, a esteva, o alecrim, a alfazema. A oliveira e a vinha, cultivadas de forma intensiva quase por todo o concelho, reflectem a existência de fraca pluviosidade por serem pouco exigentes quanto às necessidades de água. Associadas a estas culturas, encontramos algumas árvores de fruto, características das zonas mediterrânicas, nomeadamente a figueira, a laranjeira, o limoeiro, o alpercheiro, entre outras, e culturas de sequeiro como o trigo.

Quanto à evolução histórica, essencialmente na zona intra-muros, sabe-se que, durante a ocupação romana, a cidade teve um desenvolvimento notável, mas o conhecimento do seu traçado é limitado, pois dele pouco mais restou do que a muralha que a cercava: a cerca velha. Desta época restam importantes vestígios: o Templo e as Termas Romanas, a Casa Nobre da Rua de Burgos e a própria Cerca Velha, entre outros.

Também dos períodos visigótico e árabe, raros são os elementos arquitectónicos que nos chegaram. No século XII, com a tomada da cidade aos Mouros, por Geraldo Sem Pavor, inicia-se uma fase de progresso, que se irá prolongar por vários séculos. Até esta altura, o Fórum Romano é o centro da cidade, identificado pelo único edifício que sobreviveu dessa época: o Templo Romano. Este seria, de acordo com a documentação,

² Maria Domingas Simplicio, *Evolução e Morfologia do Espaço Urbano de Évora*, Évora, Universidade de Évora, 1997, (tese de doutoramento policopiada), p. 28. A caracterização apresentada foi feita a partir dos elementos recolhidos pela autora com base na carta dos solos elaborada para o distrito de Évora. Os solos encontram-se agrupados em cinco classes, correspondendo a classe I aos solos de baixa fertilidade e a classe V aos solos de alta fertilidade.

³ Cf. *Ibidem*, p. 24.

vizinho da Alcáçova árabe, o castelo cristão depois da reconquista. Esta zona seria identificada como Terreiro do Castelo e possuía, como eixo comercial, a Sapataria, artéria que a ligava à primitiva Porta de Alconchel.

A cidade muçulmana ibérica, de acordo com Oliveira Marques, era rodeada por “vasto mosaico de prados, bosques, campos arborizados, passeios, hortas, pomares, uma verdadeira «cintura verde» que contornava o aglomerado e lhe servia de respiradouro”.⁴

Évora parece poder enquadrar-se nesta definição de «cintura verde», dado que em seu redor, desde os tempos mais antigos, há notícia da existência de quintas, pomares e vinhas que beneficiavam da humidade proporcionada pelos pequenos cursos de água, poços e noras existentes em toda essa área. Também os donos destas propriedades, situadas na zona peri-urbana eborense, parecem poder enquadrar-se nas definições de Oliveira Marques:

“Aí os ricos e privilegiados possuíam casas onde passavam os meses mais calmosos do ano. Era a famosa área das almuinhas, esses sucedâneos dos jardins de hoje, onde se combinavam as hortaliças e as árvores de fruto com as plantas ornamentais e as flores, tudo abundantemente irrigado, com a profusão de poços, fontes, riachos ou regos artificiais”.⁵”

Com a conquista cristã, as comunidades moura e judaica instalam-se fora das muralhas, nos arrabaldes⁶. A Mouraria, a partir de uma zona definida pelas Ruas da Mouraria/Corredoura/Fontes (identificada como segunda Mouraria, sendo que a primeira teria localização noutra zona da cidade). A Judiaria (uma das mais populosas do Reino), encravada entre as Portas de Alconchel e Raimundo, compreendia as Ruas do Tinhoso e dos Mercadores. Qualquer um destes arrabaldes englobava, ainda, inúmeros becos e travessas.

“Por razões de segurança, estes bairros situavam-se fora das muralhas, mas, quando as cidades se desenvolveram e as populações cristãs aumentaram, os bairros cristãos cercaram-nos”.⁷”

⁴ A. H. Oliveira Marques, «Introdução à História da cidade medieval portuguesa» in *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, p. 34.

⁵ *Ibidem*, pp. 34-35.

⁶ Ângela Beirante associa a *arrabalde*, vocábulo de origem árabe, o significado de *extramuros*, nos primeiros séculos de domínio cristão. O vocábulo *bairro* surge como sinónimo de *arrabalde*, designando uma zona específica da cidade. Cf. Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1988, pp. 69-72.

⁷ Jean-François Labourdette, *História de Portugal*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2001, p. 74.

A estrutura da cidade vai-se redesenhando, com a transformação da actual Praça do Geraldo em espaço urbano polarizador das actividades económicas, articulada por percursos que se dirigem aos principais conventos e à malha viária que a liga às mais importantes cidades do Reino.

Nos finais do século XIII, é delineada a nova muralha – a cerca nova – que passou a envolver todo o espaço urbano. O crescimento urbano da cidade leva ao aumento das necessidades de abastecimento. Évora, como outras cidades medievais, transforma-se num centro de consumo onde, diariamente, existem necessidades de abastecimento de todos os géneros, desde produtos alimentares a artesanais. Este abastecimento tem as mais diversas origens, mas, relativamente aos produtos alimentares, é do termo da cidade que chega o seu fornecimento.

Embora generalizando, Oliveira Marques, ao referir-se a esta questão, aponta para a quase auto-suficiência das cidades medievais em matéria de abastecimento de produtos agrícolas.

“A cidade era um centro de consumo – mais do que de distribuição – e os seus habitantes proprietários rurais das quintas em redor. O termo dava à cidade um mínimo de auto-suficiência, fornecendo-lhe o pão, a carne, o vinho, o azeite, a fruta e as hortaliças de que carecia⁸.”

No século XVI, fica quase concluído o preenchimento da malha urbana intra-muros, sendo deste século, também, a construção do Aqueduto da Água de Prata que veio colmatar o problema do abastecimento de água à cidade de Évora. A construção de uma obra desta envergadura levou à abertura de novas vias: as Ruas do Cano e Nova.

Nesta época, atenua-se a separação entre o burgo mais antigo, inserido na cerca velha, e o novo burgo, desenvolvido a partir da Praça do Giraldo. Esta Praça reforça a sua importância ao passar a ser o local onde se encontra o edifício dos Paços do Concelho, a Cadeia, o Pelourinho, os Estaus, a Casa de Ver o Peso, a Igreja de Santo Antão e a Fonte Coroadada.

A malha definida pelos quarteirões góticos foi-se consolidando, aparecendo interrompida pelos grandes conventos e respectivas cercas (intra-muros chegaram a ser dezasseis).

⁸ A. H. Oliveira Marques, *op. cit.*, p. 39.

As transformações, durante os séculos XVII e XVIII, prendem-se, essencialmente, com a substituição de algum casario por construções de maior estrutura, mantendo, de um modo geral, o alinhamento anterior, ou procedendo-se apenas a pequenas alterações no interior dos quarteirões (abertura/encerramento de becos, por exemplo).

O vandalismo, produzido pelas demolições do património arquitectónico de grande envergadura, nos finais do século XIX inícios do século XX, vai provocar as maiores alterações na estrutura intra-muros. Estas demolições vão ter consequências na malha urbana da cidade, dando origem a novas ruas, praças, largos, jardins ou, apenas, a novos edifícios que descaracterizaram algumas zonas da cidade.

Citamos, a título de exemplo, as seguintes demolições: Convento do Paraíso (originou o Jardim do Paraíso), Paço Real (deu origem ao mercado, quartel e Largo 1º de Maio), Convento de S. Domingos (onde nasceu o Teatro Garcia de Resende, a Praça Joaquim António de Aguiar e o parque de estacionamento - Horta de S. Domingos), Conventos de Santa Catarina e Salvador (substituídos, no século XX, por edifícios de gosto bastante duvidoso: o primeiro por um edifício comercial e de habitação, o segundo pelo edifício dos CTT e pela abertura de uma nova via, a Rua de Olivença).

É dos anos 30, do século XX, o calcetamento das ruas da cidade que até aqui eram, na sua maioria, de terra, por onde corriam os esgotos a céu aberto.

No início da centúria de 1900, Évora possuía quatro freguesias urbanas, que abarcavam essencialmente o território intra-muros (S. Mamede, Santo Antão, S. Pedro e Sé) e dezasseis freguesias rurais (Nossa Senhora da Boa Fé, S. Sebastião da Giesteira, S. Miguel de Machede, S. Bento do Mato, Nossa Senhora da Graça do Divor, Nossa Senhora da Natividade - Machede, Nossa Senhora da Assumpção da Tourega, Torre de Coelheiros, S. Bento de Pomares, S. Brás do Regedouro, S. Jordão, S. Marcos da Abóbada, S. Matias, S. Manços, S. Vicente de Valongo e S. Vicente do Pigeiro⁹).

O agrupamento das freguesias vai variando ao longo do tempo. Nos Censos realizados em 1911 e em 1920, as vinte freguesias do concelho são reduzidas a dez, mantendo-se, no entanto, as que constituem o núcleo urbano. Em 1930 é efectuada nova reorganização, surgindo doze freguesias, que passam a quinze na contagem da população de 1940. Deste modo, em 1960, encontramos o concelho organizado em treze

⁹ C.f. *X Recenseamento Geral da População*, Tomo I, Volume 1º, Instituto Nacional de Estatística, 1960.

freguesias, quatro nitidamente urbanas, nove rurais: S. Mamede, Santo Antão, S. Pedro e Sé, Nossa Senhora da Boa Fé, S. Miguel de Machede, S. Bento do Mato, Nossa Senhora da Graça do Divor, Nossa Senhora de Machede, Nossa Senhora da Tourega, Torre de Coelhoiros, S. Manços e S. Vicente do Pigeiro¹⁰.

A zona peri-urbana¹¹, da cintura da cidade, era englobada na freguesia da Sé, herdeira da antiga freguesia de Nossa Senhora da Assunção, e abarcava uma cintura fértil de terrenos, com cerca de 5 km de raio, constituída por quintas, quartéis, courelas e ferragiais.

De acordo com Teresa Fonseca:

“Esta cintura de campos férteis, existentes pelo menos desde a época islâmica, designava-se por **coutos**. Explorada em regime de pequena propriedade, constituía praticamente a única zona do concelho caracterizada por um povoamento disperso. Alguns dos seus proprietários e rendeiros habitavam na cidade, pois a curta distância da localização destes terrenos possibilitava, em muitos casos, a deslocação diária¹².”

A autora refere-se a um período anterior ao do âmbito cronológico delimitado neste trabalho, que situa por volta de 1764. Parece-nos, contudo, que a situação descrita vai ao encontro dos elementos que possuímos, para as propriedades da zona norte e oeste, na época por nós delimitada (início do século XX), não devendo estes ser diferentes das outras zonas do concelho.

Corroborando esta ideia, Maria Domingas Simplício vai mais longe, ao tentar justificar a localização da zona das quintas de Évora.

“Parece não haver grande dúvida de que o aparecimento das quintas de Évora se prende com acções desenvolvidas pelas ordens religiosas após a Reconquista Cristã já que (...) aquelas possuíam grandes propriedades que lotearam em regime de enfiteuse com vista ao plantio de vinha¹³.”

¹⁰ *Ibidem*.

¹¹ De acordo com Bernardo Vasconcelos e Sousa, *A propriedade das Albergarias de Évora nos finais da Idade Média*, Lisboa, INIC, 1990, p. 61, a zona peri-urbana é a que ocupa um raio de cerca de 4,5 km em torno das cidades.

¹² Teresa Fonseca, *Absolutismo e Municipalismo - Évora 1750-1820*, Lisboa, Edições Colibri, 2002, pp. 43-44.

¹³ Maria Domingas Simplício, *op. cit.*, p. 34.

A juntar a esta hipótese, outra se pode colocar que é a “(...) ocorrência de alguma relação entre o parcelamento da propriedade no sector norte com o uso mais intensivo do solo e a proximidade daquele sector relativamente à comunidade mourisca, conhecida que é a propensão moura para a horticultura e fruticultura¹⁴.”

Em termos históricos são, assim, apontadas duas ordens de razões para a localização da denominada zona das quintas de Évora: a proximidade do arrabalde mouro e o *loteamento* das propriedades pelas ordens religiosas, com vista ao plantio de vinha. Factores de ordem natural, como o relevo, a constituição dos solos e a existência de pequenos cursos de água são outras justificações a ter em consideração, embora, na zona sul e este, em situações de iguais características, não se tenha verificado o parcelamento da propriedade, localizando-se aqui as terras de cereal.

“(...) na área das quintas são extensos os contrastes entre aquelas formações geológicas, o que pode favorecer, também, uma maior ocorrência de água e uma maior alteração do solo e, desta forma, proporcionar melhores condições para o estabelecimento das quintas¹⁵.”

Ainda referindo-se aos finais da Idade Média, Bernardo Vasconcelos e Sousa faz uma leitura interessante relativamente à organização dos campos em redor de Évora, afirmando que existia um ordenamento espacial das culturas em função do centro urbano. Na cintura da cidade existia aquilo a que chama produções “mimosas”, onde destaca a vinha, mas onde situa, também, ferragiais e hortas. Conclui afirmando: “Este aro de cultura promíscua, vocacionado para o abastecimento da cidade, contribuiu para uma autêntica urbanização dos campos circundantes¹⁶.”

O povoamento disperso, típico desta zona peri-urbana, reflecte de algum modo a densidade populacional que caracteriza o distrito. Segundo dados fornecidos pelos recenseamentos realizados ao longo do século passado, a cidade intra-muros era habitada por 16 020 pessoas, em 1900, esse valor subiu, em 1911, para 17 911 habitantes, que se alojavam em 6 873 fogos. A densidade populacional no distrito, referente aos mesmos anos, era, respectivamente, de 19,1 hab./km² e de 22,5 hab./km². Em 1940, este valor subira para 42 555, rondando a densidade populacional os 32,4%.

¹⁴ *Ibidem*, p. 34.

¹⁵ *Ibidem*, p. 35.

¹⁶ Bernardo Vasconcelos e Sousa, *op. cit.*, p. 65.

QUADRO I¹⁷
POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS URBANAS NOS RECENTEAMENTOS DE 1900 A 1970

Freguesias	Anos	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970
Santo Antão		3 579	3 731	3 599	4 278	4 570	4 404	3 904	3 074
S. Mamede		3 327	3 961	2 009	4 611	4 609	6 081	5 094	3 891
S. Pedro		2 467	2 673	2 709	3 403	3 557	3 144	2 584	2 333
Sé		6 631	7 542	7 816	10 154	13 680	17 614	22 563	26 108
TOTAIS		16 004	17 907	16 133	22 446	26 416	31 243	34 145	35 406

QUADRO II¹⁸
NÚMERO DE FOGOS EXISTENTES (POR FREGUESIA)

Freguesias	Anos	1900	1911	1920	1940	1960
Santo Antão		963	935	836	1 712	1219
S. Mamede		963	1 098	501	1 331	1604
S. Pedro		538	609	600	737	725
Sé		1 560	1 660	1 798	3 199	6563
TOTAIS		4 024	4 302	4 735	6 979	10111

Os dados fornecidos pelos censos, realizados em 1900 e em 1911, revelam algum crescimento demográfico nas quatro freguesias urbanas. Pensamos dever esclarecer que o território ocupado pelas freguesias de Santo Antão, S. Mamede e S. Pedro se localiza exclusivamente intra-muros, enquanto a freguesia da Sé ocupa uma pequena área dentro

¹⁷ *X Recenseamento Geral da População*, Tomo I, Volume 1º, Instituto Nacional de Estatística, 1960.

¹⁸ *Ibidem*. Os dados de 1920 são provenientes do *Recenseamento Geral da População* desse ano. Os valores apresentados revelam uma quebra acentuada do número de fogos, acompanhada por um decréscimo demográfico. Contudo, não conseguimos encontrar dados diferentes nem justificação para tal diferença, apesar de se registar um decréscimo do número de fogos em todas as freguesias exclusivamente urbanas.

do espaço amuralhado e uma vasta área em toda a cintura da mesma. Em termos de área, a freguesia da Sé é, de longe, a mais extensa.

O aumento demográfico, até 1940, realizou-se com muita dificuldade, no conjunto das quatro freguesias urbanas, o que é atribuível a factores de vária índole. Nos recenseamentos de 1911 e de 1920 verifica-se esta lenta evolução, decréscimo mesmo nalgumas freguesias, se analisarmos atentamente os dados de Santo Antão e de S. Mamede. Vários acontecimentos poderão ter levado a esta situação: em 1917, Portugal participa na Primeira Guerra Mundial, enviando um corpo expedicionário (fornecendo homens, mantimentos e munições), entre 1918-19, o país é assolado por uma epidemia de gripe pneumónica, causadora de grande mortalidade¹⁹. O ano de 1918 ficou, ainda, assinalado por epidemias de tifo exantemático, varíola e difteria, que surgiram em Portugal num período de grandes carências alimentares para a maioria da população. Acrescem ainda questões ligadas aos movimentos migratórios das populações que se deslocam do interior, das zonas agrícolas, para os arredores das zonas industriais, ou dos grandes fluxos de emigrantes que procuram melhorar a vida no Brasil²⁰. Embora de registar, esta questão da emigração, no distrito de Évora, não assume o significado da movimentação sentida quer no norte do país quer no arquipélago dos Açores. Para finalizar, referimos o estudo de Fernando Marques da Costa, «Sociedade e Grupos Sociais no Período Constitucional», pela referência às taxas de mortalidade infantil para este período. Os dados fornecidos revelam valores muito altos, entre as décadas de 1910-1940, especialmente no mundo rural e operário (dados relativos a cada mil nascimentos: 1910-134; 1920-164; 1930-144; 1940-126)²¹.

Da análise do Quadro I, ressalta ainda a questão do decréscimo populacional das freguesias nitidamente urbanas, cuja população se transfere para as novas zonas fora da muralha ou procura a periferia de Lisboa, devido à crise de emprego dos anos 60 /70.

¹⁹ Em 1918 registou-se a mais mortífera de todas as epidemias, a gripe pneumónica, ou gripe espanhola, que invadiu o país de norte a sul e matou famílias inteiras. Entre 1918 e 1919 sucumbiram 102 750 pessoas. Cf. Maria Emília Cordeiro Ferreira, «Epidemias» in *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, dir. Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas, 1990, pp. 407-408.

²⁰ Entre 1910/14, o movimento migratório tem um incremento, alcançando cotas jamais verificadas (49 000 em 1911, 77 000 em 1912, 67 000 em 1913), de acordo com Orlando Ribeiro apud Joel Serrão, «Emigração» in *Idem*, p. 368.

²¹ Cf. Fernando Marques da Costa, «Sociedade e grupos sociais no período constitucional» in *História de Portugal*, dir. de José Hermano Saraiva, vol. 6, Lisboa, Publicações Alfa, 1985, p. 180.

São desta época os primeiros registos da expansão extramuros, em direcção à estação do caminho-de-ferro, que surge como factor de desenvolvimento da cidade. Nesta direcção constroem-se novas avenidas, Dr. Barahona e Combatentes da Grande Guerra, e surgem anexos os bairros do Baluarte, Ferroviário e do Rossio Ocidental.

“Com a construção do caminho de ferro, em 1863, desenha-se o crescimento da cidade para sul, na direcção da estação, que aconteceu de uma forma lenta. No censo de 1911 ainda apenas aparecem registados 10 fogos / 34 habit. fora das muralhas²².”

Com a instalação na zona norte da Fábrica dos Leões, em 1916, aparecem outros bairros de características espontâneas: os bairros Tenente Pereira e dos Leões. Paralelamente, há notícia do Bairro do Chafariz d’El Rei e do Bairro da Senhora da Saúde.

Estes novos núcleos urbanos, o que surgiu com a estação ferroviária e o que nasceu junto à unidade fabril, destinam-se a dar resposta às necessidades habitacionais de famílias de fracos recursos, dependentes destes centros empregadores, mantendo as famílias de maiores recursos a sua residência nos palacetes da cidade intra-muros²³.

Jorge Gaspar refere como factores para o crescimento populacional efectuado nas décadas de 30 e 40 “o incremento da cultura cerealífera, o empolamento do aparelho burocrático do Estado e o desenvolvimento dos organismos corporativos”, com que Évora beneficiou por ser capital de distrito²⁴.

Associado a estes factores, na década de 40, o intenso êxodo rural, provocado, entre outros factores, pela mecanização da agricultura, leva a que muitos trabalhadores abandonem os montes e aldeias do distrito e se fixem na cidade. É nesta época de intenso crescimento populacional que se verifica a maior expansão da cidade. A resistência ao alargamento para fora da muralha é quebrada em virtude da impossibilidade de dar resposta às evidentes necessidades de habitação.

O espaço urbano intra-muros há muito que estava esgotado. Condicionada pela cintura amuralhada que a cerca em todo o seu perímetro, a população é obrigada a criar

²² Jorge Carvalho, *Évora – administração urbanística*, Évora, Câmara Municipal de Évora, [1990], p. 15.

²³ *Ibidem*, p. 15.

²⁴ Cf. Jorge Gaspar, *op. cit.*, p. 326.

novas áreas de residência fora da mesma. Foram, segundo Maria Domingas Simplício, cerca de 1400 fogos que se construíram nesta época fora do recinto amuralhado²⁵.

“O crescimento da área urbana extramuros foi, no entanto, muito lento até 1940. (...) São desta época os bairros da Comenda, Almeirim, Canaviais, Santa Maria, S. José da Ponte e grande parte dos bairros, Senhora da Saúde e Frei Aleixo, entre outros, constituindo um conjunto de bairros espontâneos, surgidos em todas as direcções, e compostos por soluções urbanísticas muito idênticas: habitação de pequenas dimensões, de um só piso, caiadas, com rodapés pintados, dispostas em banda contínua, muito idênticas às povoações rurais de onde, geralmente, estas populações eram oriundas²⁶.”

Estas soluções, surgidas de forma espontânea, vão localizar-se ao longo das principais vias de comunicação que servem a cidade. Os novos bairros vão expandir-se, lentamente, ao longo das vias de comunicação, demorando bastante a integrar no seu núcleo as denominadas áreas rurais.

O surgimento destes núcleos urbanos, ao longo das estradas e caminhos, vai permitir manter a estrutura agrária existente, caracterizada pela pequena propriedade. Estes núcleos urbanos vão ocupar, inicialmente, apenas estreitas faixas de terreno que se desenvolvem longitudinalmente ao longo das vias. As áreas disponibilizadas possibilitam a construção de pequenas moradias de um só piso, com logradouro, utilizado como horta, que fornece às famílias os legumes e verduras necessários para o seu auto-abastecimento.

Etienne de Gröer²⁷ é o autor da primeira proposta de plano de urbanização da cidade, datado de 1942, *Plano de Ordenamento, Expansão e Embelezamento da Cidade*

²⁵ Cf. Maria Domingas Simplício, *op. cit.*, p. 114.

²⁶ *Ibidem*, pp. 113-114.

²⁷ Durante o período do Estado Novo, o Ministério das Obras Públicas, sob a tutela do Eng^o Duarte Pacheco, publicou a primeira legislação (1934) que obrigava os aglomerados urbanos com mais de 25 000 habitantes a realizar o levantamento topográfico e o seu plano de urbanização. Neste sentido, e por não haver no país especialistas em urbanismo, são contratados vários arquitectos urbanistas estrangeiros, com o objectivo de realizarem os estudos necessários para que se procedesse à elaboração dos Planos Gerais de Urbanização. É neste contexto que surge em Portugal, trazido por Duarte Pacheco, em 1938, o belga Etienne de Gröer, com o objectivo de finalizar o Plano já iniciado por Agache, para a cidade de Lisboa. A intervenção de Gröer vai fazer-se sentir de norte a sul do país, influenciando ou determinando o crescimento de cidades como Guimarães, Braga, Coimbra, Sintra, Lisboa, Évora, entre outras. Gröer estava ligado ao movimento inglês das cidades-jardim, marca esta que o individualiza nas propostas que faz. Cf. *História de Portugal*, dir. João Medina, vol. *O Estado Novo I*, pp. 366- 373.

de Évora – Esbocetos. Pretendia-se, com ele, ordenar e planificar o desenvolvimento urbano da cidade.

Em 1945, Etienne de Gröer apresenta um ante-plano, já aperfeiçoado, feito a partir dos primeiros Esbocetos, que previa para a zona intra-muros a existência de duas zonas residenciais distintas e de uma zona comercial, e para a zona extra-muros uma zona industrial, zonas residenciais e zonas de comércio local. Este ante-plano foi aprovado pelas autoridades competentes, mas nunca chegou a ter uma versão definitiva. Decorrentes dele, no entanto, algumas ideias foram concretizadas, dando origem a várias zonas de urbanização planificada.

Nos finais da década de 50, a Câmara Municipal tenta novamente planificar o crescimento da cidade e contrata o filho de Gröer, Nikitta, no sentido de este dar continuidade aos estudos do pai. Esta contratação não tem sucesso, pois o estudo não chega a ser concluído, mas o mesmo ainda sugere a integração dos bairros espontâneos, mais próximos da cidade, no plano de urbanização.

Embora mais lenta, a construção tem continuidade predominantemente em zonas não planificadas. Assim, na década de 60, construíram-se 329 fogos em loteamentos privados aprovados, 728 em bairros clandestinos e 483 promovidos pela Administração Pública.

A falta de ordenamento no crescimento urbano leva a que, em 1969, se tomem medidas no sentido de alterar esta situação. É então encomendado um estudo ao atelier do arquitecto Conceição e Silva, no qual vão colaborar Jorge Gaspar (geógrafo) e Tomás Taveira (arquitecto). Este previa o desenvolvimento da cidade ligado ao crescimento industrial, numa área de 7500 m, com centro na Praça do Giraldo. Esta área subdividia-se numa zona urbana intra-muros, numa zona urbana extra-muros e numa zona rural de protecção à cidade. Apontava para a primeira zona (centro histórico), delimitada pela muralha e estrada de circunvalação, áreas de habitação, comércio e serviços, uma pequena área industrial e áreas de ensino. Na zona extra-muros propunha: habitação, áreas de comércio e serviços, espaços de ensino, desporto, estacionamento, matadouro municipal e mercado abastecedor. Situa nesta zona os bairros dos **Canaviais** e Almeirim, onde sugere a construção de habitação, comércio e serviços. Quanto à área

rural, intitulada de protecção à cidade e classificada como área agrícola, nela não podia haver construção, não sendo permitido qualquer outro uso para os solos.

Este plano também nunca chegou a ser aprovado, embora a zona industrial sul dele tenha recebido alguma influência. Deste modo, os clandestinos continuaram a desenvolver-se, com o objectivo de dar resposta às carências habitacionais e em consequência de as autoridades competentes não conseguirem fazer aprovar um plano de ordenamento do território. Contudo, estas construções assumem, nos anos 70, características diferentes das construções espontâneas dos anos 30 e 40²⁸.

QUADRO III²⁹

EVOLUÇÃO DA CIDADE DE ÉVORA EXTRA-MUROS	
CRONOLOGIA	BAIRROS
Antes de 1940	Baluarte – Ferroviário – Rossio Ocidental – Chafariz d’El Rei – Senhora da Saúde – Tenente Pereira – Leões
Ente 1940 e 1960	Canaviais – Almeirim – Comenda – Santa Maria – S. José da Ponte – Frei Aleixo 1 – Senhora do Carmo – Três Bicos – Pites – Senhora da Glória – Câmara – Zona de Urbanização nº 1
Entre 1960 e 1975	Vista Alegre 1 – Tapada do Ramalho – Zona de Urbanização nº 3 – Garcia de Resende – Nogueiras – Frei Aleixo 2
Após 1975 Sujeitos a planificação	Horta das Figueiras – Vista Alegre 2 – Cruz da Picada – António Sérgio – Vila Lusitano – Alto dos Cucos – Malagueira – Corunheiras – Escurinho
Após 1975 Espontâneos	Torregela – Fontanas – Bacelo – Torralva – Casinha – Granito

Estas novas construções continuam a ser realizadas de forma clandestina, mas destinam-se a um grupo diferente da população: habitantes da cidade que daí pretendem

²⁸ *Ibidem*, p. 130.

²⁹ Dados sistematizados a partir dos estudos de Maria Domingas Simplício e de Jorge Carvalho.

sair, procurando melhorar as suas condições de habitabilidade ou aspirando possuir casa própria. Estas habitações ocupam, de um modo geral, lotes de maiores dimensões e identificam-se com as «vivendas», sem qualquer ligação arquitectónica com a região.

Finalmente, em 1978, iniciou-se a elaboração do Plano Director Municipal, o qual ficou concluído em 1979, e foi rectificado pelo Governo em 1985. Dele constam todas as zonas de crescimento extra-muros que sintetizámos no quadro III. São 39 zonas diferentes, sete das quais com existência anterior a 1940.

Resta-nos, por fim, concluir, relativamente à evolução e crescimento da cidade, que a mesma se processou predominantemente de forma espontânea, só se notando verdadeiramente alguma preocupação com o ordenamento do espaço na década de setenta.

Historicamente, o crescimento da cidade processou-se de acordo com as necessidades de alojamento dos habitantes. Apenas no início do século XX, esta expansão extravasou o recinto amuralhado conhecido como cerca nova, em virtude de, no interior, os espaços a urbanizar se encontrarem completamente ocupados. A juntar a esta justificação, há que considerar duas outras ordens de razões, nomeadamente, o facto de a habitação fora da muralha ser mais económica e o surgimento de zonas mais atractivas junto de novos centros de emprego: a fábrica dos Leões e a estação do caminho-de-ferro.

Primeiramente nestas zonas, depois ao longo das principais vias de comunicação que circundavam a cidade na designada zona peri-urbana, cresceram espontaneamente, com mais vigor a partir da década de quarenta, vários núcleos habitacionais, de entre os quais destacamos como objecto do nosso estudo, a norte, o bairro dos Canaviais.

2. O BAIRRO

2.1. Localização

Quando delimitámos esta investigação, em termos cronológicos, apontámos, temporalmente, como início, os primeiros anos do século XX, em virtude de pretendermos enquadrar o nascimento das primeiras construções do bairro. Deste modo, pareceu-nos que deveríamos estabelecer como balizas os anos de 1900 e 1950, por se situar neste intervalo o nascimento do aglomerado urbano e, paralelamente, o início do desenvolvimento das áreas urbanas extra-muros, tal como referimos no capítulo anterior (2. Enquadramento histórico).

Para esta época em concreto (1900-1950), tivemos alguma dificuldade em recorrer a cartografia, ou a outros registos de carácter geográfico, específicos da zona delimitada. Contudo, no sentido de proceder a uma localização correcta e objectiva do espaço em estudo, pareceu-nos útil o recurso a cartas da região de épocas posteriores, rigorosas e pormenorizadas. Assim, socorremo-nos da Câmara Municipal de Évora, através do gabinete de Projectos e Obras Particulares e da Biblioteca e Arquivo da autarquia, que nos cederam várias cartas do bairro, o levantamento aerofotogramétrico, realizado em 1998, e o Plano Director Municipal. O Instituto Geográfico do Exército efectuou e publicou, ao longo de vários anos, cerca de seiscentas cartas militares do território do continente. O território do bairro dos Canaviais, cartografado em 1968, encontra-se incluído na folha número quatrocentos e quarenta e nove da *Carta Militar de Portugal, Continente*¹.

Finalmente, o Instituto Nacional de Estatística disponibilizou, em suporte digital, a planta actualizada da freguesia de Canaviais, elaborada a partir dos dados recolhidos nos Censos 2001. Deste modo, possuímos informação cartográfica actualizada, sobre a área da freguesia onde se integra o bairro.

No terreno, contámos, ainda, com elementos fornecidos pela Junta de Freguesia de Canaviais, com o conhecimento transmitido pelos entrevistados, moradores há mais de sessenta anos no território em estudo, e com a nossa própria vivência enquanto natural

¹ Instituto Geográfico do Exército, *Carta Militar de Portugal, Continente*, Esc. 1/25.000, f. 449, 1968.

do mesmo bairro. Com a informação recolhida, a partir dos suportes cartográficos e da recolha oral efectuada, pôde realizar-se o trabalho de delimitação geográfica da área em estudo, e, ao mesmo tempo, proceder à identificação das propriedades rústicas e urbanas englobadas na mesma.

Delimitámos como primeira zona de nascimento do núcleo urbano, de acordo com o local de construção do edifício da Sociedade Operária de Instrução e Recreio, em torno do qual surgiu o primitivo casario, a propriedade designada por Quartéis da Tapadinha, ou, como surge em algumas escrituras, quartéis ou Tapadinha (ver figura 3 e esboço das primeiras construções – figura 4). Seguidamente, outro núcleo surgiu na quinta da Rabazana/Panasqueiro, de acordo com os testemunhos orais que recolhemos. Por último, por volta de 1939, temos conhecimento, junto ao caminho municipal que atravessa o bairro, de desanexações de faixas ou tractos de terreno nas quintas do Mestrinho, Canavial de Dentro e Canavial. Em volta das quintas já referidas, localizam-se outras que irão contribuir, de alguma forma, para o crescimento do casario junto aos caminhos: Mestrinho, Quinta Nova dos Rapazes.

O território que constitui o bairro dos Canaviais integra-se, contemporaneamente, na freguesia de Canaviais, criada em 1985, constituindo o seu principal núcleo urbano. Em redor deste núcleo, existe uma cintura de quintas, ferragiais, courelas e quartéis e, a norte, um grupo de herdades, que se associam, de formas variadas, ao crescimento da zona urbana, o que tentaremos explicitar ao longo do trabalho. Pelas razões apontadas, não poderíamos proceder à localização geográfica do bairro, fora do contexto da freguesia a que deu o nome.

O território, que constitui a freguesia de Canaviais, ocupa uma área de 1956 hectares, localiza-se a Norte da cidade de Évora e pertence ao seu concelho e distrito. Integra-se numa zona tradicionalmente de horticultura de sequeiro, caracterizando-se, ainda hoje, por manter três áreas definidas: uma área rural, uma semi-rural e uma terceira, urbana, em crescimento.

Patão, Violeira, Pio, Patacas, Espinheiro e Corunheiras são os aglomerados habitacionais que constituem o espaço semi-rural, o espaço urbano estende-se por vinte e sete ruas, quatro becos e dois pátios.

Na zona limítrofe Norte, inserem-se no território da freguesia, várias propriedades de grandes dimensões: herdades das Carvoeiras, Cruzadas, Pachola, Álamo, Montinho, Paço de Entre Vinhas e Algravéus. Nestas, mantém-se a actividade agro-pecuária tradicional: cultura intensiva de cereais de sequeiro, criação de gado ovino e vacum e extracção de cortiça, principalmente.

A freguesia de Canaviais, criada em Outubro de 1985, confina com as freguesias de Bacelo, Nossa Senhora da Saúde, Graça do Divor, Igreja e São Bento do Mato. Embora tenha herdado o espaço inicialmente ocupado pelo bairro do mesmo nome foram-lhe acrescentados outros núcleos, no seu limite, que, eventualmente, poderiam ser englobados em freguesias vizinhas.



Fig. 1 – Freguesias do concelho de Évora²

O território da freguesia é delimitado, *grosso modo*, a norte, pelos limites das herdades da Pachola, Carvoeiras e Paço, a oeste, pela estrada do Louredo (desde a ribeira de Alpedriche até à parcela da quinta Grande), a sul, pela ribeira de Alpedriche e parte do rio Xarrama (desde a estrada do Louredo até à estrada nacional número

² Associação Nacional de Freguesias, Concelho de Évora. www.minhatterra.com.pt, projectoFaz 2001/2003, (26 Nov. 2007).

consideradas parte do bairro dos Canaviais, ao qual pertencia, pela sua natureza, uma área menor.

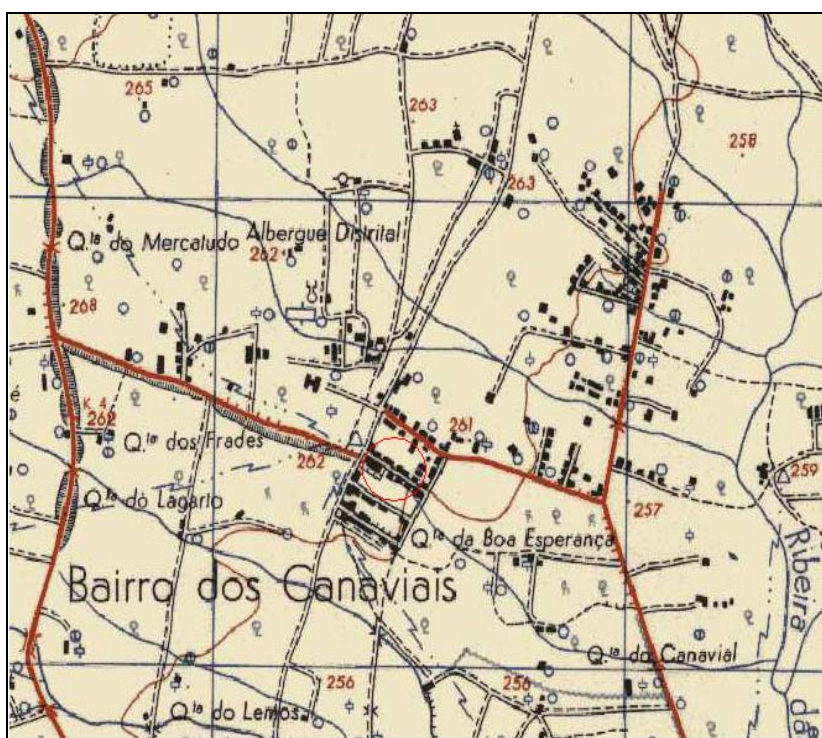


Fig. 3 – Aglomerado urbano, ao longo dos caminhos municipais nº 1087 e 1088⁴- o círculo vermelho assinala a zona onde se localiza a Casa do Povo, junto da qual surgiram as primeiras casas.

O bairro desenvolveu-se ao longo dos dois caminhos municipais referidos tendo estes, com a dinâmica do crescimento, passado a assumir-se como artérias principais do mesmo (ruas da Paz, Cinco Cepas e Eufuzina, que nos registos notariais do início do século aparece como Eufrosina). Ainda na década de cinquenta, do século passado, estes caminhos interligavam-se, apenas, por uma estreita azinhaga que só nessa época foi alargada e asfaltada, permitindo a passagem dos primeiros transportes públicos que serviram a população do bairro.

A freguesia é atravessada por alguns cursos de água de dimensões muito pequenas: o rio Xarrama (corre na zona semi-rural, não se distinguindo dos outros ribeiros), o

⁴ Fonte: Instituto Geográfico do Exército, *Carta Militar de Portugal*, nº 449, 1968.

ribeiro de Alpedriche (servindo de limite natural, na zona sul, entre os Canaviais e o Bacelo, entronca no rio Xarrama junto ao Montinho da Piedade – apenas uns metros fora da freguesia), a ribeira das Poldras (a este, atravessando parte do núcleo urbano, entronca no Xarrama, perto do Montinho da Piedade) e o ribeiro do Albergue que atravessa a zona central e vai encontrar a ribeira das Poldras na quinta da Bela Vista.

O rio Degebe atravessa a freguesia na zona rural, onde se localiza o latifúndio, sensivelmente a nordeste, atravessando as herdades do Paço das Vinhas e dos Álamos, entre outras. Participam no crescimento do seu caudal, nesta zona, as ribeiras da Pachola e das Cruzadas e vários outros ribeiros de pequena dimensão.

O relevo, tal como em todo o concelho, é de muito baixa altitude, caracterizando-se esta zona por ser quase plana. Esta característica, aliada à pouca abundância de água, leva a que a freguesia se integre numa vasta zona agrícola de sequeiro, onde predominam as propriedades de pequena dimensão. Todavia, a localização geográfica do bairro permite-lhe fazer a transição entre a zona do latifúndio que circunda a cidade (entre os dez e os quinze quilómetros, de acordo com Bernardo de Vasconcelos e Sousa⁵), e o anel de pequena propriedade situado perto da muralha, a zona das hortas e dos ferragiais (denominada pelo mesmo autor por *cintura de produções mimosas*⁶).

⁵ Bernardo Vasconcelos e Sousa, *A propriedade das Albergarias de Évora nos finais da Idade Média*, Lisboa, INIC, 1990, p. 61.

⁶ *Ibidem*.

2.2. Caracterização do espaço

Os recenseamentos gerais da população, efectuadas entre 1900 e 1940 (1900, 1911, 1920, 1930), revelaram-se uma fonte de investigação demasiado geral para o objectivo do nosso estudo, por apresentarem, apenas, números globais relativos a freguesias, não discriminando os fogos e a população de pequenos lugares ou até de bairros (com excepção de Lisboa e Porto, em alguns anos). Este factor pode querer indiciar que, nesta época, o núcleo urbano designado por Espinheiro, nos primeiros tempos, por Canaviais, a partir dos anos vinte, tinha pouco significado como tal.

Sendo o espaço rural da freguesia da Sé caracterizado por zonas bastante extensas, onde o povoamento era predominantemente disperso, os recenseadores optaram por indicar valores totais, ao fazerem a contagem dos fogos e da população, não havendo viabilidade em discriminar todos os montes e quintas, individualizando-os.

Os primeiros dados estatísticos que apurámos, respeitam ao recenseamento realizado em 1911, onde conseguimos encontrar algumas quintas e montes que identificamos no perímetro rural do bairro. É natural que, nesta época, na zona onde irá nascer o primitivo casario, ainda não houvesse nenhum núcleo urbano de relevo, caso contrário o mesmo seria identificado e constaria da lista publicada. Neste recenseamento, os dados apresentados quanto à população dispersa da freguesia da Sé, à qual pertenciam todas estas propriedades, totalizam seiscentos e trinta e dois fogos e dois mil, novecentos e dezoitos moradores.

Nos recenseamentos seguintes, em 1920 e 1930, bem como nos anuários estatísticos correspondentes ao mesmo período, a divisão administrativa mais pequena tratada nas publicações é a freguesia, não sendo possível aceder aos dados dos lugares, quintas e montes. Deste modo, só no recenseamento de 1940 aparece, pela primeira vez, identificado o bairro dos Canaviais, sendo fornecidos os primeiros dados precisos sobre o número de fogos que o constituíam.

Esta situação corrobora a ideia de que o crescimento extramuros da cidade, terá sido muito lento até 1940, estando dependente, em grande medida, do êxodo rural provocado

pela mecanização¹. Importa esclarecer que o desemprego nos campos está associado ao latifúndio, onde se justificava a introdução das máquinas agrícolas. Nestas zonas de pequena propriedade, localizadas em redor da cidade de Évora, mantiveram-se as técnicas tradicionais recorrendo-se ao trabalho braçal e à utilização de animais, nomeadamente asininos e muares. Deste modo, quando o desemprego obrigou os trabalhadores agrícolas a abandonarem as grandes propriedades, ocorreram várias situações: alguns continuaram assalariados, encontrando ocupação nas quintas do aro da cidade, outros, mais endinheirados, adquiriram pequenas propriedades nesta área, continuando, também, a trabalhar na agricultura. Uma outra situação prende-se com aqueles que mudaram de ramo, empregando-se na realização de serviços domésticos, no comércio ou nos serviços, mas habitando nas casas dispersas pelas quintas.

Neste recenseamento de 1940, foram contados quarenta e três (43) fogos, constituindo um pequeno núcleo, que se aglomerava, de acordo com testemunhos, em duas áreas, ao longo dos principais eixos viários que atravessavam esta zona das quintas de Évora. Um núcleo situado no eixo Salvadas / Pachola, localizado junto às quintas da Rabazana e do Freixo, outro núcleo no eixo viário correspondente à rua das Cinco Cepas, onde esta bifurca com a rua da Eufrosina, junto ao local onde se construiu o edifício da Sociedade Operária de Instrução e Recreio «Educação do Povo», mais tarde transformado em Casa do Povo. Este núcleo, que nasceu junto à Sociedade Operária de Instrução e Recreio «Educação do Povo», originou a abertura de uma rua transversal à rua das Cinco Cepas, a actual rua da Fraternidade (ver da figura 3).

Esta hipótese de trabalho, levantada por vários dos moradores entrevistados, é, também, colocada por Ferreira de Almeida, no estudo publicado em 1978². Vinte anos depois, em 1960, o crescimento demográfico era significativo, tendo o número de fogos aumentado para quatrocentos e sessenta e nove (469).

A tipologia das habitações construídas nesta primeira fase corresponde a habitações «modestas», com a porta principal virada para a rua, possuindo, a maioria, um pequeno logradouro, transformado em horta, nas traseiras. Os lotes utilizados para construção

¹ Cf. Maria Domingas Simplício, *Evolução e Morfologia do Espaço Urbano de Évora*, Évora, Universidade de Évora, 1997, (tese de doutoramento policopiada), p. 113.

² J. C. Ferreira de Almeida, «Évora: bairro clandestino dos Canaviais – quanto custa a recuperação?» in *Poder Local*, nº 5, Janeiro/Fevereiro 1978, p. 33.

localizam-se quase todos junto à estrada / azinhaga, sendo a partir daí que se delineou a estrutura das primeiras ruas transversais. A falta de planeamento que caracteriza esta construção ainda hoje é perceptível, na largura das ruas, na inexistência de passeios, no alinhamento das casas, na inexistência de espaços livres para convívio e estacionamento, entre outros.

“A grande maioria das habitações são de r/c, abrindo-se para um pátio, por vezes comunitário, ou directamente para a rua. As traseiras comunicam com hortas dotadas de poços ou de pequenos tanques de rega, e destinam-se principalmente ao abastecimento do respectivo fogo. As construções(...) são de relativa boa qualidade quanto a segurança e materiais utilizados.

Os lotes apresentam uma grande variedade de dimensões, predominando os de áreas próximas dos 500 m². As áreas agrícolas são exploradas directamente, com predomínio das pequenas hortas sobre a grande agricultura³.”

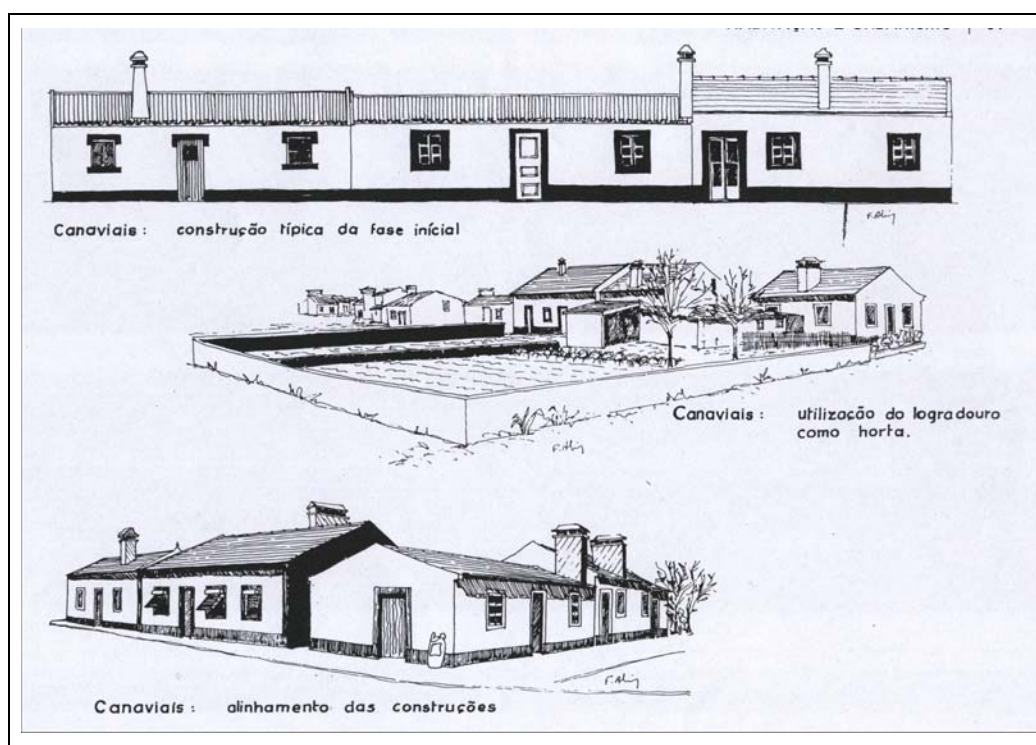


Fig. 4 – Esquema das construções mais antigas do bairro⁴.

Os registos notariais, que utilizámos como fonte, revelaram-se pouco generosos quanto às propriedades urbanas, resultando muito reduzido o número de escrituras que

³*Ibidem*, p. 35.

⁴ Proposta de J. C. Ferreira de Almeida, publicada em 1978, *op. cit.*, p. 34,.

detectámos, até ao ano de 1940. Contudo, analisámos algumas escrituras relativas a parcelas de terreno, vendidas para construção, com diferentes tipologias. Em 1939, é feita escritura de uma parcela de terra, com a área de 60 metros quadrados, para construção urbana, desanexada de uma porção de terreno com a superfície de 1336 metros quadrados, onde se encontrava já edificado um prédio habitado pelos vendedores⁵. Temos ainda a informação de que este terreno foi transaccionado por trinta escudos. Como se pode constatar pela dimensão do terreno adquirido, a casa a construir teria dimensões muito reduzidas, ocupando, com certeza, toda a área útil.

Ainda, em 1939, registámos outras transacções de terrenos para construção, com áreas sensivelmente superiores e, de acordo com as confrontações, situados em zonas próximas. Num dos casos, a parcela vendida tinha a superfície de novecentos e vinte e oito metros quadrados, sendo a venda feita pela quantia de duzentos escudos⁶. Noutro caso, é transaccionada uma porção de terreno com a superfície de 170 metros quadrados, conjuntamente com outra de 150 metros quadrados, onde se achava edificada uma morada de casas, com três divisões. Este conjunto, composto por uma morada de casa e quintal, formava já um só prédio. De salientar a valorização destas parcelas pelo facto de possuírem, integrada nelas, construção urbana, tendo sido vendidas por dois mil e quinhentos escudos⁷. Parece-nos registar-se alguma valorização da propriedade, tendo em conta os montantes declarados pela venda das anteriores.

As datas da realização destas três escrituras estão de acordo com a época do início do desenvolvimento dos bairros espontâneos, situados na cintura peri-urbana da cidade, apontada por Maria Domingas Simplício e corroborada pela publicação dos primeiros dados demográficos referentes ao bairro. Também esta autora, caracterizando genericamente a construção urbana destes bairros, aponta várias soluções que se encaixam na tipologia das habitações que ainda podemos observar e que sabemos serem das mais antigas.

“São desta época os bairros da Comenda, Almeirim, Canaviais, (...) constituindo um conjunto de bairros espontâneos, surgidos em todas as direcções e compostos por soluções urbanísticas muito idênticas: habitações de pequena dimensão, de um só piso, caiadas, com rodapés pintados, dispostas

⁵ Cf. ADE, *Registos Notariais*, L. 2976, f. 31.

⁶ *Ibidem*, L. 3617, f. 41-43.

⁷ *Ibidem*, L. 3617, f. 73.75 v.

em banda contínua, muito idênticas às povoações rurais de onde, geralmente, estas populações eram oriundas⁸.”

Enquanto para o espaço urbano os registos notariais se revelaram pouco generosos, quando passamos para o espaço rural a situação altera-se completamente, transformando-se os registos num enorme manancial de informação por trabalhar. Tendo o cuidado de identificar as propriedades alvo de transacção na cartografia existente, e embora tenhamos realizado, para alguns anos, o estudo por amostragem (1890-1940), concretizámos o levantamento de cerca de cento e setenta transacções efectuadas, referentes a propriedades que se inserem neste espaço. Estamos a referir-nos a um universo de mais de setenta quintas e de inúmeras outras propriedades, algumas das quais nunca foram objecto de transacção durante o período que delimitámos para a nossa investigação, outras, pelo contrário, surgiram mais do que uma vez nas escrituras analisadas.

Encontrámos uma tipologia variada para designar estas propriedades, não sendo fácil efectuar, a partir da nomenclatura usada, uma distinção precisa das mesmas. Do levantamento efectuado, transparece a ideia de que os notários registavam as propriedades utilizando um tanto aleatoriamente as designações de quinta, quartel, courela, tapada, ferragial, quintinha, bocado de terra, ou mesmo, prédio rústico.

Ao longo da pesquisa, deparámos com diferentes situações: as designações atrás referenciadas surgiam, por vezes, acompanhadas de um nome ou associadas entre si, das formas mais díspares, o que não nos permitiria, se o pretendêssemos fazer a partir daí, hierarquizar as propriedades ou perceber objectivamente o conceito subjacente a cada uma delas. As associações, que listamos abaixo, surgem em todos os cartórios e ao longo de todos os anos em estudo:

- quartel ou courela da Clara, quartel ou courela de Valle d’El-Rei
- quinta ou quartel ou courela do Alpedriche
- prédio rústico ou quartel
- courela de vinha ou quartel
- quartéis ou tapadinha

⁸ Maria Domingas Simplício, *op. cit.*, p. 114.

- quartéis ou ferragial
- prédio rústico formado por três quartéis reunidos
- prédio rústico ou quinta
- três quartéis hoje denominados quinta

Em virtude de surgirem todas estas designações, decidimos, primeiramente esclarecer estes conceitos. Assim, iniciámos a tarefa pelo vocábulo *quartel* que, quando se refere a terra, é definido de uma forma genérica um tanto vagamente: “ campo de certa extensão, diz-se por extensão das porções de um todo que não é dividido exactamente em quatro partes⁹”. Em anúncio publicado na imprensa local, respeitante à venda de um quartel, tivemos conhecimento das suas dimensões, não sendo possível, contudo, generalizar estas medidas: “ 152,35 m de comprido por 14,85 m de largo¹⁰”.

A designação de *courela*, nesga de terra cultivada, comprida e estreita ou “porção de terra da largura de dez braças e do comprimento de cem¹¹” – aproxima-se da definição que os vários autores atribuem a *quartel*, embora com as devidas especificidades. De um modo geral, quer no que toca ao *quartel*, quer no que se refere a *courela*, estamos a referir-nos a pequenas propriedades, desanexadas de outras maiores, quer fossem grandes quintas, ou mesmo herdades.

Outro termo que surgiu, embora nomeando apenas um número muito reduzido de propriedades (dez), foi o de *ferragial*. Esta designação aparece directamente relacionada com o tipo de produção a que os campos eram destinados: “campo de ferrejo ou de ferrã (cevada ou centeio cortados em verde para o gado)¹²”, e não com as suas dimensões, que nos parece ser a associação feita quando chegamos à origem dos termos anteriores.

Deste modo, podemos estabelecer uma associação entre dois termos que surgem pela mesma via: *ferragial* e *panasqueira* – “panascal, terra sertaneja de pouca importância, terreno onde abunda o panasco (planta herbácea da família das gramíneas),

⁹ Cf. Fr. Domingos Vieira, *Grande DicionárioPortuguez ou Thesouro da Lingua Portuguesa*, Porto, Editores E. Chardron E. Bartholomeu H. de Moraes, 1874.

¹⁰ *Notícias d'Évora*, Nº 820, 18 de Junho de 1903, p. 3.

¹¹ Cf. Frei Domingos Vieira, *op cit.*

¹² Cf. *Dicionário de Língua Portuguesa*, 6ª Edição, Porto, Porto Editora, 1985, p.749.

terreno pantanoso onde cresce a erva: pode dizer-se panascal, panasqueiro ou panasqueira¹³”, ou, ainda, “panasco planta usada para pasto¹⁴”.

José Pedro Machado, no *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, associa a palavra *panasqueira*, derivada de *panasco*, com um topónimo usado no distrito de Castelo Branco e na freguesia dos Olivais, em Lisboa. Como resultado deste estudo, pode acrescentar-se a estas duas zonas a ocorrência em Évora, no bairro dos Canaviais, onde o topónimo aparece a identificar duas quintas e uma courela: as quintas da Panasqueira e do Panasqueiro e a courela A Panasqueira.

Continuando nos termos que designam pequenas propriedades, aparecem as denominações de *tapada* e *tapadinha*. Nestes casos o seu significado não se prende com terrenos destinados à produção agrícola, mas com zonas de arvoredo e eventualmente de caça: “mata vedada por muro, cerca de arvoredo e mata onde se cria caça, tapada com muro ou parapeito¹⁵”. Por se tratar de propriedades de pequenas dimensões, as categorias encontradas não divergem grandemente, quando procuramos enquadrá-las cientificamente.

O vocábulo *quinta* surge, igualmente, associado à pequena propriedade. Antes de recorrermos aos dicionaristas já referidos, devemos deter-nos na última referência que transcrevemos dos registos notariais: “três quartéis hoje denominados quinta”. Esta associação induz-nos a hierarquizar os dois conceitos, colocando o vocábulo *quinta* no topo da hierarquia das propriedades rústicas peri-urbanas, apesar de por vezes aparecer misturado com *courela* e com *quartel*.

Quinta, na opinião de Leite de Vasconcelos, derivaria da *villa* rústica romana, significando uma subunidade dentro dela, com habitação, vinha, pomar, olival, horta, poço e estruturas para animais¹⁶.

No *Dicionário da Língua Portuguesa*, atribui-se a *quinta* a definição de “propriedade rústica, cercada ou não de árvores, com terra de sementeira e, geralmente, casa de habitação”. Frei Domingos Vieira não se afasta destas definições, indicando que

¹³ Cf. *Ibidem*, p. 1223.

¹⁴ Cf. *Grande Enciclopédia do Conhecimento*, vol. 14, s.l., Círculo de Leitores, s.d., p. 2015.

¹⁵ Cf. Frei Domingos Vieira, *op. cit.*

¹⁶ José Leite de Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa*, 1ª edição, vol. II, p. 278, apud Manuel Carvalho Moniz, «Os subúrbios de Évora nos princípios do século XIX» in *Revista de Guimarães*, vol. 105, 1995, p. 221.

a mesma é sinónimo de “fazenda no campo com sua casaria”. Carvalho Moniz, embora não fazendo parte do grupo dos dicionaristas, entende que, etimologicamente, esta designação está também ligada ao facto de o rendeiro pagar “ao senhor da terra uma renda ou um foro anual fixado em «uma quinta parte» dos produtos colhidos nessa propriedade¹⁷.”

Ainda Carvalho Moniz, corroborando as opiniões expressas anteriormente, diz o seguinte:

“É a região das Hortas e das Quintas que são prédios rústicos com edifícios destinados não só à habitação, mas sobretudo à exploração agrícola e pecuária. (...) No Tombo da Matriz da freguesia de Nossa Senhora da Assumpção (...) se verifica que a Quinta se «compõe de casas, olival, vinha, pomar de caroço e terra de semear»¹⁸.”

Os especialistas consultados convergem nas explicações apresentadas, ao referirem na constituição da quinta uma zona de habitação e outra rústica, tal como verificámos nas descrições das propriedades efectuadas nos registos dos notários. Em aproximadamente setenta registos de quintas, cujas escrituras analisámos, encontramos cinquenta e uma referências idênticas, onde é sempre discriminada a zona de habitação e a zona rústica: “casas térreas, terras de semear, olival e sobreiral”; “casas de habitação, poço, tanque, terras de semear, olival, árvores de fruto e uma vinha”, “casas de habitação, vinha, olival e terras de semear”.

As quintas, a cujas escrituras tivemos acesso, foram registadas com um nome que as identifica, não acontecendo o mesmo com a maioria das outras propriedades (quartéis, courelas, ferragiais). Nesses registos, quer se trate de compras e vendas, arrendamentos ou testamentos, as propriedades surgem identificadas pelo nome pelo qual são conhecidas e, tratando-se de primeiro registo, são indicadas as confrontações, de acordo com os pontos cardeais: nascente, poente, norte e sul.

Conjuntamente com as confrontações, os notários, ao procederem ao registo das propriedades, no sentido de precisar com exactidão e clareza a localização das mesmas, socorrem-se de outras indicações. Este acto, que se repete em todos os registos desta

¹⁷ *Ibidem*, p. 221. A freguesia de Nossa Senhora da Assumpção deu origem à freguesia da Sé, onde se integrou o bairro dos Canaviais até 1985.

¹⁸ *Ibidem*, p. 224.

natureza, leva a que se criem mecanismos que facilitem tal procedimento. Deste modo, numa área tão extensa como era a da freguesia da Sé, numa época em que o crescimento urbano não se expandira para além do recinto amuralhado da cidade de Évora e quando se utilizavam como pontos de referência apenas quintas ou edifícios marcantes da região, não nos parece que fosse simples precisar a localização das propriedades.

Então, embora não sendo designações administrativas, oficiais, os notários utilizam a nomenclatura *à guarda de*, sendo que esta faz parte do vocabulário geral e do conhecimento comum na zona a que se refere. Entretanto, com a criação de outras divisões administrativas, com o aparecimento dos aglomerados urbanos nas zonas rurais e, provavelmente, com a facilidade nas comunicações, esta designação caiu em desuso, deixando de ser utilizada pelos notários nos últimos registos que analisámos.

Não sendo regra, encontrámos igualmente quartéis, courelas, ferragiais e quintinhas com um nome identificativo, totalizando vinte e uma propriedades, num total de cento e vinte e duas (entre courelas, quartéis, ferragiais):

- courelas: “a Panasqueira”, do Marquês de Abrantes, do Duro, Carvalhinho, o Canavial, do Coval, do Pinheiro, do Merca Tudo, dos Andrades, Quintinha;
- quartéis: Quatro Olhinhos ou Luredinho, Frizão, Faria, Thiago, da Fonte ou do Fontes, do Perdigão, Cartaxo, Moita das Oliveiras;
- ferragial das Oliveiras;
- quintinha José Lourenço, quintinha do Alpedriche.

Os mesmos registos, riquíssimos de informação no âmbito da história rural local, descrevem as propriedades indicando a variedade de produções nelas existentes e todo o tipo de equipamentos que possam ter, desde a casa, à nora, ao lagar, passando pelas pocilgas, galinheiros, retrete ou tanque, entre outros. Pela impossibilidade de apresentar toda a informação recolhida, seleccionámos os que nos pareceram mais elucidativos desta situação:

- Quinta dos Arcos, na guarda de Alpedriche – composta de casas de habitação, poço, tanque, terras de semear, olival, árvores de fruto e uma vinha¹⁹.
- Quinta da Tormenta e uma courela ou quartel, na guarda de Alpedriche – composta de terras de sementeira, olival, pastagens, pinhal, casa para quinteiro e cavalaria²⁰.
- Ferragial situado à estrada do Espinheiro – terra de sementeira e uma eira ladrilhada²¹.
- Vila Amélia (Quinta da Pintassilga), situada no Espinheiro – duas casas de habitação, terras de sementeira, horta, árvores de fruto, vinha, olival, poços, forno, cavalaria, retrete, galinheiros e chiqueiro²².
- Quinta da Dona Helena e um quartel anexo, situado na guarda do portado de Valle Flores – casas de habitação, lagar de azeite, terras de semear, vinha, olival e árvores de fruto²³.
- Quinta da Machoca, na guarda de Gouvêa – casas de habitação, vinha, olival, terras de pão e pastagem²⁴.
- Quinta da Chã, quintinha de José Lourenço, guarda da Carne Azeda – casas de habitação, restos de vinha, arvoredos e terras de semear. A quintinha, foreira à Confraria de Santa Marta, compõe-se de terras de semear, restos de vinha, algumas oliveiras, duas pequenas casas e forno²⁵.

Baseando-nos nos dados recolhidos, os quais acabámos de exemplificar, pudemos proceder à caracterização das propriedades, verificando que há elementos que se repetem, mas que há outros que são variáveis, trazendo alguma mais-valia às propriedades. No primeiro caso encontram-se as casas de habitação, existentes em todas as quintas, já os lagares, fornos, cavalariças e eiras são equipamentos menos referidos.

¹⁹ Cf. A.D.E., *Registos Notariais*, 1905, L. 2257, f. 23 - 24 v.

²⁰ C.f. *Ibidem*, 1912, L. 2016, f. 14 v. - 16.

²¹ Cf. *Ibidem*, 1917, L. 2460, f. 1 - 2.

²² C.f. *Ibidem*, 1917, L. 2466, f. 1 - 3.

²³ C.f. *Ibidem*, 1882, L. 68, f. 90 - 90 v.

²⁴ C.f. *Ibidem*, 1900, L. 2357, f. 24 v. - 26.

²⁵ C.f. *Ibidem*, 1907, L. 244 4, f. 8 - 10.

Na viragem do século XIX para o XX, estas terras, localizadas na zona norte, eram propriedade, quase todas elas, de senhores residentes na cidade, que as utilizavam como local de recreio, em algumas épocas do ano, mas, essencialmente, como investimento e fonte de rendimento.

Nos documentos analisados, parece registar-se alguma dinâmica na transferência dos títulos de propriedade. Atrevemo-nos a fazer esta afirmação devido a transacções comprovadas da mesma propriedade, num escasso período de tempo. Do total de escrituras analisadas (cento e setenta e seis), num período de cerca de trinta anos, catorze quintas são transaccionadas três ou mais vezes. Outras vinte e duas foram registadas em duas escrituras de compra e venda, o que significa que, no mesmo período, mudaram de proprietário mais do que uma vez.

As escrituras permitem-nos perceber, por vezes, as motivações subjacentes às transacções concretizadas. Em algumas situações, trata-se apenas de vulgares processos de compra e venda a particulares, noutras, a alienação é vincada devido à necessidade de partilhas, em virtude de heranças, por último, detectámos algumas compras, efectuadas a bancos, devido a execução de processos de falência²⁶.

Quanto à exploração agrícola, esta fazia-se, em alguns casos, directamente pelos proprietários, em muitos outros essa exploração realizava-se através do processo de arrendamento. O arrendamento das quintas, ou das propriedades de menores dimensões, era celebrado, em muitas situações, através de contratos escritos, sendo as rendas pagas anual ou semestralmente, uma parte em dinheiro, outra em géneros. Relativamente aos géneros, a maior incidência respeita às produções de trigo, azeitona e azeite, uvas, batatas e cebolas, com as quantidades discriminadas em arrobas e respectiva equivalência em quilos.

Nos registos, encontrámos alguma variedade quanto aos prazos contratados, num intervalo que pode ir de um a dez anos. Contudo, a maior parte daqueles que analisámos situa-se entre os três e os seis anos, encontrando-se nos extremos um número muito reduzido de casos. Quanto ao valor, os arrendamentos são muito variáveis, dependendo,

²⁶ Cf. *Ibidem*, 1916, L. 135, f. 13 – 14; 1914, L. 2019, f. 15 v. - 16 v.; 1893, L. 28, f. 70 - 72 v.; 1909, L. 2262, f. 30 - 32.

entre outras possíveis justificações, da dimensão das propriedades (consultar o quadro Valor das Rendas, em Anexo).

Da análise efectuada conclui-se, maioritariamente, pelo aumento das rendas nos contratos realizados em épocas sucessivas, embora tenhamos encontrado casos de excepção, em que o inverso se verifica. A título de exemplo, referimos o caso de uma quinta arrendada, em 1921, por trezentos escudos anuais, mais o valor fixo em uva e azeitona. Quando é feito o prorrogamento do contrato, em 1924, mantêm-se as quantidades de uva e de azeitona, sendo o valor em dinheiro aumentado para quinhentos escudos. De 1916-17 até 1923, Portugal passa por um período de graves carências, acompanhadas de uma brutal alta de preços. Entre 1907 e 1923, os preços médios ao consumidor teriam aumentado à roda de doze vezes²⁷.

Noutra situação de arrendamento, da mesma quinta, em quatro contratos, num total de seis, a renda começa no valor de cento e dezassete mil réis atingindo, em 1919, duzentos e sessenta escudos. Inexplicavelmente, em 1924, o valor do mesmo arrendamento desce para cento e vinte escudos e em 1925 para cem escudos. Este abaixamento é coincidente com o período de instabilidade do final da Primeira República, onde a inflação atingia valores muito altos, não se compreendendo que os valores baixem desta maneira. Contudo, Armando de Castro refere, para esta época (entre 1910-1926), as dificuldades por que passavam os assalariados, rendeiros e pequenos proprietários²⁸.

As produções da propriedade, que faziam parte da renda, surgem frequentemente avaliadas, sendo-lhes atribuído um valor colectável, em termos fiscais. A esta renda acrescia um inumerável conjunto de obrigações e as *pitanças*²⁹. As *pitanças*, por vezes, confundem-se com a parte da renda paga em géneros: em alguns contratos surgem como parte da produção de vinha e olival (o que nalguns casos faz parte da renda), noutros

²⁷ Cf. Armando de Castro, «A dinâmica económica desde 1910 até à década de 1960» in *História de Portugal*, dir. José Hermano Saraiva, Lisboa, Publicações Alfa, 1985, p. 249.

²⁸ Cf. *Ibidem*, p. 246.

²⁹ As *pitanças* fazendo parte da renda, variavam de contrato para contrato, dependendo das produções próprias de cada propriedade. Etimologicamente o vocábulo deriva do latim *pictancia*, referindo-se a “*Mezada, ou ordinária em dinheiro; Couto, 7. 10. 12. diz, que costumavam levar os vereadores de Cochim a el-rei, nos primeiros dias de Janeiro, um Portuguez (moeda) de ouro, de pitança... ou dado de janeiras.*”, por analogia, poderá dizer-se que se trata de uma parte extraordinária da renda. in António de Moraes, *op. cit.*, vol II, p. 547.

como produtos hortícolas e fruta, acrescendo à renda paga em dinheiro, em uva e azeitona. Com o objectivo de clarificar esta questão, trazemos à discussão alguns dados provenientes da documentação investigada.

No contrato efectuado, em 1921, entre Dona Maria das Dores Rolim Moron, proprietária, e João António Catraia, rendeiro, referente ao arrendamento da quinta do Canavial, estabelece-se o prazo de três anos, sendo a renda a pagar no valor de trezentos escudos anuais, acrescidos de mais trinta quilos de azeitona (metade bical e metade galega), noventa quilos de uva formosa (boa e escolhida, própria para pendurar). Em termos fiscais, o valor atribuído à azeitona é de um escudo e sessenta centavos e à uva de seis escudos³⁰.

O arrendamento da quinta da Courinha é feito contra o pagamento de quatrocentos e cinquenta litros de trigo, oitenta litros de azeite (cuja acidez não exceda dois graus), sessenta quilos de uva, quarenta e cinco quilos de azeitona, cento e cinquenta quilos de batata, setenta e cinco quilos de cebola, e ainda as pitanças seguintes: produtos da horta duas vezes por semana e ainda alguma fruta nas épocas próprias³¹.

A acrescer às rendas, os rendeiros têm a seu cargo outras obrigações, as quais devem cumprir, escrupulosamente, pois qualquer falta pode levar ao rompimento do contrato e ao pagamento de multas e de indemnizações. Os deveres expressos para com a propriedade arrendada são pormenorizados nos contratos, individualizando-se os cuidados a ter com casas, noras, lagos, o impedimento de criar gado vacum, ovino, caprino e suíno.

Os contratos explicitam estas questões de forma bastante clara. Exemplificando, com o contrato realizado para a quinta Nova do Canavial: ao rendeiro era proibido ter canavial em volta do tanque e poço, tal como nos terrenos de cultivo. O forno, cavaliça, cocheira, coelheira e galinheiro ficavam de uso comum ao senhorio e rendeiro. Igualmente era proibido apascentar, na quinta, gado bovino, lanígero, caprino e suíno e era de sua obrigação plantar, anualmente, dez árvores diversas, tais como

³⁰ Cf. ADE, *Registos Notariais*, 1921, L. 2699, f. 35 v. -39.

³¹ Cf. *Ibidem*, L. 2730, f. 53.

oliveiras, abrunheiros, pereiras, damasqueiros, substituindo tudo o que se perdesse, por forma a que ao terminar o arrendamento não houvesse faltas³².

O rigor e exigência dos proprietários, para com os rendeiros, eram de tal forma que, na quinta Nova das Cinco Cepas, em 1924, ficou definida a forma de organização da lavoura. O terreno devia ser dividido em três folhas de lavoura, sendo uma de alqueive, outra temporã e a terceira de relvas³³.

As limpezas, pinturas e cuidados a ter com os equipamentos existentes nas quintas também não são esquecidos. Joaquim José Zurzica, em 1900, ao arrendar a quinta de Santo António, situada na guarda da Queimada, fica obrigado a trazer sempre limpas e ventiladas as casas de habitação, das quais não poderá fazer palheiros, currais ou estábulos³⁴.

Maximiano José Candieira, ao aceitar as condições impostas no arrendamento da quinta da Parteira e quartéis anexos, em 1911, fica obrigado a cair à sua custa, interior e exteriormente, todos os prédios de habitação e quaisquer outras edificações. Os alcatruzes da nora não são esquecidos, devendo ser pintados, de dois em dois anos, oleada toda a estrutura e, durante o Inverno, deve retirar os disponíveis para não se estragarem³⁵.

Curioso, e ao mesmo tempo revelador da parte lúdica e de recreio que constituía algumas quintas mais ricas, é o teor do contrato da quinta de António dos Santos Mata, situada na guarda do Espinheiro, zona esta considerada muito aprazível, nos jornais da época³⁶. Aqui, é feita referência à lagoa dos cisnes, onde não deveria faltar água, nem limpeza. As plantas exóticas, usadas como embelezamento das ruas da propriedade são igualmente referenciadas, nomeadamente as palmeiras, os caramanchões e demais plantas. As aves, que vivem livremente nos jardins, dando-lhes beleza e alguma excentricidade, são identificadas para que não lhes falte o tratamento adequado: pavões, cisnes e cegonhas³⁷.

³² Cf. ADE, *Registos Notariais*, L. 2629, f. 37-38.

³³ Cf. *Ibidem*, L. 2737, f. 16 -19.

³⁴ Cf. *Ibidem*, L. 2359, f. 40-42.

³⁵ Cf. *Ibidem*, L. 2422, f. 26 v.-28 v.

³⁶ *Notícias d'Évora*, Nº 1394, 20 de Maio de 1905, pp. 1 – 2 e Nº 4706, 13 de Setembro de 1916, pp. 1-2.

³⁷ Cf. ADE, *Registos Notariais*, L. 2476, f. 18 -19.

Outro assunto tratado, num número significativo de escrituras diz respeito aos procedimentos a ter com a vinha, quer seja nova ou não, desde o plantio de novos bacelos, aos enxertos, passando pelas podas, fertilização e pelos tratamentos contra a filoxera. Surgem referências à vinha americana, aos barbados ou bacelos americanos, quer quando respeitam a substituição da vinha velha por vinha nova, quer quando falam do repovoamento das faltas de vinha.

Estes cuidados estão directamente relacionados com a tentativa de recuperação da crise da filoxera, que provocara estragos incalculáveis. Procurava-se, num esforço renovador, recuperar a anterior posição da produção vitivinícola e ampliá-la constantemente com o desenvolvimento do plantio³⁸. Em onze contratos de arrendamento, ficou registada esta obrigação, por parte dos rendeiros.

“(...) o rendeiro fica obrigado a plantar na quinta e no primeiro ano deste arrendamento treze carreiras de bacelos incorporados aos que lá estão e nas mesmas condições. O rendeiro fica obrigado a enxertar todos os bacelos que pozer e dos que existem e a completar com mergulhais todas as faltas que existem bem como a tratar da sua criação e desenvolvimento³⁹(...)”

Os cuidados com as vinhas sobrepõem-se, visivelmente, àqueles que são dispensados aos olivais ou às árvores de fruto (chamadas também *pomares de caroço*), apesar de estes não serem ignorados. As recomendações, para com os pomares e para com todo o tipo de arvoredos que possa coexistir nas propriedades, são sempre ressalvadas, de maneira a que os rendeiros os cuidem e façam “progredir”. Encontraram-se, igualmente, nos registos de arrendamento, quando as propriedades constavam de pomar de caroço, arvoredos, sobreirais ou pinhal, os cuidados e obrigações a que os rendeiros deveriam obedecer.

Uma das obrigações que mais se repete, ao longo destes contratos, é o facto de não ser permitido cortar ou arrancar árvore alguma ou pernada real, nem vinha⁴⁰. Em caso de transgressão, estavam estipuladas multas, como verificámos no contrato efectuado

³⁸ Cf. Dulce Freire, «A crise do vinho ou dar de comer a um milhão de portugueses» in *História*, n.º 3, Dez. 1994, ano XVII (nova série), p. 24.

³⁹ ADE, *Registos Notariais*, L. 2471, f. 33 v.-35.

⁴⁰ Cf. *Ibidem*, L. 2401, f. 15-16 v.

para as quintas do Guedes e Courinha, onde, por cada árvore cortada ou arrancada, deveriam ser pagos cem escudos e, por cada pernada, cinquenta escudos⁴¹.

A ideia de que as zonas de arvoredo poderiam ser acrescentadas, torna-se uma das obrigações de quem arrenda. Assim, é comum, os rendeiros, serem obrigados a plantar de sua conta, anualmente, árvores diversas, tais como oliveiras, abrunheiros, pereiras, damasqueiros, entre outras.

O levantamento das propriedades rurais, da cintura envolvente da zona urbana do bairro dos Canaviais, provou-nos que a produção agrícola nas quintas, quartéis e courelas desta zona da cidade, nesta época, se encontrava definida em várias áreas, nem sempre bem delimitadas, constando de produção de vinha, olival, árvores de fruto (pomar de caroço), terras de sementeira (terras de semear ou terras de pão).

Estas produções mantêm-se, tradicionalmente, no aro agrícola da cidade de Évora, sendo referenciadas por diferentes autores que estudaram épocas distintas. Ângela Beirante, especialista da história desta cidade na época medieval, identifica, no século XV, o plantio de vinha no “caminho das Cinco Cepas”⁴², localizando-se esta via no interior da área do bairro.

Com Carvalho Moniz, investigador da história local, encontramos as produções identificadas logo no primeiro Foral de Évora, onde houve o cuidado de distinguir a produção de vinho, nesta zona específica da cidade, e de regularizar a sua venda:

“É provável que no tempo da dominação romana houvesse vinhas em Évora, mas é certo que os Árabes aqui as cultivavam com abundância, visto que após a conquista da cidade por Giraldo Sem Pavor, em 1166 quando foi dado o foral Afonsino, nele o nosso primeiro rei teve o cuidado de regularizar a venda do vinho. (...) Nesta recuada época temos notícia de existirem vinhas à volta da cidade em (...) Louredo (1443) (...) Espinheiro (1473) (...)”⁴³

A olivicultura também não foi esquecida no foral Afonsino, revelando-se, paralelamente, uma importante produção já contemplada pelos costumes mouriscos:

⁴¹ Cf. *Ibidem*, L. 2730, f. 53 v.

⁴² Cf. Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1988, p. 432.

⁴³ Manuel Carvalho Moniz, *Dominicais Eboreses*, Évora, Câmara Municipal de Évora, 1999, p. 211.

“(…) o foral de Évora, concedido por D. Afonso Henriques, em Janeiro de 1166, logo após a conquista da cidade, é comprovativo da existência de muitos olivais na região eborense, e ainda no Foral dos Mouros eborenses, datado de 1273, se faz referência expressa ao azeite (...)”⁴⁴

Contribuindo para a produção agrícola constavam também as hortas, que forneciam os legumes e hortaliças frescos, consumidos diariamente nos mercados da cidade, o montado de sobro e de azinho, o arvoredado (genericamente), o pinhal e as pastagens.

Não sendo frequente, encontrámos algumas vezes a indicação de que as áreas de produção se encontravam misturadas: “quartel de vinha e olival”, “quartel de vinha com oliveiras”, “courela de terras de semear com oliveiras”. Assim, é natural encontrar a área destinada à vinha misturada com o olival ou com árvores de fruto, ou, noutros casos, encontrar o cultivo de cereais de sequeiro na zona destinada ao olival. Era hábito, também, nestas quintas haver árvores de fruto na zona onde se fazia horta, o que proporcionava sombras e permitia que as árvores recebessem mais alguma água das regas.

Os registos notariais analisados possibilitaram-nos a recolha dos elementos que sistematizámos nos quadros IV (*Caracterização das quintas*) e V (*Caracterização das propriedades de menores dimensões*), na tentativa de perceber, de forma objectiva, como se organizava o espaço rural em torno do núcleo onde surgiu o bairro. Com os dados recolhidos poderemos entender de que forma se fazia a exploração da terra, o que é que se produzia com mais abundância, qual o tipo de propriedades que predominava nesta área e, também, quais os principais equipamentos e construções que possuíam. Tal como referimos atrás, de acordo com os registos que analisámos, é visível, em quase todas as propriedades, a existência mista de culturas, que varia entre o olival, a vinha, as terras de pão (cereal) e o pomar.

“Estas pequenas propriedades, onde se praticava uma agricultura intensiva, asseguravam o abastecimento à cidade de variadíssimos produtos alimentares. Entre os mais frequentes referidos na documentação da época, destacamos: o vinho, o azeite, os legumes (hortaliças, favas, grão, feijão), a fruta (melões, melancias, marmelos, uvas, figos, maçãs)”⁴⁵.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 243.

⁴⁵ Teresa Fonseca, *Absolutismo e Municipalismo – Évora 1750-1820*, Lisboa, Edições Colibri, 2002, p. 73.

QUADRO IV⁴⁶

CARACTERIZAÇÃO DAS QUINTAS

QUINTAS	C A S A S	V I N H A	O L I V A L	T S E E R M A A S R	A R V O R E D O	P O M A R	H O R T A	P O Ç O	O ⁴⁷ U T R O S
Abade e S. Pedro	-	X	X	-	-	X	-	-	-
Albardeira de Cima / Nova da Albardeira	-	X	X	-	-	X	-	-	-
Albardeira de Baixo	X	-	-	X	-	X	-	-	-
Alcântara	X	X	X	X	-	X	-	X	-
Alpedriche	X	-	X	X	X	X	-	-	-
Altos do Bombeja	X	X	X	X	X	-	-	-	-
Amendoeira	X	X	X	X	-	-	-	-	-
Anta	X	X	X	X	-	-	-	-	-
Arcos	X	X	X	X	-	-	-	X	X
Atafonas	X	X	X	X	-	-	-	X	-
Barradas	X	X	X	-	-	-	-	X	-
Besouros / Ourives	X	-	-	X	X	-	-	X	-
Boa Esperança	-	X	X	X	X	-	-	-	-
Bufarda	X	-	X	X	-	-	-	X	-
Canavial / Sabino	X	X	X	X	-	X	-	X	X
Carne Azeda	X	X	X	X	-	X	X	X	X
Cerieira	X	-	X	X	-	X	X	X	X
Chã	X	X	-	X	X	-	-	-	-
Chalrite	-	X	X	-	-	-	-	-	-
Chamboinha	X	-	X	X	-	-	-	-	-
Cigana	X	-	X	X	-	-	-	-	-
Cinco Cepas	X	X	X	X	-	X	-	-	-
Courinha	X	X	X	X	-	X	X	-	-
Cravelinha de Dentro / do Prior	X	X	X	X	-	-	-	X	-
17	14	12	15	14	4	8	2	9	4

⁴⁶ ADE, *Registos Notariais*, 1880-1940.

⁴⁷ Incluímos neste grupo: cavaliças, cocheiras, coelheiras, galinheiros, chiqueiros, retetes, lagos, lagar e pastagem, cuja identificação só foi realizada uma vez, e noras, forno (3) e tanque (3). Decidimos, também, agrupar as designações de arvoredos (8) com pinhal (1) e sobreiral (3). Estes elementos apresentam uma frequência pouco significativa para merecerem um campo específico. Embora só nos tenham surgido dois lagares, pensamos que a sua importância é fundamental numa zona onde se produzia azeite em tantas propriedades. Contudo, como era um engenho que exigia determinado investimento, é natural que se utilizassem lagares da zona da cidade para fazer o azeite.

QUINTAS	C A S A S	V I N H A	O L I V A L	T S E E R M R E A A S R	A R V O R E D O	P O M A R	H O R T A	P O Ç O	O U T R O S
Cravelinha de Fora	X	X	X	X	-	-	-	X	-
Cruzadas	X	-	X	X	-	-	-	-	-
D. Helena	X	X	X	X	-	X	-	-	X
Dr. Baltazar	-	X	-	-	-	X	X	-	-
Enfrozina / Eufrozina	X	X	X	X	-	-	-	-	-
Espinheiro	X	-	-	X	-	-	X	-	-
Guedes	X	-	X	X	-	-	X	-	-
José Lourenço	X	X	X	X	-	-	-	-	X
Lage / João Coelho	X	X	-	-	X	-	-	-	-
Linguíça	X	X	X	-	-	-	-	-	-
Machoca	X	X	X	X	-	-	-	-	X
Marchanta	X	X	X	X	-	X	-	X	-
Marrecas	X	-	X	X	-	X	-	X	-
Mestrinho	X	-	-	X	-	-	-	-	-
Nova das Almas	X	X	X	-	-	X	-	X	-
Nova das Cinco Cepas	-	X	X	X	-	X	-	-	-
Panasqueira	X	-	X	X	-	X	-	X	-
Parteira	X	X	X	-	X	X	-	X	X
Patacas	X	X	X	X	-	-	-	X	X
Patão	X	X	X	X	-	-	-	-	-
Pedra da Albarda	X	X	X	X	X	-	X	X	-
Pintassilga	X	X	X	X	-	X	X	X	X
Pintor	-	-	-	-	X	-	-	-	-
Pio	X	-	X	X	-	-	X	X	-
Ponte Quebrada	X	X	X	-	-	X	-	X	-
Quatro-olhos	-	X	X	-	-	-	-	-	-
Quinta (do Mata?)	X	X	X	X	-	X	X	X	X
Rabecão	X	X	-	X	X	-	-	-	-
Santo António (à Lage)	X	X	-	-	X	-	-	-	-
Taleiga	-	X	X	-	-	-	-	-	-
Tormenta	X	-	X	X	X	-	-	X	X
Turco / Turca	-	X	X	-	-	-	-	-	-
Velez	X	X	X	X	-	X	-	-	-
TOTAIS - 57	47	41	47	42	12	22	10	23	12

QUADRO V⁴⁸

CARACTERIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES DE MENORES DIMENSÕES

PROPRIEDADES DE MENORES DIMENSÕES	T O T A L	V I N H A	O L I V A L	T S E R M E R E S	A R V O R E D O	P A S T A G E M	C A S A S
Courelas	37	9	15	11	3	2	1
Quartéis	70	28	28	19	3	2	1
Ferragiais	12	-	-	2	-	12	-
Bocados de terra	2	-	-	2	-	-	-
TOTAIS	121	37	43	34	6	16	2

Nas cinquenta e sete quintas (57) analisadas, encontramos referência à existência de olival em quarenta e sete (47), de vinha em quarenta e uma (41), de terras de pão em quarenta e duas (42), de vinte (20) pomares e doze (12) zonas de arvoredo (indistinto).

Em quarenta e sete (47) casos, do total de cinquenta e sete (57), são discriminadas as casas de habitação que faziam parte da zona edificada das quintas. Ao inverso, nas outras propriedades, aparecem apenas duas casas identificadas. Esta constatação prende-se com as dimensões das courelas, quartéis e ferragiais e pelas suas características de terras de produção agrícola, raramente possuindo edifícios referenciados. Se acrescentarmos às quintas as restantes propriedades de menores dimensões, encontramos, no total, a existência de noventa (90) olivais, setenta e oito (78) vinhas e setenta e seis (76) terras de pão. As poucas referências às hortas (dez) podem dever-se ao facto de as mesmas serem consideradas zonas menores no conjunto total da produção, não se identificando como unidades autónomas, destinando-se essencialmente ao auto-consumo.

Esta explicação não encontra sustentação nos registos que analisámos, sendo uma mera hipótese de trabalho. No entanto, não queremos deixar de referir a existência da zona das hortas, que funcionavam de forma autónoma, na área peri-urbana mais próxima da cidade de Évora, sendo essas, certamente, as grandes fornecedoras de

⁴⁸ ADE, *Registos Notariais*, 1880-1940.

produtos hortícolas frescos à cidade. Ainda hoje, na zona peri-urbana mais próxima da muralha, se mantêm os topónimos designativos dessas hortas: a horta da Porta, a horta das Figueiras, a horta do Bispo, a horta dos Leões, a horta dos Meninos Órfãos, a horta dos Clérigos, entre outras.

A confirmar esta afirmação, a fonte de investigação a que recorremos para caracterizar a área rural, possibilitou-nos o contacto com várias transacções realizadas com este tipo específico de propriedade, que não encontrámos na área do bairro dos Canaviais. No bairro dos Canaviais encontrámos, quase exclusivamente, as hortas como parte integrante das quintas, nem sempre sendo referidas, provavelmente, pela sua pouca importância no contexto das produções, como já foi dito. A única referência encontrada ao longo da investigação, relativamente a uma propriedade denominada por horta, foi publicada na imprensa local, em 1905, pretendendo o seu proprietário transaccioná-la: “(...) horta denominada da Gallega no sitio do Canavial; confronta com quinta das Casas Novas de Antonio José Barreto e com quinta do Chelrito⁴⁹(...)”.

Apesar de o olival ser o mais significativo no conjunto das produções agrícolas, encontrámos unicamente, nos registos analisados, referência a dois lagares de azeite. Um deles, situado na quinta da D. Helena, é objecto de sublocação por parte do quinteiro Francisco José Tégão a Francisco António da Velha, agricultor, residente na quinta da Cabeça da Guarda, Francisco António Barrabana, residente na freguesia de São Matias e Simplicio José Barrabana, residente na Boa Fé, trabalhadores rurais. Este agricultor, residente na zona dos Canaviais, e os dois trabalhadores rurais, de duas freguesias distantes do mesmo, alugam o lagar de fazer azeite, por três anos, contra o pagamento de cinquenta escudos em moeda. O aluguer revela, de algum modo, a importância dada ao engenho, levando a que os sublocatários, residentes em freguesias relativamente distantes do local, assumam um encargo desta natureza. O outro lagar, localizado no Convento ou quinta do Espinheiro, é referido na descrição efectuada da propriedade, no acto de venda, não nos sendo transmitida qualquer informação sobre o seu funcionamento.

Encontrámos, ainda, um topónimo importante na zona, directamente relacionado com esta questão: “estrada do lagar da Chainha”, sendo possível localizar o sítio onde

⁴⁹ *Notícias d'Évora*, N° 1448, 28 de Julho de 1905, p. 3.

funcionava este lagar. O termo entrou no vocabulário comum dos vizinhos levando a que designem, ainda hoje, a zona onde o mesmo se situa, por *lagar*.

Apesar de não encontrarmos um maior número de referências a lagares de azeite, sabemos por conversas com alguns habitantes mais velhos e pelo conhecimento da estrutura de algumas quintas, da existência de mais alguns lagares de pequenas dimensões, quer de azeite quer de vinho, que, pensamos, dariam resposta às necessidades, essencialmente, dos seus proprietários. Um dos lagares de fazer vinho, que ainda chegámos a conhecer, localizava-se na quinta do Lagarto.

Outra questão pertinente prende-se, com a moagem dos cereais, dado que estes eram uma das três produções agrícolas mais importantes destas propriedades. As poucas referências a moagem, quer nos registos notariais, na imprensa ou nos testemunhos orais que recolhemos, prendem-se exclusivamente, aos topónimos quinta do Moinho, situada na guarda da Cravelinha, e quinta do Moleiro, situada na guarda das Cinco Cepas, e à quinta das Atafonas, na mesma guarda, depreendendo, pela utilização do plural, de que funcionaria aqui mais do que um engenho de moer grão. A atafona é um vocábulo de origem árabe (*atahuna*; do verbo *tahana*, moer) que significa moinho de mão ou movido por uma besta⁵⁰.

Não muito longe, na zona limítrofe do Espinheiro, permanece ainda a estrutura de um moinho de vento, e, nos arrabaldes da cidade de Évora, a cerca de cinco quilómetros do bairro, existiam zonas importantes de moagem, nomeadamente, junto ao Forno da Cal (cinco moinhos) e nos Altos de S. Bento (cinco moinhos), identificados a partir da cartografia militar. Estes engenhos, localizados na cintura exterior da muralha, entre os cinco e os seis quilómetros de distância do núcleo urbano do bairro, conjuntamente com as atafonas referidas, dariam, naturalmente, resposta às necessidades de moagem dos cereais produzidos nestas quintas.

Recuando até 1758, às memórias paroquiais do concelho de Évora, o pároco responsável faz referência a vários moinhos localizados na área da paróquia da Sé, identificando, só no rio Xarrama, os moinhos do Torres, dos Fornos da Cal, da

⁵⁰ Cf. «Atafona» in António de Moraes, *op. cit.*, vol. I, p. 271.

Turregela, de Martim Gil e da Camoeira, deixando outros por indicar⁵¹. Ângela Beirante, para a Idade Média, refere:

“As ribeiras próximas de Évora, como Valverde, Degebe e Divor, fazem trabalhar vários moinhos e azenhas, mas é principalmente na primeira, também chamada Rio de Moinhos, que estes engenhos mais se concentram. Dentro dos muros da urbe, a indústria moageira era amplamente representada pelo labor das atafonas que assentava na força motriz animal⁵².”

Concluímos, assim, que as propriedades agrícolas da área rural do bairro se organizavam em quintas, courelas, quartéis, ferragiais e tapadas. Estas propriedades forneciam, essencialmente, três grandes produções: a vinha, o olival e os cereais de sequeiro. A exploração das propriedades agrícolas era feita, maioritariamente, através de arrendamento, apresentando os contratos grande variedade quando aos prazos acordados e quanto ao valor das rendas

Como já referimos, os proprietários viviam quase exclusivamente fora do bairro, sendo a maioria residente na cidade de Évora. As propriedades que possuíam no bairro eram, com certeza, uma fonte de rendimento, a acrescentar a outros provenientes das profissões a que se dedicavam e/ou a outras propriedades que possuíam.

⁵¹ Cf. Maria Ludovina Grilo, «O concelho de Évora nas memórias paroquiais de 1758» in *A Cidade de Évora*, II série, nº1, Évora, Câmara Municipal de Évora, 1994-95, p. 131.

⁵² Ângela Beirante, O vínculo cidade-campo na Évora quinhentista in *A cidade de Évora*, Évora; CME, 2ª II série, nº 6, 2002-2006, p. 89.

2.3. Caracterização da população¹

Depois de enquadrado o bairro na cidade e de caracterizado o espaço que ocupa, importa perceber como se caracterizava a população que o habitava, na época delimitada. Esta caracterização obedece a alguns cuidados, devido às alterações sofridas na geografia do bairro durante este período de cinquenta anos e, conseqüentemente, às diferenças que se farão sentir nos seus habitantes e no seu modo de vida.

A geografia do bairro, na época situada entre 1900-1950, identifica-se com um espaço predominantemente rural, onde começam a surgir, a partir da década de vinte, pequenas áreas semi-urbanas. A população residente no designado sítio dos Canaviais, enquanto não foi reconhecido o núcleo urbano, aparece, nas estatísticas, contabilizada na freguesia da Sé, não sendo possível distinguir os números correspondentes à demografia do bairro.

Os critérios seguidos na realização dos recenseamentos gerais da população, ao longo dos anos, pelo Instituto Nacional de Estatística², provocaram grandes diferenças no tipo de dados publicados. Esta variabilidade originou, em alguns anos, a publicação minuciosa de dados estatísticos, com a divulgação de resultados correspondentes a montes e lugares. Noutros anos, o critério não se repetiu, sendo publicados apenas totais por freguesia, o que equivale a não serem contemplados valores correspondentes aos Canaviais. Concretizando, no recenseamento realizado em 1900, o primeiro a ser consultado, não conseguimos individualizar qualquer referência geográfica respeitante à zona. Todavia, nos censos de 1911, a situação alterou-se, sendo publicada uma listagem de montes e quintas, onde identificámos algumas propriedades localizadas no perímetro do bairro. Trata-se de montes e quintas dispersos, englobados no perímetro que

¹ Os dados que apresentamos, relativos à população, são uma amostra decorrente dos registos que analisámos (Registos Notariais 1900-1940, Registos Paroquiais 1905-1911, Recenseamentos Gerais da População, 1900 – 1960), não podendo ser interpretados como dados representativos da totalidade. Por estas razões, pensamos não incorrer em nenhuma falha de carácter científico quando, a partir da amostragem que recolhemos, e tomando as devidas precauções, nos atrevemos a fazer algumas generalizações.

² De acordo com Maria Emília Cordeiro Ferreira, «Recenseamentos Gerais da População» in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas, 1990, pp. 240-242, o primeiro censo da população portuguesa, realizado segundo os métodos preconizados pela estatística, teve lugar em 1864 e foi levado a efeito pela Repartição de Estatística. Anteriormente, realizavam-se outras contagens da população, efectuadas com algum rigor, os numeramentos dos fogos.

definimos como área de influência do bairro, não se localizando nenhum deles na zona onde irá irromper o núcleo urbano.

A informação recolhida, que organizámos conjuntamente com os dados de 1940 e de 1960, no quadro VI, *População residente*, é uma pequena amostra, que, apesar disso, nos parece representativa do número de fogos e da população que residia nos montes e quintas de maiores dimensões, em 1911.

QUADRO VI³
POPULAÇÃO RESIDENTE – 1911, 1940, 1960

ANOS	LOCAIS	Nº DE FOGOS	Nº DE HABITANTES
1911	Monte dos Algarveos	3	5
	Paço da Vinha	3	10
	Piedade	5	23
	Quinta do Alcântara	6	23
	Quinta do Alpedriche	3	17
	Quinta da Caldeireira	8	33
	Quinta Nova da Albarda	4	10
	TOTAIS	32	111
1940	BAIRRO DOS CANAVIAIS	43	173
1960	BAIRRO DOS CANAVIAIS	469	1 425

Os valores, de 1911, revelam a existência de cerca de seis fogos por propriedade, habitando em cada um, em média três a quatro pessoas, o que pode querer significar que a área rural do bairro, que se organizava de forma dispersa⁴, também não possuía uma percentagem muito significativa de população. O povoamento desta zona das quintas, próxima da cidade, espelha a situação que ocorria nas restantes freguesias rurais, com

³ Fonte: Instituto Nacional de Estatística, *VIII Recenseamento Geral da População*, vol. VIII, p. 25; *X Recenseamento Geral da População*, tomo I, vol. 2º, pp. 219-220.

⁴Cf. Maria Domingas Simplício, *Evolução e morfologia do espaço urbano de Évora*, Évora, Universidade de Évora, 1997, p. 34.

núcleos populacionais muito reduzidos, onde os habitantes se dispersavam pelos montes, frequentemente habitados por três ou quatro famílias⁵.

Os dados dos dois outros recenseamentos são objectivos, mostrando qual a dimensão do bairro dos Canaviais, em termos demográficos, em 1940: cento e setenta e três habitantes, dos quais oitenta e seis eram homens (50%). Em 1950, voltamos a não obter dados estatísticos, porém, em 1960, o crescimento demográfico é visível atingindo mil, quatrocentos e vinte e cinco habitantes. Em média, em 1940, a cada agregado familiar correspondiam quatro pessoas, em 1960, esse valor descia para três. Verificamos, assim, que, em vinte anos, a população do bairro aumentou mil duzentas e cinquenta e duas pessoas.

Até, sensivelmente, ao final da década de vinte, a maioria da população distribuía-se, espacialmente, pelas casas localizadas nas várias propriedades rústicas. Estas, maioritariamente, na posse de indivíduos com residência em outros locais, como mostramos adiante, eram constituídas por duas zonas: uma agrícola, destinada à produção, a outra de habitação, ocupada pelos indivíduos que se dedicavam, directamente, à execução das diferentes tarefas agrícolas.

A partir do levantamento arquivístico efectuado, e de acordo com a tipologia das casas mais antigas edificadas nas quintas localizadas em redor do actual núcleo urbano, apercebemo-nos de duas situações distintas, no que se refere à constituição do espaço destinado a habitação: existência de mais do que um edifício (um destinado ao proprietário, mais imponente – “casa nobre”⁶-, outro destinado ao rendeiro ou aos assalariados - mais modesto), ou um único edifício, com vários fogos, onde habitavam várias famílias, habitualmente nas quintas menos prósperas (Ferreiro, Santo António às

⁵ Cf. Teresa Fonseca, *Absolutismo e Municipalismo – Évora 1750-1820*, Lisboa, Edições Colibri, 2002, p. 62.

⁶ ADE, *Registos Notariais*, L. 2466, f. 1 a 3 v., 1917 e L. 2699, f. 35 v. a 39, 1921. A expressão “casa nobre” é utilizada pelo notário Pinto Basto, em 1917, na redacção do contrato de arrendamento da quinta da Pintassilga: “não faz parte deste arrendamento a casa nobre onde está a legenda Vila Amélia” e, em 1921, na quinta do Canavial diz “a casa nobre da quinta”. Certamente refere-se à tipologia da habitação reservada aos proprietários e não ao estatuto social dos mesmos, pois em toda a investigação não encontramos referências a títulos nobiliárquicos. Esta situação é fundamentada, também, nas edificações ainda hoje existentes, entre outras, nas quintas do Lagarto, Pintassilga, Rafaela, Boa Esperança, D. Helena, Bela Vista, Turca, Lage, Espinheiro, onde existe uma casa mais sumptuosa, destinada a habitação dos proprietários, e outras casas mais modestas, utilizadas pelos caseiros.

Cinco Cepas, Frades de S. Domingos, Cabeça da Guarda, Cereira, Guisadas, Nova das Almas, entre outras).

Nos contratos de arrendamento ficavam firmadas, explicitamente, as obrigações dos rendeiros relativamente a todas as partes da propriedade arrendada. No capítulo anterior este assunto foi tratado no que concerne à zona rústica das propriedades, em relação à qual dissemos que os rendeiros eram sobrecarregados com imposições. O mesmo sucedia quando se tratava da zona de habitação, incluída nos arrendamentos, onde os rendeiros iriam residir e/ou quanto ao fogo destinado ao senhorio, aquando da sua permanência na propriedade. No arrendamento da quinta do Canavial, em 1921, é explicitamente referido que “a casa nobre da quinta (tres casas) não faz parte deste arrendamento⁷(...)” Relativamente à quinta da Pintassilga, em 1917, o contrato de arrendamento refere a existência de duas casas de habitação⁸.

Tendo como base de trabalho os elementos fornecidos pela amostra realizada a partir dos registos notariais e paroquiais, entre 1900 e 1950, podemos considerar de formas distintas a população do bairro, pensando classificá-la em três grandes grupos. Por um lado, tal como referimos em 2.2., surgem os proprietários das terras, que residiam preferencialmente na cidade, limitando-se a passar pequenos períodos nas quintas de que eram possuidores, constituindo um grupo muito reduzido de moradores. Depois, aparece uma segunda categoria de residentes, por vezes, também, temporários, os rendeiros. Estes, na sua maioria, habitavam no perímetro do bairro, nem todos se dedicando directamente à exploração agrícola, como explicitaremos mais à frente. De acordo com o número de registos analisados, surgem como um grupo significativo. Finalmente, encontramos uma terceira categoria, constituída pelos contratados para realizar os trabalhos agrícolas (assalariados rurais) e os serviços domésticos, definitivamente o grupo que engloba a maior fatia da população residente.

No conjunto do levantamento efectuado, é notória a predominância de proprietários residentes na cidade de Évora e seus arredores (cento e dezoito ocorrências, num total de cento e quarenta e duas). Os senhorios residentes fora da cidade, embora em menor número (vinte e quatro ocorrências, num total de cento e quarenta e duas), marcam a sua

⁷ *Ibidem*.

⁸ *Ibidem*, L. 2466, f. 1 a 3v., 1917.

presença, sendo a sua existência variável, ao longo deste período, devido à dinâmica das transacções. Quanto aos oriundos de fora de Évora, os mesmos revelam um leque variado de locais de residência, sendo referidos os seguintes lugares: Lisboa (dez ocorrências), Vila Nova de Ourém (quatro ocorrências), Porto, Cuba, Torrão, Sousel, Redondo, Arraiolos, Reguengos, Portel, Igreja, Santa Sofia e S. Matias (todos referidos apenas uma vez).

Dos cento e dezoito proprietários rurais residentes em Évora, apenas catorze habitavam nas quintas de que eram possuidores na zona dos Canaviais, o que corresponde apenas a 10% do universo levantado (142). Os residentes no bairro distribuía-se pelas quintas de Santo António, do Velez, do Maranhão, da Chamboinha, do Abade, da Chainha, da Cabeça da Guarda, da Cereira, da Albardeira de Baixo, e pelos montes das Cruzadas, Pachola e Algraveus. Relativamente a profissões, destes catorze residentes, oito encontram-se identificados somente como proprietários, três como trabalhadores rurais, e, referenciados apenas uma vez, temos um quinteiro, um lavrador e um pedreiro. Como residentes contabilizamos, ainda, as respectivas mulheres, pois todos os residentes são casados.

Os proprietários identificados dedicavam-se a um leque variado de ocupações profissionais. Os notários, quando procediam ao registo da propriedade, identificavam, da forma mais completa que podiam, todos os outorgantes, ficando registado o nome, a residência, o estado civil e a ocupação. Não obstante, a situação de ser proprietário valia só por si, pois num total de cento e quarenta e dois casos, noventa e oito (69%) surgem apenas como proprietários⁹. Não podemos deixar de referir que incluimos, nesta amostra, todos os tipos de propriedades transaccionadas, desde as quintas de maiores dimensões como a da Boa Esperança, do Lagarto, do Espinheiro, da Pintassilga, entre outras, a pequenos “tractos de terreno”, o que equivale a podermos encontrar variados tipos de compradores, com diferentes ocupações e diferentes possibilidades de investimento. No total, conhecemos quarenta e quatro proprietários rurais (31%), com

⁹ Luís Espinha da Silveira, «Venda de bens nacionais na região de Évora, estrutura da propriedade e estrutura social na região de Évora na primeira metade do século XIX», in *Análise Social*, vol. XXVI (112-113), 1991, p. 59, utiliza o conceito atribuindo-lhe o mesmo valor semântico: “Os indivíduos desta classe cuja profissão foi possível identificar (89 casos) repartem-se por um leque de actividades diversificado que inclui, no sector primário, ao lado de 1 seareiro, 14 lavradores e 35 proprietários (...)”.

outras ocupações profissionais identificadas, numa amostra de cento e quarenta e dois casos. O universo dos proprietários rurais organiza-se em dois grandes grupos: um, mais pequeno, ligado aos sectores terciário (comerciantes, negociantes, advogados, médicos, professores e solicitadores) e secundário (industriais, pedreiros, abegões), representando vinte e seis registos, o outro ligado ao sector primário (proprietários, agricultores, trabalhadores rurais, quinteiros, vaqueiros, serradores, feitores, hortelões), onde englobamos a agricultura e a pecuária, correspondendo a um universo de cento e treze registos. Não podemos excluir do universo dos proprietários rurais, a existência de três mulheres, identificadas em termos socioprofissionais como domésticas.

Embora a amostragem relativa aos contratos de arrendamento seja menor do que a relativa aos contratos de compra e venda, num total de quarenta e nove registos, foram identificados, como rendeiros, vinte e cinco trabalhadores rurais, nove proprietários, quatro agricultores, três comerciantes e quinteiros, um rendeiro, uma doméstica, um solicitador, um negociante e um proprietário e professor. Destes, inversamente ao que acontecia com o grupo dos proprietários, a maioria possuía residência em quintas situadas no perímetro do bairro, ou passou a residir nas quintas que arrendou (num total de vinte e oito registos – 57%, a que devemos adicionar vinte e cinco mulheres sem profissão referida). Contudo, um número significativo habitava fora deste perímetro ou mesmo na cidade (num total de vinte e um casos – 43%). Podemos inferir desta análise que o arrendamento das quintas, quartéis e courelas não se limitava à população residente, sendo um negócio alargado a indivíduos exteriores ao bairro.

Embora não seja muito vulgar, encontraram-se registos do arrendamento de várias propriedades ao mesmo rendeiro, o que significa por um lado, dado termos encontrado autorizações nesse sentido, que estas propriedades ainda seriam alvo de sublocação¹⁰, por outro, que havia rendeiros com maior capacidade financeira e com condições de assegurar a exploração, em termos de capital e de mão-de-obra. Mais vulgar foi encontrarmos a prorrogação dos contratos, o que pode ser considerado demonstração da estabilidade do mercado e, eventualmente, de entendimento e satisfação entre as partes. No grupo dos rendeiros salientamos o facto de a grande maioria (85%) ser identificada, profissionalmente, com os trabalhadores rurais, os quinteiros e agricultores,

¹⁰ Cf. ADE, *Registos Notariais*, L. 4779, f. 43 a 45v., 1922.

significando que o arrendamento destas pequenas propriedades era entregue a pessoas que fariam directamente a exploração agrícola.

Os registos notariais respeitam, exclusivamente, aos protagonistas das transacções, proprietários e rendeiros, excluindo quaisquer outros indivíduos. Relativamente à restante população residente no bairro, por não ser referida nesta fonte nem individualizada nos recenseamentos gerais da população, foi necessário procurá-la noutra, que identificasse todas as categorias socioprofissionais possíveis, na tentativa de responder a questões que se tinham levantado no decurso da investigação: Quem se ocupava da produção nas várias propriedades? Onde moravam estas pessoas? Qual a sua origem? Como eram constituídas as famílias? A que grupos socioprofissionais estava ligada a restante população?

Assim, decidimos investir nos registos de baptismo da paróquia da Sé, seleccionando alguns anos, que servissem de amostra, para podermos proceder à caracterização da restante população do bairro, no período que delimitámos. Dado que o Arquivo Distrital de Évora possui registos apenas até 1911, devido à criação e obrigatoriedade do Registo Civil nesta data, optámos por analisar, como amostragem, os anos situados entre 1905-1911¹¹. Quando tentámos complementar esta amostra com outra, localizada na década de trinta, já com o bairro em desenvolvimento, em tempo útil não nos foi possível realizá-la. Esta documentação ainda se encontra no arquivo do Registo Civil, carecendo a sua consulta de autorização superior do Instituto dos Registos e do Notariado, organismo que apresenta exigências de vária ordem para permitir o acesso à mesma. Portanto, reafirmamos que a amostra estudada é limitada aos anos referidos, sendo as conclusões apresentadas balizadas pelos mesmos.

Nos sete anos indicados, foram baptizados, na freguesia da Sé, cento e oito crianças, descendentes de famílias moradoras em quintas e montes do bairro, sendo cinquenta e seis do sexo masculino (52%) e cinquenta e duas do sexo feminino (48%). Entre estas, encontram-se sete crianças cujos pais não são identificados (pais incógnitos), nascidas nas quintas da D. Helena, dos Quatro-olhos, do Lagar da Chainha e do Faísco.

Referimo-nos às quintas e montes desta área, pelo facto de ser esta a terminologia que encontramos nos registos. No total dos registos analisados, não encontramos

¹¹ADE, *Registos Paroquiais*, Livros nº 253 a 259, 1905-1911.

qualquer referência a bairro ou, sequer, a sítio dos Canaviais ou do Espinheiro. Este é um dado importante para nos ajudar a afirmar que, nesta época, não existia nenhum aglomerado populacional com significado nesta zona, identificado como tal.

O registo da filiação das crianças permitiu-nos conhecer a naturalidade dos pais, informação que assume importância, neste contexto, ao tentarmos perceber qual a origem dos moradores. Num total de cento e trinta e nove pessoas, correspondendo a sessenta e nove casais e a uma mãe solteira, a maioria é natural da freguesia da Sé (cento e dezoito – 85%), sendo as restantes onze (15%) naturais de outras freguesias e concelhos do distrito ou, também, oriundos de fora do distrito de Évora: Elvas, Coruche, Lisboa e Coimbra. Se alargarmos a naturalidade ao concelho os valores aumentam substancialmente: 92% da população desta amostra era natural do concelho de Évora.

QUADRO VII¹²
MORADORES – NATURALIDADE

DISTRITO	FREGUESIAS/CONCELHOS	Nº DE INDIVÍDUOS	
ÉVORA	Sé	118	
	S. Mamede	2	
	S. Pedro	1	
	S. Matias (extinta- Guadalupe)	2	
	Nossa Senhora de Machede	2	
	Nossa Senhora da Tourega	1	
	S. Manços	1	
	S. Marcos da Abóbada (extinta em 1953 – Torre dos Coelheiros)	1	
	Arraiolos	1	
	Montemor-o-Novo	3	
	Reguengos de Monsaraz	2	
	Estremoz	1	
	PORTALEGRE	Elvas	1
	SANTARÉM	Coruche	1
LISBOA		1	
COIMBRA		1	
TOTAL		139	

Pela informação transmitida no acto do registo de baptismo, apercebe-nos da existência de algumas famílias numerosas. Encontrámos quarenta e três famílias com dois ou mais filhos, oito que referem ser o primeiro filho e treze sem qualquer referência. A ilustrar a situação, identificamos o exemplo da família que habitava na

¹² ADE, *Registos Paroquiais – Sé, Évora*, 1905-1911.

quinta de Santa Bárbara, ao Espinheiro (Francisco José Teigão e Rita de Jesus), que durante este período, efectuou o baptismo de quatro filhos, nascidos em 1905, 1907, 1908 e 1910. Da quinta de Santo António, às Cinco Cepas, neste período, foram baptizados três filhos, sendo o último apontado como o décimo sexto filho do casal (José António Santa Catarina e Maria da Conceição)¹³. Contudo, por se tratar de uma amostragem, não possuímos dados suficientes que nos permitam calcular o valor médio do agregado familiar dos habitantes do bairro, ou sequer da freguesia. Apenas em termos de referência, embora para o distrito de Évora e representando uma época um pouco mais distante, a década de trinta, podemos apontar alguns valores, sabendo que o número médio de filhos por casal correspondia a 3,2¹⁴.

QUADRO VIII¹⁵
NÚMERO DE FILHOS POR CASAL
DISTRITO DE ÉVORA (1940)

Nº de filhos por casal	Números absolutos	Percentagens
1	6 383	22%
2	6 658	23%
3	5 096	18%
4	3 802	13%
5	2 683	9%
6	1 872	7%
7	1 097	4%
8	643	2%
9	331	1%
10 e +	177	1%

Os registos de baptismo fornecem mais informação, permitindo-nos conhecer, igualmente, quem são os avós das crianças e qual a sua origem. Pareceu-nos pertinente alargar o estudo a esta geração, por se abrirem as possibilidades de explicação quanto à origem dos moradores. Tendo conhecimento da naturalidade de duas gerações próximas, sairia reforçado o retrato desta população, no início do século.

Proporcionalmente ao número de registos que analisámos, apercebemo-nos da existência de um número importante de moradores, naturais da freguesia ou do

¹³ *Registos Paroquiais* – Sé, Évora, 1905-1911, L. 258, nº 28. Pp. 15-16.

¹⁴ Instituto Nacional de Estatística, *VIII Recenseamento Geral da População*, volume VIII, 1940, p. 13.

¹⁵ Fonte: *Ibidem*.

concelho, filhos de pais oriundos de outras localidades, exteriores ao concelho de Évora, com destaque para freguesias pertencentes a distritos da Beira Litoral. Contabilizámos vinte e sete indivíduos nestas circunstâncias, o que perfaz cerca de 19% do total analisado (cento e trinta e nove indivíduos). Trata-se de indivíduos que se fixaram nesta zona, ainda durante o século dezanove¹⁶, e aqui formaram família. Os registos de baptismo reportam-se aos netos destes indivíduos, nascidos entre 1905-1911, sendo os seus filhos já naturais, também, da freguesia da Sé. É de destacar que a maioria das mulheres, com as quais estes homens casaram, era natural da freguesia da Sé ou de freguesias vizinhas (apenas quatro eram oriundas de localidades exteriores ao concelho de Évora). Trata-se de vinte e sete indivíduos, dos quais dez pertenciam ao distrito de Coimbra, quatro ao de Aveiro, dois ao de Beja, dois ao de Leiria, dois ao da Guarda, dois ao de Santarém, um ao de Lisboa e quatro a outros concelhos do distrito de Évora.

Decorrente da falta de elementos que nos indicassem qual era a situação específica no bairro, nas décadas seguintes, recorreremos aos Recenseamentos Gerais da População, entre 1911-1960, sintetizando no quadro XI a informação estatística demográfica relativa ao concelho, com o objectivo de perceber qual a origem da sua população, estabelecendo, a partir daí, as analogias possíveis com a realidade do bairro. Como primeira leitura, verificamos que a população do concelho de Évora era, maioritariamente, originária do próprio concelho. Ao longo da primeira metade do século XX, os valores respeitantes a esta situação pouco variaram, exceptuando nos anos de 1920 e de 1930, atribuindo-se como principais causas para este facto as consequências decorrentes da participação de Portugal na Grande Guerra e os efeitos da depressão económica de 1929. É curiosa a análise dos dados, considerando que na década em que decorreu a 1ª Guerra Mundial (1910-1920) a população originária de outros distritos do continente e ilhas diminuiu de 20% para 11% e, na década seguinte,

¹⁶ Esta afirmação baseia-se nos registos de identificação da paternidade das crianças. A grande maioria é referenciada como natural da freguesia, o que sugere que a corrente migratória que trouxe os seus pais para esta zona se realizou cerca de vinte a trinta anos antes. Maria de Lourdes Neto aponta o período situado entre os anos de 1866 a 1906/12, como período de grande emigração e de migrações, entre outras razões, “devido à grande densidade de população no litoral e à pobreza da terra no interior. Estas condições do Norte dão ainda origem às migrações das suas populações para o Sul, a deslocamentos periódicos ou definitivos em busca de trabalho noutras zonas agrícolas de população menos densa, como o Ribatejo e o Alentejo.” Maria de Lourdes Akola Meira do Carmo Neto, «Demografia» in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, 1990, p. 285.

devido à quebra demográfica, para 9%. Estes valores vão subir, nas décadas seguintes, até 14%, nunca voltando a atingir o máximo, registado em 1911.

QUADRO IX¹⁷

POPULAÇÃO DO CONCELHO DE ÉVORA DE ACORDO COM A NATURALIDADE

Anos	População do concelho	NATURALIDADE					
		Do mesmo concelho	%	De outro concelho do mesmo distrito	%	De outro distrito do continente e ilhas	%
1911	17 907	11 615	65%	2 673	15%	3 513	20%
1920	28 127	20 748	74%	4 088	15%	3 107	11%
1930	35 131	27 983	80%	3 764	11%	3 315	9%
1940	42 755	28 653	67%	6 687	16%	6 022	14%
1950	46 887	32 203	69%	7 749	17%	6 645	14%
1960	50 095	34 171	68%	8 998	18%	6 729	13%

Comparando a coluna da população originária de outros concelhos do distrito com a da população de outro distrito do continente e ilhas, acontece um fenómeno evolutivo inverso: enquanto na primeira se regista um aumento contínuo (exceptuando durante os anos da guerra), na segunda verifica-se a tendência para diminuir os valores. Podemos, assim, dizer que o fenómeno registado no concelho, em termos da fixação de naturais de outros concelhos ou de outros distritos, apresenta valores muito próximos (reflexo de alguma estabilidade), com tendência para diminuir, ao longo da primeira metade do século XX (ressalvando pelos motivos excepcionais referidos, as décadas de 20 e de 30). É natural que este fenómeno registado no concelho tenha reflexo à escala do bairro, apresentando também a população residente nas quintas a diversidade de origens registada nas estatísticas demográficas.

Regressando à pesquisa efectuada nos Registos Paroquiais, relativamente às profissões, nos dois sexos, encontrámos cento e quatro trabalhadores rurais, vinte mulheres sem profissão, dezasseis empregadas no serviço doméstico, dois carreiros, quatro proprietários, quatro quinteiros e um jornaleiro. Deste modo, pode dizer-se que

¹⁷Fonte: Instituto Nacional de Estatística, V, VI, VII, VIII, IX e X *Recenseamento Geral da População*. Por não serem representativos, optámos por não indicar os valores correspondentes a naturais das antigas colónias e a estrangeiros. Esse valor tem algum significado apenas nos totais indicados no recenseamento de 1940, correspondendo aproximadamente a 3%.

também nesta amostra a população se encontrava ligada, maioritariamente, ao sector primário (assalariados rurais, proprietários, quinteiros e jornaleiros) e ao sector terciário (empregadas no serviço doméstico, carreiros).

Em síntese, quanto à sua origem, de acordo com a amostra estudada para os anos situados entre 1905-1911, os residentes eram maioritariamente naturais do concelho, encontrando-se uma percentagem pouco significativa (8%) de habitantes naturais de fora do concelho de Évora. Só na geração anterior encontrámos uma percentagem significativa (19%) de originários de outros concelhos e de outros distritos, predominando os indivíduos oriundos do norte do país (Coimbra, Aveiro, Leiria), aos quais se juntava um grupo mais pequeno com origem em concelhos vizinhos, nomeadamente, Viana do Alentejo, Reguengos de Monsaraz e Estremoz. De referir que, de acordo com os dados que possuímos, esta migração foi, predominantemente, constituída por homens que contraíram matrimónio com mulheres da região e que aqui se fixaram.

Entre 1900-1950, a população que habitava o bairro, distribuía-se, essencialmente, por três grupos: proprietários, rendeiros e assalariados (agrícolas e outros). Do total de proprietários, apenas um número muito reduzido habitava nas quintas, preferindo a maioria a cidade como local de residência. O grupo dos rendeiros escolhia, maioritariamente, para local de residência as quintas que arrendava no perímetro do bairro e apresentava uma larga variedade de profissões, destacando-se, entre elas, as ligadas às actividades agrícolas.

O maior grupo de residentes era constituído pelos assalariados rurais que, até cerca de 1920, habitava as quintas e montes. Este grupo englobava trabalhadores de ambos os sexos, ocupando as mulheres um papel igualmente importante na realização dos trabalhos agrícolas, seguiam-se as domésticas e mulheres sem profissão definida, as empregadas no serviço doméstico, os proprietários, os quinteiros, os agricultores, os carreiros, lavradores, jornaleiros e pedreiros. Não encontrámos outros grupos socioprofissionais referidos nos registos analisados. De acordo com as estatísticas, em 1940 existia um núcleo urbano designado por bairro dos Canaviais, em 1960 esse núcleo tinha crescido, ultrapassando já um milhar de habitantes.

2.4. Caminhos e estradas principais

As vias de comunicação desempenharam, ao longo dos tempos, papéis preponderantes no desenvolvimento dos aglomerados populacionais, sendo fundamentais no estabelecimento de relações de carácter económico-social e cultural.

Historicamente, comprova-se o nascimento de inúmeras povoações ao longo de itinerários principais percorridos por comerciantes, pastores e viajantes. Contudo, também nasceram ao longo de caminhos de menor importância no contexto nacional, que assumem relevância fundamental no estabelecimento de relações em termos locais.

“É perfeitamente compreensível que um eixo viário seja, pela sua importância funcional, um elemento vital de ordenamento do território e, desse modo, regulador de uma fixação estratégica *a posteriori*, mas quase sempre construído segundo uma estratégia mais abrangente de raiz económica, político-administrativa ou militar¹.”

É no âmbito mais restrito, localmente, que surgem, ao longo dos caminhos, vários bairros espontâneos nos arredores da cidade de Évora, na primeira metade do século XX. Cronologicamente, é difícil precisar o seu nascimento, devido à inexistência de registos e às características próprias, inerentes ao surgimento de aglomerados espontâneos, apontando-se apenas datas aproximadas. Espacialmente, essa localização também não é totalmente rigorosa, embora se registem com mais precisão o(s) sítio(s) onde surgiu(ram) o (s) primeiro(s) núcleo(s).

O bairro dos Canaviais insere-se neste grupo de pequenos núcleos urbanos que se desenvolveram ao longo de caminhos de pequena relevância, mesmo em termos locais, por se destinarem essencialmente ao acesso à zona das quintas de Évora, na parte norte da cidade. Porém, neste intrincado de estradas, azinhagas e veredas que permitiam o acesso às quintas, surgiram, caminhos secundários que serviam de pontos de união entre caminhos principais. Estes caminhos principais saíam da urbe eborense em direcção a povoações de alguma importância, situadas a norte e nordeste, sendo o seu destino último as capitais de distrito situadas nesse quadrante, nomeadamente Santarém e Portalegre ou, mesmo, o país vizinho, Espanha, passando por Estremoz e Elvas.

¹ Francisco Bilou, *O sistema viário antigo na região de Évora*, s.l., Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, 2004, p. 7.

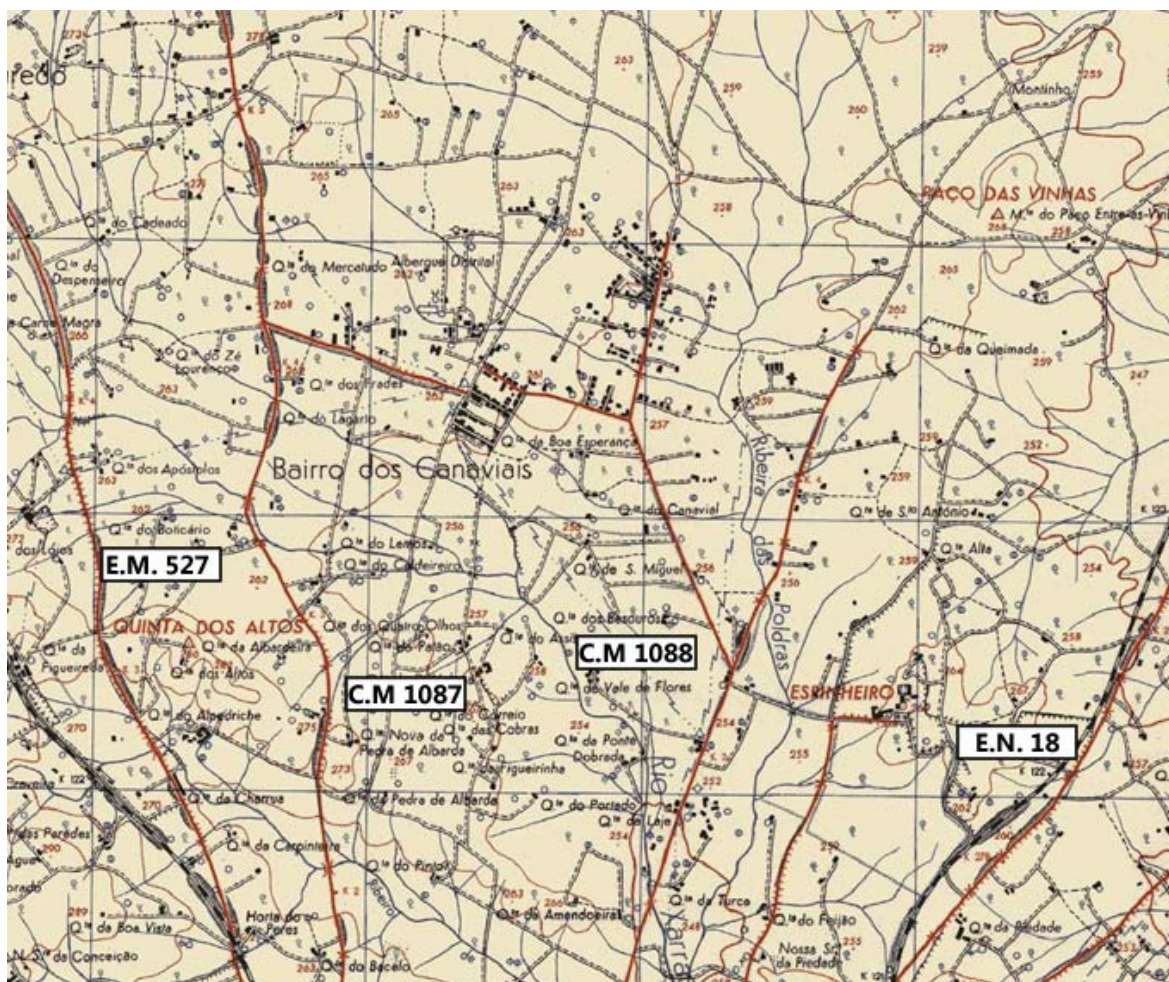


Fig. 5 – Caminhos e estradas principais (Fonte: Instituto Geográfico do Exército, Carta Militar de Portugal, nº 449, 1968)

No mapa da figura 5, *Caminhos e estradas principais*, podemos observar a localização do bairro no espaço agrícola existente entre duas estradas principais, junto à via que faz a ligação já referida – a Estrada Nacional 18 (Évora, Azaruja, Evoramonte, Estremoz, Fronteira, Portalegre, ou Évora, Azaruja, Evoramonte, Estremoz, Elvas, Badajoz) e a Estrada Municipal 527 (Évora, Graça do Divor, Arraiolos, Vimieiro).

Grosso modo, o traçado destas vias é conhecido desde o tempo da ocupação romana, destinando-se nesse período, essencialmente, a utilização militar, dado que foi esse o objectivo da sua construção.

A via romana Évora / Scalabis, passando por Arraiolos (ou Caminho de Avis), de acordo com a identificação de Francisco Bilou, na parte respeitante apenas ao concelho, tinha início na Porta de Avis, atravessava grande parte da zona rural do bairro, a noroeste. Este investigador, ao identificar o seu percurso, fê-lo coincidir com o limite das quintas de Alpedriche, Bombeja, Pedra da Albarda, Nora, Frades, Chainha, Pinheiro, o que equivale à actual Estrada da Chainha².

Para a Idade Média, também Ângela Beirante refere o caminho de Arraiolos e Vimieiro, o chamado caminho das Cinco Cepas³.

Estes caminhos foram, mais tarde, associados à transumância quando, na época da invernia, os rebanhos serranos se dirigiam para as pastagens mais quentes das planícies do Baixo Alentejo. Terminada a internada, pelos princípios da Primavera, voltavam às serras originárias percorrendo os mesmos itinerários.

Mário Saa faz referência à estrada velha de Évora a Santarém, a estrada velha de Arraiolos, coincidente com a estrada da Oliveirinha, que fazia a ligação à referida estrada da Chainha, quando se aproximava da zona peri-urbana da cidade de Évora⁴.

David Morais associa a estes caminhos, ou canadas⁵, várias finalidades:

² Cf. Francisco Bilou, *op. cit.*, p. 90.

³ Cf. Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1988, (Dissertação de doutoramento policopiada). p. 432.

⁴ Cf. Mário Saa, *As grandes vias da Lusitânia: o itinerário de Antonino Pio*, Lisboa, Tipografia da Sociedade Astória, 1964, p. 117.

⁵ José Pedro Machado, no *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, define **canada** como antigo caminho, geralmente murado, seguido pelo gado transumante.

- a transumância dos gados serranos - eram seguidos trajectos paralelos a estes caminhos, muitas vezes exactamente coincidentes, outras vezes efectuavam-se desvios, devido às necessidades específicas dos rebanhos;
- o escoamento dos produtos agro-pastoris;
- a ligação entre vilas, cidades e feiras;
- a ligação com a capital do Reino – estrada real⁶.

Esta rede viária desenvolveu-se, ao longo dos tempos, com a necessidade de escoamento dos produtos agro-pecuários produzidos no espaço mais alargado da província do Alentejo. Cresceu num intrincado e, por vezes, labiríntico conjunto de pequenas ligações, essencial para estabelecer a comunicação entre as inúmeras quintas, quartéis, courelas e ferragiais, produtoras de todo o género de alimentos, junto às localidades.

As populações fizeram surgir pontos de ligação entre estes traçados, criando atalhos na zona que lentamente se urbanizou, dando origem ao bairro, numa época em que as deslocações se faziam essencialmente a pé. Foi ao longo destes pontos de ligação, que uniam os traçados principais, que nasceu o primeiro núcleo urbano, inicialmente denominado de Espinheiro⁷, devido à proximidade do Convento do mesmo nome.

Estes caminhos eram, habitualmente, utilizados pelas entidades oficiais, nas escrituras, como identificação dos limites das propriedades, o que nos possibilitou a percepção da existência de um alargado número de topónimos, alguns dos quais desapareceram da memória das populações num espaço, sensivelmente, de meio século.

No quadro síntese X, *Topónimos referentes a vias de comunicação*, apresentamos as designações relativas à rede de vias de comunicação, localizadas no espaço do bairro, de acordo com os registos notariais que consultámos ao longo desta investigação.

⁶ Cf. J. A. David Morais, *A Transumância dos gados serranos e o Alentejo*, Évora, Câmara Municipal de Évora, 1998, pp. 41-52.

⁷ O Convento do Espinheiro é objecto de maior atenção no capítulo referente ao Património Histórico do bairro.

QUADRO X⁸
TOPÓNIMOS REFERENTES A VIAS DE COMUNICAÇÃO

- estrada do Lagar da Chainha
- estrada de Valle Flores à da Pedra da Albarda; azinhaga que conduz ao Portado de Valle de Flores
- azinhaga da Pedra da Albarda
- azinhaga da Pantoja
- azinhaga do Guarda Cachaços
- estrada da Cruz do Papa – Pães; azinhaga do Papa – Pães; azinhaga denominada Papa-Pães hoje estrada nova
- azinhaga do Regateiro
- azinhaga das Cinco Cepas
- azinhaga da Chamboinha
- estrada de Fronteira; azinhaga de Fronteira
- azinhaga das Salvadas; estrada das Salvadas
- estrada do Espinheiro
- estrada da Ponte Quebrada; azinhaga da direita da Ponte Quebrada ou estrada do Vimieiro; estrada nova que conduz ao Vimieiro
- estrada de Estremoz
- azinhaga da Quinta Velha
- azinhaga das Antónias
- azinhaga da quinta das Coronheiras

A tentativa de localização destas azinhagas e estradas, num mapa da zona, permite-nos verificar que algumas se situam nos limites do bairro, possibilitando a ligação deste com o centro urbano da cidade de Évora ou com outras localidades próximas, nomeadamente Azaruja, Graça do Divor e Igreja. Outras são caminhos de acesso às propriedades rústicas do interior do bairro, usadas quase exclusivamente pela população residente.

Quanto às designações mais frequentes, azinhaga⁹ e estrada¹⁰, não há um uso muito rigoroso por parte dos notários, não sendo por este meio perceptível se tratamos de

⁸ Fonte: ADE, *Registos Notariais*, 1890-1940.

caminhos principais ou secundários. Nos registos notariais, que fornecem estes elementos, surgem estradas nacionais (Fronteira, Estremoz), com a designação indistinta de azinhaga ou estrada, tal como as municipais (Vimieiro, Lagar da Chainha), ou como os caminhos de menor importância (estrada de Valle Flores à Pedra da Albarda, azinhaga do Papa - Pães, entre outros).

À partida, poderíamos ser levados a concluir que era indiferente para a população o tipo de designação que se utilizava. Também poderíamos supor que as condições em que se apresentavam as estradas não diferiam substancialmente daquelas em que se apresentavam as azinhagas, confundindo-se até os seus percursos durante alguns quilómetros. Esta situação, junto das localidades, no designado perímetro urbano, seria naturalmente mais confusa, clarificando-se à medida que se iam distanciando. Entende-se, deste modo, que na zona peri-urbana das quintas e courelas não se fizesse esta distinção, aparentemente clara, entre as estradas e as azinhagas.

Uma outra designação, com um carácter mais vago, por não acompanhar qualquer topónimo, apresentando um número menor de ocorrências, mas usada igualmente com o objectivo de identificar confrontações dos prédios rústicos, é a de “azinhaga pública” ou “azinhaga de serventia pública”. Verifique-se, nas confrontações da quinta dos Arcos, a Poente, a referência a “azinhaga pública”:

Quinta dos Arcos, guarda de Alpedriche - confrontações: Nascente – **estrada nova**; Poente – **azinhaga pública**; Norte – ribeiro do Alpedriche; Sul – quinta do Aguilhão¹¹.

Curiosa, na nossa perspectiva, e fornecendo algumas pistas quanto a prováveis melhoramentos públicos, é a designação de estrada nova (“azinhaga denominada Papa-Pães hoje estrada nova”, “estrada nova que conduz ao Vimieiro” ou, apenas, “estrada nova” – *vide* novamente confrontações, agora a nascente, da quinta dos Arcos). Será que

⁹ No *Dicionário da Língua Portuguesa*, 6ª edição, Porto, Porto Editora, 1985, p. 194, o vocábulo **azinhaga**, de origem árabe, é definido como “caminho rústico e estreito entre muros, valados ou sebes altas; rua estreita”. Também Frei Domingos Vieira, no *Grande Dicionario Portuguez ou Thesouro da Língua Portuguesa*, Porto, Editores E. Chardron E. Bartholomeu H. de Moraes, 1874, identifica **azinhaga** com “caminho estreito que dá passagem para outra rua mais larga”.

¹⁰ No mesmo dicionário o vocábulo **estrada**, de origem latina, é definido como caminho mais ou menos largo para a circulação de pessoas e veículos – *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto Editora, p. 700,. Frei Domingos Vieira, em 1874, identificou o termo com “caminho público mais ou menos largo, que conduz d’um logar a outro e fica fora desses logares, por oposição a atalho, vereda, azinhaga, carreiro”.

¹¹ Cf. A.D.E., *Registos Notariais*, L. 2257, f. 23 a 24 v.

podemos inferir, do uso destas designações, que as estradas foram melhoradas, quanto ao piso e até às dimensões? Ou estamos a ser confrontados com a abertura de novos caminhos públicos? Podemos considerar como aceitáveis ambas as hipóteses pois, com o crescimento do bairro e com o desenvolvimento dos meios de transporte, tornou-se necessária a abertura de novos caminhos e o melhoramento dos já existentes.

A designação de “estrada nova” faz parte do vocabulário corrente de alguns dos habitantes mais antigos deste bairro, sendo utilizada como sinónimo de azinhaga transformada em estrada, nos anos 50 ou 60. Com o advento e generalização dos transportes públicos houve a necessidade de alargar e pavimentar caminhos, de estabelecer ligações entre estradas que permitissem dar continuidade aos circuitos dos autocarros, de modo a servir as populações rurais. As azinhagas e estradas, ao sofrerem estes melhoramentos, permitiram a passagem de todo o tipo de transportes motorizados, e, ao mesmo tempo, ficaram com um novo aspecto, surgiu, assim, uma estrada nova.

Os caminhos listados a partir dos registos notariais aparecem, igualmente, nos jornais da época¹², de acordo com duas situações distintas. Surgem como identificadores da localização das propriedades sobre as quais incidem notícias e/ou anúncios de venda, indicando as confrontações das mesmas, tal como nos registos de propriedade. Esta ocorrência é aquela que foi verificada com mais frequência, ao longo dos anos, em virtude de, cronologicamente, entre outras razões, contemplarmos o período de publicitação, para venda em hasta pública, das propriedades da igreja, como consequência da lei da extinção das ordens religiosas. Paralelamente, são publicitadas as propriedades para venda e para arrendamento, por parte dos particulares, o que faz crescer, nos jornais, os anúncios correspondentes.

O conteúdo das matérias, publicadas na imprensa local, não se limita à compra, venda e arrendamento de propriedades, estendendo-se o interesse jornalístico ao estado de conservação em que se encontravam as vias. As notícias publicadas nos periódicos assumem, por vezes, um tom verdadeiramente crítico, implicando os responsáveis autárquicos, sendo perceptível que os caminhos municipais estariam num estado de deplorável abandono, tornando-se quase intransitáveis.

¹² *Notícias d'Évora, 1900-1940.*

Coincidente com as Comissões Governativas que, durante a Primeira República, foram responsáveis pelas Câmaras Municipais, em Março de 1915, o diário *Notícias d'Évora*, publicava vários textos dando conta do estado de calamidade em que se encontravam as estradas municipais que serviam a zona das quintas, onde irá surgir o bairro dos Canaviais.

“Estrada da Chainha

Informam-nos de que o estado em que se encontra a estrada da Chainha é verdadeiramente deplorável estando mesmo incapaz de se transitar por ella.

As pessoas que teem propriedades por aquellas immediações, vêem-se em sérios embaraços para poderem entrar n'ellas, e quem tem necessidade de por alli passar vê-se obrigado a dar a volta pela estrada de Alpedriche, o que lhes causa grande transtorno. Pedimos ao sr. Vereador das obras publicas que dê um passeio por aquelles sítios, a fim de poder dar as necessárias providencias¹³.”

Em 1916, a situação não se tinha alterado, por isso, também em Março, o jornal voltava a atacar o executivo autárquico, afirmando que a estrada possuía barrancos com tal profundidade que os carros quando lá ficavam encravados só saíam com a ajuda de alguns homens¹⁴.

Sete anos mais tarde, em 1923, já próximo do final da governação republicana, a situação das estradas que serviam a zona norte da cidade, a denominada zona das quintas, continuava calamitosa, não tendo sido dada resposta às reivindicações dos proprietários, expressas na comunicação social da época¹⁵.

Estas críticas acentuaram-se quando os proprietários, aparentemente de mais posses, ofereceram materiais para a reparação destas estradas e a edilidade insistiu em não dar resposta, mantendo-se o estado deplorável das mesmas. Mais tarde, foram publicadas novas notícias, dando conta destas ofertas e, paralelamente, das intenções da edilidade proceder às reparações devidas¹⁶.

É de salientar que estas notícias, relacionadas com as reparações, foram publicadas no período situado entre a primeira crítica citada, em 1915, e a segunda, em 1916,

¹³ *Notícias d'Évora*, nº 4248, 7 de Março de 1915, p. 2.

¹⁴ *Idem*, nº 4565, 25 de Março de 1916, p. 1.

¹⁵ *Idem*, nº 6695, 25 de Abril de 1923, p. 1.

¹⁶ *Idem*, nº 4237, 21 de Fevereiro de 1915, p. 2 e nº 4512, 21 de Janeiro de 1916, p. 1.

ficando no ar a ideia de que a promessa da reparação, feita por várias vezes, foi sucessivamente adiada.

Produto das conversas com alguns populares, nascidos há setenta ou oitenta anos atrás, na zona que delimitámos como núcleo de pesquisa (correspondendo à memória do local por volta da década de quarenta), prevalece a referência a outros caminhos, entretanto vedados, que atravessavam várias propriedades particulares ou seguiam percursos paralelos às extremas das mesmas. Estes caminhos, que designamos localmente por veredas, complementavam a rede viária que servia todo o perímetro do bairro, atravessando e, por vezes, devassando as propriedades particulares.

Este factor, aliado ao desejo de privacidade, aos métodos mais modernos utilizados na delimitação das propriedades, onde as passagens pedonais (porteiras) deixaram de ser consideradas, e à generalização dos meios de transporte motorizados, levaram a que estes caminhos fossem tapados, impedindo a passagem das populações. Porém, embora situações destas sejam claramente visíveis no terreno, não podem ser generalizadas à rede viária que servia o bairro.

Esta rede viária foi convenientemente cartografada pelo Serviço Cartográfico do Exército, em 1968, sendo identificadas todas as vias e respectivas ligações¹⁷. Apesar de, cronologicamente, se registar uma diferença de mais de vinte anos entre a época que referimos e o trabalho efectuado pelo exército, pensamos não incorrer em erro se dissermos que os caminhos cartografados são coincidentes com aqueles que os populares referem. Em 1968 mantinham-se transitáveis e abertos aos populares a quase totalidade dos caminhos identificados. Só mais tarde, já durante os anos setenta, se generalizou a vedação sistemática, com arame farpado ou com a construção de muros, das propriedades do interior do bairro.

As estradas e azinhagas mantêm-se, de um modo geral, transitáveis, encontrando-se em pior estado de abandono as que não permitem o acesso motorizado. Os caminhos rurais mais distantes, devido à inexistência de piso sintético, apresentam, naturalmente, alguma dificuldade no acesso aos montes e herdades, obrigando à utilização, principalmente no Inverno, de veículos todo o terreno.

¹⁷ *Carta Militar de Portugal, Canaviais (Évora)*, Serviço Cartográfico do Exército, folha nº 449, 1968.

Um dos caminhos referenciados pelos populares, designado por “Caminho da Missa”, ligava *grosso modo* a Igreja / Convento do Espinheiro à Igreja de S. Roque e, em última instância, à Igreja do Senhor Jesus dos Aflitos (situadas já no bairro vizinho do Louredo). Este percurso era efectuado a pé pelos populares, utilizando veredas, passando de quinta em quinta, de modo a encurtar as distâncias. O itinerário apontado pelos entrevistados é coincidente em grande parte do percurso, embora se registem algumas discrepâncias quanto às quintas atravessadas, ou quanto às azinhagas onde estas veredas iam desembocar. Não nos parece que estas informações variem devido a questões relacionadas com a memória dos locais, mas antes devido à grande variedade de hipóteses de veredas e pequenos caminhos (comprovando aquilo que designámos, anteriormente, por um intrincado labiríntico de caminhos, veredas e azinhagas) que as populações foram abrindo com os seus pés e que facilitavam a sua circulação.

CAMINHO DA MISSA: Igreja / Convento do Espinheiro → quinta das Salvadas → junto à extrema com a quinta dos Besouros → quinta do Assis → quinta do Lemos → quinta do Patão → quinta do Lagarto → quinta dos Frades de S. Domingos → travessia da estrada da Chainha → azinhaga do Guarda Cachaços → travessia da estrada do Penedo d’Ouro → quinta da Carne Magra → quinta do Peixe Carne → quinta do Pombal → quinta da Carreira → quinta do Louredo → S. Roque

Correspondendo ao interesse manifestado pela população em preservar a memória dos locais, contribuindo, ao mesmo tempo, para a salvaguarda do património, a actual Junta de Freguesia de Canaviais reactivou um antigo caminho rural, designado por “azinhaga das Cinco Cepas”. Localmente, este caminho era composto por uma série de azinhagas que facilitavam a ligação entre o núcleo do bairro, junto à Casa do Povo, e a cidade de Évora. Mas a sua importância extravasa o âmbito local, pois esta via não servia apenas o bairro, assumindo na Idade Média, de acordo com Ângela Beirante¹⁸, um papel preponderante na ligação com Vimieiro e Arraiolos.

¹⁸ Cf. Ângela Beirante, op. cit., p. 432.

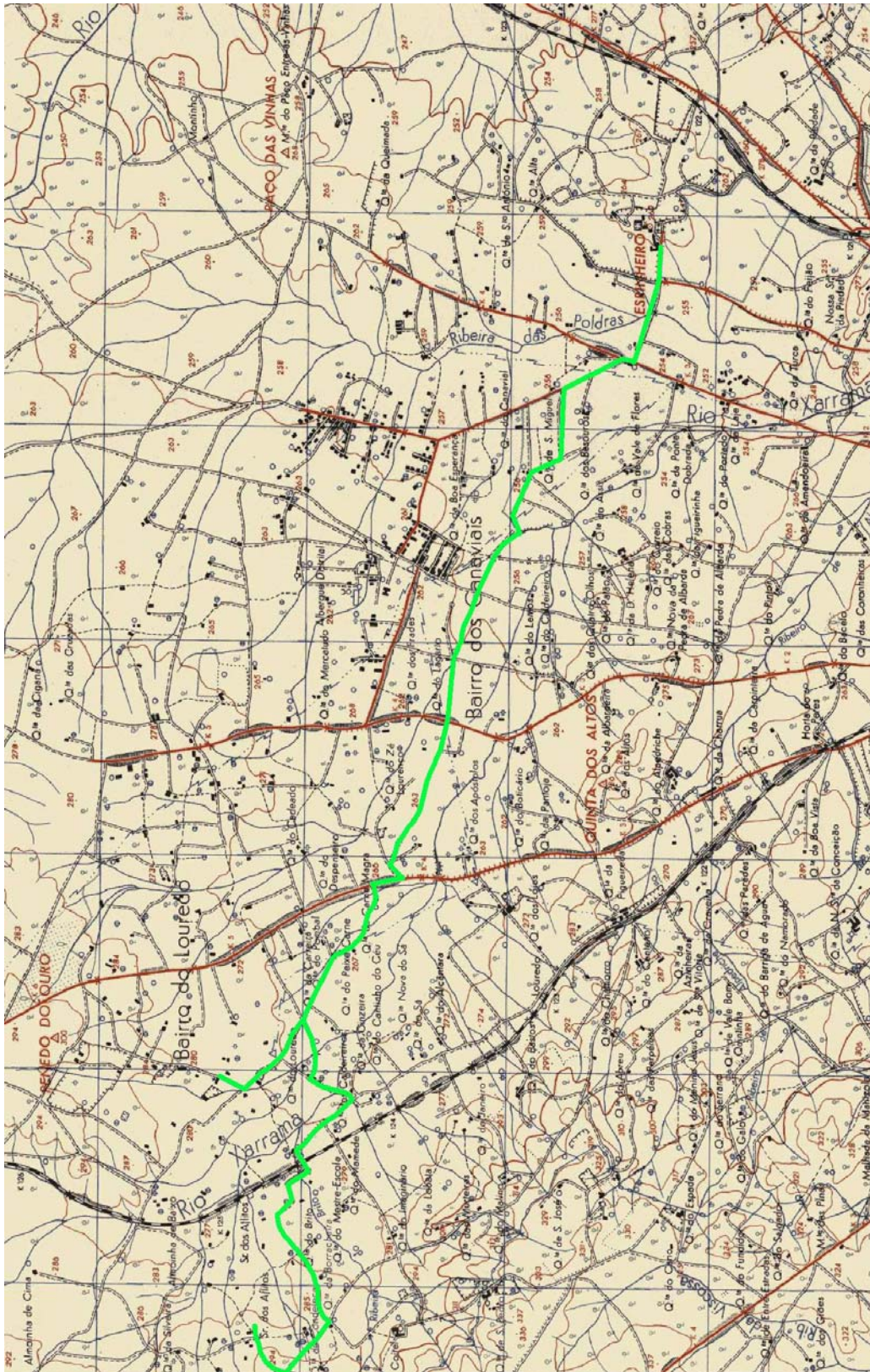


Fig. 6 – Caminhos e veredas (→) Caminho da Missa

AZINHAGA DAS CINCO CEPAS:

monte da Pachola → quinta da Freixo → Atafona do Canavial → Albergue → quinta da Caldeireira → quinta do Mestrinho → núcleo urbano do bairro junto à Casa do Povo → quinta do Lagarto → quinta do Lemos → quinta do Caldeireiro → quinta dos Quatro Olhos → quinta do Patão → quinta Nova da Pedra da Albarda → quinta da Pedra da Albarda → estrada da Chainha → Évora

ou

quinta do Pintor → quinta da Amendoeira → estrada das Salvadas → Évora

Com um traçado paralelo a parte do percurso da azinhaga das Cinco Cepas, e início no núcleo urbano do bairro, na actual rua da Palmeira, outra azinhaga permitia encurtar distâncias com a cidade de Évora – a azinhaga do Patão. Esta permitia a ligação ao núcleo semi-urbano do Patão, quinta da D. Helena, seguindo pelas extremas das quintas do Correio, das Cobras, da Figueirinha, do Pintor, em direcção à quinta da Amendoeira e estrada das Salvadas.

Na zona norte do bairro, outra azinhaga fazia a sua travessia de forma longitudinal – a azinhaga da Chamboinha. Esta, apesar de todas as vicissitudes, mantém-se igualmente transitável, sendo possível utilizá-la em toda a sua extensão. Este facto prende-se com a necessidade de serventia / acesso a pequenas quintas, situadas nessa zona, fazendo fronteira, algumas delas, com a zona do latifúndio localizada a norte. O percurso, totalmente transitável, torna-se fácil de identificar, desde a azinhaga das Cinco Cepas, junto à quinta da Panasqueira, até à estrada da Chainha, junto às quintas do Pinheiro e do Merca Tudo. Se quisermos, esta azinhaga assume um papel de maior relevo, quando, ligando com outras azinhagas, a norte, longitudinalmente, passando pelo Monte do Paço de Entre Vinhas, permite chegar à estrada nacional 18, em direcção a Azaruja e Estremoz.

O caminho municipal que, a este, liga a cidade de Évora ao bairro, passando pelas Salvadas, permite a ligação com outra azinhaga, de acesso às herdades do Paço de Entre Vinhas, do Montinho, dos Algraveus, dos Álamos do Degebe, passando pelas quintas das Cravelinhas, do Rabucão e da Queimada, entre outras.

A oeste, outras azinhagas complementam a malha viária, estabelecendo ligações entre a estrada da Chainha e a estrada do Penedo do Ouro: azinhaga de Guarda

Cachaços, entre a quinta do mesmo nome e a quinta do Cónego Mira; azinhaga com início junto à quinta do Pio, quinta da Tormenta, quinta dos Altos; azinhaga com início junto à quinta da Ordem Terceira, quinta do Salta Charquinhos, quinta Nova da Guarda; azinhaga com início junto à quinta da Cabeça da Guarda do Gouveia, quinta da Machoca, entroncando na estrada do Penedo do Ouro, um pouco acima da parcela da quinta Grande.

O caminho municipal que, a oeste, liga Évora ao bairro dos Canaviais, a designada estrada da Chainha, permite o acesso a grandes propriedades, situadas nessa direcção, como já referimos atrás. Ao mesmo tempo, tem continuidade, fazendo parte da rede viária que ligava Évora a localidades dos arredores, nomeadamente, Igreja, Arraiolos e Vimieiro.

Em conclusão, o sistema viário de acesso ao bairro desempenhou um papel preponderante na ligação com localidades próximas, tendo sido utilizado desde épocas remotas por soldados, comerciantes, pastores e viajantes. Foi ao longo da rede viária, dos designados caminhos municipais, que surgiram, espontaneamente, as primeiras casas do bairro dos Canaviais. Foi junto a estas vias que, ainda nos anos vinte, surgiu o edifício sede da primeira associação de trabalhadores do bairro: a Sociedade Operária de Instrução e Recreio «Educação do Povo».

O perímetro rural onde nasceu o bairro dos Canaviais era atravessado por inúmeras estradas, azinhagas e veredas que constituíam um intrincado labiríntico de vias de acesso às propriedades da área. Estas vias de comunicação eram percorridas habitualmente a pé, pelas populações locais, quer quando se deslocavam para os locais de trabalho quer para a cidade de Évora.

Embora localmente, no início do século, tenham contribuído para facilitar a vida de uma população que se deslocava essencialmente a pé, o desenvolvimento dos transportes motorizados, aliado ao desejo de delimitar com vedações modernas as propriedades, levou a que alguns destes caminhos fossem tapados e a que outros perdessem a sua utilidade.

O bairro era servido por uma complicada rede viária, constituída por estradas e azinhagas de alguma importância, por onde ainda hoje é possível transitar. As populações pretendem preservar a memória dos caminhos mais significativos, tentando

elevá-los à categoria de património local – o Caminho ou Azinhaga das Cinco Cepas pode, desde 2006, ser englobado nesta categoria.

2.5. Espaços de sociabilidade

Como espaços de sociabilidade definimos os locais públicos onde os habitantes, dos vários grupos etários, podiam encontrar-se e interagir de diferentes formas. Deste modo, seleccionámos, no espaço em estudo e de acordo com a delimitação cronológica, a Sociedade Operária / Casa do Povo, as escolas, o Albergue Distrital e as festas e romarias. O convento e as capelas existentes no perímetro do bairro, espaços de sociabilidade pela sua natureza, por um lado, por serem tratadas no capítulo do património, por outro, por serem referidas como locais de realização de festas e romarias, não são objecto de tratamento individual no presente capítulo.

2.5.1 A Sociedade Operária de Instrução e Recreio «Educação do Povo» e a Casa do Povo

Logo que a fixação de trabalhadores agrícolas começou a processar-se com maior incidência na zona do Espinheiro, o espírito de grupo e provavelmente o sentido de identificação / pertença com o local de residência, levaram a que se desenvolvessem os rudimentos das primeiras formas de associação. Os trabalhadores que aqui viviam cedo perceberam que, organizando-se de forma colectiva, mais eficazmente poderiam desenvolver actividades que respondessem às suas necessidades sociais, educativas e culturais.

A primeira associação de trabalhadores criada no bairro do Espinheiro, aos Canaviais, referida por alguns como Sociedade da Pêra¹, terá começado a germinar, por iniciativa de um grupo de trabalhadores agrícolas, à entrada da segunda década do século passado. De acordo com a informação veiculada pela Associação Casa do Povo

¹ Identificada como Sociedade da Pêra por todos os populares com quem falámos. Quando questionados acerca da origem de tal nome, foram unânimes em revelar desconhecimento quanto a tal assunto. Contudo, dois dos entrevistados, embora manifestando o seu desconhecimento, apontaram duas possíveis justificações: o local onde se reuniam os trabalhadores – quartéis da Tapadinha – poderia, eventualmente, ser um pomar, onde houvesse peras. O edifício só foi construído na década de vinte, reunindo os trabalhadores ao ar livre, durante muito tempo. Outra explicação prende-se com a diversidade de bailes que a sociedade organizava e para os quais arranjava sempre um nome – baile da laranja, do bacalhau, das flores e, por que não, da pêra.

de Canaviais, em colaboração com a Junta de Freguesia, esta sociedade tem as suas raízes numa:

“(…) associação de trabalhadores agrícolas que, posteriormente, veio a dar origem à “Sociedade Operária de Instrução e Recreio do Povo”, com estatutos aprovados em 11 de Outubro de 1927².”

Os moradores mais antigos referem-na, primitivamente, como Sociedade da Pêra, desenvolvendo, quer com este nome quer com o segundo, os mesmos objectivos no campo da educação e da cultura do povo: o enfoque é dado à educação da população, funcionando como escola, mas não menosprezando as actividades culturais, parte importante da formação e do bem-estar dos trabalhadores. Assim, fundamental na vida desta sociedade é a organização de festas, de bailes e de outras actividades “sempre para divertimento do povo³”.

Foi registada com o nome de Sociedade Operária de Instrução e Recreio «Educação do Povo», por volta de 1921, mas só em 1927 os sócios aprovaram o seu regime estatutário. Os estatutos desta instituição foram publicados em Évora, em 1928, pela Minerva Comercial, chegando até aos nossos dias um exemplar dos mesmos, no espólio da Associação Casa do Povo de Canaviais.

A sua organização e fundamentação permitem pensar que terão sido elaborados por um conjunto de sócios oriundos de um grupo com um elevado grau de alfabetização e consciência política. O primeiro capítulo respeita à denominação, organização, sede e

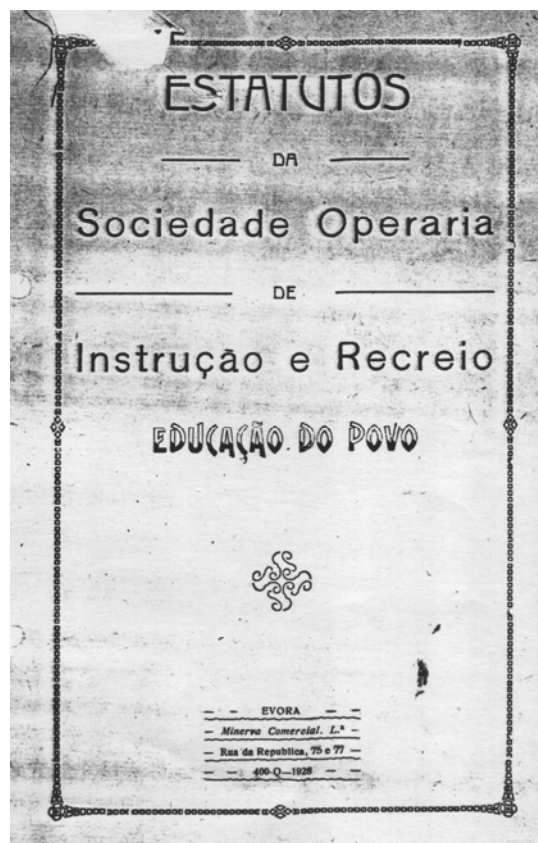


Fig. 7 - Estatutos da SOIREP

² Cf. Junta de Freguesia de Canaviais, 2007. www.evora.net/jfcanaviais.pt (19 Nov. 2007).

³ Recolha oral, testemunho de Luísa Nobre, oitenta e oito anos de idade, nascida em 1919, na quinta da Atafona.

fins da sociedade, o segundo à admissão de sócios, seus deveres e regalias, o terceiro a deveres e atribuições dos corpos electivos, o quarto a penalidades e o quinto a disposições gerais. Logo no primeiro capítulo, no artigo quinto, são claramente definidos os fins que persegue esta sociedade:

“Artº 5º - Os fins da sociedade são:

1º - Criar uma escola para educar os filhos dos sócios;

2º - Proporcionar aos associados as distrações compatíveis com os fundos de que possa dispor; taes como: recitas, bailes, serões literários, criação de um gabinete de leitura e concertos musicas;

3º - Realisar a favor do cofre da sociedade, quermesses e espectáculos;

4º Realisar festas instrutivas, tendo sempre em consideração o devido respeito e a moral da sociedade.

Artº 6º - Para a realização de um dos principaes fins da sociedade, haverá um grupo scenico, composto de indivíduos da sociedade, e nele admitidos debaixo das condições estatuídas pelo regulamento, para esse fim sancionado pela Assembleia Geral⁴.”

Nesta associação, aberta à comunidade, podiam associar-se todos os indivíduos “sem distinção de categorias, que tenham bom comportamento moral e civil⁵”, devendo pagar a jóia de cinco escudos, a quota mensal de três escudos e adquirir um exemplar dos estatutos. Todavia, o mecanismo de admissão de sócios nesta instituição não era automático, obedecendo a proposta fornecida pela direcção. Depois desta preenchida, com o nome do proposto, profissão, idade, naturalidade, residência e devidamente assinada pelo proponente, era entregue à direcção, que a submetia a votação na primeira reunião da mesma, comunicando depois ao candidato o resultado. O indivíduo rejeitado uma vez, só podia ser novamente proposto três meses depois, rejeitado duas vezes, só no final de seis meses, não podendo, no caso de terceira rejeição, voltar a ser proposto.

O não pagamento das quotas, ou atraso, bem como a recusa de qualquer cargo para o qual tivesse sido eleito, sem a apresentação de motivo atendível, entre outros, eram motivo para perder o direito de sócio. Da lista dos motivos atendíveis, para a recusa de cargos, salientamos o ser analfabeto ou não ter domicílio permanente nas quintas.

Esta última referência ajuda-nos a reforçar a ideia da ruralidade que ainda se vivia nesta zona, em 1927, ano da aprovação dos estatutos. Apesar da localização da

⁴ *Estatutos da Sociedade Operária de Instrução e Recreio “Educação do Povo”*, pp. 3-4.

⁵ *Ibidem*, p. 4.

sociedade se encontrar no então designado bairro do Espinheiro, parecendo abrir a perspectiva da existência de um pequeno núcleo urbano na zona onde foi construído o edifício sede, esse factor não transparece no documento estatutário. Os objectivos que levaram à criação da Sociedade respeitam, sempre, à população das quintas.

Em todo o documento que constitui os Estatutos, a indicação de bairro do Espinheiro surge apenas no início, não se voltando a repetir. No artigo 19º, aparece a indicação de “sócio residente nas quintas de Évora⁶” e no 49º, parágrafo quarto, “não ter domicílio permanente nas quintas⁷”, o que reforça a ideia da ruralidade que referimos anteriormente e, paralelamente, justifica a criação desta Sociedade como espaço público de sociabilidade dos habitantes das quintas desta zona, onde as diferenças sociais pareciam não ser levadas em conta.

Para que pudesse proceder ao desenvolvimento das actividades a que se propunha, foi construído o edifício sede, a expensas e com trabalho voluntário dos sócios⁸. A sociedade contou com importantes ajudas para levar avante tal empreendimento. A actual construção, pouco respeita nos seus traços gerais a planta original, sofrendo importantes alterações especialmente durante os anos sessenta. O edifício original apresentava, no seu aspecto geral, características idênticas às construções que se ergueram na sua vizinhança e das quais ainda hoje restam testemunhos. Possuía planta rectangular, funcionando nas extremidades o café e escola e, a zona central, correspondia ao salão de festas.

É de 1911, a data bordada no estandarte da Sociedade que se encontra exposto numa sala da Associação Casa do Povo de Canaviais. Contudo, de acordo com a imprensa, datará de Outubro de 1921 a fundação da Sociedade Operária de Instrução e Recreio «Educação do Povo», no sítio dos Canaviais. Nos Estatutos desta Sociedade, publicados em 1928, o dia 2 de Fevereiro é apontado como o escolhido para comemoração do aniversário da sua fundação. O ano de 1911 corresponde, de acordo com o levantamento a que procedemos, ao ano de constituição dos rudimentos da primitiva organização de trabalhadores rurais residentes nas quintas, que deu origem à Sociedade da Pêra. Este conjunto de trabalhadores, com a ajuda de alguns residentes alfabetizados, e mais

⁶ *Ibidem*, p. 6.

⁷ *Ibidem*, p. 11.

⁸ Recolha oral, testemunho de vários moradores, ver Anexo.

esclarecidos, vai organizar-se, comprar o terreno para construir o edifício sede e registar-se como associação, no espírito republicano vigente na época.

“Promovidas por uma comissão de sócios da Sociedade Operaria de Instrução e Recreio «Educação do Povo», realizam-se nesta colectividade, nos dias 1 e 2 de fevereiro proximo, grandes festas para comemoração do 6º aniversario da sua fundação⁹.”



Autor: Eduardo Nogueira; Proprietário: AFCME; s/d

Fig. 8 – Casa do Povo de Évora, possivelmente na década de 40. O edifício original da Sociedade encontrava-se em ruínas quando ocorreu o ciclone de 1941. Depois da sua passagem ficaram de pé apenas as paredes. Quando foi criada a Casa do Povo de Évora, em 1942, houve a necessidade de proceder a obras, ficando o edifício com este aspecto. Na placa lê-se “Casa do Povo de Évora”.

Através da análise das escrituras arquivadas na sala de reuniões da Associação Casa do Povo de Canaviais, podemos acompanhar o percurso realizado por esta instituição. A Sociedade começou por adquirir um prédio rústico, formado por dois quartéis, para construção da sede, designado por Quartéis ou Tapadinha, na Guarda das Cinco Cepas, cujas confrontações nos permitem localizá-lo e conhecer os vizinhos da época:

⁹ *Notícias d'Evora*, nº 7824, 26 de Janeiro de 1927, p. 2.

“(...) o primeiro confronta do nascente com fazenda de Claudino de Campos, do sul com dita de João Peres e Domingues, do poente com azinhaga da Pedra da Albarda, e do norte com fazenda de Manuel António da Silva Leite, e o segundo confronta do norte e nascente com fazenda de Claudino de Campos, do sul com quartel que foi de Francisco da Rosa Velho, e do poente com azinhaga das Cinco Cepas¹⁰ (...)”



Autor e proprietário: M^a Joaquina Fernandes; 2007

Fig. 9 – Estandarte original da Sociedade Operária de Instrução e Recreio «Educação do Povo»

Pela escritura de arrematação do foro¹¹ que pertencia ao Convento de Santa Catarina, de Évora, datada do final do período monárquico, 28 de Janeiro de 1910, conhecemos o anterior proprietário do espaço onde irá surgir a sede da Sociedade, José

¹⁰ AACPC, Pasta intitulada *Constituição*,

¹¹ O foro: “pensão determinada por contrato e que é paga anualmente ao senhorio directo por aquele que usufrui domínio útil de um prédio ou propriedade”. *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, da Academia das Ciências de Lisboa, 2 volumes, Lisboa, Editorial Verbo, 2001, p. 1798.

Manuel Fernandes. Era enfiteuta¹² desta mesma propriedade, em 1910, João Simões Paquete.

Em Outubro de 1915, é passada certidão de transmissão do domínio directo a José Manuel Fernandes, sendo enfiteuta nesta data Dona Ludovina Amélia Simões Paquete. A 6 de Dezembro de 1921, realizou-se a escritura de venda da propriedade, entre José Manuel Fernandes e os representantes da Sociedade que a adquiriu: Jesuíno José Madeira, presidente, António Joaquim da Silva, secretário, e Gaudêncio Simões de Carvalho, tesoureiro, todos trabalhadores.

Pelo facto de se proceder à identificação dos responsáveis pela compra do terreno depreende-se que, nesta altura, a Sociedade já se encontrava em funcionamento, com os seus corpos gerentes constituídos, pois são os membros da direcção quem adquire o terreno onde irá ser construída a sede.

Cronologicamente, a década de vinte, do passado século, revela-se determinante para a vida da Sociedade Operária de Instrução e Recreio «Educação do Povo»: acontece a sua fundação, em termos legais, é construído o edifício sede, são aprovados os Estatutos, realizam-se empréstimos financeiros fundamentais para a sobrevivência da instituição e avizinha-se o seu encerramento.

No final dos anos vinte, a Sociedade é devedora a vários sócios, em virtude de estes lhe terem emprestado dinheiro para diferentes fins, nomeadamente para a aquisição do terreno e construção da sede. Assim, em 1928, é assumida uma hipoteca realizada a favor do sócio Joaquim José Rosmaninho, contra um empréstimo no valor de sessenta mil escudos. Os sócios deliberaram que o pagamento da dívida deveria ser efectuado, em prestações de quatro mil escudos mensais¹³. Em 1929, o edifício e terreno envolvente encontravam-se hipotecados a favor de Manuel Maria Pantoja, em escritura celebrada no cartório Gomes Leal. Este empréstimo totalizava a quantia de quinze mil escudos¹⁴. Neste mesmo ano de 1929, a primeira dívida, a Joaquim José Rosmaninho, fica resolvida sendo registada em escritura de distracte¹⁵.

¹² O termo enfiteuta corresponde àquele que “tem ou recebe o domínio útil de um prédio, emprazador, foreiro”, in *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, p. 1413.

¹³ AACPC, *Ibidem*, 1928.

¹⁴ *Ibidem*, 1930.

¹⁵ *Ibidem*, 31 de Outubro de 1929.

Dos corpos dirigentes faziam parte os sócios, eleitos em Assembleia-geral, de acordo com os estatutos aprovados. À direcção administrativa pertenciam cinco sócios: um presidente, um secretário, um tesoureiro, um arquivista e um quinto elemento sem atribuições definitivas. O facto de um arquivista ter lugar na direcção é revelador das preocupações culturais que perseguia esta associação de trabalhadores. As competências do mesmo prendiam-se, essencialmente, com o funcionamento da biblioteca e do grupo cénico.



Autor: Eduardo Nogueira; Proprietário: AFCME; s/d

Fig. 10 - Salão de festas da Casa do Povo de Évora

Em 1921, faziam parte da direcção os trabalhadores Jesuíno José Madeira, como presidente, António Joaquim da Silva, secretário, e Gaudêncio Simões de Carvalho, tesoureiro. Em 1925, era seu presidente o senhor Jerónimo Madeira, tendo a sociedade, comemorado, com uma festa, a quinta-feira de Ascensão, efeméride de importância nas zonas rurais¹⁶, assunto tratado neste estudo, mais à frente, no capítulo referente a Festas e Romarias.

¹⁶ *Notícias d'Evora*, nº 7317, 23 de Maio de 1925, p. 1.

No ano da aprovação dos estatutos, em 1927, eram directores, de acordo com o referido documento, Rodrigo dos Santos Mira, António de Matos, Feliciano Martins Abreu, Joaquim José Peneirol e Jesuíno Carrajeta. Embora essa indicação não seja transmitida, pela ordem apresentada, depreendemos serem, respectivamente, presidente, secretário, tesoureiro, arquivista e vogal.

Em 1928, Francisco dos Santos Teixeira assumia o cargo de presidente, Manuel Joaquim Cavaco e José Augusto Cebola, trabalhadores, desempenhavam os cargos de secretário e tesoureiro.

No ano seguinte, 1929, Luís Ventura Cameirão, proprietário, João Magalhães Xavier, professor particular, e Rodrigo dos Santos Mira, trabalhador, assumiam a direcção como presidente, secretário e tesoureiro, pela ordem referida.

Nos anos trinta não encontramos qualquer registo da direcção, atribuindo-se a responsabilidade deste acontecimento ao facto de a mesma se encontrar em situação de destituição, por parte das autoridades. No arquivo da actual Associação Casa do Povo de Canaviais não se encontra qualquer documento ou referência respeitante a este período conturbado da vida da Sociedade. Os testemunhos recolhidos atribuem este facto à repressão que se vivia na época relativamente a qualquer actividade desta instituição¹⁷. Doze anos mais tarde, no ano da doação dos bens da Sociedade à Casa do Povo de Évora, em 1942, presidiu à Assembleia-geral Arsénio Joaquim Rebocho, secretariado por Agostinho do Nascimento Matos e Aníbal Inocêncio Esturrado.

É natural que estas associações de trabalhadores, criadas durante o período republicano, reflectissem os ideais veiculados institucionalmente quanto às políticas culturais, da educação e do trabalho. Estas preocupações são evidentes quando aí funcionam as escolas primárias, inexistentes até à época numa área bastante vasta, e quando se pretende que os trabalhadores rurais tenham acesso a todo um conjunto de actividades que contribuam para a sua formação e bem-estar.

A selecção dos vocábulos utilizados na designação atribuída à Sociedade demonstra, desde logo, de forma explícita, os objectivos com que a mesma foi criada: *Instrução e Recreio «Educação do Povo»*. Conjuntamente, pretendia-se alargar, culturalmente, os

¹⁷ Testemunhos de Felisberto Nobre, Francisco Fernandes, António Rosmaninho, Estêvão Bicho, entre outros.

horizontes de uma população rural que, nesta época vivia longe dos centros urbanos e que, doutra forma, não teria acesso a este tipo de eventos.

“Apesar da diversidade tanto da natureza como dos objectivos de tais agremiações, que iam desde a agremiação exclusivamente política até àquelas que, a par desse essencial cunho político comum a todas elas, se destinavam também a fins de instrução e recreio (...) Organizando excursões, promovendo espectáculos musicais e teatrais junto das camadas populares, mantendo cantinas, efectuando a convivência da juventude académica e operária, criando gabinetes de leitura, estabelecendo núcleos de informação eleitoral (...) mas um dos aspectos mais salientes e de maior alcance nacional da obra levada a cabo pelas agremiações republicanas foi o impulso dado à causa da instrução popular(...) Contando apenas com os seus recursos próprios, provenientes das cotizações dos sócios e das dádivas de protectores, amigos e simpatizantes, as agremiações republicanas proporcionavam graciosamente o ensino a todos quantos frequentavam os seus cursos escolares (havia aulas diurnas para crianças e adultos e nocturnas só para estes), sem lhes exigirem ou solicitarem qualquer espécie de retribuição material, moral, política ou confessional¹⁸.”

Esta agremiação criada no bairro do Espinheiro, como é identificado nos Estatutos o sítio dos Canaviais, concretiza no seu plano de acção os objectivos gerais definidos para as organizações suas congéneres¹⁹, quer no que concerne ao seu cunho político quer à sua actuação no campo da instrução e recreio. Deste segundo aspecto, ligado à instrução popular e ao recreio das populações, são testemunhos os artigos e anúncios publicados na imprensa diária regional.

Ao lermos com atenção o programa proposto para as efemérides de 1925 reparamos no seu carácter pedagógico, na variedade de propostas efectuadas. Este programa, pela sua natureza ambiciosa e inovadora, poderia concorrer com algumas propostas contemporâneas.

Das actividades anunciadas na imprensa local insistimos, ainda, na apresentação de outras, pela variedade de propostas efectuadas: a música e o teatro, que a sociedade pretende apresentar em 1926, e o programa dos festejos do sexto aniversário, a realizar em Janeiro de 1927.

¹⁸David Ferreira, «Partido Republicano Português» in *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, dir. Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas, 1990, pp. 300-301.

¹⁹ Esta sociedade operária, criada no bairro dos Canaviais, surge na linha de outras, suas congéneres, nomeadamente, em Lisboa, a Sociedade de Instrução e Recreio “Voz do Operário”e, em Évora, a Sociedade Operária de Instrução e Recreio “Joaquim António de Aguiar”.

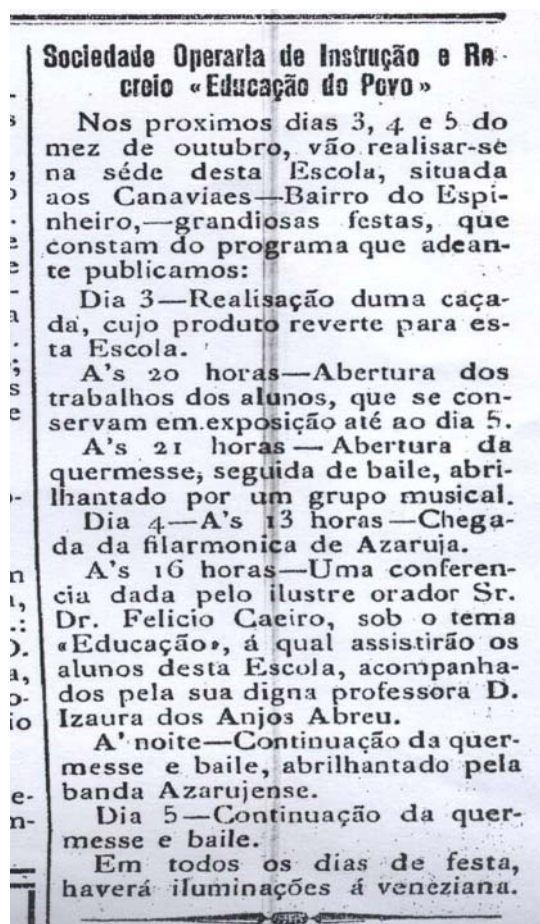


Fig. 11 – Festividades organizadas pela SOIREP em 1925²²

“Nesta florescente sociedade de instrução e recreio (aos Canaviaes) vae realizar-se um grandioso espectáculo desempenhado pelo Grupo Bandolinista e Dramático Eborenses «Augusto Rosa», subindo á scena os dramas em I acto Uma anedocta e Amor de Pae.

Fecha o espectáculo um interessante acto de variedades, onde serão cantados fados e canções.

Nos intervalos o grupo bandolinista, sob a regencia do sr. Braz Seleiro, executará alguns números de musica²⁰.”

“(…) O programa dos festejos é o seguinte:

Dia 1 – Ás 21 horas, abertura duma kermesse, seguindo-se um baile que terminará ás 3 horas da madrugada.

No dia 2 – Das 7 ás 8 horas, concerto musical; das 8 ás 9 conferencia pelo sr. Dr. Domingos Rosado e em seguida continuação do baile e kermesse. Esta festa será abrilhantada por um grupo musical²¹.”

Esta sociedade, que perseguia os objectivos atrás expostos, preocupando-se com a educação e formação da população rural, proprietária de um edifício sede, onde os trabalhadores se encontravam e podiam discutir livremente os seus problemas, trocando informações sobre questões políticas, sociais e culturais, não podia manter-se em funcionamento, da mesma forma, após a queda da 1ª República. Contudo, não foi imediatamente após o golpe militar de 1926 que as autoridades começaram por proibir a realização de determinadas actividades, consideradas subversivas, ou que os trabalhadores se reunissem na instituição que tinham fundado. Como já foi referido, só

²⁰ *Notícias d'Evora*, nº 7802, 30 de Dezembro de 1926, p. 2.

²¹ *Idem*, nº 7824, 26 de Janeiro de 1927, p. 2.

²² *Idem*, nº 7418, 20 de Setembro de 1925, p. 1.

em 1927 foram aprovados os Estatutos da instituição, publicados em 1928, pela Gráfica Eborense. Serão contemporâneas desta publicação, as primeiras medidas tomadas pelo governo da ditadura militar, visando controlar as actividades desta associação de trabalhadores. Em 1928, a nova política do Regime de então começou por proibir algumas actividades realizadas na «Sociedade Operária de Instrução e Recreio e Educação do Povo», cujas portas vieram a encerrar²³. Terá sido selada, na perspectiva dos entrevistados, “porque o povo foi dado como comunista²⁴”, e reaberta como Casa do Povo.

Esta situação, a que os corpos dirigentes se viram obrigados, originou um sentimento de grande revolta entre os sócios, que transparece ainda hoje nas conversas que mantemos com os habitantes mais antigos do bairro.

“(…) e em 1943 os seus últimos representantes acabaram por assinar uma escritura de doação dos bens imóveis e móveis da sociedade, para Casa do Povo de Évora, situação que se manteve até 14 de Março de 2000. Nesta data, a Comissão Administrativa da Casa do Povo de Évora, através da acta, deliberou proceder à sua extinção e doar todos os seus bens à Associação, Casa do Povo de Canaviais²⁵.”

Assim, em 1943, Sebastião de Melo da Mota Cerveira, Agostinho do Nascimento Matos, ambos proprietários, e Aníbal Inocêncio Esturrado, trabalhador, na qualidade de sócios da doadora, Sociedade Operária de Instrução e Recreio «A Educação do Povo», procedem à transmissão dos bens desta instituição para a recém criada Casa do Povo de Évora. Em nome desta, participam no acto José Sebastião de Torres Vaz Freire, engenheiro, Presidente da Assembleia-geral, e Manuel José Cabeça, proprietário, Presidente da Direcção. Os bens transmitidos reduzem-se ao edifício sede da instituição e terrenos anexos: prédio urbano de rés-do-chão com cinco divisões, com a área coberta de 291 m² e descoberta de 200 m².

Na sessão extraordinária da Assembleia-geral da Sociedade Operária de Instrução e Recreio «A Educação do Povo», em dezanove de Julho de 1942, estiveram presentes

²³ Cf. Junta de Freguesia de Canaviais, op. cit.

²⁴ Recolha oral, testemunhos de António Rodrigues da Conceição, 91 anos, nascido em Pombal em 1916, a viver no bairro desde 1927, Francisco Fernandes, 77 anos, nascido em 1929, viveu desde os seis anos no monte dos Algravéus, e de Felisberto Nobre, 67 anos, nascido em 1939, na quinta Nova do Canavial.

²⁵ Cf. Junta de Freguesia de Canaviais, op. cit.

oitenta sócios, reunindo numa casa do lugar dos Canaviais, em virtude de a sua sede se encontrar interdita, sob a presidência de Arsénio Joaquim Rebocho, secretariado por Agostinho do Nascimento Matos e Aníbal Inocência Esturrado. O sócio Manuel José Cabeça expôs o motivo da reunião, que tinha por finalidade esclarecer os presentes da situação em que se encontrava a Sociedade, cujos bens tinham sido arrolados pelas autoridades e se encontrava interdita de poder funcionar. Ao apresentar a situação, aproveita para lembrar as diligências que o Governador Civil e o Delegado do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência manifestavam de instalar, abrangendo a área da freguesia da Sé, uma Casa do Povo, que ainda não existia, e cujos fins seriam altamente benéficos para todos os trabalhadores.



s/a; Proprietário: Junta de Freguesia de Canaviais; data aproximada: década de 90

Fig. 12 – Edifício da Casa do Povo de Canaviais

Deste modo, apela aos presentes para considerarem a questão para que seja feita entrega do edifício e terreno anexo, propriedade da referida sociedade, para nela se instalar a sede da Casa do Povo. Com tal medida muito teriam a lucrar a região e os trabalhadores, visto que sendo feita a entrega, certamente que o Estado facilitaria os

meios necessários para que o edifício fosse reparado e adaptado, ao fim em vista, além da possibilidade de se obter acesso para as estradas próximas²⁶.

Do conteúdo desta acta salientamos as razões apresentadas para a entrega dos bens, nomeadamente o facto dos mesmos terem sido arrolados e de a Sociedade se encontrar interdita de funcionar. Paralelamente, embora se entenda que não é essa a vontade dos dirigentes, ressalta a ténue tentativa de encontrar justificações positivas no facto de os bens da Sociedade passarem para a Casa do Povo, um organismo ainda jovem na estrutura do Estado Novo. Podemos ler, neste registo, que a doação da propriedade funcionaria como moeda de troca para que o Estado se dignasse dar alguma atenção a esta região rural

Pelo exposto, compreendemos que, ao contrário do que havia sucedido com a Sociedade Operária, fundada a partir da iniciativa dos trabalhadores rurais da zona, a criação da Casa do Povo surge através do processo inverso.

“A sua criação foi imposta do exterior como parte de uma medida assente no quadro político geral sem que tivesse havido da parte dos trabalhadores e lavradores qualquer esboço de organização²⁷.”

Os populares entrevistados apontam o nome do mesmo dirigente do Estado Novo, em Évora, mais tarde ministro de Salazar²⁸, como responsável pelo encerramento da

²⁶ AACPC, Acta da sessão realizada a 19 de Julho de 1942 - apensa à escritura de doação.

²⁷ José Cutileiro, *Ricos e Pobres no Alentejo*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1977, p. 202.

²⁸ Tratar-se-ia de António Manuel Gonçalves Ferreira Rapazote, advogado e lavrador, que se afirmou politicamente no movimento radical de direita de Rolão Preto. Rapazote foi um dos jovens que fez com sucesso a transição política para o Estado Novo. Durante mais de dez anos foi funcionário do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, criado em 1933, para integração dos trabalhadores e restantes elementos da produção na organização corporativa. O Instituto constituiu, em todas as fases do Estado Novo, o principal órgão propulsor e fiscalizador do seu aparelho corporativo, através de um escol de quadros, cuja missão (...) visava concretizar no terreno o supremo objectivo político da conciliação entre o Trabalho e o Capital. (...) Os assistentes e delegados do INTP foram os fornecedores, por excelência, da organização corporativa (...) e principais agentes da vigilância política e intervenção governamental nos organismos corporativos, nomeadamente nos sindicatos nacionais e Casas do Povo, com papel por vezes determinante, na sua própria vida interna (...) Foi neste corpo de funcionários – verdadeiro escol dos jovens quadros do regime, criteriosamente seleccionados, na sua grande maioria formados em direito e com idade média inferior a 30 anos – que mais se sentiu a influência, no arranque da organização corporativa e durante a primeira década do regime, de alguns ex-dirigentes do nacional-sindicalismo que optaram pela integração no Estado Novo. Rapazote, na década de 40-50 exerceu advocacia nas comarcas de Bragança, Évora e Lisboa. Foi presidente da comissão concelhia da União Nacional de Évora e deputado à Assembleia Nacional nas últimas legislaturas (a partir de 1961). Foi delegado do Procurador da República (1957-68), representante no Conselho Municipal de Évora e juiz dos Tribunais do Trabalho e de Contas. Tornou-se ministro do Interior em 1968, no último governo de Salazar, e aí se manteve até

sociedade e pela “ilegalidade” que foi o acto de doação dos seus bens à Casa do Povo de Évora, organismo da ditadura, que ficou com sede no edifício dos Canaviais. Nesta época conturbada, onde em Portugal criava raízes a ditadura de Salazar e a Europa era o principal palco da 2ª Guerra Mundial, não é difícil entender os motivos que levaram a que houvesse perseguições entre aqueles que se opuseram à situação²⁹.

A transmissão dos bens, para a Casa do Povo de Évora, foi o acto que colocou um ponto final na Sociedade Operária de Instrução e Recreio que nunca mais voltou a ter qualquer actividade como tal. A questão dos bens nunca ficou totalmente esclarecida, perante a população, que sempre se achou com direito a reivindicar aquilo que tinha conseguido à custa do trabalho dos moradores do bairro e das quintas. Durante a ditadura, não houve qualquer possibilidade de intervenção, por parte da população, para que os bens regressassem à gestão dos sócios, que com tanto sacrifício os tinham obtido.

A Casa do Povo de Évora surge, assim, em 1942, como herdeira dos bens e dos próprios associados da anterior instituição, fixando-se nesta zona rural da cidade de Évora, aproveitando a infra-estrutura existente para sede, em virtude de as suas atribuições dizerem directamente respeito às populações rurais. Parafrazeando José Cutileiro, “o mais típico de todos os organismos corporativos foram as Casas do Povo, que funcionavam em quase todas as freguesias rurais do País³⁰.”

As Casas do Povo tinham sido fundadas em 1933, como instituições de cooperação social, essencialmente dedicadas à previdência, à assistência médica, à instrução e ao fomento dos progressos locais. Delas faziam parte:

1968. Cf. Daniel de Melo, «Rapazote, António Manuel Gonçalves Ferreira», vol. II, p. 814 e José Carlos Valente, «Instituto Nacional do Trabalho e Previdência», vol. I, pp. 486-488, in *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, 2 volumes.

²⁹ Surge, na memória da população, o nome de José Sebastião Cebola, um dos muitos fundadores da sociedade e opositor ao regime, perseguido pela polícia política. Esta memória poderá não estar ligada exactamente a estes acontecimentos, em virtude de este popular desenvolver uma “activa” vida política, sendo preso por diversas vezes. É natural que na memória dos mais velhos, por vezes, se confundam alguns acontecimentos. Depois da Revolução de Abril de 1974, a população prestou homenagem pública a esta figura, atribuindo o seu nome a uma rua do bairro.

³⁰ José Cutileiro, op. cit., p. 201.

- os sócios efectivos – chefes de família ou maiores de 18 anos residentes na área da Casa do Povo;
- os sócios contribuintes – produtores agrícolas da área da Casa do Povo não incluídos anteriormente;
- os sócios protectores – todas as entidades que contribuam voluntária ou periodicamente para a constituição das receitas da Casa do Povo.

Em 1938 foram-lhes, também, atribuídas funções de representação com o objectivo de negociarem no âmbito da contratação colectiva de trabalho.

“O regime baseava-se na noção de corporativismo, segundo a qual se pressupunha que o capital e o trabalho, ou antes os detentores dos meios de produção e os trabalhadores, não têm interesses conflituosos, expressos na luta sindical ou política, mas sim interesses complementares que deverão ser harmoniosamente conjugados. Segundo esta perspectiva, os conflitos emergentes dos diferendos entre as entidades patronais e os trabalhadores deveriam ser resolvidos através do aparelho burocrático do Estado Corporativo e não entre sindicatos livremente eleitos e associações de patrões³¹.”

Em 1969, o Estado Corporativo procedeu a mais uma reforma, com o objectivo de aproximar as suas tarefas das dos sindicatos. O seu carácter interclassista não desapareceu e, por isso, as funções de negociação foram entregues pela lei às federações de Casas do Povo.

Na hierarquia corporativista do Estado Novo, as Casas do Povo integravam-se nos organismos corporativos primários, as federações e uniões de Casas do Povo, nos organismos corporativos intermédios, e as corporações de Casas do Povo, nos organismos corporativos superiores.

Os Estatutos da Casa do Povo de Évora foram impressos pela Gráfica Eborense, em 1944, depois de aprovados pelos respectivos órgãos em 1942. À data, faziam parte da direcção, como presidente, Manuel José Cabeça, como tesoureiro, Manuel Bernardino Carvalhal, e como secretário, Arsénio Joaquim Rebocho. O presidente, membro da sociedade extinta, tinha sido o responsável pelo esclarecimento aos sócios quanto aos aspectos positivos que adviriam, para o lugar dos Canaviais, da criação de uma Casa do Povo. Arsénio Joaquim Rebocho que presidira à mesa da Assembleia-geral, da mesma

³¹*Ibidem*, p. 200.

reunião da Sociedade Operária de Instrução e Recreio «A Educação do Povo», aparecia, agora, como secretário da Casa do Povo de Évora.

O documento reflecte os objectivos gerais de criação das Casas do Povo como organismos corporativos, apresentando um campo de actuação bastante mais abrangente do que a anterior Sociedade que veio substituir. Não esqueçamos que a Sociedade Operária era uma associação de raiz local, criada pelos trabalhadores rurais da zona, tendo como horizonte os ideais republicanos, enquanto que as Casas do Povo eram organismos corporativos, criados pelo poder central do Estado Novo, com matriz única, disseminados por todas freguesias rurais do país. A actividade social da Casa do Povo encontrava-se definida para as áreas da representação profissional, da previdência, da assistência, da educação, dos melhoramentos locais.

O abrangente campo de actuação pormenorizado nos estatutos, permite-nos perceber de que modo se organizava esta instituição. Logo na folha de abertura, é transmitida informação relativa ao edifício sede, às delegações, postos médicos e local de funcionamento da secretaria. O capítulo primeiro respeita à organização geral, atribuição e fins da Casa do Povo. Os sócios são o tema do segundo capítulo, organizado em categorias, quotas, deveres e direitos, penalidades. Os sócios incorriam, de acordo com as faltas cometidas, em dois tipos de penalidades: repreensão ou suspensão. Merecem algum comentário os parágrafos primeiro e segundo, do artigo vigésimo quinto pois, por serem demasiado vagos no seu conteúdo, permitiriam as mais díspares interpretações:

“Art. 25º - Serão suspensos por tempo superior a noventa dias:

1º - Os que mostrarem ser maus portugueses;

2º - Os que desenvolverem acção contrária aos interesses do Estado Português ou da ordem social estabelecida³²(...)”

A ideologia do Estado Novo é bem vincada, percorrendo todo o documento, não deixando lugar a qualquer dúvida quanto ao que se pretende destas instituições. Assim, no capítulo terceiro, *Da actividade social*, é aberto um primeiro ponto designado Generalidades expressamente para reforçar que a Casa do Povo “respeitará os princípios e a finalidade da colectividade nacional, com renúncia a toda e qualquer forma de

³² *Estatutos da Casa do Povo de Évora*, p. 9.

actividade contrária aos interesses da Nação portuguesa (...) e repudia expressamente o princípio da luta de classes³³.”

O segundo ponto, deste capítulo, refere-se à Representação profissional, o terceiro à Previdência, um dos aspectos mais abrangentes da actuação da Casa do Povo, por isso, também mais desenvolvido (objectivos, beneficiários, assistência médica, subsídio de doença, subsídio por morte, outras modalidades de previdência, perda de direitos, receitas do fundo de previdência e administração do fundo de previdência). Segue-se a Assistência, como quarto ponto, a Educação, como quinto, os Melhoramentos locais, como sexto, e Outras formas de actividade, como sétimo e último ponto, deste capítulo.

Merece-nos algum destaque, o campo da educação, por ser uma das áreas também privilegiadas pela anterior Sociedade. Esta aparece associada aos valores subjacentes ao regime, direccionada para a formação ou aperfeiçoamento dos conhecimentos profissionais da técnica agrária.

“A acção educativa da Casa do Povo terá sempre em vista fortalecer nos meios rurais o culto da Pátria, o amor da terra, o sentimento da família e, de um modo geral, as virtudes cristãs da moral tradicional³⁴.”

Fazendo apelo ao estado economicista e, ao mesmo tempo, apelando à auto-censura, os Estatutos abrem a possibilidade de criação de “uma pequena biblioteca de obras criteriosamente seleccionadas³⁵” e da utilização do cinema, do teatro e da rádio como instrumentos de cultura popular “promovendo a exibição de fitas adequadas e excluindo todas aquelas que possam constituir factor de perversão dos bons costumes e da ordem social³⁶.” As Casas do Povo devem ser escolas de adultos e adolescentes³⁷ e o centro de convívio e de cooperação da gente rural³⁸.

Ainda, no capítulo da educação, não ficava esquecido o desenvolvimento da cultura física dos filiados, que deveria estar sujeita a fiscalização médica. Qualquer das actividades culturais que se proponha realizar, “no tríplice aspecto da educação física,

³³ *Ibidem*, p. 10.

³⁴ *Ibidem*, p. 18. Este artigo dos Estatutos espelha, fielmente, a trilogia salazarista: Deus, Pátria, Família.

³⁵ *Ibidem*, p. 19.

³⁶ *Ibidem*, p. 19.

³⁷ *Ibidem*, p. 33.

³⁸ *Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, Casas do Povo*, p. 25.

intelectual e moral, a Casa do Povo subordina-se às directrizes orientadoras da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho³⁹.”

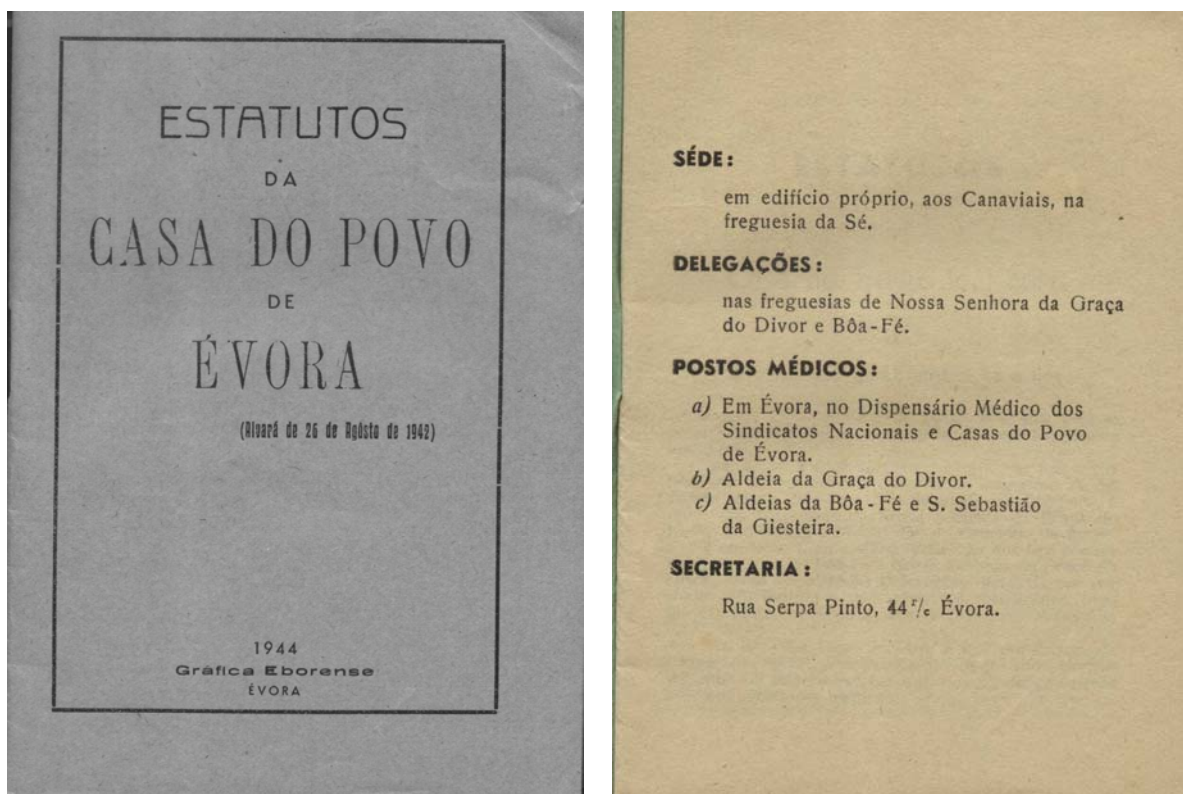


Fig. 13 - Estatutos da Casa do Povo de Évora

O capítulo quarto, dos Estatutos, diz respeito à Administração e funcionamento (Assembleia geral e Direcção), o quinto, ao Regime financeiro, o sexto e último, prende-se com Disposições gerais e transitórias, onde mais uma vez se reforça a ideia de que este organismo não pode, de forma alguma, quer política quer social, ser utilizado para fins contrários aos interesses da Nação ou à constituição do Estado⁴⁰. A Casa do Povo era obrigada, anualmente, a elaborar um orçamento submetido à sanção do Instituto Nacional de Trabalho e Previdência. Nele deviam constar todas as receitas ordinárias e as extraordinárias, bem como as despesas de administração, sociais e de fomento. Constituía as receitas da Casa do Povo: o produto das quotas dos sócios efectivos (entre 1\$50 e 3\$00), contribuintes (dependentes da classe de produtores

³⁹ *Estatutos da Casa do Povo de Évora*, p. 19.

⁴⁰ Cf. *Ibidem*, p. 28.

agrícolas e tomando por base a colecta da contribuição predial rústica, nunca inferior a 5\$00) e protectores, as importâncias pagas pelos beneficiários do Fundo da Previdência, os subsídios do Fundo Comum das Casas do Povo, os auxílios do Estado por ocasião de epidemias ou de outras calamidades, os donativos, legados ou heranças aceites, os juros e outros rendimentos dos bens que possuía e os proventos provenientes de qualquer forma de actividade que exercesse e que devesse ser remunerada, nos termos dos estatutos e da lei⁴¹. Em 1948, nas comemorações do 6º aniversário da fundação da Casa do Povo de Évora, Aníbal Inocêncio Esturrado, Presidente da Direcção, faz o balanço da actividade económica deste organismo – ver excerto do jornal *Notícias d'Évora*, de 24 de Agosto de 1948, em Anexo.

Na tentativa de garantir o funcionamento, sem sobressaltos, da Casa do Povo, não é permitida a criação, nem o funcionamento, de outra organização da mesma índole, ou de qualquer associação recreativa, cuja acção “contrarie ou embarace a sua”. Apesar da campanha nacional em fomento da produção vinícola, podia, igualmente, “ser proibida a instalação de estabelecimentos de venda de vinho a copo num raio de cem metros em torno do edifício da Casa do Povo, se a vizinhança de tais estabelecimentos for nociva à vida social da instituição⁴².”

A Casa do Povo de Évora abrangia, em termos geográficos, uma área de influência de grandes dimensões, à qual pertenciam as freguesias da Sé (parte rural), Boa-Fé, S. Sebastião da Giesteira, e parte das freguesias de Nossa Senhora da Graça do Divor, São Matias e São Jordão. Com edifício sede no bairro dos Canaviais, tinha anexas as Casas do Povo da Graça do Divor e de Nossa Senhora da Boa Fé. A secretaria funcionava, primitivamente, na rua Serpa Pinto e, por último, na Praça do Sertório. Em 1957, foi criada a Federação das Casas do Povo do Distrito de Évora que integrava todas as Casas do Povo do Distrito – quarenta e quatro em 1963.

⁴¹ Cf. *Estatutos da Casa do Povo de Évora*, pp. 26-27.

⁴² *Ibidem*, p. 29.

QUADRO XI
FEDERAÇÃO DAS CASAS DO POVO DO DISTRITO DE ÉVORA - 1963

1- Alandroal	23- Nossa Senhora da Tourega – Valverde
2- Alcáçovas	24- Pavia
3- Arcos	25- Portel
4- Arraiolos	26- Redondo
5- Borba	27- Reguengos de Monsarás
6- Brotas	28- Santa Maria – Estremoz
7- Cabeção	29- S. Bento do Ameixial
8- Cabrela	30- S. Geraldo - Cíborro
9- Ciladas – S. Romão	31- S. Manços
10- Évora	32- S. Marcos do Campo
11- Evoramonte	33- S. Miguel de Machede
12- Freixo	34- S. Pedro do Corval
13- Granja	35- Santiago do Escoural
14- Igrejinha	36- Santiago Maior
15- Lavre	37- S. Vicente do Pigeiro - Vendinha
16- Monsaraz	38- Terena
17- Montemor-o-Novo	39- Nossa Senhora da Torre dos Coelhoos
18- Monte Virgem - Aldeia da Serra	40- Veiros
19- Montoito	41- Vendas Novas
20- Mora	42- Viana do Alentejo
21- Mourão	43- Vila Viçosa
22- Nossa Senhora de Machede	44- Vimieiro

Do património, desta época, pouco resta no espólio da actual Associação Casa do Povo de Canaviais. A documentação mais importante, relativa aos sócios fundadores e primeiras actividades, é praticamente inexistente. Restam alguns contratos, alguns livros de registo, os estandartes originais da Sociedade Operária e da Casa do Povo e uma pequena biblioteca correspondente ao período de propaganda do Estado Novo, com títulos alusivos ao mesmo e às suas manifestações culturais. São cerca de duzentos e cinquenta títulos, repartidos por várias colecções, editados maioritariamente pelo Serviço Nacional de Informação. A máquina de propaganda do Estado Novo editava

títulos de cariz variado, tentando abarcar diferentes facetas da informação e da formação das populações rurais.

Os exemplares arquivados fazem parte de colecções publicadas com fins determinados. Conjuntamente com publicações da Junta Central das Casas do Povo (*Protecção aos trabalhadores rurais através da solução corporativa*), do Ministério das Corporações e Previdência Social (*Plano de Formação Social e Corporativa*), do Ministério das Obras Públicas (*Valorização dos meios rurais*), encontram-se números da *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, os *Cadernos da Revolução Nacional*, exemplares das colecções Plano de Educação Popular (*Os grandes escritores portugueses*), Biblioteca Popular (*Noções de Salsicharia*), Pelo Império (*Epopéia de Diu*), Antologia Portuguesa (*Trancoso*), *Etnografia Portuguesa* (de J. Leite de Vasconcelos), *Cadernos do Povo (A bordadeira)*. Outros títulos, igualmente propagandísticos, de autores ligados ao aparelho do estado, como Luís Chaves, que escreveu *Estudos de Poesia Popular* e *Os Pelourinhos Portugueses*, ou João Vilares, que publicou o romance *Amor à Terra*.



Autor e proprietário: M^a Joaquina Fernandes; 2007

Fig. 14 – Estandarte da Casa do Povo de Évora

Alguns dos exemplares arquivados não chegaram a ser manuseados, pois as páginas encontram-se intactas, nunca tendo sido separadas. Existem ainda, mas de datas relativamente recentes, concernentes aos anos sessenta e setenta, os livros de descarga das contribuições dos sócios (dos anos de 1963 a 1975), livros de actas da secção de representação profissional da Federação das Casas do Povo do Distrito de Évora (com um total de quatro actas sendo três de eleição e uma de consulta sobre categorias profissionais e descanso semanal), o livro de actas da direcção, o registo do circuito cinematográfico da Casa do Povo de Évora e o livro de actas do Conselho da Federação. No total, contabilizam-se cinquenta e dois livros de actas e de vários registos, incompletos, na maior parte dos casos.

Nos primeiros anos de funcionamento como Casa do Povo, a direcção teve de resolver algumas questões pendentes, nomeadamente a legalização dos bens imóveis, transmitidos da anterior sociedade. Coube a Joaquim Inocência Esturrado, presidente em 1946, requerer isenção da contribuição predial, em virtude de as Casas do Povo estarem isentas desse pagamento. A questão, ainda neste ano, prendia-se com o facto de o imóvel continuar inscrito no nome da doadora e, por isso, dever pagar o imposto.

Em 1948, comemorava-se o sexto aniversário da fundação da Casa do Povo de Évora, com uma sessão solene, seguida de corridas de bicicletas, cavalhadas, corridas de sacos e à noite baile ao ar livre e quermesses⁴³.

Em 1962, o presidente da direcção era Custódio José Domingos Serrabulho, trabalhador rural, residente na quinta do Ferreiro, o secretário Joaquim José Alface, também trabalhador rural, morador na quinta da Boticária e o tesoureiro Francisco António Abreu, trabalhador rural, residente no bairro dos Canaviais.

Em 1963, o Dr. António Pires dos Santos Mata era o presidente da direcção, Manuel António Nunes, o secretário, e Custódio José Domingos Serrabulho, o tesoureiro.

Os cargos da direcção da Casa do Povo, como constatamos, eram ocupados por assalariados rurais, estando os proprietários representados, por alguns dos seus membros, na Assembleia-geral, órgão igualmente de direcção. A história desta instituição, durante o período do Estado Novo acompanha, de um modo geral, o

⁴³ *Notícias d'Évora*, nº 14 365, 15 Agosto de 1948, p. 1.

decorrer da vida da comunidade rural em que se inseria, dando alguma resposta às necessidades sociais, instrutivas e culturais dos trabalhadores rurais.

Da escassa documentação a que tivemos acesso, proveniente das reuniões e actividades da Casa do Povo, pouco há a destacar. Contudo, o conteúdo de várias actas merece alguma atenção, por reflectir os ideais do regime corporativo, traduzidos nas palavras de alguns dirigentes, servindo, ao mesmo tempo, como propaganda.

Seleccionámos, de uma reunião do Conselho da Federação das Casas do Povo do Distrito de Évora, de 1970, a discussão quanto ao quinto ponto da ordem de trabalhos, «Emigração dos trabalhadores e o seu recrutamento pelo Serviço Nacional de Emprego», de acordo com o que ficou registado em acta. Foi o representante de Mourão quem teceu críticas ao Serviço Nacional de Emprego e às novas obrigações sociais surgidas com o abono de família elogiando, ao mesmo tempo, a acção dos lavradores do distrito em colaboração com as funções das Casas do Povo. O mesmo afirmou terem os dirigentes das Casas do Povo feito um grande esforço em prol dos trabalhadores rurais seus associados, dispondo, quase todas de sedes próprias com instalações confortáveis. A criação de cursos rurais, os Postos da Telescola, os bairros já construídos ou em construção e outras actividades culturais e educativas, foram apresentados como prova evidente do trabalho e preocupação deste organismo. Contudo, esta “grandiosa obra”, nas palavras do dirigente de Mourão, só foi possível em consequência da colaboração activa dos sócios contribuintes - referia-se aos proprietários rurais - que, sem nada receberem, são quem fundamentalmente sustenta os assalariados. Na sua opinião, a lavoura do distrito luta, de há muito, com dificuldades de vária ordem que se agravaram com o encargo imposto pela criação dos regimes geral e especial do abono de família. A falta de mão-de-obra, válida para os diferentes serviços agrícolas, e as jornas relativamente altas que têm de suportar, devido ao êxodo rural, são outros tantos problemas a sobrecarregar uma situação económica que os próprios consideram difícil. Portanto, a agricultura carece de compreensão e ajuda das Casas do Povo, na solução da crise de mão-de-obra. Deste modo, os dirigentes, sem esquecer as finalidades da sua criação, têm o dever de colaborar com a Lavoura e procurar evitar a saída de braços das suas áreas, que se estão empobrecendo cada vez mais. Nesta ordem de ideias, a acção do Serviço Nacional de Emprego, nos meios rurais, assumiria um carácter nefasto, visto

encorajar o habitante do campo a fixar-se nos meios citadinos ou no estrangeiro, onde nem sempre encontra as condições de vida com que sonhou e a que não consegue adaptar-se. Os dirigentes das Casas do Povo também desejam a promoção social e económica dos seus sócios efectivos, mas não gostariam que essa promoção se fizesse à custa da completa ruína dos sócios contribuintes. O processo de recrutamento do pessoal rural, conduzido pelo Serviço Nacional de Emprego, não agradou aos proprietários que gostariam de ser consultados sobre a oportunidade ou inoportunidade desse recrutamento. A sua contestação reforça-se com a possibilidade de esta acção contribuir para o despovoamento das terras, ao qual não desejariam assistir passivamente, pois, em última análise, redundaria, num futuro próximo, na extinção das Casas do Povo, por falta de sócios efectivos⁴⁴.

Este dirigente das Casas do Povo, em 1970, vaticina aquilo que virá a acontecer no futuro, com estas instituições. O exemplo mais próximo é aquele que estudamos: nesta época, e até final dos anos setenta, ainda tenta angariar novos sócios, encontrando grandes dificuldades neste processo. Esta dificuldade advém do facto de a população residente na zona abrangida pela mesma ir assumindo características diferentes, dedicando-se a outro tipo de actividades. Ao mesmo tempo, os serviços que a Casa do Povo oferecia assumiam cada vez menos importância, devido a novas ofertas a que os associados acediam com facilidade e mais vantajosamente. Referimo-nos à assistência médica, às questões da educação e cultura que foram desaparecendo, a pouco e pouco, das atribuições das Casas do Povo. A população rural diminuiu drasticamente, o regime da Previdência alargou a sua esfera de actuação com melhores resultados do que as Casas do Povo, a educação passou a dispor de outros meios e de locais próprios, deixando de utilizar os edifícios da Casa do Povo, as actividades culturais, propostas por estes organismos, mantiveram o cariz tradicional, não acompanhando o evoluir dos tempos, nem se adaptando às necessidades da juventude.

O livro de Actas da Direcção, da Comissão Directiva Provisória e da Direcção da Federação das Casas do Povo, não é muito rico quanto ao fornecimento de elementos sobre os assuntos tratados, dado que o secretário se limitava a registá-los, de forma

⁴⁴ Cf. AACPC, *Livro de Actas do Conselho da Federação*, Acta nº 18, 31/03/1970, pp. 18-19. Excerto da responsabilidade do sr. Presidente da Assembleia-geral da Casa do Povo de Mourão.

muito sucinta. Analisadas as actas constantes neste livro, dos anos de 1963 a 1975 (nº 1 ao nº 137), é no período conturbado posterior à revolução de Abril de 1974 que vamos encontrar um testemunho interessante, relativo ao apoio dado ao Movimento das Forças Armadas, por parte de uma das principais organizações que suportava a estrutura do Estado Novo⁴⁵.

Nesta reunião, que teve lugar em Maio de 1974, era Presidente da Direcção José Sebastião Capoulas Júnior, António Leonardo Mexia de Almeida tinha as funções de secretário e Custódio José Domingos Serrabulho desempenhava o cargo de tesoureiro. Os dois primeiros eram proprietários rurais, o último, aparece como trabalhador rural, mas era ele também possuidor de uma pequena quinta. Todos eles estariam, de algum modo, conotados politicamente com o regime, sendo de estranhar a posição tomada após o golpe militar. O Presidente propôs que fosse dado conhecimento a todas as Casas do Povo, suas federadas, do incondicional apoio à Junta de Salvação Nacional, bem como manifestar o seu preito de homenagem ao Movimento das Forças Armadas. Este dirigente propôs, ainda, comunicar ao Movimento Democrático de Évora a sua colaboração em tudo o que se relacionasse com a defesa dos interesses dos trabalhadores. Identificada a posição da Federação, tentando que a mesma fosse ao encontro dos ideais defendidos pelo movimento revolucionário, apresentou algumas propostas que pretendia que fossem comunicadas aos organismos federados:

- as Casas do Povo deveriam passar a designar-se por “Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas;
- nesses organismos de classe apenas deveriam ser integrados trabalhadores agrícolas;
- deveriam ser geridos por direcções eleitas democraticamente pelos seus sócios;
- a Federação deveria ser gerida por órgãos eleitos pelos organismos federados e integrados por trabalhadores agrícolas;
- a actual direcção, composta quase exclusivamente por representantes do patronato agrícola, deixaria de ter legitimidade para continuar a gerir a Federação;

⁴⁵*Idem, Livro de Actas da Direcção, Acta nº 137, f. 64 e 64 v.*

- deveria ser convocada uma reunião, para o dia vinte e três de Maio, a fim de as Casas do Povo procederem à eleição de uma comissão para gerir a Federação, até à eleição de novos corpos gerentes.

As reuniões seguintes foram realizadas por uma Comissão Directiva Provisória, entre 6 de Junho e 5 de Julho de 1974, reunindo, depois, novamente a direcção, com os mesmos elementos, até Fevereiro de 1975.

A partir de 1977 foram nomeadas Comissões Administrativas, tendo a primeira sido presidida por Aníbal Inocêncio Esturrado, Martinho José Cebola, vice-presidente, e António José Bate, tesoureiro. Em 1979, como Comissão Directiva, administravam praticamente apenas o imóvel e as poucas actividades recreativas e culturais que aí se desenvolviam, José Pereira dos Santos, António Joaquim Fezes e José Francisco Angelino.

A secretaria, que continuava a funcionar na Praça do Sertório, foi integrada nos serviços da Segurança Social nos anos noventa, por não se justificar a sua existência autónoma, ao desempenhar funções paralelas às desta instituição, abrangendo um número muito reduzido de associados.

Após a publicação do Decreto-lei nº 4/82, de 11 de Janeiro, que veio alterar profundamente a natureza e fins das Casas do Povo, foram colocadas duas opções quer à direcção quer aos sócios existentes à data: ou alteravam os estatutos ou se extinguíam.

As Comissões Administrativas geriam apenas as actividades culturais e recreativas, desde 1985, em virtude desta instituição ter sido esvaziada das competências que lhe eram inerentes quanto à previdência, à protecção aos trabalhadores e à educação, entre outras. A Casa do Povo de Évora foi gerida cerca de vinte anos por Comissões Administrativas “por impossibilidade de reunir a Assembleia-geral e eleger uma direcção a partir dos sócios⁴⁶”. A última Comissão Administrativa, nomeada pela extinta Junta Central das Casas do Povo, constituída por Carlos Vieira, Ilídio Antunes, Manuel António Pereira Batista, respectivamente presidente e vogais, teve como missão final ajudar a decidir o futuro desta instituição.

Questões legais levaram a que, apenas em 2000, a situação ficasse resolvida, depois de consultados os poucos sócios ainda inscritos na Casa do Povo. Da listagem efectuada

⁴⁶ De acordo com o testemunho do anterior Presidente da Direcção, Estêvão dos Reis Bicho.

para o acto eleitoral conseguiram apurar-se duzentos e vinte e um sócios contribuintes, noventa sócios protectores e sessenta e um sócios contribuintes equiparados.

Em 1 de Abril de 2000, reuniu a Assembleia-geral, tendo sido deliberada a extinção da Casa do Povo de Évora. Os sócios votantes, ao optarem pela extinção da Casa do Povo de Évora, decidiram o retorno dos bens da Sociedade à população dos Canaviais, através da criação da Associação Casa do Povo de Canaviais. Pretendiam, com esta atitude, revitalizar funções e restituir dignidade a uma instituição que passou por vicissitudes várias que a diminuíram. Com esta atitude os últimos sócios pretendiam revitalizar o espírito da antiga Sociedade Operária de Instrução e Recreio, que na sua origem, havia sido criada pela população para dar resposta às suas necessidades sociais e culturais. A instituição corporativista Casa do Povo desvirtuara estes objectivos e, no final da sua existência, funcionava apenas como uma espécie de comissão de festas, limitando-se a organizar bailes, descurando o património que tinha à sua guarda.

Os estatutos da nova associação foram aprovados e registados em cartório, a 10 de Julho do ano 2000. Quando se procedeu à transferência do património, não foi percebido que o imóvel teria de o ser por escritura pública, tendo a situação apenas sido declarada em acta. Esta situação ainda não foi regularizada por impedimentos legais.

Em síntese final, podemos referir que a Sociedade Operária de Instrução e Recreio «Educação do Povo» teve raízes num grupo de trabalhadores rurais, por volta de 1911, mas, oficialmente, foi fundada em 1921, no bairro do Espinheiro, sendo os seus Estatutos aprovados em 1927.

Esta associação pretendia contribuir para a educação e cultura da população rural, tendo para esse efeito adquirido uma parcela de terreno denominada quartéis da Tapadinha, onde erigiu o seu edifício sede. Neste funcionavam os serviços da associação, entre os quais a escola, e desenrolavam-se as actividades culturais. Este organismo operário desenvolveu actividades de carácter muito variado, desde conferências, a teatro, concertos, bailes, quermesses, exposições, caçadas, com o objectivo de educar, informar e alargar os horizontes culturais da população rural que servia.

Com o advento do Estado Novo, a associação foi encerrada e alguns dos seus membros perseguidos e presos pela polícia política. Os seus bens foram transferidos

para o fundo da Casa do Povo de Évora, em 1943, organismo que passou a funcionar no edifício da Sociedade, aos Canaviais. A Casa do Povo de Évora herdou os bens, os sócios e os dirigentes, mas alargou o campo de actuação, desenvolvendo actividades no campo da educação e cultura, da previdência, assistência, representação profissional e melhoramentos locais.

A Casa do Povo entrou em franco declínio, devido às dificuldades em angariar novos sócios e à diminuição gradual do seu papel enquanto organismo dedicado à assistência e apoio aos trabalhadores rurais. Nos últimos anos de actividade, enquanto Casa do Povo, a direcção restringia o seu campo de actuação à gestão dos bens, à realização de alguns bailes tradicionais, no salão do edifício, e ao arrendamento do espaço do café. O espólio da Sociedade Operária e da Casa do Povo reduz-se ao edifício, a um conjunto de livros provenientes da máquina de propaganda do regime salazarista e aos estandartes originais de ambos os organismos.

Os poucos sócios que se reuniram no ano 2000 decidiram pela extinção da Casa do Povo de Évora e pela criação da Associação Casa do Povo de Canaviais. Esta situação só em 2006 ficou esclarecida, continuando por resolver a questão legal, que se prende com a transmissão dos bens de um organismo para outro, em sede notarial.

Do estandarte da primitiva Sociedade, a actual Junta de Freguesia de Canaviais adoptou a heráldica, podendo ver-se os instrumentos agrícolas tradicionais (forquilha e enxada) simbolizando os trabalhadores agrícolas que fundaram a freguesia, e as canas traçadas, simbolizando a planta que deu origem ao topónimo. No estandarte de 1911, em verde seco, bordado a ouro, podiam ver-se conjuntamente com a forquilha e a enxada, o machado (dos lenhadores e tiradores de cortiça), a gadanha e a foice (das ceifeiras e ceifeiros).

2.5.2. Escolas

Englobadas no perímetro definido como área de influência do bairro, encontramos registos, na imprensa local e em Actas Camarárias do período republicano, relativos a duas escolas de carácter nitidamente rural: uma particular, localizada na quinta de Alpedriche, outra pública, localizada ao Espinheiro.

A escola de Alpedriche, de carácter particular, denominada Escola Laura de Carvalho, em 1911, funcionava na casa de residência, na quinta de Alpedriche, a expensas do tenente veterinário do grupo de artilharia de montanha, o senhor Raul de Carvalho⁴⁷.

Gabriel Pereira, conhecedor de toda esta zona, nos finais do século XIX, apontara a falha existente nas proximidades do Espinheiro, onde, apesar do evidente crescimento da população não tinha havido a correspondente resposta às suas necessidades de instrução. Este estudioso não deixou de questionar o assunto, registando a sua preocupação num dos fascículos publicados sob o título *Estudos Eborenses*: “(...) quem trata agora das comodidades, do bem estar, da educação e da instrução de uns centos de pobres trabalhadores rurais⁴⁸!”

Em 1914, sentindo a necessidade da criação de uma escola pública na zona do Espinheiro, em virtude de existirem muitas crianças em idade escolar, a Câmara recebe um ofício da Junta de Paróquia da freguesia da Sé, chamando a atenção para a criação de uma escola mista no bairro do Espinheiro. Ao mesmo tempo, a autarquia era informada de que o doutor Manuel Alves Branco oferecera casa para a escola e para habitação da professora. Nesta reunião da Câmara é aprovada a proposta e dada autorização para tratarem da instalação, visto a verba destinada às despesas de instrução estar desafogada⁴⁹.

Quanto à localização desta última, entende-se, pela transcrição da acta, que seria na propriedade do doutor Manuel Alves Branco, situada na Guarda do Espinheiro, ou seja, no conjunto de edifícios inseridos na cerca do próprio Convento do Espinheiro.

⁴⁷ Cf. *Notícias d'Evora*, nº 3105, 7 de Fevereiro de 1911, p. 1

⁴⁸ Gabriel Pereira, *Estudos Eborenses*, Évora, Edições Nazareth, 1947, p. 17.

⁴⁹ *Notícias d'Evora*, nº 4092, 5 de Maio de 1914, p. 1.

Contudo, a oferta do edifício não satisfaz os responsáveis pelas construções escolares da altura:

“(…) Fui também ao Espinheiro ver a casa destinada para ali ser criada uma escola. Necessita esta, para esse fim, de importantes reparações, duvidando até que feitas estas se consiga obter um resultado satisfatório; é talvez preferível a construção de um edifício escolar, podendo de preferência, obtida a necessária autorização, servir esta habitação de moradia ao professor⁵⁰.”

Outro tanto não sucedia com a escola particular, criada em Alpedriche, em virtude de a casa onde funcionou, durante anos, com uma frequência bastante satisfatória, satisfazer plenamente, não só por ter salas amplas para a prática do ensino, como condigna habitação para professores. Assim, opina pela conveniência da criação oficial desta escola, cuja frequência está garantida. Esta afirmação decorre do facto de que o contínuo da Câmara, José Augusto Abrantes, se terá deslocado ao local para inscrever crianças em idade escolar, para se organizar o respectivo processo, e, só num bocado de tarde, inscreveu quarenta crianças nessas condições.

O exposto não exclui a criação da escola no Espinheiro, ou em quaisquer outros pontos mais, apenas são frisadas as vantagens de, imediatamente, ser aberta a escola de Alpedriche, visto que para a pôr a funcionar existe já casa apropriada e frequência garantida⁵¹.

Esta afirmação é corroborada no ano seguinte, em Abril de 1915, quando o jornal *Notícias d'Évora* dá notícia da inauguração da escola de Alpedriche, como escola oficial, para a qual foi nomeada, como professora, a Senhora D. Maria Inácia Caeiro Parrot⁵².

Depreende-se, pelo exposto, que, na primeira década do século XX, e pelo menos até 1915, altura em que se tornou oficial, funcionou apenas uma escola particular, numa área definida como pertencendo ao bairro, mas bastante distante do núcleo deste, mais distante ainda da zona do Espinheiro, que se localiza no lado oposto. A partir do momento em que se tornou oficial, em 1915, esta escola funcionava na dependência da

⁵⁰ *Idem*, nº 4178, 14 de Agosto de 1914, p. 2.

⁵¹ Cf. *Idem*.

⁵² Cf. *Idem*, nº 4281, 17 de Abril de 1915, p. 1.

Câmara, a qual era solicitada, com alguma frequência, no sentido de fornecer materiais e mobiliário.

Relativamente à proposta de criação de uma escola no sítio do Espinheiro, a situação continuava indefinida e voltava a discutir-se o assunto, em 1918. A comissão responsável por esta matéria, na Câmara Municipal, volta a aprovar a criação de escolas móveis, nomeadamente no Espinheiro, assumindo a responsabilidade pelo fornecimento de casas, mobília e material de ensino para o funcionamento da referida escola⁵³.

Finalmente, em 1919, foram criadas várias escolas móveis, no concelho de Évora, entre as quais se identifica a do Espinheiro⁵⁴. A criação destas escolas móveis está, inicialmente, vocacionada para a alfabetização de adultos, embora não seja esse o critério para o início do funcionamento das criadas no concelho, de acordo com o que se depreende da leitura das actas camarárias. A época de criação destas escolas é coincidente com o período em que se verificam alterações positivas na realidade escolar portuguesa, nomeadamente, o decréscimo progressivo de freguesias sem escola, o crescimento do número de escolas primárias, incluindo as móveis, o aumento do número de professores oficiais⁵⁵.

Esta escola funcionou durante vários anos, na área rural, dando resposta às crianças em idade escolar que residiam na zona das quintas do Espinheiro. Numa primeira fase respondia a uma circunscrição escolar bastante extensa, abarcando crianças que viviam em toda a zona oeste do bairro. Na recolha oral efectuada, obtivemos testemunho de vários entrevistados, moradores em quintas do bairro, nomeadamente na quinta do Canavial e nas Carvoeiras, que frequentaram a escola primária do Espinheiro, nos anos trinta e quarenta⁵⁶.

Com a fundação da Sociedade Operária de Instrução e Recreio «Educação do Povo», aos Canaviais, no bairro do Espinheiro, e com a construção do seu edifício, começou a funcionar aqui uma escola, criada de acordo com a ideologia republicana. Esta situava-se numa zona mais central, no local onde virá a nascer o núcleo urbano

⁵³ Cf. *Idem*, n.º 5351, 3 de Novembro de 1918, p. 1.

⁵⁴ Cf. *Idem*, n.º 5610, 21 de Setembro de 1919, p. 1.

⁵⁵ Cf. Rui Grácio, «Ensino Primário e Analfabetismo» in *Dicionário de História de Portugal*, op. cit., vol. II, p. 396.

⁵⁶ Testemunhos orais de Felisberto Nobre e Rosália Fernandes.

primitivo. A criação desta escola vai permitir atender um maior número de crianças em idade escolar e fazer com que as mesmas não tenham de percorrer distâncias tão grandes entre a sua residência e o local de ensino⁵⁷.

Apesar do encerramento da Sociedade, a escola manteve-se em funcionamento no edifício doado à Casa do Povo de Évora. Mais tarde, já durante os anos sessenta, a escola foi encerrada neste local e aberta na quinta da Atafona, num edifício pertencente ao Albergue Distrital.

Com o advento do Estado Novo, as preocupações sociais, concretamente as que diziam respeito à educação das populações vão modificar-se de forma substancial, mas o combate ao analfabetismo, embora seguindo outros pressupostos, tem continuidade. O panorama do ensino no nosso país, de acordo com as estatísticas, revela alguma evolução positiva, mantendo-se, contudo, as taxas de analfabetismo em valores muito abaixo do desejável. Assim, no distrito de Évora, em 1940, a taxa de analfabetismo era de 55%. Comparativamente com os censos de 1911 regista-se uma evolução considerável, mas que continua a corresponder a uma população maioritariamente sem qualquer grau de instrução⁵⁸.

Particularizando, no concelho de Évora, de 6 222 crianças em idade escolar, entre os sete e os treze anos, apenas 2 136 frequentavam a escola primária (41,4%) e 441 já possuíam o grau de instrução primária. Quanto aos professores, existiam cinquenta e cinco a leccionar no concelho, sendo que, em média, a cada mil alunos correspondiam nove professores. Estatisticamente, se todas as crianças frequentassem a escola, estes valores atribuíam um número elevadíssimo de alunos a cada professor que ultrapassava os cem, mais concretamente, cento e onze⁵⁹. Relativamente aos 13 680 habitantes que possuía a freguesia da Sé, em 1940, apenas 7 313 (53%) sabiam ler e escrever⁶⁰.

Nos finais da década de sessenta, do século XX, devido ao crescimento demográfico e à falta de condições do espaço cedido pelo Albergue Distrital, sentia-se a

⁵⁷ Dos nossos entrevistados, frequentaram esta escola, Francisca Esturrado, 85 anos, e Inácia da Conceição Figueiredo, 74 anos.

⁵⁸ Os elementos fornecidos pelo *VIII Recenseamento Geral da População*, para o distrito de Évora, são os seguintes: 1911-76,2%; 1920-73,5%; 1930-68,3%; 1940-55%.

⁵⁹ Censos de 1940, apud Maria Filomena Mónica, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Editorial Presença, 1978.

⁶⁰ Instituto Nacional de Estatística, *VIII Recenseamento Geral da População*, vol. VIII, Lisboa, Sociedade Astória, 1944, p.13.

necessidade, no bairro, da construção de um novo edifício, com várias salas, que desse resposta a todas as crianças em idade escolar que aí residiam. Assim, em 1968, foi construído o actual edifício da escola primária, com três salas de aula, retretes, pátios distintos para o sexo masculino e feminino e dois espaços exteriores cobertos, reaproveitados, mais tarde, um deles para refeitório o outro mantendo-se espaço de convívio.

Este edifício insere-se no Novo Plano de construções escolares, que deu seguimento, até à década de setenta, ao famoso Plano dos Centenários, sendo a sua construção da responsabilidade da Câmara (os dirigentes do Estado Novo elaboravam os regulamentos de decoração interior e exterior, as Câmaras tinham a responsabilidade pela sua concretização material). Enquadra-se na tipologia das escolas do Tipo Rural 3 – edifício com três salas de aula, dois pisos, com dois alpendres, com três sanitários cada, átrio de entrada de cada sala de aula, fechado. As zonas de entrada para as salas de aulas são fechadas, servindo de área de trabalho, à época de vestiário⁶¹.

As escolas construídas nesta época seguem uma matriz única caracterizando-se “pelo seu carácter de extrema racionalidade e minimalismo na utilização de recursos e nos procedimentos: os edifícios escolares obedeciam a projectos-tipo de arquitectura, definidos pelo Ministério das Obras Públicas. Caracterizam-se pela simplificação extrema e progressiva dos espaços interiores e acabamentos exteriores (...) concepção de Escola - sala de aula depurada de todos os elementos espaciais considerados dispensáveis à aprendizagem⁶².”

Deste modo, no seu interior deveria constar apenas o indispensável para que a escola se considerasse apetrechada: quarenta carteiras, uma mesa e uma cadeira para o professor, uma mesa para uso dos alunos, um armário para o material didáctico, um armário para as cartas geográficas e um cabide para os casacos dos alunos⁶³. Acrescentamos uma salamandra, para manter a sala aquecida no Inverno, que só funcionou, nesta escola, anos depois do golpe militar de Abril de 1974, quando a Junta

⁶¹ Cf. Direcção Regional de Educação do Norte, Escolas - Parque escolar. www.dren.min-edu.pt/docs/2007/dpee/caracteristicas_edificios_escolares_1ceb.pdf (19 Nov. 2007).

⁶² Alexandra Aníbal, *A expansão da rede escolar do ensino primário durante o Estado Novo - uma política de voluntarismo minimalista*. www.aps.pt/IVcong-actas/Acta086.pdf, p. 2 (11 Abril 2007).

⁶³ Cf. Maria Filomena Mónica, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1978, p. 221.

de Freguesia conseguiu lenha apropriada para a mesma. Anteriormente, não havendo verba para adquirir a lenha, os professores em exercício não a podiam comprar, nem tentavam junto dos proprietários rurais da zona obter uma doação.

A descrição de Maria Filomena Mónica quanto ao material didáctico, comum a todas as escolas a nível nacional, espelha o que acontecia com o apetrechamento desta, localizada numa zona rural de Évora:

“(…) um quadro preto de pelo menos 1,20m por 0,90m, uma balança com um conjunto de pesos e medidas, uma colecção de sólidos geométricos, uma série de mapas de Portugal e do Império, um mapa-múndi, uma bandeira nacional e o retrato do Chefe do Estado. (...) o retrato do Chefe do Estado devia ficar pendurado na parede principal, tendo à sua esquerda um retrato de Salazar. (...) por detrás e acima da cadeira do professor, um crucifixo, como símbolo da educação cristã(…)”⁶⁴

Em resumo, podemos dizer que a primeira escola primária que localizámos nas quintas da zona norte da cidade de Évora, era de carácter particular e funcionava na quinta de Alpedriche. Esta escola reabriu como oficial, em 1915, ficando à responsabilidade da autarquia que aí colocou uma professora.

Apesar das necessidades de instrução das crianças da outra zona das quintas, do lado do Espinheiro, só por volta da década de vinte foi criada uma escola oficial nesta zona. A primeira escola inseria-se no grupo das escolas móveis, criadas em muitas freguesias rurais, para dar resposta às graves carências sentidas no ramo da educação por estas populações.

Com a fundação da Sociedade Operária de Instrução e Recreio «Educação do Povo», de inspiração republicana, em 1921, que tinha como objectivos contribuir para a instrução das populações rurais, é fundada uma escola aos Canaviais, no bairro do Espinheiro. Posteriormente, com o encerramento desta Sociedade pela ditadura de Salazar, a Casa do Povo de Évora herda os seus bens, mantendo a escola em funcionamento no seu edifício. A transferência da escola deste edifício para outro, na quinta da Atafona, pertencente ao Albergue Distrital, acontece na década de sessenta, pouco antes do edifício do Novo Plano de construções ser inaugurado, em 1968.

⁶⁴ *Ibidem*, pp. 221-222.

2.5.3. Festas e romarias

Servindo como forma de compensar a longa exigência dos horários de trabalho, a rudeza das tarefas agrícolas e as dificuldades inerentes a uma vida de grande sacrifício, os momentos de lazer eram vividos pelas populações rurais com bastante intensidade. Quando tal se proporcionava, as populações organizavam festas e romarias, normalmente associadas a comemorações religiosas. Contudo, as festividades não se restringiam aos aspectos religiosos nem se realizavam apenas nessas épocas. Assim, no bairro dos Canaviais, vivia-se com grande intensidade a comemoração do Carnaval, realizavam-se bailes em momentos variados e, durante a curta existência da Sociedade Operária, organizavam-se as mais diversas actividades “sempre para divertimento do povo⁶⁵”.

A imprensa local, publicada no ano de 1902, faz eco da festa realizada no dia 8 de Maio, quinta-feira de Ascensão, no Espinheiro, a expensas “exclusivamente de proprietários ou acidentalmente moradores naquele aprazível sítio⁶⁶”. Publicita igualmente as festas, fazendo a divulgação do seu programa e das atracções de maior destaque.

“A festa em quinta feira da Ascensão, na igreja do Espinheiro, a expensas dos comerciantes desta praça, é celebrada este anno com desusado esplendor. Consta-nos que o maestro sr. Moraes compoz musica nova expressamente para aquella festividade. Para o arraial foi contratada a banda da real casa pia⁶⁷.”

Habitualmente, as festividades prolongavam-se por mais do que um dia, sendo que, em 1904, no dia seguinte, sexta-feira, ainda se realizariam cavalladas⁶⁸. Estas comemorações, em honra de Nossa Senhora do Espinheiro repetiam-se, anualmente, na mesma data, tentando a comissão de festas apresentar um programa variado onde constava celebração religiosa (missa cantada e ladainha), bailes populares, abrilhantados

⁶⁵ Expressão utilizada por Luísa Nobre, uma das entrevistadas, na recolha oral.

⁶⁶ *Notícias d'Évora*, nº 490, 4 de Maio de 1902, p. 1.

⁶⁷ *Idem*, nº 1082, 5 de Maio de 1904, p. 2.

⁶⁸ *Idem*, nº 1087, 11 de Maio de 1904, p. 1.

por bandas de música, com a constante participação da Banda dos Amadores de Música Eborense⁶⁹.

“Conforme o costume dos anos anteriores, realiza-se na próxima quinta-feira de Ascensão, 13 do corrente, a tradicional festa á Virgem N^a Sr^a do Espinheiro, que será revestida do melhor brilhantismo possível.

Ao meio dia haverá missa cantada a grande instrumental, e pelas 6 horas da tarde, ladainha. Segundo nos consta haverá bailes campestres durante toda a tarde, abrilhantados pela tão afamada Banda dos Amadores de musica Eborense⁷⁰.”

Estas festas, realizadas tradicionalmente na quinta-feira de Ascensão, eram, certamente, muito concorridas pelas gentes moradoras nos campos em redor, o que é traduzido nas variadas notícias publicadas regularmente na imprensa. Em 1916, o jornal *Notícias d'Évora* informa que a festa foi “imensamente” concorrida, correndo tudo na melhor ordem, em 1921 vaticina uma grande afluência para as ditas festas, pois é para os campos do Espinheiro que “a família eborense costuma ir celebrar a Ascensão”, em 1928 reafirma a grande afluência dos eborenses noticiando que “a todas as solenidades religiosas, assistiram muitos fieis, tendo a procissão percorrido os campos circunvizinhos⁷¹”.

As festas a Nossa Senhora do Espinheiro, entre 1925 e 1928, vão realizar-se em meses diferentes do habitual, abandonando-se, provavelmente, os festejos tão acentuados da quinta-feira da Ascensão. Em 1925, realizam-se no mês de Outubro⁷², em 1926, a 15 de Agosto, o correspondente ao dia de Nossa Senhora da Assunção. Às festividades organizadas, em 1926, foi dado grande destaque, sendo estas noticiadas em oito números do jornal *Notícias d'Évora*⁷³. Em 1927, embora continuando a realizar-se em Agosto, celebraram-se no dia 21, começando a imprensa a publicá-las logo no mês de Julho. Neste ano, falava-se, até, em estabelecer “carreiras de automóveis a preços reduzidos” para transportar os populares da cidade que quisessem deslocar-se aos

⁶⁹ *Idem*, n 4605, 14 de Maio de 1916, p. 2.

⁷⁰ *Idem*, n° 5803, 13 de Maio de 1920, p.1.

⁷¹ *Idem*, n° 4621, 3 de Junho de 1916, p. 2; n° 6098, 5 de Maio de 1921, p. 2; n° 8217, 19 de Maio de 1928, p. 2.

⁷² Ver, em Anexo, notícia publicada a 10 de Outubro de 1925, a propósito destas festas.

⁷³ *Notícias d'Évora*, n° 7676, 1 de Agosto de 1926, p.2; n° 7680, 6 de Agosto de 1926, p.1; n° 7681, 7 de Agosto de 1926, p.1; n° 7682, 8 de Agosto de 1926, p.1; n° 7683, 10 de Agosto de 1926, p.1; n° 7688, 15 de Agosto de 1926, p.1; n° 7689, 17 de Agosto de 1926, p.1; n° 7690, 18 de Agosto de 1926, p.1.

campos do Espinheiro⁷⁴. Em 1928 e em 1930, estas festas populares voltam a realizar-se no mês de Maio:

“Vão hoje ter logar na igreja do Espinheiro, as tradicionaes festas a Nossa Senhora do Espinheiro, que serão abrihantadas por uma banda de musica.

O programa é o seguinte:

Ás 8 e meia horas da manhã, chegada da banda de musica, que em seguida cumprimentará os senhores festeiros; ás 11, missa cantada, ladainha e sermão; ás 12 abertura da kermesse e tómbola; ás 6, procissão, que percorrerá os campos circunvisinhos, seguindo-se animados bailes e descantes populares. Haverá carreiras de automoveis⁷⁵.”

Paralelamente às festas de cariz religioso, como já foi referido, realizava a Sociedade Operária de Instrução e Recreio «Educação do Povo», no sítio dos Canaviais, as suas festividades. Do programa para três dias (3, 4 e 5 de Outubro de 1925), constavam actividades de cariz diverso, de acordo com os ideais pedagógicos que esta instituição perseguia⁷⁶. Esta preocupação parece ser uma constante dos responsáveis, transparecendo até no agradecimento publicado no *Notícias d'Évora*, quando a comissão não deixa de referir a contribuição positiva dada “por todas as criaturas amantes da educação⁷⁷”. A actuação desta sociedade, como foi dito no capítulo anterior, caracterizava-se, também, pelo ecletismo e pelo dinamismo, daí que as propostas publicitadas na imprensa reflectam estas ideias.

“Nesta florescente sociedade de instrução e recreio (aos Canaviaes) vae realizar-se um grandioso espectáculo desempenhado pelo Grupo Bandolinista e Dramático Eborense «Augusto Rosa», subindo á scena os dramas em I acto *Uma anedocta* e *Amor de Pae*. Fecha o espectáculo um interessante acto de variedades, onde serão cantados fados e canções. Nos intervalos o grupo bandolinista, sob a regencia do sr. Braz Seleiro, executará alguns números de musica⁷⁸.”

A notícia anterior foi publicada em 30 de Dezembro de 1926, nas vésperas da passagem de ano, mas logo em 26 de Janeiro de 1927, publicita-se a comemoração do aniversário da fundação desta colectividade. O programa anunciado cumpre as

⁷⁴ *Idem*, nº 7992, 19 de Agosto de 1927, p.2.

⁷⁵ *Idem*, nº 8216, 17 de Maio de 1928, p. 2.

⁷⁶ *Idem*, nº 7418, 20 de Setembro de 1925, p.1; nº 7429, 3 de Outubro de 1925, p.2; nº 7430, 4 de Outubro de 1925, p.2.

⁷⁷ *Idem*, nº 7418, 20 de Setembro de 1925, p.1; nº 7445, 23 de Outubro de 1925, p.1.

⁷⁸ *Idem*, nº 7802, 30 de Dezembro de 1926, p.2.

características apontadas, continuando a não introduzir qualquer cariz religioso, como ditavam os cânones republicanos.

“Promovidas por uma comissão de sócios da Sociedade Operaria de Instrução e Recreio «Educação do Povo», realizam-se nesta colectividade, nos dias 1 e 2 de fevereiro proximo, grandes festas para comemoração do 6º aniversario da sua fundação.

O programa dos festejos é o seguinte:

Dia 1- Às 21 horas, abertura duma kermesse, seguindo-se um baile que terminará às 3 horas da madrugada.

No dia 2 – Das 7 às 8 horas, concerto musical; das 8 às 9 conferencia pelo sr. Dr. Domingos Rosado e em seguida continuação do baile e kermesse.

Esta festa será abrilhantada por um grupo musical⁷⁹.”

A data de comemoração do aniversário não é coincidente, nestes anos em que realizámos o levantamento na imprensa local, surgindo em 1928, a 9 de Abril, no ano anterior tinha sido realizada em Fevereiro. Esta discrepância nas comemorações talvez se deva à dificuldade em atribuir um dia concreto ao nascimento da Sociedade.

Ainda no campo dos festejos de carácter religioso, no templo do Espinheiro outros santos mereciam a devoção das populações. No dia 2 de Agosto de 1903, um Domingo, realizou-se festa a S. Sebastião, festa que se repetiu em 1905, pois a mesma volta a ser referida em notícia publicada nesse ano, reforçando o jornalista a ideia de que também se realizava tradicionalmente⁸⁰. Na notícia publicada em 1905 são referenciados, como fazendo parte do programa, arraial e música, durante a tarde.

Apenas no ano de 1905, em jornal publicado a 30 de Maio, terça-feira, encontrámos notícia dos festejos a Santo António, que se realizariam no Domingo seguinte, 4 de Junho, embora, como sabemos, o dia dedicado àquele santo seja 13 de Junho⁸¹.

Uma das nossas entrevistadas, Luísa Maria das Neves, referiu, igualmente, que na capela de Nossa Senhora do Livramento também se realizavam festas. Todos os

⁷⁹ *Idem*, nº 7824, 26 de Janeiro de 1927, p.2.

⁸⁰ *Idem*, nº 857, 4 de Agosto de 1903, p. 1; nº 1454, 4 de Agosto de 1905, p. 1. No calendário religioso o dia dedicado a S. Sebastião celebra-se a 20 de Janeiro, não em Agosto, altura em que no Espinheiro se realizaram estas festividades. Era tradição noutras localidades realizarem-se festas em louvor deste santo em Agosto ou mesmo em Setembro, nomeadamente na aldeia da Granja, em Mourão. S. Sebastião é o protector da humanidade contra a fome, a peste e a guerra. É invocado como patrono dos soldados, arqueiros, tapeceiros, fundidores, jardineiros, bombeiros e cortadores de pedra, patrono dos que desejam paz e harmonia na Terra.

⁸¹ *Idem*, nº 1402, 30 de Maio de 1905, p. 2.

entrevistados acentuaram a questão dos bailes⁸², chamando a atenção para o elevado número de realizações, sendo os mesmos dinamizados por acordeonistas e, por vezes, por pequenos grupos musicais. Estes bailes eram organizados por uma comissão que pagava “à música” (acordeonista ou pequena orquestra constituída por dois ou três músicos).

Tradicionalmente, realizavam-se bailes no Ano Novo, Carnaval, Páscoa, Quinta feira de Ascensão, Agosto, Santos e Natal. Entre estas datas, outros se realizavam, como o baile da Pinha (a seguir ao Carnaval), do Bacalhau, das Flores, dos Namorados, do Chapéu. No baile da Pinha, tal como o nome indica, existia uma pinha (confeccionada com arames, papéis e outros materiais) pendurada no tecto do salão de baile. A pinha, decorada com flores, tinha várias fitas penduradas, mas só uma delas a abria. Os casais que pretendessem participar na dança da pinha deviam fazer uma inscrição prévia. Ao casal que abrisse a pinha eram atribuídos os títulos de rei e



rainha do baile e recebia as ofertas

Fig. 15 – Baile da Pinha s/a; Proprietário: AFCME; s/d

⁸² Corroborando a afirmação, a investigação jornalística realizada permite-nos ter uma ideia da dinâmica das sociedades recreativas que desenvolviam um variado conjunto de actividades onde se destacavam os bailes. No período investigado, surgem com actividade as Sociedades Barbosa do Bocage, Harmonia Eborense, Joaquim António de Aguiar, Mocidade Eborense, União Eborense (Bota Rasa), Operária «Educação do Povo» (aos Canaviais), a Escola dos Amadores de Música Eborense, o Núcleo Ginástico Eborense, o Juventude Sport Clube, o Lusitano Ginásio Clube e o Sport Lisboa e Évora.

a que tivesse direito. Alturas houve em que do interior da pinha saía uma pomba. Nas associações da cidade suas contemporâneas, outros bailes se realizavam, tradicionalmente, ao longo do ano, podendo ter os mesmos nomes: o baile do Bacalhau, o baile do Malmequer, o baile do Lenço, o baile da Primavera, o baile de Micarême⁸³ e o baile do “Cutilon⁸⁴” - referenciados entre Março e Junho, sendo possível, no entanto, alargar-se este período nos anos em que o Carnaval se comemorava mais cedo.

Em 1924, pela primeira vez na nossa investigação nos periódicos, detectámos uma notícia sobre os festejos do Carnaval. Estes festejos foram levados a cabo por uma sociedade de rapazes, nas quintas do Louredo e Espinheiro, que organizaram umas danças, “em que se apresentaram decentemente”, sendo os seus promotores os senhores Jesuíno Carrageta, Joaquim da Cândida e outras sociedades. Terá sido a dança do senhor Jesuíno Carrageta a mais aplaudida, segundo opinião expressa no *Notícias d'Évora*⁸⁵.

Estas danças continuam, ainda, a realizar-se na zona de Évora, representadas, tradicionalmente, apenas por grupos de rapazes, com o nome de Brincas. Cronologicamente, a origem das Brincas, divertimento popular realizado nas zonas rurais da região de Évora, não está completamente determinada. Luís de Matos e Rui Arimateia localizam-nas no século XVIII, mas chamam a atenção para a possibilidade de a sua origem ser mais antiga, dada a semelhança com as farsas de Gil Vicente, pela linguagem e pelo burlesco que umas e outras apresentam⁸⁶. Assim, de acordo com Rui Arimateia, as Brincas são:

“(…) uma forma muito rica e complexa de Cultura Popular, com as manifestações artísticas dos seus componentes: poetas, instrumentistas, encenadores, coreógrafos, artistas plásticos de cariz popular. Muitas vezes criando, eles próprios, os versos do “fundamento” e as músicas executadas.(…) a Brinca abala de facto as estruturas sociais mais sólidas: a família, a autoridade, a Igreja, o poder

⁸³ “Mi – carême”, quinta-feira da terceira semana da quaresma, meio da quaresma. *Grande Enciclopédia do Conhecimento*, vol. 11, s.l., Círculo de Leitores, s.d., p. 1791.

⁸⁴ O nome deste baile deriva do francês *cotillon* e, segundo António Moraes da Silva, é uma “espécie de dança de roda, que é a última de um baile: executa-se valsando, ou polkando, com diversas e variadas figuras de perneio, que se interrompem frequentemente, determinando grande animação, até ao cumprimento final.” António Moraes da Silva, *Diccionario da Língua Portuguesa*, tomo 2, Lisboa, Na Impressão Regia, 1831, p. 1045.

⁸⁵ *Notícias d'Évora*, nº 6962, 14 de Março de 1924, p.1.

⁸⁶ Rui Arimateia, «As Brincas - Manifestações Carnavalescas» in *O Giraldo*, nº 10, Évora, 10 de Março de 1987, pp. 2-3; Luís de Matos, «Carnaval em Évora – Brincas. Enquadramento temporal das brincas» in *Actas do III Congresso do Alentejo*, Évora, pp. 1259-1262.

instituído, a moralidade e os bons costumes, etc.(...) em tempo de Carnaval todos teriam, simultaneamente, de se constituir enquanto autores, actores e espectadores das brincadeiras das «trupes» (no nosso caso concreto das Brincas) e demais grupos errantes. A censura não existia. A participação era total e sincera, o riso era o advogado de acusação no julgamento da Autoridade, da Moral e da Lei oficiais, reguladoras da vida social, nos restantes períodos do Calendário⁸⁷.”

Como adianta Carolina Terra⁸⁸, “o Carnaval é a festa por excelência do povo, baseada no riso, na festa total, no princípio da inversão, da paródia, da linguagem desbragada e licenciosa, da festa na praça pública”, princípios bem espelhados nas Brincas, como veremos mais à frente. Nestas encenações, os rapazes desempenham os papéis femininos e masculinos e tocam alguns instrumentos musicais, nomeadamente o bombo, a caixa, a ronca, a pandeireta, os ferrinhos, a guitarra e a concertina. A representação teatralizada gira em volta de uma temática onde surgem sempre reis, princesas e soldados, sendo o texto, em verso, reescrito periodicamente por curiosos da zona, mais ou menos instruídos.

Escreveram ou disseram textos para estas representações vários moradores das quintas, semianalfabetos, conhecidos como poetas populares, que organizavam os seus textos em décimas, construídas a partir de um mote – o Fundamento⁸⁹. O enredo, marcadamente dramático e intenso, habitualmente, gira em torno de um facto real ou lendário de natureza histórica.

Os textos, decorados pelos rapazes que participam nas representações⁹⁰, são declamados no centro de um círculo, à volta do qual se dispõem todos os actores. Em redor deste círculo, em segunda linha, coloca-se o público que assiste às representações. Embora não haja uma regra fixa, de um modo geral, a Brinca desenvolve-se da seguinte

⁸⁷ Rui Arimateia, *op. cit.*, p. 6.

⁸⁸ Carolina Terra, «Abordagem cultural do fundamento – O Lavrador» in *Actas do III Congresso do Alentejo*, Évora, p. 1263.

⁸⁹ O fundamento conta uma história com princípio, meio e fim, podendo esta focar diferentes realidades socioculturais e históricas: episódios da Bíblia, da História de Portugal, da realidade social alentejana, da guerra, contos populares tradicionais, entre outros. Cf. Rui Arimateia, *Idem*, p. 2. São exemplo desta arte, os poetas populares mestre Raimundo Lopes e Jesuíno dos Santos Carrageta.

⁹⁰ Era natural a maioria dos intérpretes não saber ler nem escrever daí, as dezenas de versos que diziam nas representações, serem-lhes transmitidos por aqueles que tinham aprendido algumas letras, tendo eles de os memorizar, repetindo-os vezes sem conta, ao mesmo tempo que executavam as suas ocupações diárias – comprova esta situação António Rodrigues da Conceição, 91 anos, analfabeto, Mestre de Brincas, por várias vezes.

forma: o Grupo chega ao local e forma em círculo, houve-se a bateria pela primeira vez (esta houve-se repetidamente, entre as apresentações das várias partes). O Mestre pede autorização ao dono do lugar, realiza-se uma contradança e roda, com o Mestre ao centro. Depois, dirige-se ao povo apresentando o Fundamento e as personagens. Seguidamente, começa a desenrolar-se o Fundamento, apresentando cada personagem a sua fala, acabada a qual volta ao seu lugar, dando a deixa para a próxima, ou para um momento musical. Este é inserido nas partes consideradas como auge da representação. Entretanto, entram as brincadeiras dos palhaços, ouvindo-se a bateria, seguida de valsa e, novamente, de bateria. Nesta altura, o Bandeira participa no desenrolar da Brinca, louvando o estandarte que carrega, símbolo da mensagem que o Fundamento transmite. Os elementos do grupo entoam uma canção, de acordo com o tema desenvolvido no Fundamento. Finda a canção, os elementos do grupo voltam a participar, individualmente, nomeando a personagem que representaram e traçando, de forma resumida, o seu perfil. O Mestre conclui ou comenta o Fundamento, localiza-o, por vezes, no tempo e no espaço, elogia o poeta popular. Finalmente, ainda, o Mestre, agradece ao Povo e ao dono do lugar, deixando convite para o ano seguinte, é feito o peditório de auxílio para as despesas efectuadas. Última formação e contradança de despedida. A função termina em casa do dono do lugar, convivendo durante alguns momentos, enquanto tomam uma bebida oferecida pelo mesmo⁹¹.

Os participantes fazem várias representações da sua peça, sendo normalmente convidados para outras sociedades, de outros bairros. Anteriormente, estas representações eram feitas nas quintas mais importantes, ou junto das tabernas, sendo o pedido para a actuação dirigido ao proprietário, em verso – quinta da Rafaela, Apóstolos, Ourives, Machoca, Rabecão, entre outras⁹². Por vezes, as representações terminavam de modo menos positivo, em virtude de os participantes, conjuntamente com o público, armarem grandes zaragatas, pois, nesta época de Carnaval, como ainda hoje acontece, as pessoas cometiam grandes excessos.

Nas Brincas há dois intervenientes que pela natureza específica das suas funções se distinguem dos demais – o Palhaço e o Mestre. O palhaço é o “faz-tudo”: serve de

⁹¹ Síntese realizada a partir dos trabalhos de Rui Arimateia e de Carolina Terra.

⁹² Testemunho de Francisco Fernandes, obtido a partir da recolha oral.

ponto, serve igualmente para disfarçar os enganos dos companheiros. Tem uma função essencialmente desorganizadora na ordem dramática emergente durante a representação, provocando situações absurdas, irracionais, cómicas. Por outro lado, é, também, o elemento dinâmico que intervém ao longo de todo o tempo da representação, utilizado como elo de ligação entre o círculo, onde decorre a representação, e o povo que assiste. Este, subitamente, encontra-se envolvido no processo dramático, pelas brincadeiras dos palhaços, transferindo, assim, para o espaço cénico, os sentimentos mais profundos e as reacções mais primárias⁹³.



Autor: Marcolino Silva e Sousa; Proprietário: AFCME; Data aproximada: década de sessenta
Fig. 16 – Actuação das Brincas – o Mestre (de costas), o estandarte, o bombo, o palhaço, o rei

O Mestre recebe o testemunho de um Mestre mais antigo, tradicionalmente é visto como uma autoridade assumida e reconhecido como tal pelos restantes companheiros.

⁹³ Cf. Rui Arimateia, *op. cit.*, p. 3.

Regra geral, desempenha o papel de ensaiador; durante a representação a sua função é «mandar» a música, orientar a Brinca, explicar, apresentar e agradecer ao «dono do lugar» a permanência do grupo nesse local. Responde ao despique – em décimas – a outro Mestre, se outra Brinca se cruzar com esta, e não chegarem a bom termo as negociações de qual actuará primeiro. Usa gestos estereotipados, que marcam o ritmo da música: movimentos mais ou menos bruscos das mãos, ritmados e cadenciados. Segura algumas fitas coloridas e um apito, ao som do qual manda executar as diversas marcações das contradanças e de todas as outras movimentações coreográficas⁹⁴.

Dois outros elementos desempenham, igualmente, papéis de destaque, embora a sua importância seja menor: o Bandeira e o Acordeonista ou Concertista.



Autor: Marcolino Silva e Sousa; Proprietário: AFCME; Data aproximada: década de sessenta
Fig. 17 – Actuação das Brincas - em primeiro plano o Bandeira e, entre os vários interveniente, o acordeonista

⁹⁴ *Ibidem.*

A Brinca reúne-se em torno de uma bandeira, mastro ou estandarte, por vezes ostentando a bandeira nacional e o nome da própria Brinca. Este é enfeitado artisticamente com armações diversas, papéis coloridos, fitas de seda e outros materiais, dependendo a decoração do gosto e das possibilidades financeiras dos elementos do grupo. O Bandeira tem como função essencial transportar a bandeira do grupo.



Autor: Marcolino Silva e Sousa; Proprietário: AFCME; Data aproximada: década de sessenta

Fig. 18 – Actuação das Brincas - o Bandeira

O Acordeonista distingue-se, como o Bandeira, pela sua função específica, e, naturalmente, pela competência específica de saber tocar *acórdeon*, dado que a música desempenha um importante papel na representação da Brinca. Os outros elementos, em número variável, desempenham os diversos papéis previstos no fundamento da Brinca. De acordo com o testemunho dos populares, antigamente, os trajés de maior luxo,

usados pelos actores, eram alugados na cidade⁹⁵. No fim da representação, normalmente, os donos das quintas abriam as portas aos elementos das brincas, oferecendo comida e bebida. Seguia-se o divertimento popular, habitualmente, com um bailarico.

Em resumo, as populações residentes no bairro dos Canaviais, na primeira metade do século XX (1900 -1950), organizaram actividades para celebrar datas de carácter religioso e de carácter profano. Ressalta desta análise, a importância atribuída pela população rural à comemoração do Dia da Espiga, em quinta-feira de Ascensão (relacionada com os cultos da fertilidade), associada às festas religiosas a Nossa Senhora do Espinheiro, e a intensidade com que se comemorava o Carnaval. Deste, mantém-se ainda hoje a tradicional representação das Brincas, expoente importante da cultura popular desta zona de Évora. Apesar das contingências inerentes ao regime, nomeadamente a perseguição política perpetrada contra alguns grupos das Brincas e a rigidez das leis excepcionais publicadas localmente por alturas do Carnaval, estes festejos mantiveram-se durante o Estado Novo⁹⁶.

“As danças, revistas, ou quaisquer grupos de mascarados, só podem ser consentidos, nas ruas e mais lugares públicos, quando munidos, os seus componentes de licença passada pelo Governo Civil⁹⁷.”

De assinalar, também, as restantes festividades religiosas a que a população facilmente aderira, nomeadamente os festejos a S. Sebastião, a Santo António e a Nossa Senhora do Livramento. O divertimento popular continuava, ao longo do ano, com a realização de bailes, sendo os mais nomeados os bailes da Pinha.

Ressalta, ainda, na curta vida da Sociedade Operária, a organização das mais variadas actividades, desde bailes, a conferências, caçadas, tómbolas, fogo-de-artifício, exposições, entre outras. Entre 1928 e 1935, encontrámos notícias esporádicas de actividades da Sociedade «Educação do Povo», deixando as mesmas de aparecer a partir desta última data. Depois de algum interregno, a instalação da Casa do Povo de Évora

⁹⁵ Recolha oral - testemunho de Felisberto Nobre e Francisco Fernandes.

⁹⁶ Cf. Luís de Matos, *op. cit.*, p. 1261.

⁹⁷ *Notícias d'Évora*, nº 11151, 6 de Fevereiro de 1938, p. 2.

no edifício da Sociedade permitiu a continuidade da realização de actividades de carácter lúdico no edifício sede daquela colectividade.

2.5.4. Albergue Distrital de Mendicidade de Évora

“As práticas de protecção social aos indivíduos e famílias carenciadas possui uma longa tradição na história portuguesa. (...) O Estado Novo herda (...) um sistema de assistência social incipiente, onde a intervenção pública se ocupava prioritariamente da coordenação das instituições privadas de ajuda e beneficência, onde o ataque à mendicidade prevalecia sobre a eliminação das suas causas, onde a concepção dominante das acções era a da assistência caritativa. Esta situação vai manter-se, e mesmo acentuar-se, durante os primeiros anos do Estado Novo. Logo em 1927 as competências da assistência social são retiradas ao Ministério do Trabalho (...) e transferidas para uma Direcção-Geral da Assistência, subordinada ao Ministério do Interior. A associação entre assistência, combate à mendicidade e manutenção da ordem era claramente reforçada⁹⁸.”

Esta política de assistência social parte integrante da história da instituição que a tutelava, encontra-se disponibilizada na página electrónica oficial do Ministério da Administração Interna⁹⁹. A partir dela, tentámos identificar alguns dos pressupostos que levaram à criação dos albergues de mendicidade após a publicação do Decreto – lei nº 30 389, de 20 de Abril de 1940.

Devemos novamente, de forma breve, contextualizar o difícil período da história que se vivia, no decurso da Segunda Guerra Mundial, onde Portugal, devido à sua fragilidade económica, era exposto a duras provações: o prolongado racionamento alimentar, a falta de emprego, a dificuldade nas importações de produtos básicos, os baixos salários, provocavam uma agitação rural e operária¹⁰⁰.

“Em 1941 assistiu-se ao alastrar a todo o país dos sintomas de descontentamento. Dá-se uma «maré» de roubos (fruta, lenha, criação, cereais, ferro), de sabotagens (caminho-de-ferro) e de incêndios (vagões e navios com artigos para exportação, armazéns, matas, etc.). Os relatórios

⁹⁸ Carlos Farinha Rodrigues, «Assistência Social» in *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, volume I, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, p.70.

⁹⁹ Ministério da Administração Interna. www.mai.gov.pt (4 Junho 2007).

¹⁰⁰ Cf. Dulce Freire, «Greves rurais e agitação camponesa» in *Dicionário de História do Estado Novo...*, pp. 404-406.

enviados pela PVDE e GNR do Alentejo ao Ministério do Interior referem-se a «pessoas que não comiam há três dias e a desempregados que se encontravam famintos»¹⁰¹.

As consequências económicas vão prolongar-se muito para além do final da guerra, mesmo nos países que nela não participaram directamente, de tal modo que, a título exemplificativo, só em Agosto de 1948, o ministro da Economia português anuncia o fim do racionamento do pão e do sabão, bens essenciais para todos, mas especialmente para as populações mais carenciadas:

“Segundo afirmou o sr. Ministro da Economia, vai acabar o racionamento do pão e do sabão. Quanto ao pão, foram concedidas todas as facilidades para a fabricação de pão de ramas ou caseiro, destinado aos rurais¹⁰².”

Pelos motivos assinalados, o fim da economia de guerra não pôs termo à conflitualidade, mantendo-se as más condições de vida e de trabalho. Nas crises de emprego acontecia que os jovens, os velhos e os mais reivindicativos não conseguiam trabalho, agudizando-se situações de pobreza extrema que levavam muitos a deslocar-se para os centros urbanos e a dedicar-se à mendicidade para poderem sobreviver.

Neste período da história portuguesa, a mendicidade constituía um fenómeno social com forte presença nos meios urbanos. Afluíam às cidades indivíduos provenientes de meios rurais, sem capacidade de sustento, aos quais se juntavam indigentes, com intenção de explorar a caridade pública. Entre estes, encontravam-se indivíduos aventureiros, vadios, vagabundos e falsos mendigos atraídos por uma vida fácil nos maiores centros urbanos. Pretendendo passar despercebidos, misturavam-se com os verdadeiros mendigos e adoptavam comportamentos que punham em causa a segurança pública¹⁰³.

Esta realidade, com dimensão considerável, levou o Estado a legislar no sentido de se estabelecerem normas de acção policial, adequadas à prevenção e repressão da mendicidade nas ruas de todo o País. Assim, como já referimos, visando combater este fenómeno social, em 20 de Abril de 1940, são criados - em todas as Cidades sedes de

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 404.

¹⁰² *Notícias d'Évora*, nº 14 368, 19 Agosto de 1948, p. 1.

¹⁰³ Cf. *Polícia de Segurança Pública – Origem, evolução e actual missão*. www.psp.pt/psp/PlanoActividades/Plano_act2005/HistoriaDaPSP.pdf (4 Junho 2007).

Distrito e para funcionarem na dependência directa dos Comandos Distritais da Polícia de Segurança Pública – os albergues distritais para mendigos. Os indivíduos que se encontravam em situação de mendicidade, desamparados ou suspeitos de exercerem a mendicidade eram então detidos e, temporariamente, internados nos albergues distritais, até se averiguar a sua real situação. Quando detectadas situações de real pobreza e inexistência de amparo ou qualquer meio de subsistência podiam, estas pessoas, permanecer durante algum tempo nos albergues. Os que tivessem capacidade para exercer alguma actividade eram, então, submetidos, sob vigilância policial, a uma ocupação em obras públicas, municipais ou paroquiais ou em serviços domésticos particulares sob tutela dos comandos de polícia - em 1947, a mendicidade seria proibida em todo o País¹⁰⁴, continuando, todavia, na prática a ser efectuada.

Dando cumprimento a este desígnio, o Albergue Distrital de Mendicidade de Évora tornou-se realidade em Dezembro de 1944, por força do disposto na lei, instalado em casas alugadas para esse efeito no centro histórico, mais concretamente num edifício do Pátio de S. Miguel. Criado de raiz, neste ano, foi necessário equipá-lo e realizar obras de adaptação no edifício. Nesta época, era presidente da Comissão Administrativa, o capitão de cavalaria João Evangelista Garcia Duarte da Silveira, comandante distrital da Polícia de Segurança Pública de Évora, organismo que tutelava aquela instituição. Faziam, ainda, parte da Comissão Administrativa, o Dr. Manuel Lopes Marçal e Augusto Ferreira. Em 1949, a Comissão Administrativa apresentava uma nova composição, sendo o capitão de cavalaria coadjuvado por José Agostinho Ramos, José Homem Vieira Lopes e o Rev. Padre Joaquim Cristóvão, elementos que assinam o relatório referente aos primeiros cinco anos de actividade.

À semelhança de outras instituições suas congéneres, nomeadamente a de Lisboa, albergava “(...) um conjunto muito heterogéneo de indivíduos, que incluía gente saudável, perfeitamente capaz de colaborar na manutenção do albergue, trabalhando na quinta que circundava o edifício, nas oficinas como pintores, carpinteiros, serralheiros, sapateiros, ou dedicando-se às actividades domésticas, lavagem de roupa, costura, etc. Mas contava também com pessoas doentes que viviam na enfermaria ou eram

¹⁰⁴ Cf. *Ibidem*.

submetidas ao enclausuramento para se «curarem» do vício da rua e da mendicidade. O ambiente entre eles era muito degradante¹⁰⁵.”

A descrição de Maria de Fátima Pinto enquadra-se de forma exemplar naquilo que acontecia no Albergue Distrital de Mendicidade de Évora, onde a situação de enclausuramento era uma realidade, existindo um espaço próprio para esse efeito. Esta situação podia estar relacionada com o facto de os indivíduos terem dificuldade em aceitar as regras de permanência nos Albergues, ou com a atribuição de castigos por desobediência ou por não executarem as tarefas que lhes eram destinados - “negligência no trabalho ou outros motivos que mereçam repreensão”¹⁰⁶.

O campo de actuação do Albergue abarcava três valências principais: o fornecimento de refeições (aos albergados e a famílias carenciadas), o internamento de mendigos e indigentes (os albergados) e a assistência a indivíduos em trânsito (mendigos que eram encaminhados para outros locais, por serem inválidos e não poderem trabalhar, ou por não pertencerem à área de actuação do mesmo).

Só em 21 de Julho de 1946 se iniciou, efectivamente, a actividade do Albergue, com a distribuição de 1 261 refeições, num mês. No mês de Agosto, já há registo de trinta indivíduos albergados, aumentando progressivamente esse valor até quarenta e dois, no final do ano. Também o número de indivíduos assistidos em trânsito varia bastante, ao longo dos meses, totalizando duzentos e quatro, neste meio ano de funcionamento. A actividade do Albergue não respeitava apenas à assistência aos indivíduos albergados ou aos outros em trânsito, reportando-se, igualmente, ao apoio, através do fornecimento de refeições, a famílias carenciadas. Deste modo, de 1 261 refeições fornecidas no mês de Agosto, rapidamente se atinge o número de 16 232 em Dezembro, totalizando, neste meio ano 68 541 refeições¹⁰⁷.

Em 1947, já a funcionar em pleno, devido à filosofia da sua criação, o número mensal de albergados nunca é constante, variando entre os quarenta e dois e os cinquenta indivíduos, o número de assistidos em trânsito varia entre os oitenta e os

¹⁰⁵ Maria de Fátima M. Martins Pinto, *Os indigentes na cidade de Lisboa durante o 1º terço do século XX: entre a assistência e a mendicidade* (texto policopiado), Lisboa, 1995, p. 44.

¹⁰⁶ *Notícias d'Évora*, nº 14 343, 21 de Julho de 1948, p.2.

¹⁰⁷ Cf. Albergue Distrital de Mendicidade de Évora, *Relatório – Cinco anos de actividade*, Évora, [1949], p. 2 (publicado integralmente, em Anexo).

cento e noventa e sete indivíduos, as refeições distribuídas chegam às 215 275, atingindo, assim, logo no primeiro ano, um volume considerável, a actividade da instituição.

Em virtude do espaço onde se localizava o edifício da cidade não permitir a ocupação produtiva dos indivíduos capazes, a Comissão Administrativa adquiriu, em 1947, por cerca de 452 contos, a quinta Nova do Bandeira¹⁰⁸, situada no bairro dos Canaviais, para aí instalar a Secção Agrícola e Centro de Trabalho, com capacidade para internamento de cem indivíduos do sexo masculino “desde os menores de 16 anos, deseducados e no caminho do vício e da libertinagem, até aos adultos que tendo condições de trabalho se entregam à vadiagem, através do trabalho e disciplina se procurará a sua recuperação e a sua classificação social¹⁰⁹”.



Autor: Eduardo Nogueira; Proprietário: AFCME; data aproximada: década de 40

Fig. 19 – Albergue Distrital de Évora, Centro de Trabalho - entrada da quinta Nova do Bandeira, aos Canaviais, local onde foi instalado

¹⁰⁸ Segundo opinião expressa por dois dos nossos entrevistados, a quinta Nova do Bandeira, nesta época, encontrava-se em estado de abandono. A população residente ia lá buscar água para beber, que não era salobra.

¹⁰⁹ Palavras do capitão Duarte da Silveira proferidas em conferência de imprensa publicada no jornal *Notícias d'Évora*, nº 14 115, 19 de Outubro de 1947, p. 1.

Imediatamente se iniciaram as obras de adaptação dos edifícios e os trabalhos de preparação de terras, captação de águas, construção de poços e canais de rega, entre outros. Os engenheiros Celestino das Neves David e Raul David foram encarregados de fazer o projecto do edifício principal e a obra foi adjudicada ao empreiteiro de Lisboa Francisco Félix.

“O edifício (...) de exterior tipicamente alentejano com arcarias e varandins de grelha, ocupará uma área de cerca de 36m,00x29m00 com rés do chão e primeiro andar.

No primeiro pavimento, haverá um «hall», gabinete do fiscal, camarata do pessoal, instalações sanitárias de dia, uma galeria envidraçada que dá acesso a uma sala de recreio; refeitório para 100 pessoas, cosinha, dispensa e casas de lavagens e amassaria.

O 1º andar comportará um «hall», posto médico, enfermaria com 6 camas, ala de instrução primária, dois dormitórios um para 75 camas e outro que comportará 25 instalações sanitárias de noite, 10 cabinas de banho de chuveiro e uma cabine com banheira¹¹⁰(...)”



Autor: Eduardo Nogueira; Proprietário: AFCME; data aproximada: década de 40

Fig. 20 – Albergue Distrital de Évora, Centro de Trabalho - edifício principal, não corresponde totalmente à descrição do projecto

¹¹⁰ *Idem*, p. 1.

A descrição do capitão Duarte da Silveira, exaustiva, permite que o público fique com uma noção, muito próxima da realidade, da estrutura do Centro de Trabalho. O planeamento havia sido executado de forma rigorosa, pois já se indicavam os terrenos destinados exclusivamente às grandes plantações hortícolas, tais como batatas, feijão e grão. Igualmente se indicava a construção de um enorme poço e de um tanque com capacidade para sessenta mil litros de água. Pretendia, ainda, que no antigo edifício, de dois andares, ficassem instaladas as habitações do pessoal permanente e os celeiros; noutro edifício, de retaguarda, de um só pavimento, as oficinas, arrecadações para o material da agricultura, cavalariças e uma alpendurada para carros. Junto a estas instalações, pretendia construir um edifício destinado a vacaria, uma coelheira, um grande galinheiro para mil aves e uma corte para os suínos.



Autor: Eduardo Nogueira; Proprietário: AFCME; data aproximada: década de 40

Fig. 21 – Albergue Distrital de Évora, Centro de Trabalho - edifício onde ficaram instalados os escritórios, oficinas, arrecadações

O projecto comportava também uma vertente industrial, daí, nos limites da propriedade, pretender construir um forno para a manufactura de tijolo e telha, que seria empregue na construção dos edifícios do Centro e, mais tarde, ficaria como exploração industrial, iniciando a sua laboração no mês de Março desse ano (1947). O objectivo, a curto prazo, de produção deste forno era de duzentas mil unidades por mês.

**Albergue Distrital de Mendicidade
de Évora¹¹¹
Centro de Trabalho - Secção Industrial
Vende-se**

Entregue no local de fabrico:

Lambaz, a 390\$00 o milho e tejo, a 390\$00 o milho.

Entregue no local da obra (na cidade):

Lambaz, a 450\$00 o milho e tejo, a 450\$00 o milho.

Dando preferência ao material fabricado no Albergue Distrital colabora a população para o desenvolvimento e progresso de uma Instituição de Assistência Social, cuja protecção e rendimento já é do seu conhecimento.

Próximo deste local, será construída uma nitreira coberta, onde, através de canalizações, ficarão depositados todos os detritos, que serão utilizados na adubagem das terras agrícolas. Ao sul destas, ficarão os terrenos destinados à plantação de hortaliças, onde também foi aberto um grande poço, com o diâmetro de três metros, por nove de profundidade, e um tanque com a capacidade de vinte e quatro mil litros de água. Por fim, junto a este tanque, fica a capela que será construída no aproveitamento de um pequeno edifício¹¹².

No sentido de fazer face a estas despesas extraordinárias, o orçamento foi reforçado pela Direcção Geral da Assistência (fundos do Socorro Social), com as verbas de 450 contos e 80 contos, recebidas em momentos diferentes. Logo no ano seguinte, 1948, a área do Centro de Trabalho é aumentada, com a aquisição, a norte, da quinta da Atafona, pelo valor de 190 contos. O objecto da aquisição desta última prende-se com a denominada “reeducação dos rapazes transviados”, pretendendo-se instalar o Centro de Recuperação de Menores.

¹¹¹ *Idem*, nº 14 685, 3 de Setembro de 1949, p. 3.

¹¹² Cf. *Idem*.



Autor: Eduardo Nogueira; Proprietário: AFCME; data aproximada: década de 40

Fig. 22 – Albergue Distrital de Évora, Centro de Trabalho - um dos edifícios do Centro de Recuperação de Menores, junto à Igreja

Acrescem, assim, nestes dois anos, no orçamento da instituição, novas despesas com aquisições e remunerações relacionadas com as actividades a desenvolver no denominado Centro de Trabalho: aquisição de animais, aquisição de uma camioneta, aquisição de viatura de tracção animal, alimentação de animais, matérias-primas para usos industriais e oficinas, construção de tanques, canalizações de água, adubos, estrumes, sementes, árvores, construções novas (edifícios, plantas e assistência técnica), remunerações de um motorista, um fiscal agrícola, um capataz agrícola, trabalhadores eventuais e albergados¹¹³. A juntar-se ao orçamento do Estado, através da Direcção Geral de Assistência (Socorro Social), do Fundo de Desemprego do Ministério das Obras Públicas e da Câmara Municipal de Assistência, a quotização de benfeitores e vários donativos feitos por particulares, quer em dinheiro, quer em géneros, permitiram o desenvolvimento das actividades a que o Centro de Trabalho se propunha.

¹¹³ Cf. Albergue Distrital de Mendicidade de Évora, *op. cit.*, pp. 1-5 (em Anexo).

“Continuam a afluír donativos para o Centro de Trabalho do Albergue Distrital de Évora, instalado na Quinta Nova do Bandeira.

Hoje, registamos a oferta do lavrador sr. Florencio Augusto Alfacinha, que consta de duas porcas para criação e mais 10 porcos para engorda¹¹⁴.”

O Centro de Trabalho, localizado nas duas quintas atrás referidas, iniciou a sua actividade em Maio de 1948, antes mesmo de ser inaugurado, com doze indivíduos mas, no final do ano, contava já com quarenta e sete. Os indivíduos internados no Centro de Trabalho eram, nas palavras dos autores do relatório citado, ”homens válidos e aptos para o trabalho que se entregam à vadiagem ou desclassificados socialmente¹¹⁵.” Deste modo, de acordo com Fernanda Rodrigues, o Estado, ao ficar com a “(...) tutela dos necessitados e assistidos(...)” cria uma “(...) dependência a que ficam sujeitos os abrangidos, que, além de deverem corresponder à participação a que ficam obrigados, vêm a sua representação legal ser assegurada pelo Estado¹¹⁶(...)”.

Todos os albergados internados no Centro de Trabalho, que prestassem serviços, eram remunerados, pagando sete escudos diários para internamento, recebendo o excedente: primeiro escalão (até aos cinquenta anos de idade), doze escudos diários; segundo escalão (dos cinquenta aos sessenta), dez escudos; terceiro escalão (dos sessenta em diante), nove escudos. A mudança de escalão era imposta como sanção disciplinar, por negligência no trabalho ou outros motivos que merecessem repreensão.

No ano seguinte, o número de internados aumentou: em Janeiro foram contabilizados quarenta e três indivíduos, em Outubro atingiu-se o valor mais alto com sessenta e oito indivíduos, encerrando o ano com sessenta e três. Este elevado número de albergados, no Centro de Trabalho, permitiu a realização de diversas tarefas e contribuiu, ao mesmo tempo, para o aumento da produção das quintas. Deste modo, logo em 1948, fez parte das receitas da instituição a venda de produtos hortícolas, no valor de cerca de 22 contos e, no ano seguinte, a juntar-se a esta (no valor de cerca de 45 contos), surgiu também a venda de azeite (no valor de cerca de mil escudos) e de cereais (no valor cerca de 22 contos)¹¹⁷. Estas produções agrícolas estão de acordo com

¹¹⁴ *Notícias d'Évora*, nº 14 652, 27 de Julho de 1949, p. 3.

¹¹⁵ Albergue Distrital de Mendicidade de Évora, *op. cit.*, p. 11 (em Anexo).

¹¹⁶ Fernanda Rodrigues, *op. cit.*, p. 165.

¹¹⁷ Cf. Albergue Distrital de Mendicidade de Évora, *op. cit.* (em Anexo).

o levantamento efectuado no capítulo 2.2. Caracterização do espaço, quando concluímos que se produzia nas quintas e courelas do bairro, essencialmente, cereais, azeitona e produtos hortícolas (conjuntamente com a vinha que aqui ainda não aparece). Logo no primeiro ano, colheram trinta mil quilos de batata e, à data da entrevista do capitão Duarte da Silveira, esperavam-se grandes produções de tomate, pimentão, feijão verde, cebola, hortaliças, feijão-frade, grão e meloal. Estes produtos destinavam-se ao consumo na instituição e à venda no mercado local.

“A Secção Agrícola do Albergue Distrital de Mendicidade de Évora, tem a funcionar no mercado 28 de Maio, às terças, quintas-feiras e domingos, um lugar de venda ao público dos produtos da sua exploração agrícola. Ao publico da cidade de Evora pede-se a sua comparticipação a esta obra de assistência social preferindo os produtos da Secção Agrícola do Albergue Distrital¹¹⁸.”

Os albergados inválidos, por não poderem dedicar-se a nenhuma das actividades desenvolvidas na instituição, quer na cidade quer no Centro de Trabalho, eram transferidos para os asilos da sua zona de origem, surgindo, nestes cinco anos, a referência aos asilos do Redondo e do Alandroal, e às Misericórdias de Évora e de Mora. Nos anos referenciados, 1948 – 1949, o movimento de transferências para estes asilos atinge proporções aparentemente importantes: oitenta e quatro indivíduos para o asilo do Redondo, cento e noventa e dois para a Misericórdia de Évora, quinze para o asilo de Mora e trinta e um para o do Alandroal. Será que estes indivíduos que andavam a esmolar, designados aqui por inválidos, não seriam maioritariamente idosos sem família e sem possibilidade de se sustentarem de outra forma, em virtude de não existirem pensões de sobrevivência e de a maioria dos trabalhadores não conseguir realizar poupanças que os amparassem na velhice? Da leitura que fazemos, inválido é correspondente àquele “que não pode servir por doença, ou velhice¹¹⁹”, questão que se afasta um pouco da colagem que, nos nossos dias, é feita entre este e o vocábulo deficiente.

¹¹⁸ *Notícias d'Évora*, nº 14 374, 26 Agosto de 1948, p. 3.

¹¹⁹ António Moraes da Silva, *Diccionario da Língua Portuguesa*, tomo 2, Lisboa, Na Imprensa Regia, 1831, p. 206.

QUADRO XII¹²⁰
ALBERGUE DISTRITAL DE MENDICIDADE
ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

ANOS	Número de refeições distribuídas		Número de indivíduos albergados (média)		Número de indivíduos assistidos em trânsito
	Na cidade	No Centro de Trabalho	Na cidade	No Centro de Trabalho	
1946	68 541	-----	36	-----	204
1947	215 275	-----	47	-----	1 677
1948	207 290	25 185	45	34	1 480
1949	149 772	50 487	29	47	404

De constatar, ainda, na comparação entre o número de indivíduos albergados antes e depois da construção do Centro de Trabalho, que este parece ter aumentado a capacidade de resposta da instituição, não se verificando qualquer diminuição no número de indivíduos assistidos na cidade, no início do seu funcionamento. Contudo, esta situação vai inverter-se à medida que o Centro de Trabalho pode acolher mais gente, com a construção de novos edifícios.

Como foi referido anteriormente, a população do bairro usava os poços da quinta para se abastecer de água potável, pois segundo o capitão Duarte da Silveira, era o único local onde existia água boa para beber. Deste modo, um dos projectos do responsável pela instituição era a construção de um fontanário para abastecimento de água potável à população do Bairro Rural dos Canaviais¹²¹.

“A construção deste fontanário foi imposta pela necessidade de acabar com a devassidão da propriedade (...) conseguindo-se assim atingir o objectivo que interessa e satisfazer a população rural do Bairro pondo à sua disposição uma fonte, a única que existe neste aglomerado populacional da ordem das muitas centenas de habitantes¹²².”

Finalizando, podemos concluir que durante o período salazarista, o Estado desenvolveu mecanismos repressivos para controlar a mendicidade nas cidades. Estas

¹²⁰ Cf. Albergue Distrital de Mendicidade de Évora, *op. cit.*

¹²¹ Cf. *Notícias d'Évora*, nº 14 426, 27 de Outubro de 1948, p. 2.

¹²² *Idem*, p. 2.

atribuições competiam ao Ministério do Interior, que através da Polícia de Segurança Pública, criou e manteve em funcionamento os Albergues de Mendicidade.

Em Évora, o Albergue Distrital de Mendicidade criado em 1944, entrou efectivamente em funções em 1946, fornecendo refeições a famílias carenciadas e albergados, internando mendigos e indigentes e dando a designada assistência em trânsito.

O edifício na cidade não dava resposta às necessidades de ocupação produtiva dos mendigos internados, por isso, foram criados no bairro dos Canaviais, o Centro de Trabalho e a Secção de Menores. Para este efeito foram adquiridas as quintas Nova do Bandeira e das Atafonas, que foram devidamente apetrechadas em termos de edifícios e equipamentos para receber as novas funções. Estas entraram em funcionamento em 1948, sob a direcção do capitão de cavalaria João Evangelista Duarte da Silveira, antes mesmo de serem inauguradas pelo Ministro do Interior. A organização das quintas foi planificada com todo o rigor, assemelhando-se a quintas modelo. A produção agrícola e industrial, desenvolvida maioritariamente com mão-de-obra dos albergados, remunerados pelo trabalho desenvolvido, visava o auto abastecimento e a venda nos mercados locais.

Inicialmente, embora se tratasse de uma instituição de uma envergadura considerável, criou muito poucos postos permanentes de trabalho, entre a população do bairro, pois eram os próprios albergados a desempenhar a maioria das tarefas, por isso, a população pouco beneficiou com a sua localização. Já nos anos 60, empregava normalmente apenas cinco mulheres, que se ocupavam da horta, e dois homens que eram os chefes. Albergava cerca de cem pessoas, entre mendigos e menores.

Com a alteração das políticas sociais, deixou de haver razões para que estas instituições se mantivessem em funcionamento. Desta maneira, após 1974, os indivíduos internados foram integrados noutras instituições, mantendo-se apenas os portadores de doenças mentais, sendo a propriedade entregue ao Hospital Distrital de Évora, passando aqui a funcionar o Centro de Saúde Mental.

2.6. Património Histórico: monumentos megalíticos, presença romana, cruzeiros, igrejas, capelas e conventos

A zona envolvente da cidade de Évora apresenta um conjunto abrangente, e bastante heterogéneo, de vestígios da presença das comunidades que aqui se fixaram ao longo dos tempos. Naturalmente, inserido no perímetro do bairro dos Canaviais, encontra-se um número significativo de testemunhos dessa presença, alguns dos quais com um papel de relevo nos contextos local e nacional.

“A região de Évora possui uma excepcional concentração de testemunhos arqueológicos pré-históricos (...) A esta notável mancha de ocupação sobrepõe-se a marca civilizacional romana, com grande expressão arqueológica¹(...)”

Neste capítulo, incluímos unicamente património construído, alguns lugares de memória, optando por referir o património antropológico e sociológico em outros locais, ao longo do estudo.

À “infinidade de percursos patrimoniais” que apresenta o núcleo classificado da cidade de Évora, apropriando-nos das palavras de Vítor Serrão², pensamos poder aliar algumas possibilidades de percursos, localizados nos arredores, que permitam uma outra visão da cidade e um melhor conhecimento do espaço que a circunda.

¹ *Guia Turístico do Concelho de Évora*, Câmara Municipal de Évora, 2005, p. 9.

² Vítor Serrão, «Apresentação» in Túlio Espanca, *Évora*, Lisboa, Editorial Presença, 1993, p. 10.

2.6.1. Monumentos megalíticos

Na zona correspondente à actual freguesia de Canaviais, Georg Leisner, em 1948, identificou três antas: duas na herdade do Paço das Vinhas, e a terceira, a que chama anta da quinta da Anta, localizada num olival, entre as quintas da Anta, do Pinheiro e da Chainha, perto do lagar da Chainha. Quanto às duas primeiras, podemos ainda encontrá-las no local identificado por Leisner, a última foi completamente vandalizada, dela não restando qualquer vestígio ou testemunho no local.

As duas antas, localizadas na herdade do Paço de Entre Vinhas, haviam sido anteriormente identificadas, ainda no século XIX, por Emile Cartailhac. Em 1948, Georg Leisner³ publica um artigo acerca do levantamento das antas dos arredores de Évora, fazendo a descrição de cada uma delas e do seu espólio e apresentando um mapa, do distrito, com a sua localização. O primeiro monumento megalítico, identificado como Anta I do Paço da Vinha, está classificado como Monumento Nacional desde 1910. Encontra-se integrado num dos Circuitos Megalíticos do concelho de Évora, situa-se na Herdade do Paço das Vinhas, quinhentos metros a Nor-nordeste do Montinho, junto ao Rio Degebe⁴, em terreno levemente elevado.

“A anta possui um grande dólmen de corredor, conservando sete esteios da câmara e o chapéu "in situ", apresentando-se este decorado com "cavinhas". O corredor conserva-se numa extensão de 9,30 metros⁵.”

A câmara, de forma poligonal, larga, mede 3, 10m x 4, 40m de diâmetro, 2m de altura e a entrada tem 1m de largura (dados publicados por Leisner). O corredor conserva dez esteios e as lajes de cobertura *in situ*. De acordo com Leisner, ainda se encontram dezasseis cavinhas no lado exterior do chapéu. Em termos de conservação, embora rodeada de mato, esta anta encontra-se em boas condições, sendo de fácil acesso para os visitantes. Contudo, a edilidade já deveria ter reforçado a sinalização, que se encontra muito dispersa e quase apagada. Seria de toda a utilidade, também, colocar

³Cf. Georg Leisner, «Antas dos arredores de Évora» in *A Cidade de Évora*, nº 15-16, Ano VI, Câmara Municipal de Évora, 1948, pp. 37-39.

⁴ Cf. Anta do Paço da Vinha. pt.wikipedia.org/wiki/Anta (10 Junho 2007).

⁵ *Ibidem*

algumas placas informativas que ajudassem o visitante a interpretar o monumento *in situ*.

A outra anta, identificada por Leisner⁶ como Anta 2 da Herdade do Paço das Vinhas, situa-se a quinhentos metros da primeira, a Sul-sudeste, mais ou menos à mesma distância do monte do Paço de Entre Vinhas, e trezentos metros a sudoeste do rio Degebe, em terreno plano. Teria, aproximadamente, as seguintes dimensões:

“Câmara: poligonal, alongada; 2^m, 20 x 1^m, 70 de diâmetro; 7 esteios em parte partidos e chapéu *in situ*; altura max. 2^m, 40. Larg da entrada 0^m, 30.

Corredor: compr. actual 6^m, 80; ao lado da câmara 2 esteios da parede sul *in situ*, partidas à base; 1 esteio da parede norte. A 2^m da entrada da câmara para fora uma grande lage da cobertura; a 6^m jaz mais uma lage, que provavelmente pertence também ao corredor⁷.

Em 1948, Leisner identificara restos de um dólmen com corredor, com apenas quatro esteios *in situ*, o chapéu também resvalara para sul, encontrando-se inclinado.

Como é visível pelos registos fotográficos, esta anta foi vandalizada, provavelmente consequência da execução de trabalhos agrícolas, encontrando-se em estado de grande debilidade em termos arqueológicos. Não estando integrada em qualquer circuito, aparentemente em virtude das dificuldades de acesso, não é imediata a sua identificação no parque da exploração pecuária onde se encontra. Necessitava de uma intervenção urgente e profunda, por parte dos responsáveis (Autarquia e Monumentos Nacionais), de modo a preservar-se aquilo que ainda resta.



Autor e proprietário: M^a Joaquina Fernandes; 2007

Fig. 23 - Anta I do Paço da Vinha



Fig. 24- Anta II do Paço da Vinha

⁶ Cf. Georg Leisner, *op. cit.*, p. 38.

⁷ *Ibidem*, p. 38.

2.6.2. Presença Romana

Não é fácil identificar na zona de influência do bairro dos Canaviais vestígios da ocupação romana. Contudo, fazendo algumas incursões pelas áreas nitidamente rurais, a nossa curiosidade é posta à prova quando deparamos com alguns alinhamentos graníticos, de pedra aparelhada, fruto do trabalho dos nossos antepassados. Deste modo, também na herdade do Paço de Entre Vinhas, com localização a cerca de cinquenta metros a noroeste do Montinho, é possível observar, de acordo com Themudo Barata⁸, vários alinhamentos graníticos, vestígios da ocupação do solo durante o período romano.

“Foram identificados traços duma provável estrutura cadastral com a orientação NO/SE (30-31°) cobrindo a totalidade do território examinado, mas com uma incidência particularmente importante a noroeste de Évora. (...) Pode-se supor para estes terrenos, um sistema próximo do ager arcifinalis, isto é, terras não divididas nem medidas regularmente, mas organizadas segundo os hábitos tradicionais e delimitadas pelos elementos naturais. (...) Nos trabalhos de reconhecimento no terreno verificou-se que muitos dos limites da malha cadastral se encontram materializados por elementos variados (troços de vias empedradas ou escavadas no terreno(...) taludes (...), muretes de pedra antigos, limites e marcos de propriedade (...), cursos de água canalizados e outros⁹ (...)”



Autor e proprietário: M^a Joaquina Fernandes; 2007

Fig.s 25 e 26 – Herdade do Paço de Entre Vinhas – limite da malha cadastral

⁸ Cf. José Manuel de Mascarenhas e Filipe Themudo Barata, «O Território de Évora, e a Organização e Ordenamento da Paisagem Envolvente» in *Paisagens Arqueológicas a Oeste de Évora*, Coordenação de Panagiotis Sarantopoulos, Évora, Câmara Municipal de Évora, 1997.

⁹ *Ibidem*, pp. 67-68.

Estas divisórias diriam respeito a “ propriedades agrícolas de pequena dimensão¹⁰”, revelando, ao mesmo tempo, uma densa ocupação do solo do território de Eborá.

Um exercício de identificação *in situ*, perfeitamente viável, é o acompanhamento pedestre das paredes graníticas, quer pelo aspecto curioso da sua estrutura, pela dimensão da área que ocupam e, ainda, pela singularidade da construção. A área ocupada por estas curiosas estruturas é designada pelos antigos trabalhadores por “veladas”. Procurando este termo num dicionário de Língua Portuguesa, chegamos a valada / valado, que realmente significa propriedade cercada com “(...) vala de pouco fundo, com sebe, ou tapume de fechar, cercar quintas, ou outras propriedades rústicas: «alargão os vallados de suas herdades»¹¹”.

Um dos testemunhos recolhidos aponta para a valorização que o proprietário das terras, conde de Vilalva, já na década de quarenta, atribuía a estas pedras. O mesmo dava indicações aos trabalhadores para, ao lavrarem com as juntas de bois, recolocarem as pedras caso, por algum percalço, as retirassem do lugar durante a lavra¹².

De origem romana ainda, temos obrigatoriamente de referir o troço da via Évora / Avis / Fronteira que cruza terras do núcleo rural, no interior do bairro.

Esta via, já referida no capítulo 3.5. (Caminhos e estradas principais), passava no limite das quintas de Alpedriche, Bombeja, Pedra da Albarda, Nora, Frades, Chainha, Pinheiro, avançando, de acordo com Francisco Bilou¹³, em direcção à actual auto-estrada e seguindo pela herdade da Pachola onde o mesmo investigador identificou duas estruturas habitacionais de pequena dimensão de origem romana. Visíveis, na herdade da Pachola são, também, algumas estruturas medievais, correspondentes à via que a atravessava.

Ainda, nesta herdade, encontramos vestígios provavelmente de um engenho hidráulico. Aparentemente, assemelha-se a outras estruturas identificadas na zona de

¹⁰ Cf. *Ibidem*.

¹¹ António de Moraes Silva, *Diccionario da Língua Portuguesa*, tomo 2, Lisboa, Na Impressão Regia, 1831, p. 965.

¹² Testemunho oral de Francisco Fernandes, trabalhador rural que, nas décadas de trinta e quarenta, viveu na herdade do Paço.

¹³ Cf. Francisco Bilou, *O Sistema Viário Antigo na Região de Évora*, s.l., Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, 2004, p. 90.

Valverde, a oeste de Évora, e referidas por Themudo Barata¹⁴ como fazendo parte de um micro-sistema hidráulico, destinado a irrigação. No momento em que realizamos o levantamento, este achado arqueológico é objecto de análise e discussão, por parte dos investigadores desta área científica, não tendo ainda surgido qualquer publicação sobre o assunto.



Autor e proprietário: M^a Joaquina Fernandes; 2007

Fig.s 27 e 28 – Vestígios de possível engenho hidráulico - herdade da Pachola

Identificam-se nitidamente os pontos de acesso da água, que faria mover o engenho, bem como a zona que serviria de reservatório. Estes pontos de acesso desembocam na ribeira da Pachola que corre a menos de meia dúzia de metros. A localização deste sítio arqueológico fica muito próxima do monte da herdade da Pachola. Nesta herdade abundam os vestígios da presença romana, tendo sido identificadas, entre outras, “duas estruturas habitacionais de pequena dimensão, onde são visíveis os cunhais das paredes¹⁵.”

De assinalar, ainda, nesta herdade, a presença de uma capela rural, localizada na zona central do casario do monte, actualmente despojada de iconografia ou estatuária religiosa.

¹⁴ Cf. Filipe Themudo Barata, *op. cit.* pp. 82-83.

¹⁵ Francisco Bilou, *op. cit.*, p. 90.



Autor e proprietário: M^a Joaquina Fernandes; 2007

Fig.s 29 e 30 – Aspecto exterior da capela do monte da Herdade da Pachola

2.6.3. Cruzeiros

Os cruzeiros, monumentos populares de cariz religioso, encontram-se disseminados pelo nosso território de forma bastante intensa. De pedra ou de alvenaria, existiam com alguma profusão em redor da cidade, de acordo com alguns investigadores locais. A construção destes monumentos era efectuada sempre com uma intenção bem definida.

“Padrão em forma de cruz, de ordinário levantado ao ar livre. Com ou sem a imagem de Cristo, é frequente encontrar-se em terras cristãs, nomeadamente em Portugal, por motivos meramente religiosos ou para assinalar factos relevantes individuais ou colectivos ¹⁶.”

No território envolvente da cidade de Évora são referidos vários, de épocas distintas, situando-se dois deles na zona envolvente do bairro dos Canaviais e um terceiro, conhecido como Cruz da Chainha, no início da via com o mesmo nome, mas fora do raio de acção do bairro.

No perímetro do bairro, como já dissemos, identificamos, presentemente, dois cruzeiros, ambos localizados na zona do Convento do Espinheiro: o cruzeiro da ermida de Nossa Senhora da Piedade, na estrada do Espinheiro, e o cruzeiro do próprio Convento, localizado defronte da porta de acesso à igreja.

¹⁶ *Grande Enciclopédia do Conhecimento*, s.l., Círculo de Leitores, s.d., vol. 5, p. 718.

Embora localizados muito próximo, revelam diferenças significativas quanto aos materiais de construção e ao próprio formato. O primeiro assenta numa base de granito, de planta quadrangular, reforçada por alvenaria, é composto por coluna redonda de mármore, encimada por cruz aberta de ferro. O do Espinheiro é composto por duas peças compactas de mármore, rectangulares, unidas em formato da cruz.



Autor e proprietário: M^a Joaquina Fernandes; 2007

Fig. 31 - Cruzeiro da ermida de Nossa Senhora da Piedade

2.6.4. Ermida de Nossa Senhora da Piedade e Capela de Nossa Senhora do Livramento

Situada na antiga tapada do Espinheiro, a ermida de Nossa Senhora da Piedade encontra-se hoje inserida no perímetro do recente cemitério do Espinheiro, desempenhando o papel de capela do mesmo. De fundação do século XVI, foi alvo de

grande restauro, em 1908, graças à Condessa da Costa e, mais recentemente, quando já ameaçava ruína, aquando das obras de adaptação da zona a cemitério.

Recuando no tempo, já nas memórias paroquiais, de 1758, este pequeno templo é referido pelo responsável pela paróquia da Sé:

“Fora dos muros tem (...) a Ermida de Nossa Senhora da Piedade poucos annos há edificada com as esmollas dos fieis, pertence aos Monges Ieronimos, todas são de muito concursso nos dias dos seus oragos, e a primeira e ultima em todo o tempo¹⁷.”

De planta rectangular, é composta por três corpos distintos: nartex (de três arcos de volta abatida), nave e torre quadrangular de dois pisos. No seu interior destaca-se:

- painel de azulejos azuis e brancos, decorados por sanefas floridas e crianças segurando cornucópias, com cercadura barroca e temas vegetalistas, do primeiro terço do século XVIII, com características de fabrico da família Oliveira Bernardes, de Lisboa;
- altar, com retábulo de talha em estilo rococó, oratório de dossel de pingentes e guarnições de madeira e baldaquino com cruz esculpida com a representação da *Pietà*, em mármore de Estremoz, do estilo gótico-manuelino¹⁸.

A capela de Nossa Senhora do Livramento é um pequeno templo, de propriedade particular, situado na quinta de Alcântara, a quatro quilómetros da cidade, na estrada que das Salvadas segue para a herdade do Paço de Entre Vinhas, tratando-se, segundo Túlio Espanca:

“(...) de modesto oratório popular, de portado e janelas de granito, com pináculos laterais nos acrotérios e de frontão triangular, beneficiado no ano de 1837. É dedicado a N^a Sr^a do Livramento, cuja imagem, de roca e vestia bordada, se encontra num simples altar em estuque na parede fundeira¹⁹.”

¹⁷ Maria Ludovina Grilo, «O concelho de Évora nas memórias paroquiais de 1758», in *A Cidade de Évora*, 1994-95, II série, n^o 1, Câmara Municipal de Évora, pp. 128-129.

¹⁸ Cf. Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal, concelho de Évora*, Lisboa, Academia Nacional de Belas – Artes, 1966, p. 323.

¹⁹ *Ibidem*, p. 324.

2.6.5. Convento do Espinheiro

Impondo-se na paisagem pela sua volumetria, o Convento de Santa Maria do Espinheiro situa-se na área da freguesia e foi responsável pelo primeiro nome atribuído ao bairro – bairro do Espinheiro. De acordo com Túlio Espanca²⁰, o primitivo edifício teve origem em 1412, nos sítios ermos e matagosos onde terá aparecido a Virgem, em cima de um espinheiro. Em 1927, em artigo publicado no jornal *Notícias d'Évora*, descrevia-se, assim, o início da devoção a Nossa Senhora do Espinheiro:

“Entendendo que a Virgem Maria queria ser n’aquela sitio adorada, a colocou nos restos de uma atalaia mourisca, que depois transformou em capelinha.

Desfazendo-se do seu gado, se fez seu ermitão, e os milagres de N^a Sr^a foram tantos, que toda a cidade de Évora e suas redondezas acudiam a N^a Sr^a do Espinheiro com grandes romarias²¹.”



Autor e proprietário: M^a Joaquina Fernandes; 2007

Fig.s 32 e 33 – Convento do Espinheiro

João Afonso e Leonor Rodrigues, doadores, em muito contribuíram para o engrandecimento do oratório, fazendo-lhe oferta de rendas e terras, com vinha e olival.

Em 1458, D. Vasco Perdigão fundou a igreja e logo o mosteiro, integrando-o na Ordem de S. Jerónimo, tendo sido seu primeiro prior frei Fernando de Évora.

Em 1758, o pároco responsável pela Sé, nas Memórias Paroquiais, refere o convento situado fora dos muros da cidade, dizendo que foi fundado por D. Vasco Perdigão, que

²⁰ Cf. Túlio Espanca, op. cit., p. 293.

²¹ *Notícias d'Évora*, nº 7994, 21 de Agosto de 1927, p. 1.

aí se encontra sepultado, e que o mesmo pertence a frades Jerónimos. Acrescenta, que por esta época, o convento não tem padroeiro²².

A variedade das intervenções revela o ecletismo da sua construção, sendo possível identificar no edifício características dos estilos arquitectónicos de cada uma das épocas.

No edifício do convento, merecem visita mais demorada e atenta o claustro, a cisterna (com capitéis de pilastra e azulejos originais), a adega e a cozinha (com chaminé original e rara).

“Dos volumes arquitectónicos exteriores do edifício pouco se preservou da traça arcaica, quinhentista, abstraindo o monumental arco-galilé fechado por vultosa grade férrea forjada, com punções de fabricante, e um absídlolo poligonal de contrafortes, frestas góticas e friso tribolado. Todavia, o interior, mais afortunado, preservou elementos construtivos de merecimento dos séculos XVI-XVIII, assinaláveis na primitiva Sala Capitular, na adega e na cisterna, estas de três naves e características do gótico final, e sobretudo no claustro, obra de arquitectura de transição manuelino renascentista, concebido pelos mestres de pedraria João Álvares e Álvaro Anes, entre 1520 e 1522, e que foi examinado pelo padeiro-mor Diogo de Arruda²³.”

D. Afonso V protegeu-o e engrandeceu-o, foi seguido por D. João II, D. Manuel I, D. João III e D. Sebastião, que aqui tinham aposento e aqui viveram algumas temporadas.

Além das vilegiaturas dos reis portugueses, outros acontecimentos importantes aqui sucederam, nomeadamente os esponsais do príncipe D. Afonso, filho de D. João II, com a princesa Isabel de Aragão, filha dos reis católicos, em 1490. Em 1663 terá servido de pousada ao estado-maior castelhano, aquando do cerco imposto à cidade. Frei Carlos, notável figura da pintura portuguesa, aqui professou, em 1517, e aqui terá realizado as suas principais obras.

As sucessivas campanhas realizadas na igreja modificaram a sua traça e levaram a que a mesma chegasse ao século XIX completamente descaracterizada. Do primitivo estilo gótico, pouco resta no templo. De salientar, na igreja: o cadeiral de carvalho, dos fins do renascimento, dez painéis de azulejos historiados com temas da vida do padroeiro, a azulejaria que reveste os silhares marianos da Sacristia e das Capelas dos

²² Maria Ludovina Grilo, *op. cit.*, p. 125.

²³ Túlio Espanca, *Évora*, Lisboa, Editorial Presença, 1993, p. 111.

Reis e da Ressurreição (também da hagiografia de S. Jerónimo), originários da Fábrica do Rato e datáveis de 1760. A Capela do Senhor Morto, construída por devoção do cónego da Sé, André de Sande, para seu jazigo e dos seus descendentes, forrada de mármore embutido ou mosaicos, num trabalho de grande perfeição. Dignos de menção são também o órgão e os púlpitos de madeira entalhada.

“A imensa nave, de cobertura de meio canhão com apainelados de estuques coloridos, cronografada de 1801, é de planta rectangular e cruz latina, com transepto e altares colaterais e laterais²⁴(...)”



Autor e proprietário: M^a Joaquina Fernandes; 2007

Fig. 34 – Convento do Espinheiro – cobertura de meio canhão da nave

Fig. 35 – Capela tumular de Garcia de Resende

O templo, pela sua importância, serviu de panteão a famílias nobres e a clérigos de renome. Já referimos André de Sande e o fundador, D. Vasco Perdigão, cujos restos mortais jazem na capela de S. Brás. A estes juntam-se, nas laterais do altar-mor, em túmulos de mármore branco e cinzento, os condes de Basto, D. Diogo de Castro e D. Lourenço de Castro. Em túmulos localizados no pavimento, entre outros, referimos: D. Duarte de Menezes, D. Fernando de Menezes, D. Garcia de Menezes, Fernão Martins de

²⁴ Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal*, Lisboa, Academia Nacional de Belas – Artes, 1966, p. 297.

Mascarenhas, Jorge da Silveira, Duarte Furtado de Melo, Beatriz de Rezende, Inez Cobélos, Bertoleza Vaz, Brazia Gil.

Na cerca do convento, encontra-se a capela tumular de Garcia de Resende, fundada em 1520. Obra típica do mudejarismo alentejano compõe-se de três partes distintas: nartex, nave e capela-mor²⁵. A Garcia de Resende juntou-se, em campa localizada no nartex, seu irmão, Jorge de Resende.

A capela esteve votada ao abandono durante largo período, pertencendo ao núcleo do património vandalizado, em consequência da lei da extinção das ordens religiosas. Em 1915, era esta a descrição que se fazia do estado em que se encontrava:

“Esta capella esteve por muitos annos abandonada, pois que ainda no tempo dos frades servia de pocilga a porcos, e depois da extinção das ordens religiosas, a pedra tumular de Garcia de Rezende, foi vendida, e por ahi andou aos trambulhões. Parece que actualmente devido aos exforços do actual proprietario do Espinheiro, foi esta capella restaurada e a pedra colocada no seu logar²⁶.”

Com a venda dos bens da igreja, passou para as mãos de particulares, estando, no início do século XX, na posse do Dr. Manuel Alves Branco.

“Mosteiro de N^a Sr^a do Espinheiro

A 4 kilómetros proximamente a noroeste d’Evora, em sitio ameno e saudavel, ergue-se, numa branda elevação de terreno, o histórico edificio que foi mosteiro de N^a Sr^a do Espinheiro, da Ordem de S. Jeronymo. Ao Estado só pertence alli o templo, tudo o mais é propriedade particular. Foi comprado há muito pouco tempo pelo sr. dr. Manuel Alves Branco, que o restaurou em grande parte, tornando-o n’uma das mais apraziveis vivendas dos suburbios d’Evora.(...) A igreja esteve completamente abandonada, devendo a sua conservação, ao terem os moradores, próximo, ahi celebrado algumas festividades e ainda ha poucos annos se realisava alli uma grande festividade em 5^a feira d’Ascensão. Actualmente voltou novamente a estar fechado este lindo e historico templo²⁷.”

Em 1940, a propriedade, quinta e convento, é transaccionada pelos seus herdeiros, António Joaquim Faria e esposa, Fernanda Teixeira Aguiar de Faria, sendo comprador o Dr. Manuel Lopes Marçal. O espaço ocupado pelo convento do Espinheiro, e toda a cerca que lhe pertence, foram transaccionados pelos herdeiros dos anteriores proprietários, tendo o edificio sido recuperado e adaptado a hotel de luxo. Todo o

²⁵ Cf. *Ibidem*, p. 307.

²⁶ *Notícias d’Evora*, nº 4375, 8 de Agosto de 1915, p. 1.

²⁷ *Idem*, nº 4706, 13 de Setembro de 1916, pp. 1-2.

trabalho de restauro foi realizado de forma a dignificar um espaço de memória dos habitantes da cidade de Évora, com especial significado para a população da sua envolvente. O edifício religioso impõe-se na paisagem, numa área de vários quilómetros quadrados e representa, para os moradores mais antigos em especial, um marco importante na história do bairro. Este conjunto arquitectónico, pela sua importância e originalidade, tem sido alvo de variados estudos tendo o grupo económico que actualmente é seu proprietário patrocinado a última publicação, editada em 2006²⁸.

Sintetizando, no perímetro envolvente do bairro dos Canaviais localizam-se alguns lugares de memória, classificados como bens patrimoniais. Referimo-nos aos vestígios do megalitismo, já identificados e integrados num percurso arqueológico pedestre (Antas do Paço de Entre Vinhas), à presença romana e aos caminhos medievais (nas herdades do Paço de Entre Vinhas e Pachola) e, por último, ao reflexo da religiosidade presente nos cruzeiros (junto ao Cemitério e ao Convento do Espinheiro), capelas (Nossa Senhora da Piedade e Nossa Senhora do Livramento) e Convento do Espinheiro.

O conjunto patrimonial referido encontra-se em diferentes estados de conservação / preservação, continuando a ser alvo de intervenções pouco eficazes por parte das entidades responsáveis e de actos de vandalismo perpetrados por alguns elementos da comunidade pouco respeitadores dos bens públicos. O percurso megalítico carece de revitalização, encontrando-se a sinalética em mau estado e não existindo informação *in situ* para o visitante desprevenido. A Anta II, da herdade do Paço de Entre Vinhas, em estado de ruína, ameaça desmoronamento. Situada num parque pecuário, parece não beneficiar de qualquer protecção institucional ou mesmo de qualquer respeito de cidadania.

A malha cadastral romana, os vestígios do possível engenho hidráulico e os caminhos rurais romano / medievais, embora referenciados por alguns investigadores e por populares, continuam votados ao abandono, não se vislumbrando qualquer actuação que possa identificá-los como testemunhos de uma época. Seria interessante que a própria Junta de Freguesia, à semelhança do que fez para o Caminho das Cinco Cepas, encontrasse forma de valorizar estes sítios, podendo iniciar este trabalho pela publicação

²⁸ AAVV, *Convento do Espinheiro, memória e património*, Évora, SPPTH, 2006. Desta obra fazem parte artigos assinados por Artur Goulart, Manuel Branco e Francisco Bilou, entre outros.

de um mapa da freguesia assinalando os locais mais significativos. Seria uma atitude, certamente, estimada pela população e contribuiria para dar a conhecer o património que a freguesia possui.

Quanto aos cruzeiros, a situação é díspare, em virtude da localização de cada um deles. O da cerca do Convento do Espinheiro encontra-se em local privilegiado, sendo objecto de atenção por parte dos responsáveis pelo edifício. O mesmo não acontece com o designado por cruzeiro da Piedade (veja-se a figura 31), junto ao Cemitério. Devido ao alargamento da estrada, foi relegado para a barreira, depois da vala das águas, sendo alvo de muito pouca atenção por parte das entidades competentes e, até, por parte dos cantoneiros da limpeza, que permitem o crescimento de ervas em seu redor que chegam a cobrir a base em que foi construído.

Ao contrário, as capelas encontram-se preservadas, embora por factores divergentes: a de Nossa Senhora do Livramento, em propriedade privada, beneficia da atenção do seu proprietário, a de Nossa Senhora da Piedade por ficar inserida no perímetro do novo cemitério da cidade, foi objecto de obras que muito a beneficiaram.

O *ex-libris* do bairro, Convento do Espinheiro, protagonista do estado de abandono a que foram votados os edifícios de cariz religioso, consequência da lei da extinção das ordens religiosas, foi transformado em hotel de qualidade superior, tendo, por isso, sofrido obras de restauro e adaptação. A sua alva silhueta continua a marcar a paisagem de forma imponente, revelando a magnificência da obra dos padres Jerónimos, que se mantém sem rival na abertura do século XXI.

Como última nota, salientamos o facto de todos estes locais se localizarem na área rural do bairro, não se identificando, no núcleo urbano, nenhum achado arqueológico ou construção com valor arquitectónico.

3. APONTAMENTOS SOBRE A TOPONÍMIA

A toponímia reflecte a memória de um local. Estudá-la é penetrar na história desse local, percebendo como se processou o seu crescimento, compreendendo aspectos da vida dos grupos de cidadãos e conhecendo muitos dos seus habitantes. Indo ao encontro das palavras de Pierre Nora¹, podemos identificá-la quer como memória oficial, quando os nomes atribuídos aos locais dependem dos poderes públicos e pretendem transmitir/veicular factos ou acontecimentos da História nacional, quer, também, como memória histórica e colectiva de uma localidade, quando reflecte aspectos da vida da comunidade.

Justifica-se, deste modo, o facto de decidirmos inserir um capítulo versando esta temática, acrescentando que nos deixámos influenciar igualmente, pela enorme riqueza toponímica de toda a região, património a que poucos estudiosos² têm dedicado a sua atenção. Dado tratar-se da zona envolvente da cidade de Évora, a toponímia surge quase exclusivamente da responsabilidade dos particulares, não intervindo os poderes instituídos na atribuição dos nomes às propriedades ou caminhos. Deste modo, corroborando as palavras de Pierre Nora, a toponímia da zona envolvente de Évora poderá ser um excelente contributo para o conhecimento da vida desta comunidade e, ao mesmo tempo, um importante factor como memória histórica e colectiva da mesma comunidade.

Alguns topónimos, em número bastante considerável, pela sua origem em épocas distantes, pela sua extravagância, levam a que seja difícil localizá-los cronologicamente ou a tentar encontrar justificação para o seu aparecimento.

A variedade de topónimos encontrada obrigou-nos a definir algumas categorias, de modo a que a sua apresentação não se limitasse a uma simples lista. Esta categorização permitiu-nos, ao mesmo tempo, tentar relacionar os topónimos com a sua origem, nunca

¹Cf. Pierre Nora, «Memória Colectiva» in *A Nova História*, dir. Jacques Le Goff, Coimbra, Almedina, sd.

² Para a região de Évora nomeamos um estudo recente, muito completo, realizado por Afonso de Carvalho, sobre a toponímia do núcleo histórico: Afonso de Carvalho, *Da Toponímia de Évora*, 1º vol., Lisboa, Edições Colibri, 2004. Anteriormente, outras obras foram publicadas, nomeadamente, Gil do Monte, *Dicionário da Toponímia Eborense*, 2 volumes, Évora, s.e., 1981; Claudino de Almeida, *Ruas de Évora*, Évora, Gráfica Eborense, 1934. Quanto à toponímia da zona envolvente da cidade, referimos Manuel Carvalho Moniz, «Os subúrbios de Évora nos princípios do século XIX» in *Revista de Guimarães*, vol. 105, 1995, pp. 219-250.

sendo nossa intenção localizar essa origem no tempo. Apesar das referências toponímicas poderem ter sofrido alterações, ao longo dos tempos, grande parte delas tiveram origem espontânea, indicando uma actividade, uma profissão, um acidente geográfico, relacionando-se com religião, com um acontecimento, com a flora ou com os animais da região, o que contribuiu, sem sombra de dúvidas, para a sua longevidade.

Do levantamento efectuado a partir dos Registos Notariais, Paroquiais, da leitura dos jornais e dos mapas da freguesia, apurámos um conjunto de topónimos bastante variado e para o qual, por vezes, encontrámos algumas dificuldades de interpretação, como foi afirmado anteriormente. Um número considerável de propriedades apresenta nomes relacionados com a religião: Abade, Santa Bárbara, Santo António, S. Domingos ou Frades de S. Domingos, S. Miguel, S. Pedro, Senhora da Piedade, Prior, Cruz, Cruzadas, Freiras, Almas, Ordem Terceira, Pio, Bem Espera, Boa Esperança. Relembra-se que no perímetro do bairro existia o Convento do Espinheiro, do qual dependiam várias outras propriedades e que, até à publicação da lei de extinção das ordens religiosas, vários conventos da cidade de Évora eram proprietários de quintas, quartéis ou courelas nesta zona da cidade.

Outras relacionam-se com acidentes geográficos ou meteorológicos, referindo-se a um desastre, a uma catástrofe, mais ou menos localizada: Tormenta, Alta do Espinheiro, Altos, Altos de Bombeja, Chã, Val de Flores, Gândua³, Montinho da Piedade.

A algumas foi atribuída a profissão do rendeiro ou do proprietário: Albardeira, Boticário, Ourives, Caldeireira, Carapuceira, Carvoeiras, Cerieira, Confeiteira, Escrivão, Ferreiro / Ferreira, Marchante / Marchanta, Merca Tudo, Mestrinho, Moleiro, Parteira, Pintor. Alguma característica dos moradores, que os individualizava perante a restante população, deu origem a uma alcunha e, da mesma forma, a topónimo: Cigana, Marrecas, Quatro-olhos, Rabazana, Ruivo, Turco ou Turca, Antónias, Argente⁴.

Os nomes e os apelidos dos proprietários, ou dos rendeiros, também serviram para identificar as quintas, as courelas, ou os quartéis: Alcântara, Avis, Barradas, Gouveia,

³ Na tentativa de encontrar um significado para este topónimo, apenas conseguimos associá-lo a gândara ou gandra e, por isso, o agrupámos aos aspectos relacionados com o relevo. Estes dois vocábulos significam “terra areenta e estéril que mal dá tojais”. António Moraes da Silva, *Diccionario da Língua Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Na Imprensa Regia, 1831, p. 81.

⁴ Argente: que é activo, diligente, agencioso. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, coord. de José Pedro Machado, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1991, p. 361.

Sabino, Cartaxo, Carvalho, Ceia, Chalrite⁵, Conceição, D. Helena, Dr. Balthazar, Fontes, Guedes, José Lourenço, João Coelho, Lemos, Maranhão, Mata, Matozo, Mendes, Monteiro, Rolim, Velez. Salientamos, neste âmbito, a repetição de topónimos, de outras regiões, utilizados aqui como apelidos dos proprietários ou dos rendeiros.

Conjuntamente com os apelidos, surgem as alcunhas e, também estas, são uma panóplia inesgotável da criatividade dos moradores desta comunidade: Areia ou Mija na Areia, Chamboinha, Cinco Cepas, Courinha, Cravelinha, Enfrosina⁶, Faísca, Ferrenhas, Guarda Cachaços, Guizadas, Linguiça, Pantoja, Papa Galo, Papa Pães, Patacas, Patão, Pedra da Albarda, Queimado / Queimada, Rabecão, Salvadas, Taleiga.

A existência de uma árvore ou de uma outra planta pode, também, ter originado um topónimo: Amendoeira, Álamos, Canavial, Carrasco, Espinheiro, Faias, Freixo, Machoca⁷, Panasqueira, Pinheiro.

Qualquer especificidade relacionada com uma construção mais ou menos antiga, com um engenho de moer ou de tirar água, com uma alfaia, com um acontecimento: Anta, Arcos, Casas Novas, Lage, Nora, Atafona / Atafonas, Portado, Ponte Quebrada, Paço das Vinhas, Poldras⁸, Bufarda⁹, Aguilhão¹⁰, Charrua, Carne Azeda.

Igualmente, os animais foram inspiradores no baptismo das propriedades: Besouros, Cabras, Galinha, Lagarto, Pintassilga. A constituição de novas propriedades,

⁵ Chalrite é um dos topónimos referentes a uma quinta, para o qual tivemos alguma dificuldade em estabelecer qualquer associação. Contudo, avançamos com duas possibilidades, próximas, tentando perceber se alguma delas será a palavra primitiva que originou o diminutivo utilizado, parece-nos, de modo depreciativo: chelro, que significa ferro (neste caso ferro pequeno e sem qualidade), ou chelra, que significa palavra (do falador, do linguareiro?).

⁶ Enfrosina ou Eufrosina é uma das três Graças. António Moraes da Silva, *Idem*, vol. II, p. 865. Graças, nome latino das Carátides gregas, eram as deusas da fertilidade, do encantamento, da beleza e da amizade. Aglaia, a claridade; Tália, a que faz brotar flores; Eufrosina, o sentido da alegria. Eram filhas de Zeus e Hera, segundo uma das versões, e de Zeus e da deusa Eurínome, segundo outras.

⁷ Sobreiro pequenino, no *Dicionário da Língua Portuguesa*, 6ª Edição, Porto, Porto Editora, 1985, p. 1039. Contudo, António Moraes da Silva, *op. cit.*, vol. II, p. 289, atribui um significado completamente dispare a este vocábulo, associando-o ao trabalho de trilhar os cereais.

⁸ O mesmo que alpondras – “passadeiras; pedras atravessadas no rio para passar gente de pé.” *Ibidem*, vol. I, p. 144.

⁹ Por analogia chegamos ao verbo bofardar. António Moraes da Silva, *op. cit.*, vol. I, pp. 304 e 346, remete para bafordar que significa “atirar ao tabolado com umas lanças curtas de rejeitar, ou arrojadiças, exercício que se fazia a cavalo (...) Arrojar o bafordo contra outro cavaleiro, em jogo”. Frei Joaquim de Santa Rosa Viterbo, no *Elucidário...*, 2ª edição, tomo I, Lisboa, Editor A. J. Fernandes Lopes, 1865, apresenta o mesmo significado.

¹⁰ “Aguilhão - aguilhada curta; o ferrão ou pua da aguilhada (vara comprida com pua, ou ferrão, para picar os bois, tendo na extremidade inferior uma arrilhada).” António Moraes da Silva, *op. cit.*, vol. I, p. 115.

a partir da desanexação de quintas mais antigas, levou à manutenção dos topónimos das propriedades originais aos quais foi acrescentado o adjectivo nova. Assim, surgem as quintas: Nova, Nova da Albardeira, Nova das Almas, Nova do Alcântara, Nova da Bandeira, Nova do Canavial, Nova das Cinco Cepas, Nova do Espinheiro. Finalmente, outras adquiriram nomes que são verdadeiras curiosidades, para os quais dificilmente se encontra alguma justificação: Alpedriche, Bombeja¹¹, Mencoca. Realizámos uma pesquisa alargada, com o objectivo de tentar encontrar alguma associação para estes topónimos. Para o primeiro, conseguimos estabelecer uma associação com o topónimo Alpedriz, freguesia do concelho de Alcobaça. No nosso entendimento, é possível que Alpedriche tenha evoluído, tal como Alpedriz, do artigo arábico *al* aplicado ao nome românico *Pedriz* (Pedrici- Petriz- Pedriz)¹². Parece-nos viável que se tenha processado uma evolução fonética diferente que levou, conseqüentemente, a outra grafia, provocada, por exemplo, pela diferente localização geográfica.

Relativamente ao topónimo Bombeja parece-nos merecer pouca discussão, dado que o verbo bombejar e o indivíduo que pratica a acção, o bombejador, surgem no *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, sendo este associado ao trabalho de bombeiro.

Finalmente, o topónimo Mencoca é referido por Carvalho Moniz como uma curiosidade. Este autor limitou-se a agrupar os topónimos em categorias, com as quais nem sempre concordamos. Assim, as questões mantêm-se: a que se refere o topónimo? A uma pessoa, a um objecto? Poderá ser um acontecimento, uma tragédia? Dificilmente encontramos uma explicação, embora saibamos que o vocábulo é de uso bastante antigo – na Idade Média já aparece referido. Nas escrituras analisadas surgiu com a grafia que apresentamos, mas no final de longa pesquisa, no sentido de percebermos o que designava, encontrámos uma referência, de Túlio Espanca¹³, no Inventário Artístico de Portugal, no volume que trata do concelho de Redondo, que nos abriu uma perspectiva de explicação. Túlio Espanca refere-se aos Montes da Mem Coca, situados na freguesia

¹¹ Bombejar, o mesmo que bombardear; bombejador, homem que trabalha como bombeiro. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa, Idem*, vol. I, p. 587.

¹² Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. XXXVIII (Apêndice), Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, s.d.

¹³ Cf. Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal, concelhos de Alandroal, Borba, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Viana do Alentejo e Vila Viçosa*, vol. I, Lisboa, Academia Nacional de Belas – Artes, 1978, p. 331.

de Montoito, no concelho de Redondo, que já no século XIII eram referidos desta forma. Deste modo, parece possível estabelecer uma analogia, entre os dois topónimos, sendo o primeiro vocábulo, utilizado como nome próprio (veja-se Mem Martins, Mem de Sá), o segundo como apelido ou alcunha. Desta maneira, o nome atribuído à propriedade, possivelmente, referir-se-ia ao proprietário ou, eventualmente, ao rendeiro. António de Moraes Silva, identifica a coca com “parte da capa ou manto que cobre a cabeça e se aconchega ao rosto, a ponto de quase o cobrir; biôco¹⁴”. Se procurarmos o significado de biôco, na mesma obra, descobrimos que estamos a falar de “antiga mantilha com que as mulheres cobriam a cabeça e parte do rosto para afectarem virtude”, modéstia ou para desanimar os namorados¹⁵. É muito provável que a existência de alguém com estas características comportamentais, no contexto da comunidade que temos estudado, possa ter dado origem a uma alcunha desta natureza, podendo referir-se assim, Mencoca, a mulher afectando virtude.

Não podemos deixar de mencionar neste trabalho, a utilização comum, nas escrituras, nos registos de baptismo, nos jornais, da designação “à guarda de”. Esta curiosa designação era usada quase como sinónimo de uma divisão administrativa pequena, que incluía determinado número de propriedades. Uma delas, ou pelas suas dimensões, pela localização, ou pela importância do seu proprietário, parecia dominar a zona, transmitindo directamente a ideia de vigilância e de protecção. Não encontramos justificação para este topónimo a não ser que ele se refira de facto à questão da protecção que umas quintas dariam a outras, numa época em que o policiamento rural não existia e em que havia a necessidade de transmitir alguma segurança às populações e de garantir a protecção dos seus bens¹⁶. Não esqueçamos que a zona dos Canaviais se

¹⁴ António Moraes da Silva, *op. cit.*, vol. I, p. 479.

¹⁵ *Ibidem*, p. 341.

¹⁶ Manuel Carvalho Moniz aponta como hipótese para a origem desta designação “uma providência de vigilância ou protecção territorial (...) Não havendo ainda uma guarda rural, pois só em 1867 foi organizada a primeira polícia cívica em Portugal, os proprietários e moradores das quintas e hortas da cidade dividiram o território circunvizinho em áreas que ficavam à guarda de alguém que tinha por sede determinada quinta.” *Op. cit.*, p. 226. A hipótese levantada parece-nos razoável para a origem desta designação. O facto de a mesma continuar em uso muitos anos depois, prende-se com a tradição, com a importância que os mesmos assumem para a comunidade e por a zona se manter nitidamente rural, até meados do século XX. Outro factor preponderante é a questão do abandono a que as autoridades oficiais votaram estas comunidades que, de forma espontânea, se transformaram em núcleos urbanos.

caracterizava por possuir um povoamento disperso, alterado apenas com a construção de algumas casas, depois do aparecimento da Sociedade Operária, nos anos vinte.

Do levantamento efectuado, apercebemo-nos da existência de quinze destas divisões, referentes a propriedades do bairro: Guarda do Alpedriche ou Charrua, Guarda do Canavial, Guarda da Carne Azeda, Guarda das Cinco Cepas, Guarda da Cravelinha, Guarda das Cruzadas, Guarda do Espinheiro, Guarda das Ferrenhas, Guarda do Gouveia, Guarda da Lage, Guarda da Pedra da Albarda, Guarda dos Quatro-olhos, Guarda da Queimada, Guarda das Salvadas, Guarda do portado de Valle Flores. Relacionado com as guardas, mantém-se ainda nos nossos dias o topónimo quinta da Cabeça da Guarda do Gouveia. A Cabeça da Guarda seria, provavelmente, a quinta que encabeçava este agrupamento, podendo generalizar-se esta designação a todas as outras que funcionassem como uma espécie de elemento aglutinador.

Outra ocorrência, que pensamos dever registar, prende-se com o facto da repetição, em variadas situações, do mesmo topónimo. Este uso repetitivo, em zonas geograficamente próximas, é justificado por vários motivos, nomeadamente pela dependência de propriedades mais pequenas em relação a propriedades maiores, pela divisão das propriedades ou compra de outras, mais pequenas, que lhe ficam anexas ou incorporadas, pela utilização de caminhos e passagens pelo interior das mesmas, e, também, devido ao percurso de rios e ribeiros. Citamos a título de exemplo os topónimos *Canavial*, utilizado para nomear uma guarda, uma courela, um quartel, várias quintas e um prédio rústico, e *Cinco Cepas*, utilizado em guarda, azinhaga, estrada, quinta e quinta nova.

Sintetizando, podemos afirmar que o conhecimento da toponímia de uma região é um factor bastante importante para conhecer alguns aspectos da vida de uma comunidade. A comunidade que vivia no bairro dos Canaviais, entre 1900 -1950, tinha ao seu dispor um vasto leque de topónimos, que agrupámos em sete categorias: relacionados com religião, com acidentes geográficos e meteorológicos, com profissões, com nomes e alcunhas, com animais, com árvores e outras plantas, com especificidades das quintas (construções, monumentos, entre outras). Nesta variedade toponímica, surgem alguns vocábulos para os quais não encontramos qualquer registo directo em

dicionários e enciclopédias, por se tratar de nomes de origem popular, surgidos de forma espontânea.

Como curiosidade, ainda, a utilização das guardas como elemento toponímico, com o objectivo de individualizar as propriedades, clarificando a sua localização e evitando confusões quando acontece a repetição do mesmo topónimo: Santo António surge como topónimo referente a duas propriedades diferentes, uma localiza-se na guarda das Cinco Cepas, a outra na guarda do Espinheiro – veja-se o capítulo 2.2. Caracterização do espaço.

CONCLUSÃO

Traçar a evolução do bairro dos Canaviais, entre os anos de 1900-1950, registando as memórias mais significativas deste percurso, foi o objectivo geral que definimos para realizar este estudo. Neste intervalo cronológico, localizámos a transformação de um espaço rural peri-urbano, num núcleo com características declaradamente urbanas. Esta constatação foi sustentada no levantamento documental efectuado, e na leitura de periódicos, em vários arquivos e bibliotecas – Biblioteca Nacional, Biblioteca Pública de Évora, Arquivo Distrital de Évora, Biblioteca e Arquivo da Câmara Municipal de Évora, Arquivo do Instituto Nacional de Estatística, Arquivo da Associação Casa do Povo de Canaviais e Arquivo Fotográfico de Évora. Ao longo do desenvolvimento da investigação, encontrámos alguns obstáculos, nomeadamente no que respeita ao acesso a documentação relativa ao Albergue Distrital de Mendicidade e ao Registo Civil, mas também abertura por parte de outras entidades de entre as quais destacamos a Associação Casa do Povo de Canaviais, na pessoa do seu Presidente, que colocou à nossa disposição todo o espólio existente em arquivo, o que muito agradecemos. Os populares contactados, nas entrevistas realizadas, demonstraram sempre grande disponibilidade e interesse em colaborar no registo das memórias mais significativas da história da comunidade, fornecendo todas as informações de que dispunham e indicando nomes de outros, que consideravam com maior relevância no decurso dos eventos narrados.

Na estrutura delineada para esta investigação, os registos notariais revelaram-se uma fonte de extrema importância, em virtude da diversidade de informação que continham, permitindo, a partir deles, caracterizar o espaço e parte da população. Os recenseamentos gerais da população e os registos paroquiais completaram esta caracterização. Os primeiros forneceram elementos estatísticos, os segundos, informação sobre a origem dos moradores. O Arquivo da Associação Casa do Povo de Canaviais, embora parco na informação, facilitou a elaboração do capítulo respeitante aos espaços de sociabilidade, em particular no que respeita à Sociedade Operária e à Casa do Povo. A imprensa local foi fundamental em todo este trabalho, permitindo resolver algumas questões cronológicas que se levantaram e fornecendo elementos, de

um modo geral, sobre todos os assuntos. Relativamente ao Albergue Distrital de Mendicidade conseguimos, a partir da pesquisa levada a efeito na Biblioteca Nacional, localizar um relatório respeitante aos cinco primeiros anos da sua actividade. Este relatório, que publicamos em anexo, serviu de base para a reconstrução dos factos relacionados com esta instituição, pela importância que revestem os dados por ele fornecidos. A partir do documento, complementado pela imprensa local, conseguimos perceber como se desenvolveu todo o processo relacionado com a implementação deste organismo de repressão da mendicidade criado pelo Estado Novo. Finalmente, ao abordarmos a toponímia desta área, seguimos exclusivamente a terminologia utilizada nos registos notariais e paroquiais e na imprensa local dos períodos a que estes dizem respeito. Desta maneira, é natural que alguns topónimos não sejam comumente reconhecidos por, entretanto, terem caído em desuso. A título de exemplo, referimos os topónimos quinta da Galinha do José Berlim, quinta da Carne Azeda, azinhaga do Papa-Pães, Vila Amélia.

O recurso à história oral mostrou-se significativo em algumas questões. Fazem parte das memórias significativas deste grupo, os aspectos relacionados com as dificuldades vividas no dia-a-dia, nomeadamente a dureza dos trabalhos do campo, o relacionamento com os patrões, as dificuldades nas deslocações, as questões sociais, culturais e políticas relacionadas com as duas instituições de trabalhadores deste bairro: a Sociedade Operária e a Casa do Povo. Destas memórias fazem parte, também, todos os divertimentos de que a população usufruía, poucos momentos de convívio entre os habitantes das quintas e, posteriormente, entre estes e os moradores do bairro.

À medida que a investigação foi avançando, trazendo consistência ao esquema delineado, várias questões se levantaram no campo conceptual. Deste modo, tratando-se de um estudo científico desenvolvido no âmbito da história local, focalizado nas temáticas das memórias colectivas e do património, decidimos fundamentar as opções seguidas e clarificar os conceitos essenciais. Nesta abordagem, foram tratados os conceitos de património, memória colectiva, história local, história urbana, bairro, espaço urbano/rural e história oral.

Com o objectivo de abordar a realidade de forma integrada, procedeu-se ao enquadramento histórico do bairro objecto de estudo, tentando perceber como se

processou o desenvolvimento das zonas urbanas extra-muros da cidade de Évora. Em termos genéricos, relativamente à evolução e crescimento da cidade, podemos afirmar que a mesma se processou predominantemente de forma espontânea, só se notando alguma preocupação com o ordenamento do espaço na década de setenta. Apenas no início do século XX, esta expansão extravasou o recinto amuralhado conhecido como cerca nova, em virtude de, no interior, os espaços a urbanizar se encontrarem quase completamente ocupados. A juntar a esta justificação, há que considerar duas outras ordens de razões: o facto de a habitação fora da muralha ser mais económica e o surgimento de zonas mais atractivas junto de novos centros de emprego: a fábrica dos Leões e a estação do caminho-de-ferro.

Primeiramente nestas zonas, depois ao longo das principais vias de comunicação que circundavam a cidade, cresceram espontaneamente, com mais vigor a partir da década de quarenta, vários núcleos habitacionais, de entre os quais destacamos como objecto do nosso estudo, a norte, o bairro dos Canaviais. Delimitámos como primeira zona de nascimento deste núcleo urbano, de acordo com o local de construção do edifício da Sociedade Operária de Instrução e Recreio, em torno do qual surgiu o primitivo casario, a propriedade designada por Quartéis da Tapadinha, ou, como surge em algumas escrituras, quartéis ou Tapadinha. Procedemos a esta localização, num mapa da zona, assinalando a vermelho as casas mais antigas (consultar mapa III, *Aglomerado urbano*, subcapítulo 2.1. Localização, e figura 1, *Esboço das primeiras construções*, subcapítulo 2.2. Caracterização do espaço) – as casas mais antigas situar-se-ão na rua Estêvão dos Reis (três casas), na rua José Sebastião Cebola (uma casa) e na rua da Fraternidade (duas casas, mais recentes do que as anteriormente citadas).

“Foi em volta do edifício desta sociedade que começaram a aparecer os primeiros arruamentos e habitações ou seja, que se começou a formar o Bairro do Espinheiro, como inicialmente era designado¹.”

Seguidamente, outro núcleo surgiu na quinta da Rabazana, de acordo com os testemunhos orais que recolhemos. Por último, por volta de 1939, temos conhecimento, junto ao caminho municipal que atravessa o bairro, de desanexações de faixas ou tractos de terreno nas quintas do Mestrinho, Canavial de Dentro e Canavial. Em volta das

¹Junta de Freguesia de Canaviais, 2007. www.evora.net/jfcanaviais (16 de Janeiro de 2007).

quintas já referidas, localizam-se outras que contribuíram, de alguma forma, para o crescimento do casario junto aos caminhos: Panasqueiro, Bela Vista, Boa Esperança.

Esta hipótese vai ao encontro do que é apresentado no pequeno historial da Junta de Freguesia, é corroborada pelos testemunhos dos habitantes mais antigos e reforçada pelas primeiras escrituras de terrenos vendidos para construção, na segunda década do século XX. Para procedermos à localização do núcleo urbano, não pudemos deixar de considerar vários factores: o casario surgiu de forma espontânea, sendo as habitações construídas espaçadamente, ao longo da estrada, mantendo a estrutura rural; terá surgido mais do que um núcleo espontâneo (apontamos dois), em sítios distintos; muitos terrenos usados para construção não possuíram quaisquer papéis de legalização ou escrituras durante muitos anos; as primeiras escrituras realizadas não correspondem às primeiras casas construídas.

O bairro foi, inicialmente, designado por bairro do Espinheiro, adquirindo, assim, o topónimo do conjunto monumental que maior imponência apresentava na área². O convento do Espinheiro vai emprestar o seu nome ao bairro, durante vários anos. Quanto ao topónimo Canaviais, o seu uso generalizou-se com alguma dificuldade, parece-nos, embora o mesmo, no singular, seja denominação muito utilizada. Este topónimo deriva da grande abundância de canas na zona, o que ainda hoje é passível de comprovação, e foi utilizado desde cedo como designação de quintas localizadas na área do bairro. No mapa da figura 26 podemos identificar uma dessas quintas. A quinta do Canavial aparenta ser uma propriedade com algum relevo, dado servir de referência toponímica em variadas situações e por ela própria ter sido identificada na imprensa regional e em publicações de carácter nacional. O *Diccionario Chorographico*, redigido por Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, publicado em 1906, identificava a quinta do Canavial, na freguesia da Sé, concelho de Évora³. A testemunhar o relevo dado a esta quinta, a referência ainda do século XVIII, ao seu edifício:

“Em menor distancia se descobrem nas suas campinas pelas partes do Nascente, Norte e Poente (...) e os celebres Mosteyros do Espinheiro de Monges Ieronimos, distante pouco menos de meya

² Em volta do edifício do convento do Espinheiro nunca existiu qualquer núcleo urbano ou outro casario.

³ *Portugal-Diccionario Histórico, Biographico, Bibliographico, Heráldico, Chorographico, Numismático e Artístico*, redigido por Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, vol. II, B-C, Lisboa, João Romano Torres Editor, 1906, p. 712.

legoa(...) e o grande aqueducto da agoa da prata, e os edifícios das quintas de Valbom, Canavial, portal de Val de Flores e Louredo (...) oi que tudo em circunferência da Cidade, com hum grande multidão de hortas, vinhas, pumares e olivais, formão hum gradavel e fermoço objecto para o recreo de seus moradores⁴.”

Também a imprensa local fazia referência a este topónimo, desde logo com a alienação dos bens da Igreja, proprietária ou beneficiária de alguma importância nesta zona. Em 1901, encontramos referência a várias propriedades no sítio do Canavial⁵, ou como surge nos registos notariais, à guarda do Canavial⁶. Em 1902, a referência dizia apenas “uma vinha com olival ao Cannavial⁷”, já em 1903, eram aliadas as duas primeiras indicações que apresentámos: “sítio da guarda do Cannavial⁸”. Em 1911, surgia no plural, ao efectuar-se a publicitação para venda das quintas da Rabazana, Pintacilga e Lage, sendo a localização das mesmas englobada: “na guarda dos Canaviaes⁹”.

Como é natural, os dois topónimos Espinheiro e Canaviais foram usados em paralelo, associados indistintamente, em diferentes situações. Este facto foi comprovado, por exemplo, pela publicitação de festas no bairro do Espinheiro, em 1935, quando o núcleo urbano dos Canaviais já estaria bem delineado, junto ao edifício da Sociedade Operária. Em 1914, na transcrição de uma acta camarária era feito o pedido de criação de uma escola mista no bairro do Espinheiro¹⁰, sendo o mesmo repetido em 1919. No ano de 1924, festejou-se o Carnaval, com algumas danças, nas quintas do Louredo e Espinheiro¹¹, bairros contíguos, se interpretarmos Espinheiro como primeiro nome atribuído ao actual bairro dos Canaviais.

A partir de 1925, as notícias encontradas prendem-se essencialmente com actividades da Sociedade Operária de Instrução e Recreio «Educação do Povo», sendo

⁴ Maria Ludovina Grilo, «O concelho de Évora nas Memórias Paroquiais de 1758» in *A Cidade de Évora*, II série, nº 1, 1994-1995, p.120.

⁵ Cf. *Notícias d'Évora*, nº 108, 18 Janeiro 1901, p. 3.

⁶ Cf. *Idem*.

⁷ *Idem*, nº 619, 9 Outubro 1902, p. 3.

⁸ *Idem*, nº 725, 17 Fevereiro 1903, p. 3.

⁹ *Idem*, nº 3173, 28 Abril 1911, p. 3.

¹⁰ Cf. *Notícias d'Évora*, nº 4092, 5 Maio 1914, p. 1.

¹¹ Cf. *Idem*, nº 6962, 14 Março 1924, p. 1.

esta sempre localizada aos “Canaviaes¹²”. Nos registos notariais investigados, localizámos a transacção de um tracto de terreno para construção urbana, em 1939, cujos vendedores eram “residentes no Bairro dos Canaviaes¹³”. A partir da investigação efectuada podemos afirmar que, até à década de vinte do século passado, o bairro aparece designado como bairro do Espinheiro, sendo o topónimo Canavial apenas utilizado no singular para designar propriedades ou o sítio. Só por volta de 1925 encontrámos o topónimo Canaviais, no plural, referindo-se a um núcleo urbano.

Uma evidência digna de registo foi a constatação, a partir da amostra efectuada nos registos paroquiais da freguesia da Sé: na totalidade dos registos analisados (108 assentos de nascimento), não encontrámos qualquer referência a nenhum dos dois topónimos usados para identificar o bairro. Esta constatação levou-nos a colocar duas hipóteses explicativas: neste período (1905-1911), não havia qualquer núcleo que se assemelhasse ao embrião de um bairro ou, esse núcleo era tão pequeno que não se registaram, durante este período, quaisquer nascimentos, o que nos parece pouco provável.

As estatísticas oficiais consultadas, quer os Recenseamentos Gerais da População quer os Anuários Estatísticos, só referem o bairro a partir de 1940. Decorrente desta informação, podemos afirmar que o bairro terá tido algum crescimento nas décadas de vinte e de trinta, pois só desta maneira em 1940 poderiam ser contabilizadas quarenta e três habitações e cento e setenta e três habitantes. Em 1960, já apresentava quatrocentas e sessenta e nove habitações para mil, quatrocentos e vinte e cinco habitantes.

A publicação dos estatutos da Sociedade Operária de Instrução e Recreio «Educação do Povo», em 1927, ajudou-nos a reforçar esta ideia. Sendo a Sociedade criada para dar resposta às necessidades da população da zona, nos seus estatutos surge a referência ao bairro do Espinheiro uma única vez, como local da sede. A população a que se destinava residia nas *quintas de Évora*, pressupondo-se que a área se mantinha predominantemente rural.

¹² *Idem*, nº 7317, 23 Maio 1925, p. 2; nº 7418, 20 Setembro 1925, p. 1; nº 7429, 3 Outubro 1925, p. 2; nº 7430, 4 Outubro 1925, p. 2; nº 7445, 23 Outubro 1925, p. 2; nº 7802, 30 Dezembro 1926, p. 2; nº 7824, 26 Janeiro 1927, p. 2; nº 8176, 27 Março 1928, p. 2; nº 8184, 5 Abril 1928, p. 2.

¹³ *ADE, Registos Notariais*, L. 2976, f. 30-33 v.

Foi, portanto, a partir dos dados fornecidos pelo recenseamento de 1940 que começámos a observar o crescimento demográfico, passando o bairro a ocupar várias ruas, abertas a partir de um eixo principal (os caminhos municipais números 1087 e 1088). O casario estendeu-se, inicialmente, ao longo destes caminhos, concentrando-se na zona embrionária, junto à Casa do Povo – ver mapa da figura 26. As casas foram construídas espontaneamente, de forma a deixar livre para a agricultura, a maior extensão possível dos lotes. Deste modo, a construção processou-se encostada aos limites do terreno (extremas), originando situações complicadas na geografia das vias de comunicação. Os lotes transaccionados para construção localizavam-se junto aos caminhos municipais, dando origem à abertura de ruas transversais (três junto ao edifício da Casa do Povo, oito, entre esta zona e a herdade da Pachola, uma na rua da Eufuzina), mantendo-se uma extensa área agrícola, numa zona localizada por detrás das faixas desanexadas, só urbanizada a partir da década de 70. O bairro, de características espontâneas distinguia-se por uma tipologia de habitações modestas, com a porta principal virada para a rua, possuindo a maioria um logradouro, com poço ou pequeno tanque de rega e horta.

Da análise efectuada, concluímos que o espaço que o bairro ocupou integrava uma vasta área rural organizada em quintas, courelas, quartéis, ferragiais e tapadas. Estas propriedades forneciam, essencialmente, três grandes produções: a vinha, o olival e os cereais de sequeiro. A exploração destas propriedades agrícolas era feita, maioritariamente, através de arrendamento sendo os valores contratados pagos uma parte em dinheiro, outra nas próprias produções (uvas, azeitona, azeite, trigo, fruta, batatas, cebolas e outros produtos hortícolas), acrescidos das pitanças (ver quadro intitulado *Valor das Rendas*, em Anexo). As quintas possuíam, normalmente, várias casas de habitação, onde morava, habitualmente, mais do que uma família.

Entre 1900-1950, a população que habitava o bairro, distribuía-se, essencialmente, por três grandes grupos: proprietários rurais, rendeiros e assalariados (agrícolas e outros). Do total dos proprietários rurais, apenas um número muito reduzido habitava nas quintas. O grupo dos rendeiros escolhia, preferencialmente, para local de residência, as quintas que arrendava. O maior grupo de residentes era constituído pelos assalariados rurais, de ambos os sexos, que habitava as quintas e montes. No conjunto identificado

como pertencendo ao sexo feminino salientavam-se, para além das assalariadas rurais, as mulheres sem profissão definida (normalmente classificadas como domésticas) e as empregadas em serviços domésticos. Nos homens encontrámos ainda proprietários, carreiros, quinteiros e jornaleiros, profissões ligadas ao trabalho na terra. Quanto à sua origem, de acordo com a amostra estudada (1905-1911), os residentes eram, maioritariamente, naturais da freguesia (85%) ou de freguesias vizinhas, embora tenhamos encontrado uma percentagem importante (19%) de habitantes cujos pais eram naturais de outros concelhos ou de outros distritos do país.

A população que residia primeiramente apenas nas quintas, depois na zona urbana, tinha necessidade de se deslocar: para os locais de trabalho, para a cidade, para os lugares onde fazia o abastecimento dos bens de primeira necessidade (o “avio”, como referem alguns entrevistados) e, também, para os lugares onde se realizavam bailes, festas ou mesmo para assistir à missa. Assim, o perímetro rural era atravessado por estradas, azinhagas e inúmeras veredas que constituíam um intrincado labiríntico de vias de acesso às propriedades da área e que permitiam a ligação desde tempos antigos a outras localidades (fig. 5). Nos limites do bairro, passavam as vias Évora/Scalabis, o caminho de Arraiolos e Vimieiro (caminho das Cinco Cepas, segundo Ângela Beirante), associados ao trânsito das pessoas mas, também, à transumância dos gados e ao escoamento dos produtos agro-pecuários produzidos nesta zona. No interior do perímetro do bairro, outros caminhos se desenvolveram (ver figura nº 6), de importância para as populações, por encurtarem distâncias, num período em que as deslocações se efectuavam geralmente a pé – o caminho da Missa, a azinhaga das Cinco Cepas, a azinhaga do Patão, a azinhaga da Chamboinha, a azinhaga do Guarda Cachaços, a azinhaga da Eufosina (ou Eufrosina), a azinhaga da Chainha. As populações pretendem preservar a memória dos caminhos mais significativos, elevando-os à categoria de património local – o Caminho ou Azinhaga das Cinco Cepas pode, desde 2006, ser englobado nesta categoria, fazendo parte de um circuito ambiental da freguesia.

Desempenhando um papel preponderante, que a transforma num dos bens culturais da comunidade, a Sociedade Operária de Instrução e Recreio «Educação do Povo» teve raízes num grupo de trabalhadores rurais, por volta de 1911, mas oficialmente, foi fundada em 1921, no bairro do Espinheiro, sendo os seus Estatutos aprovados apenas

em 1927. Esta associação, criada no espírito republicano da época, contribuiu de forma indelével para a educação e cultura da população rural, desenvolvendo uma dinâmica actividade durante o curto período em que lhe foi permitido servir a comunidade: promoveu o ensino primário, conferências, teatro, concertos, bailes, quermesses, exposições, caçadas, com o objectivo de educar, informar e alargar os horizontes culturais da população rural que servia. Com o advento do Estado Novo, durante os anos trinta, a associação foi encerrada e alguns dos seus membros perseguidos e presos pela polícia política. O edifício manteve-se selado, durante vários anos, chegando a um estado crítico de abandono, que culminou com a passagem de um ciclone, em 1941, ficando apenas as paredes de pé. Os bens da Sociedade foram transferidos, em 1943, pelos dirigentes da época (Sebastião de Melo da Mota Cerveira, Agostinho do Nascimento Matos e Aníbal Inocência Esturrado), para o fundo da Casa do Povo de Évora, organismo que passou a funcionar no edifício da Sociedade, aos Canaviais. Nesta altura o edifício foi alvo de importantes reparações, de modo a permitir o funcionamento do novo organismo, mas mantendo a estrutura de um só piso. A Casa do Povo de Évora herdou os bens, os sócios e os dirigentes e alargou o seu campo de actuação, desenvolvendo actividades no campo da educação e cultura, da previdência, assistência, representação profissional e melhoramentos locais. Contudo, a filosofia subjacente à actuação deste organismo, em nada se comparava com a Sociedade Operária, levando a que a população mantenha na memória o espírito que levou à sua criação, por iniciativa dos trabalhadores – mantém-se na memória da comunidade a perseguição exercida contra os trabalhadores rurais que se opuseram ao encerramento desta associação por defenderem ideais diferentes das veiculadas pelo regime. O nome de um destes trabalhadores passou a fazer parte da toponímia do bairro que assim prestou homenagem à coragem demonstrada na defesa dos bens da comunidade – José Sebastião Cebola.

A Casa do Povo de Évora foi criada em 1942, tendo os seus estatutos sido aprovados logo nesse ano. Dependentes desta, funcionavam as Casas do Povo da Graça do Divor e de Nossa Senhora da Boa Fé. Nos últimos anos de actividade, enquanto Casa do Povo, a direcção restringia o seu campo de actuação à gestão dos bens, à realização de alguns bailes tradicionais, no salão do edifício, e ao arrendamento do espaço do café.

Do património das duas instituições muito pouco resta, para além do edifício. A documentação existente é escassa, tendo desaparecido quase tudo o que respeitava aos sócios e às actividades mais antigas. Permaneceram algumas escrituras, livros de actas, publicações da propaganda do Estado Novo, o ficheiro com o registo dos últimos duzentos e cinquenta e dois sócios protectores e os estandartes originais de ambas. Uma nota relativamente a estes registos: todos eles foram efectuados entre 1979 e 1983, já no período de extinção da Casa do Povo, os sócios eram todos do sexo masculino, moradores do bairro e das quintas do perímetro, dedicando-se às mais variadas profissões ligadas ao sector secundário e aos serviços, desde pedreiros, a carpinteiros, mecânicos, empregados do comércio, camionistas, entre outras. Nestes anos, não se encontrou qualquer registo de assalariados rurais ou mesmo de proprietários rurais, em virtude destas actividades se encontrarem em franco declínio, com a transição desta zona de núcleo urbano com características rurais, para um bairro periférico, dormitório da cidade de Évora, com características nitidamente urbanas. Actualmente, o edifício da Casa do Povo de Évora sobrevive gerido pela Associação Casa do Povo de Canaviais, tendo os dirigentes encontrado muitas dificuldades para criar a própria associação e para transferir o seu património para a nova instituição, o que ainda não aconteceu por impedimentos legais. Da heráldica da freguesia de Canaviais fazem parte os símbolos da Sociedade Operária: forquilha e enxada, simbolizando os trabalhadores rurais que fundaram esta comunidade, e as canas traçadas, representando as plantas que deram origem ao topónimo. O estandarte da Sociedade Operária, verde seco, bordado a ouro, juntava a estes elementos a foice e a gadanha (das ceifeiras e ceifeiros) e o machado (dos tiradores de cortiça) – todos trabalhadores rurais também.

Quanto à educação das crianças em idade escolar, esta continuava bastante deficitária, mantendo-se as elevadas taxas de analfabetismo, quer durante o período da República, quer com o Estado Novo: as escolas em funcionamento não davam resposta às necessidades da população, as famílias mais pobres não tinham condições de mandar os filhos à escola. Encontrámos registo do funcionamento de duas escolas primárias, uma de carácter privado, outra na dependência da Câmara Municipal. A primeira, que funcionava em Alpedriche (segundo os populares, na quinta da Tormenta), reabriu como oficial, em 1915, ficando à responsabilidade da autarquia que aí colocou uma

professora. Apesar das necessidades de instrução das crianças da zona das quintas, do lado do Espinheiro, só por volta da década de vinte aí foi criada uma escola oficial. Esta inseria-se no grupo das escolas móveis, criadas em muitas freguesias rurais, para dar resposta às graves carências sentidas no ramo da educação. Com a fundação da Sociedade Operária de Instrução e Recreio «Educação do Povo», de inspiração republicana, em 1921, que tinha como objectivos contribuir para a instrução das populações rurais, é fundada uma escola aos Canaviais, no bairro do Espinheiro. Posteriormente, com o encerramento desta Sociedade pela ditadura de Salazar, nos anos trinta, a escola também foi encerrada, só reabrindo com a Casa do Povo de Évora, depois de 1942. A transferência provisória da escola deste edifício para outro, na quinta da Atafona, pertencente ao Albergue Distrital, aconteceu na década de sessenta, pouco antes do edifício do Novo Plano de construções ser inaugurado, em 1968.

Nos meios rurais, os divertimentos das populações sempre estiveram muito dependentes dos trabalhos agrícolas e, por conseguinte, do calendário religioso. Ressalta nesta análise, a importância atribuída pela população do bairro dos Canaviais à comemoração do Dia da Espiga, em quinta-feira de Ascensão, associada às festas religiosas a Nossa Senhora do Espinheiro. Outras festas religiosas se realizavam em honra de S. Sebastião, Santo António, ou Nossa Senhora do Livramento, embora de menor dimensão. O Carnaval era uma festa profana que a população comemorava com intensidade, mantendo, ainda hoje, a tradicional representação das Brincas, expoente importante da cultura popular desta zona de Évora. Paralelamente, ao longo do ano, realizavam-se vários bailes, sendo os mais nomeados os bailes da Pinha, do Bacalhau e os bailes do Carnaval, entre outros.

Em 1948, o bairro foi contemplado com a instalação do Centro de Trabalho e com a Secção de Menores do Albergue Distrital de Mendicidade, nas quintas Nova do Bandeira e da Atafona que, para esse efeito, foram devidamente apetrechadas em termos de edifícios e equipamentos. Entraram em funcionamento sob a direcção do capitão de cavalaria João Evangelista Duarte da Silveira, antes mesmo de serem inauguradas pelo Ministro do Interior. A organização das quintas foi planificada com todo o rigor, assemelhando-se a quintas modelo. A produção agrícola e industrial, desenvolvida com a mão-de-obra de alguns assalariados e dos albergados, visava o auto abastecimento e a

venda nos mercados locais. Inicialmente, embora se tratasse de uma instituição de uma envergadura considerável, criou muito poucos postos permanentes de trabalho, entre a população do bairro, pois eram os próprios albergados a desempenhar a maioria das tarefas.

Relativamente ao património edificado, no perímetro envolvente do bairro dos Canaviais localizam-se vários lugares que podemos classificar como bens patrimoniais. Referimo-nos aos vestígios do megalitismo, identificados e integrados num percurso arqueológico pedestre (Antas do Paço de Entre Vinhas), à presença romana e aos caminhos medievais (nas herdades do Paço de Entre Vinhas e Pachola) e, por último, ao reflexo da religiosidade presente nos cruzeiros (junto ao Cemitério e ao Convento do Espinheiro), nas capelas (Nossa Senhora da Piedade e Nossa Senhora do Livramento) e no Convento do Espinheiro.

O conjunto patrimonial referido encontra-se em diferentes estados de conservação / preservação, continuando a ser alvo de intervenções pouco eficazes por parte das entidades responsáveis e de actos de vandalismo perpetrados por alguns elementos da comunidade, pouco respeitadores dos bens públicos. O percurso megalítico carece de revitalização, encontrando-se a sinalética em mau estado e não existindo informação *in situ* para o visitante desprevenido. A Anta II, da herdade do Paço de Entre Vinhas, em estado de ruína, ameaça desmoronamento. Situada num parque pecuário, parece não beneficiar de qualquer protecção institucional ou mesmo de qualquer respeito de cidadania. A malha cadastral romana, os vestígios do possível engenho hidráulico e os caminhos rurais romano / medievais, embora referenciados por alguns investigadores e por populares, continuam votados ao abandono, não se vislumbrando qualquer actuação que possa identificá-los como testemunhos de uma época. Quanto aos cruzeiros, a situação é díspar, em virtude da localização de cada um deles. O da cerca do Convento do Espinheiro encontra-se em local privilegiado, sendo objecto de atenção por parte dos responsáveis pelo edifício. O mesmo não acontecia com o designado por cruzeiro da Piedade (veja-se a figura 31), junto ao Cemitério. Contudo, também este já passou a pertencer ao grupo das boas práticas do património, tendo merecido limpeza e tratamento condignos por parte dos responsáveis. As capelas encontram-se preservadas: a de Nossa Senhora do Livramento, em propriedade privada, beneficia da atenção do

seu proprietário, a de Nossa Senhora da Piedade, por ficar inserida no perímetro do novo cemitério da cidade, foi objecto de obras que muito a beneficiaram. O *ex-libris* do bairro, Convento do Espinheiro, protagonista do estado de abandono a que foram votados os edifícios de cariz religioso, consequência da lei da extinção das ordens religiosas, foi transformado em hotel de qualidade superior, tendo, por isso, sofrido obras de restauro e adaptação. A sua alva silhueta continua a marcar a paisagem de forma imponente, revelando a magnificência da obra dos padres Jerónimos, que se mantém sem rival na zona envolvente da cidade de Évora. O Convento do Espinheiro, ao longo dos tempos, tem sido alvo da preocupação de vários especialistas. Em 2006 foi publicado o último estudo, de carácter colectivo, sobre este conjunto monumental, do qual constam, entre outros, artigos da responsabilidade de Manuel Branco e de Artur Goulart¹⁴. Como última nota, salientamos o facto de todos estes sítios se localizarem na área rural do bairro, não se identificando, no núcleo urbano, nenhum achado arqueológico ou construção com valor arquitectónico.

Seria interessante que a própria Junta de Freguesia, à semelhança do que fez para o Caminho das Cinco Cepas, encontrasse forma de valorizar estes sítios, podendo iniciar esse trabalho pela publicação de um mapa da freguesia que assinalasse os locais mais significativos. Seria uma atitude, certamente, estimada pela população, contribuiria para elevar os níveis de auto-estima da comunidade e para reforçar os laços que têm desaparecido com a mudança geracional.

As memórias de uma localidade ficam registadas, também, na sua toponímia revelando-se esta área um valoroso campo de estudo para quem pretende alargar o conhecimento sobre a vida de determinada comunidade. A comunidade que vivia no bairro dos Canaviais, entre 1900-1950, dispunha de um vasto leque de topónimos. Embora a investigação que realizámos não permita identificar de forma exaustiva os topónimos do bairro, listámos cerca de cento e cinquenta, que agrupámos em sete categorias: relacionados com religião, com acidentes geográficos e meteorológicos, com profissões, com nomes e alcunhas, com animais, com árvores e outras plantas, com especificidades das quintas (construções, monumentos, entre outras). Nesta variedade toponímica, surgem alguns vocábulos para os quais não encontramos qualquer registo

¹⁴ AAVV, *Convento do Espinheiro, memória e património*, Évora, SPPTH, 2006.

directo em dicionários e enciclopédias, por se tratar de nomes de origem popular, surgidos de forma espontânea.

O património que a comunidade dos Canaviais tem ao seu dispor, como constatámos a partir do estudo efectuado, em parte, corre o risco de perder-se. O problema agrava-se quando falamos nas questões ligadas ao património intangível e à consequente dificuldade em preservar as memórias mais significativas do grupo. Neste contexto, pensamos adequada a implementação do conceito de gestão do património como um conjunto de acções programadas com o objectivo de conseguir uma óptima conservação dos bens patrimoniais e um uso destes bens adequado às exigências sociais contemporâneas. A mobilização da população, através de acções realizadas no âmbito da educação patrimonial, e a divulgação do valor dos bens colectivos deverão ser armas postas ao serviço da salvaguarda porque “os agentes da degradação e da destruição do acervo histórico-artístico são numerosos e frequentemente difíceis de combater¹⁵.” Henrique Pais da Silva traduz de forma objectiva o perfil do cidadão comum defensor do seu património, acentuando a responsabilidade nesta matéria, dos cidadãos ligados à educação, os docentes das áreas da História e da Educação Visual:

“Ponderação, sensibilidade, experiência visual (...) espírito crítico apurado, sentido de serviço à comunidade, combatividade, iniciativa, espírito de sacrifício, ausência de avidez colecionista, de projecto de auto-promoção profissional ou de outra, de «intelectualista», de complexo de superioridade face à ignorância alheia – eis algumas qualidades requeridas para o cidadão em geral, e para o docente de História ou de Educação Visual em particular¹⁶(...)”

Finalmente, como reflexão final, importa dizer que a frequência do Curso de Mestrado em Estudos do Património abriu-nos novas perspectivas na forma como passaram a ser encaradas as questões patrimoniais. Consideramos que a sua salvaguarda requer não só a intervenção das autoridades mas, também, o empenhamento dos cidadãos que devem transformar os valores do património numa prática do seu quotidiano. Desta forma, o nosso contributo vai no sentido de que os valores

¹⁵ Josep Ballart Hernández e Jordi Juan i Tresserras, *Gestión del Património Cultural*, Barcelona, Ariel Patrimonio, 2001, p. 24.

¹⁶ Jorge Henrique Pais da Silva, *Pretérito Presente (Para uma teoria da preservação do Património Histórico-Artístico)*, Lisboa, Comissão Organizadora da Campanha Nacional para a Defesa do Património, 1980 p. 26.

patrimoniais sejam tornados acessíveis ao cidadão comum, podendo este ser um estudo a facultar às autarquias e às próprias escolas, para que assumam um papel mais activo no âmbito da educação patrimonial. De forma simples, com actividades interessantes e adequadas às várias faixas etárias, que podem ir dos pequenos passeios pedestres, passando por conferências informais *in situ*, ao reforço das sinaléticas, à colocação de placas explicativas nos locais de interesse, à criação de eco-percursos, de modo a que os bens patrimoniais locais sejam conhecidos, divulgados e estimados pela comunidade. A valorização do conceito património, junto das comunidades locais, concretamente junto da comunidade dos Canaviais, permitirá, no futuro, que o património local não continue a ser desprezado nem vandalizado e que a população se transforme no seu principal defensor.

BIBLIOGRAFIA

FONTES

ARQUIVO DA ASSOCIAÇÃO “CASA DO POVO DE CANAVIAIS”

Livros de Actas da Direcção da Federação das Casas do Povo do Distrito de Évora, 1963-1979.

Livros de Registos, 1963-1975.

Registos notariais relativos a bens da Sociedade Operária de Instrução e Recreio “A Educação do Povo”, 1910, 1915, 1921, 1928, 1929, 1930, 1942.

Ficheiro dos últimos sócios da Casa do Povo de Évora, 1979-1983.

Estatutos da Casa do Povo de Évora, Évora, Gráfica Eborense, 1944.

Estatutos da Sociedade Operaria de Instrução e Recreio «Educação do Povo», Évora, Minerva Comercial, 1928.

ARQUIVO DISTRITAL DE ÉVORA

Registos Notariais, Livros 1878 a 3616, 1880 – 1940.

Registos Paroquiais – baptismos - paróquia da Sé, livros nº 253 a 259, 1905 – 1911.

BIBLIOTECA E ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA

Notícias d'Évora, 1900 – 1920.

Plano Director Municipal, 11 de Abril de 1985.

Mapa da freguesia da Sé, Bairro dos Canaviais – data aproximada: década de 60.

Canaviais, levantamento aerofotogramétrico – data aproximada: década de noventa.

BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA

Notícias d'Évora, 1920 – 1940

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Recenseamento Geral da População, 1900, 1911, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960.

Mapa da Freguesia de Canaviais, Censos 2000.

DICIONÁRIOS E ENCICLOPÉDIAS

Dicionario da Língua Portuguesa, António Moraes da Silva, 2 tomos, Lisboa, Na Impressão Regia, 1831.

Dicionário da Língua Portuguesa, Cândido de Figueiredo, 10ª edição, Lisboa, Livraria Bertrand, 1949.

Dicionário da Língua Portuguesa, 6ª Edição, Porto, Porto Editora, 1985.

Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, da Academia das Ciências de Lisboa, 2 volumes, Lisboa, Editorial Verbo, 2001.

Dicionário de História de Portugal, dir. Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas, 1990.

Dicionário de História do Estado Novo, dir. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, s.l., Círculo de Leitores, 1996, 2 volumes.

Dicionário Enciclopédico das Freguesias, 4º volume, Matosinhos, Edições Asa, 1998.

Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa, Volumes I a III, José Pedro Machado, Lisboa, Editorial Confluência, [1986].

Elucidário das Palavras, Termos e Frases, Frei Joaquim de Santa Rosa Viterbo, 2ª edição, 2 tomos, Lisboa, Editor A. J. Fernandes Lopes, 1864.

Grande Dicionário da Língua Portuguesa, coord. José Pedro Machado, Lisboa, Círculo de Leitores, 1991.

Grande Dicionário Portuguez ou Thesouro da Lingua Portuguesa, Dr. Fr. Domingos Vieira, Porto, Editores E. Chardron E. Bartholomeu H. de Moraes, 1874.

Grande Enciclopédia do Conhecimento, s.l., Círculo de Leitores, s.d.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Vol. XXXVIII (Apêndice), Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, s.d.

Moderna Enciclopédia Universal, s.l., Círculo de Leitores, 1987.

Portugal – Dicionario Historico, Biographico, Bibliographico, Heraldico, Chorographico, Numismatico e Artistico, redigido por Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, vol. II, B-C, Lisboa, João Romano Torres Editor, 1906.

OBRAS GERAIS

GARCIA DE CORTAZAR, Jose Angel, *História Rural Medieval*, Lisboa, Editorial Estampa, 1983.

HISTÓRIA DE PORTUGAL, dir. José Hermano Saraiva, Lisboa, Publicações Alfa, 1985.

HISTÓRIA DE PORTUGAL, dirigida por João Medina, 15 volumes, Amadora, Clube Internacional do Livro, s.d.

LABOURDETTE, Jean-François, *História de Portugal*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2001.

SILBERT, Albert, *Le Portugal Méditerranéen à la Fin de l'Ancien Régime, XVIII^e – Début du XIX^e siècle*, 2^a ed. Vol. I, Lisboa, INIC, 1978.

OBRAS ESPECÍFICAS

Albergue Distrital de Mendicidade de Évora, *Relatório – Cinco anos de actividade*, Évora, [1949].

ALEGRIA, João Manuel, *As migrações pendulares de trabalho geradas por Évora – características e motivações*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 2004.

AMARAL, Luciano, «Alentejo: Ceres ou não Ceres» in *História*, nº 3, Dezembro de 1994, ano XVII (nova série), pp. 6-21.

_____, «Política agrária e cerealífera durante a 1ª República e o Estado Novo – O pão sempre Político» in *História*, nº 4, Janeiro de 1995, ano XVII (nova série), pp. 52-65.

_____, «Casas do Povo» in *Dicionário de História do Estado Novo*, direcção de Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, volume I, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, pp.132-133.

ANÍBAL, Alexandra Cabeçadas Arsénio Nunes, *A expansão da rede escolar do ensino primário durante o Estado Novo – uma política de voluntarismo minimalista*.
www.aps.pt/IVcong-actas/Acta086.pdf, (11 Abril 2007).

ARIMATEIA, Rui, «As Brincas - Manifestações Carnavalescas» in *O Giraldo*, nº 10, Évora, 10 de Março de 1987.

ARRANJA, Álvaro, «A revolta dos Marinheiros» in *História*, nº 91, Novembro de 2006, ano XXIX (III série), pp. 51-53.

CAPELA E SILVA, J. A., *Ganharias*, Lisboa, Imprensa Baroeth, 1939.

_____, *A Linguagem Rústica no concelho de Elvas*, Lisboa, Edição da Revista de Portugal, 1947.

CASTRO, Armando de, «A dinâmica económica desde 1910 até à década de 1960» in *História de Portugal*, dir. José Hermano Saraiva, Lisboa, Publicações Alfa, 1985, pp. 243-252.

COSTA, FERNANDO Marques da, «Sociedade e grupos sociais no período constitucional» in *História de Portugal*, dir. de José Hermano Saraiva, vol. 6, Lisboa, Publicações Alfa, 1985, pp. 167-208.

CUTILEIRO, José, *Ricos e Pobres no Alentejo*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1977.

FERREIRA, David, «Partido Republicano Português» in *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, dir. Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas, 1990, pp. 294-303.

FERREIRA, Maria Emília Cordeiro, «Epidemias» in *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, dir. Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas, 1990, pp. 406-408.

_____, «Recenseamentos» in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas, 1990, pp. 240-242.

FONSECA, Hélder Adegar, *O Alentejo no século XIX, economia e atitudes económicas*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1996.

FREIRE, Dulce, «A crise do vinho ou dar de comer a um milhão de portugueses» in *História*, nº 3, Dezembro de 1994, ano XVII (nova série), pp. 22-31.

_____, «Greves rurais e agitação camponesa» in *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, volume I, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, 404-406.

GALOPIM DE CARVALHO, A. M., *O Cheiro da Madeira*, Lisboa, Editorial Notícias, s.d.

_____, *O Preço da Borrega*, Lisboa, Editorial Notícias, s.d.

GONÇALVES, Luís da Cunha, *A vida rural do Alentejo*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922.

GRÁCIO, Rui, «Ensino Primário e Analfabetismo» in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, 1990, pp. 391-397.

Instituto Geográfico do Exército, *Carta Militar de Portugal, Continente*, Esc. 1/25.000, f. 449, 1968.

MATOS, Luís de, «Carnaval em Évora – Brincas. Enquadramento temporal das brincas» in *Actas do III Congresso do Alentejo*, Évora, pp. 1259-1262.

MELO, Daniel de, «Rapazote, António Manuel Gonçalves Ferreira», vol. II, in *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, p. 814.

MENDEIROS, J. Filipe, «Da “Liberalitas Júlia” Romana à Évora Mundial do séc. XXI, Centro de Saúde Mental de Évora» in *A Defesa*, 11 de Março de 1992, pp. 5-6.

Ministério das Corporações e da Previdência Social, *A reorganização das Casas do Povo e a previdência rural*, s/l, Junta da Acção Social, Editora Gráfica Portuguesa, 1969.

MÓNICA, Maria Filomena, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1978.

MONTE, Gil do, *O jornalismo Eborense (1846-1976)*, 2ª ed., Évora, Gráfica Eborense, 1978.

MORAIS, J. A. David de, *A Transumância de Gados Serranos e o Alentejo*, Évora, Câmara Municipal de Évora, 1998.

NETO, Maria de Lourdes Akola Meira do Carmo, «Demografia» in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, 1990, pp. 281-286.

PICÃO, José da Silva, *Através dos campos – usos e costumes agrícola-alentejanos*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1983.

PINTO, Maria de Fátima M. Martins, *Os indigentes na cidade de Lisboa durante o 1º terço do século XX: entre a assistência e a mendicância* (texto policopiado), Lisboa, se, 1995.

RAMOS, Francisco Martins e SILVA, Carlos Alberto da, *Tratado das Alcunhas Alentejanas*, 2ª edição, Lisboa, Edições Colibri, 2003.

RODRIGUES, Carlos Farinha «Assistência Social» in *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, volume I, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, pp. 70-73.

RODRIGUES, Fernanda, *Assistência Social e Políticas Sociais em Portugal*, Lisboa, Centro Editorial do ISSScoop, 1999.

SAA, Mário, *As grandes vias da Lusitânia: o itinerário de Antonino Pio*, Lisboa, Tipografia da Sociedade Astória, 1964.

SANTOS, Rui, «Configurações Espaciais Agrárias no Baixo Alentejo (Mértola, segunda metade do século XVIII)» in *Revista de História Económica e Social*, nº 20, Maio-Agosto, 1987, pp. 1-43.

Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, *Casas do Povo*, Lisboa, Junta Central das Casas do Povo, 1945.

SERRÃO, Joel, «Emigração» in *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, dir. Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas, 1990, pp. 363-373.

TERRA, Carolina, «Abordagem cultural do Fundamento – O Lavrador» in *Congresso sobre o Alentejo*, III volume, Évora, Edição da Associação de Municípios do distrito de Beja, 1985, pp. 1263-1342.

VALENTE, José Carlos, «A FNAT: das origens a 1941 – Estado Novo e a Alegria no Trabalho» in *História*, nº 6, Março de 1995, ano XVII (nova série), pp. 4-17.

_____, «Instituto Nacional do Trabalho e Previdência», vol. I, in *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, pp. 486-488.

VIEIRA, Alberto, *A Definição* (História Oral).

<http://alb.alberto.googlepages.com/historiaoral-teoria2> (1 Maio 2007).

VIEIRA, José, «No Carnaval... As “Brincas”» in *Animação Sociocultural & Juventude*, Fevereiro de 2005.

<http://anijovem.blogspot.com> (19 Nov. 2007).

ESTUDOS SOBRE ÉVORA

AAVV, *Convento do Espinheiro, memória e património*, Évora, SPPTH, 2006.

ALMEIDA, Carmen, *Évora – Objectos Melancólicos*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2005.

ALMEIDA, J. C. Ferreira de, «Évora: Bairro clandestino dos Canaviais quanto custa a recuperação» in *Poder Local*, nº 5, Janeiro/Fevereiro 1978, pp. 33-36.

BARATA, Filipe Themudo e MASCARENHAS, José Manuel de, *Preservando a memória do território – O Parque Cultural da Tourega/Valverde*, Évora, Edição Centro de Estudos de Ecossistemas Mediterrânicos, 2002.

_____, «O Território de Eborá, e a Organização e Ordenamento da Paisagem Envolvente» in *Paisagens Arqueológicas a Oeste de Évora*, Coordenação de Panagiotis Sarantopoulos, Évora, Câmara Municipal de Évora, 1997, pp.61-72.

BEIRANTE, Maria Ângela Godinho Vieira da Rocha, *Évora na Idade Média*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1988, (Dissertação de doutoramento policopiada).

_____, «O vínculo cidade-campo na Évora quinhentista» in *A cidade de Évora*, II série, nº 6, 2002-2006, pp. 87-95.

BERNARDO, Maria Ana Rodrigues, *Sociabilidade e práticas de distinção em Évora na segunda metade do século XIX. O Círculo Eborense*, Évora, Universidade de Évora, 1992 (Provas de capacidade científica e aptidão pedagógica – policopiada).

BILOU, Francisco, *O Sistema Viário Antigo na Região de Évora*, s.l., Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, 2004.

Câmara Municipal de Évora, *Guia Turístico do Concelho de Évora*, Évora, 2005.

CARVALHO, Jorge, *Évora, Administração urbanística*, Évora, Câmara Municipal de Évora, [1990].

CONDE, Maria Antónia Marques Fialho Costa, *Mosteiro de S. Bento de Cástris (Évora): Bases para uma proposta de valorização histórico-arquitectónica* (Dissertação

de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico), Évora, Universidade de Évora, 1995.

ESPANCA, Túlio, *Património Artístico do Concelho de Évora*, Évora, Câmara Municipal de Évora, 1957.

_____, *Inventário Artístico de Portugal, concelho de Évora*, Lisboa, Academia Nacional de Belas – Artes, 1966.

_____, *Évora*, Lisboa, Editorial Presença, 1993.

FONSECA, Teresa, *Absolutismo e Municipalismo – Évora 1750-1820*, Lisboa, Edições Colibri, 2002.

FRANCO, Padre António, *Évora Ilustrada*, Évora, Edições Nazareth, 1945.

GASPAR, Jorge, *A Área de Influência de Évora – sistema de funções e lugares centrais*, Lisboa, INIC, 1981.

GRILO, Maria Ludovina, «O Concelho de Évora nas memórias paroquiais de 1758 (conclusão)» in *A Cidade de Évora*, 1994-95, II série, nº 1, Câmara Municipal de Évora, pp. 89-156.

LEISNER, Georg, «Antas dos arredores de Évora» in *A Cidade de Évora*, nº 15-16, Ano VI, Câmara Municipal de Évora, 1948, pp. 3-40.

MONIZ, Manuel Carvalho, «Os subúrbios de Évora nos princípios do século XIX» in *Revista de Guimarães*, vol. 105, 1995, pp. 219-250.

_____, *Dominicais Eboreses*, Évora, Câmara Municipal de Évora, 1999.

PEREIRA, Gabriel, *Estudos Eboreses*, 3 volumes, Évora, Edições Nazareth, 1948.

ROSA, João, *Iconografia Artística Eborense*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1926.

SILVEIRA, Luís Espinha da, «Venda de bens nacionais, estrutura da propriedade e estrutura social na região de Évora na primeira metade do século XIX» in *Análise Social*, vol. XXVI (112-113), 1991 (3º-4º), pp. 585-612.

SIMPLÍCIO, Maria Domingas V. M., *Evolução e morfologia do espaço urbano de Évora*, Évora, Universidade de Évora, 1997, (tese de doutoramento policopiada).

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, *A propriedade das Albergarias de Évora nos finais da Idade Média*, Lisboa, INIC, 1990.

ESTUDOS SOBRE HISTÓRIA URBANA

AAVV, *Colectânea de Estudos – Universo Urbanístico Português – 1415 – 1822*, Lisboa, CNPCDP, 1998.

ÁLVARES MORA, Alfonso, “La necesaria componente espacial en la Historia Urbana”, in *Ayer, La Historia Urbana*, Carlos Sambrício ed., nº. 23, 1996, pp. 29-59.

BRIGNARDELLO, Andres, “La memoria de los barrios” – *Una experiência de reconstrucción de historia local en Viña del Mar*.

<http://arpa.ucv.cl/archivum4/historia%20vi%20F1%20del%20mar/la%20memoria%20de%20los%20barrios%20a.brignardello.pdf> (1 Maio 2007).

CAEIRO, Elsa Maria Moreira, *Estudo comparativo de conjuntos urbanos situados na área de influência de Évora*, Évora, Universidade de Évora, 1995 (Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arqueológico e Paisagístico).

CHUECA GOITIA, *Breve História do Urbanismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1982.

COSTA, Adelaide Pereira Millan da, *Projecção Espacial de Domínios. Das relações de poder ao burgo portuense (1385-1502)*, Lisboa, Universidade Aberta, 1999 (Tese de doutoramento, policopiada).

LYNCH, Kevin, *A Imagem da Cidade*, Lisboa, Edições 70, 2003.

MARQUES, A. H. de Oliveira, «Introdução à história da cidade medieval portuguesa» e «As cidades medievais portuguesas (Algumas bases metodológicas gerais)», in *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, pp. 13-67.

MARQUES, A. H. de Oliveira, GONÇALVES, Iria e ANDRADE, Amélia Aguiar, *Atlas das Cidades Medievais Portuguesas*, Lisboa, INIC, 1990.

MATTOSO, José, «Introdução à história urbana: a cidade e o poder» in *Cidade e História*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1992, pp. 9-20.

PINHEIRO, Magda, «Crescimento e modernização das cidades no Portugal oitocentista» in *Ler História*, 20 (1990), pp. 79-107.

ROSSA, Walter, «Cidade (a) portuguesa», in *História da Arte Portuguesa*, dir. Paulo Pereira, Lisboa, Circulo de Leitores, vol. 3, 1995, pp. 233-323.

TEIXEIRA, Manuel C., «A História Urbana em Portugal. Desenvolvimentos Recentes» in *Análise Social*, vol. XXVIII (121), 1993, pp. 371-390.

<http://urban.iscte.pt/revista/numero1/MT2.htm> (1 Maio 2007).

ESTUDOS SOBRE PATRIMÓNIO

AUDRERIE, Dominique, *Questions sur le Patrimoine*, Bordeaux, Éditions Confluences, 2003.

BALLART HERNÁNDEZ, Josep e TRESSERRAS, Jordi Juan i, *Gestión del Patrimonio Cultural*, Barcelona, Ariel Patrimonio, 2001, pp. 11-30.

CHOAY, Françoise, *A Alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70, 2000.

DAVALLON, Jean, MICOUD, André e TARDY, Cécile, «Vers une évolution de la notion de patrimoine? – Réflexions à propos du patrimoine rural» in *L'Esprit des Lieux – Le Patrimoine et la Cité*, Deuxième partie, sous la direction de Daniel J. Grange et Dominique Poulot, Grenoble, PUG, 1997, pp. 195-205.

GONZÁLEZ-VARAS, Ignacio, *Conservación de Bienes Culturales – teoría, historia, principios y normas*, Madrid, Ediciones Cátedra, 1999, pp. 23-43.

RÉAU, Louis, *Histoire du Vandalisme*, Paris, Robert Laffont, 1994.

ROBINE, Nicole, «Des usages du mot» in *L'Alchimie du Patrimoine – discours et politiques*, dir. d'Yvon Lamy, Talence, Editions de la Maison des Sciences de l'Homme d'Aquitaine, 1996, pp. 43-55.

SILVA, Jorge Henrique Pais da, *Pretérito Presente (Para uma teoria da preservação do Património Histórico-Artístico)*, Lisboa, Comissão Organizadora da Campanha Nacional para a Defesa do Património, 1980, pp. 23-28.

ESTUDOS SOBRE MEMÓRIA COLECTIVA

CUESTA BUSTILLO, Josefina, «Memoria e Historia» apud Juan Sánchez González, *Sobre la memoria. El pasado presente en los medios de comunicación*, *Revista Electrónica «Historia Actual on -line»*, Año II, nº 4, Primavera 2004. www.hapress.com/prn.php?tp=48.

CANDAU, Joel, *Mémoire e Identité*, Paris, Presses Universitaires de France, 1998.

_____, *Anthropologie de la mémoire*, Paris, Presses Universitaires de France, 1998.

CASTELS, Manuel, «O poder da identidade» in *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, volume II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, pp. 1-82.

FENTRESS, James e WICKHAM, Chris, *Memória Social – Novas perspectivas sobre o passado*, Lisboa, Teorema, 1992.

JOÃO, Maria Isabel, «Memória e História: os problemas e o método» in Maria Beatriz Rocha-Trindade e Maria Christina Siqueira de Souza Campos (organizadoras), *História, memória e Imagens nas Migrações: Abordagens metodológicas*, Oeiras, Celta, 2005, pp. 1-11.

_____, «Memória, História e Educação» in *Noroeste. Revista de História*, nº 1, Universidade do Minho, 2005, pp. 81-100.

LE GOFF, Jacques, «Memória» in *Enciclopédia Einaudi*, s.l., Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, pp. 11-50.

NORA, «Memória Colectiva» in *A Nova História*, dirigida por Jacques Le Goff e outros, Coimbra, Almedina, s.d, pp. 451-454.

SÁNCHEZ GONZÁLEZ, Juan, Sobre la memoria. El pasado presente en los medios de comunicación, *Revista Electrónica «Historia Actual on – line»*, Ano II, nº 4, Primavera 2004, pp. 1-14.

www.hapress.com/prn.php?tp=48 (8 Maio 2005).

SOBRAL, José Manuel, «Memória e identidades sociais – dados de um estudo de caso num espaço rural» in *Análise Social*, vol. XXX (131-132), 1995 (2º-3º), pp. 289-313.

SÍTIOS INSTITUCIONAIS

Associação Nacional de Freguesias, Concelho de Évora.
www.minhaterra.com.pt, projectoFaz 2001/2003, (26 Nov. 2007).

Câmara Municipal de Évora.
www.cm-evora.pt

Centro de Estudos de Sociourbanismo, Universidade Lusófona, 29/11/2006.
<http://território-cultura.net> (19 Nov. 2007).

Direcção Regional de Educação do Norte, Escolas – Parque Escolar 2006/2007.
www.dren.min-edu.pt/docs/2007 (19 Nov. 2007).

Instituto Português do Património Arquitectónico, 2007.
www.ippar.pt/pls/dippar/ippar_home (12 Dez. 2007).

Junta de Freguesia de Canaviais, 2007.
www.evora.net/jfcanaviais.pt (19 Nov. 2007).

Ministério da Administração Interna.
www.mai.gov.pt (4 Junho 2007).

Polícia de Segurança Pública – *Origem, evolução e actual missão*.
www.psp.pt/psp/PlanoActividades/Plano_act2005/HistoriaDaPSP.pdf (4 Junho 2007).

METODOLOGIA

ECO, Humberto, *Como se faz uma tese em Ciências Humanas e Sociais*, 2ª edição, Lisboa, Editorial Presença, 1982.

FISHER, David & HANSTOCK, Terry, *Citing References*, Nottingham, Nottingham Trent University, 1998.

WALKER, Janice R. e TAYLOR, Todd, *The Columbia Guide to Online Style*, 2nd Edition (Columbia UP, 2006).

<http://www.columbia.edu/cu/cup/cgos2006/basic.html> (25 Jan. 2008).

ANEXOS

NOTÍCIAS D'ÉVORA ¹**Nº 820, 18 de Junho de 1903, p. 3**

Foro pertencente à Misericórdia de Évora

“...um terreno que foi vinha, com trinta oliveiras, e que hoje chamam um quartel, antigamente ao Cannavial anexo à quinta da Queimada e hoje situado na Guarda do Espinheiro, anexo à mencionada quinta (...) medindo 152,m35 de comprido por 14,m85 de largo; confronta do norte com a estrada que vae para a herdade do Paço de Entre as Vinhas, do nascente com terras de D. Rita Tormenta e do emphyteuta, Manoel Lopes Marçal (P. 931, L. 15)- réis 64\$500.”

Nº 9830, 22 de Setembro de 1933, p. 2

“Sociedade Operária de Instrução e Recreio (Canaviais)

No próximo domingo realiza-se nesta florescente sociedade, subúrbios desta cidade, um espectáculo promovido pelo grupo cénico da Sociedade Recreativa e Dramatica «Barbosa du Bocage». (...) A seguir ao espectáculo o mesmo grupo cenico realiza ali um baile que dedica aos sócios da referida sociedade, para o qual ofereceu a sua orquestra-jazz para o abrilhantar.”

Nº 10328, 23 de Maio de 1935, p.1

“Sociedade «Educação do Povo»

Nesta colectividade de instrução e recreio, sita no bairro dos Canaviais, vai realizar-se na 5ª feira de Ascensão um baile familiar para o qual recebemos convite que agradecemos.”

¹ Os exemplares do jornal *Notícias d'Évora* podem ser consultados na Biblioteca Pública de Évora e no Arquivo da Câmara Municipal de Évora, sendo que, este último, apenas possui os números desde a fundação até ao ano de 1920.

10 XXVI

Numero avulso 30 centavos

N.º 7.434

LEI DO PISCO
Recipien
 qualquer quantidade inferior
 a 500 esc. a cada hecto litro
 5 a 5000 esc. 200
 mais de 5000 esc. a por
 oco sempre mencionando
 para mais em centavos.

Correios
 rta, cada 20 gr. 20
 letta postea. 25
 pressa, cada 20 gr. 15
 cartas 15
 mes 100

Telegrafos
 legemas simples,
 cada palavra. 20
 legemas urgentes,
 cada palavra. 30

Noticias d'Evora

DIARIO DA MANHÁ

Director, editor e proprietario -- Carlos Maria Pinto Pedrosa

Redacção e administração: Rua do Relvado, 41, 43 e 45
 Sede do banco do jornal: Rua do . . . 41

Officinas de composição e impressão: Rua dos Touros 2, 4 e 6
EVORA

--*-- INSTALAÇÕES PROPRIAS -- (Predio todo) -- MAQUINAS MOVIDAS A ELECTRICIDADE --*--

1925
 Outubro
10
 SABADO
 1846 -- Contra-
 revolução no Por-
 to, sendo preso o
 duque de Terceira.

Ainda as festas no Espinheiro

Como já aqui dissémos no nosso numero de quarta-feira, as festas do Espinheiro estiveram muito concorridas, não havendo qualquer nota desagradavel a registar, apesar de se ter feito a procissão com toda a pompa, que deu uma larga volta pelos campos circunvisinhos.

Varios devotos ofereceram fogaças de grande valor, algumas d'elas originaes, destacando-se d'entre estas, uma enorme fogaça em forma de *andor* (e tanto assim que até tomou parte na procissão, constituindo a admiração de toda a gente) que era adornada com uma grande diversidade de bolos, garrafas de vinho, coelhos, amendoas, bolachas, cigarros, etc.

Como não houvesse quem lançasse no *andor*, foram os seus adornos vendidos em praça por lotes, produzindo ainda assim, uma receita superior a 200 escudos.

Pede-nos a comissão promotora das festas, que por meio do jornal, e em seu nome, agradeçamos a todas as pessoas que a auxiliou por qualquer forma a levar a bom termo o seu empreendimento, agradecendo em especial ao sr. Joaquim da Silva Marques e sua esposa D. Conceição de Jesus, residentes e proprietarios da Quinta da Pintasilga, no Bairro do Espinheiro, que foram os ofertantes da fogaça a que acima aludimos.

Consta-nos que ha grande entusiasmo entre a comissão promotora das festas e os moradores do Bairro, em tornar a fazer novos festejos para o ano, com maior pompa e brilhantismo, sendo possivel, falando-se já em iluminar o recinto por meio de luz electrica.

Oxalá que não desfaleçam, que nós teremos todo o prazer em lhe fazer todo o reclamo que seja necessario.

ANO 48.º TELEF. 848 N.º 14372

NUMERO AVULSO OITENTA CENTAVOS

AVERÇA

CALENDARIO DE AGOSTO

D	1	8152220
S	2	9162330
T	3	10172431
Q	4	111825
Q	5	121926
S	6	132027
S	7	142128

ASSINATURAS:
Em Evora, cada mes 2400
Para fora, " " 1100
Annuo 24000

Noticias d'Evora

Redacção e Administração
RUA DO RAIMUNDO, 41 E 43

OFFINAS DE COMPOZIÇÃO E
IMPRESSÃO
RUA DOS TOUROS, 6

Teleg.: Noticias Evora—Evora

DIÁRIO REGIONALISTA DA MANHÃ

DIRECTOR, EDITOR E ADMINISTRADOR
JORQUIM DOS SANTOS REIS

O diário está sujeito de Alameda Filada ao Grémio N. Imprensa Diaria INVALIAÇÃO PRIVATIVAS

Propriedade de CARLOS MARIA FORTO PEDROSA (HERDEIROS) LIMITADA

Este numero foi enviado pela Casaca

1948 AGOSTO

24

TERÇA FEIRA

O 6.º aniversário da Casa do Povo de Evora

Commemorando o 6.º aniversário da fundação da Casa do Povo de Evora, realizou-se anteriormente na sua sede aos Canaviais, suburbios desta cidade, uma sessão solene a que presidiu o sr. Eduardo Machado Pinto, no impedimento do Delegado do I. N. T. e P. sr. dr. Bento Caldas, sendo secretariado pelo sr. dr. Santos Mata, representante do Município Eborense e Anibal Inocencio Esturrao, presidente da Direcção da Casa do Povo de Evora.

Ao abrir a sessão, usou da palavra o sr. Esturrao que depois de saudar a assistencia e de se esplanar em varias considerações, disse que a Casa do Povo de Evora, durante os seus 6 anos de existencia, gastou com os seus sócios em assistencia médica 200.661\$25, em subsidios por doença 98 190\$00, em subsidios de invalidez 169 900\$00, e medicamentos 95 588\$50, o que perfaz 564.339\$75, tendo-se ainda pago subsidios por morte, por casamento e por nascimento de filhos.

A despesa total, que se fez com subsidios, despesa com empregados, compra de mobílias, reparações no edificio, rendas de casa, artigos de expediente, etc., etc., somam 1.061.233\$34.

A Casa do Povo recebeu já do

A Casa do Povo recebeu já do Governo, por intermedio da Junta Central, a importância de 161 990\$00, mais de 10 % da despesa total.

Disse esperar ver concluido o edificio da Delegação da Casa do Povo na Graça do Divôr, que custa a sua construção 202 800\$00, sendo a obra comparticipada pelo Governo, tendo o sr. Manuel Dias Descalço, oferecido 50 000\$00.

Espera ver muito breve transformadas em realidade a Biblioteca e o Museu Rural, o grupo coral, cénico e musical, para os quais muito tem trabalhado o sr. dr. Bento Caldas, delegado do I. N. T. P.

Seguiu-se no uso da palavra, o sr. dr. Santos Mata, que felicitou a Casa do Povo pela passagem do seu aniversario e congratulou-se por saber o bom entendimento que existe entre o lavrador e o trabalhador.

Por ultimo, o sr. Machado Pinto, em nome do sr. dr. Bento Caldas, encerrou a sessão, dirigindo algumas palavras aos trabalhadores, pondo em foco a utilidade das Casas do Povo.

Seguiu-se um festival desportivo que constou de corridas de bicicletas, corridas de sacos, cavalhadas e á noite baile ao ar livre.

QUADRO XIII²

VALOR DAS RENDAS

Datas	Tipo de propriedade	Valor das rendas	
		Em dinheiro	Em géneros
1901	quinta e quartel	50 mil réis	-----
1904		20 mil réis	-----
1907	quinta e 2 quartéis	40 mil réis	-----
1923		750 escudos	-----
1907	quinta	81 mil réis	-----
1908	quinta	63 mil réis	-----
1910	quinta	90 mil réis	-----
1911	5 quintas, 5 quartéis e uma courela (conjunto)	150 mil réis	120 kg de uva (4 mil réis)
1919		150 escudos	30 kg de azeitona (1 200 réis)
1921		300 escudos	120 kg de uva (4 mil réis) 30 kg de azeitona (1\$20)
			120 kg de uva (8\$00) 50 kg de azeitona (5\$00)
1912	quinta	117 mil réis	
1912		200 mil réis	
1914		260 escudos	
1919		260 escudos	-----
1924		120 escudos	
1925		100 escudos	
1912	quinta	80 mil réis	-----
1915		80 mil réis	-----
1914	4 quartéis	70 escudos	-----
1915	quinta e quartel	280 escudos	-----
1916	quinta e courela	60 escudos	-----
1917	quinta	70 escudos	-----
1917	ferragial	30 escudos	-----
1917	quinta	100 escudos	-----
1921		200 escudos	-----
1918	quinta	40 escudos	-----
1918	quinta, 3 quartéis, 2 courelas	115 escudos	30 kg de azeitona bical (1\$00) 15 kg de uva formosa (1\$00)
1918	quinta e quartel	70 escudos	45 kg de azeitona 30 kg de uva
1919	quinta	180 escudos	-----
1922		200 escudos	-----
1919	quinta	130 escudos	-----
1919	courela	40 escudos anuais	7,5 kg de azeitona (50 centavos)
1925		50 escudos anuais	7,5 kg de azeitona (5 escudos)
1919	quinta	100 escudos	-----

² ADE, Registos Notariais, 1880-1940.

1920	duas quintas	Mil escudos	60 kg de azeitona 30 kg de uva (8 escudos anuais)
1921	quinta	300 escudos anuais	30 kg de azeitona (1, 60 escudos)
1924		500 escudos	90 kg de uva (6 escudos) 30 kg de azeitona 90 kg de uva (120 escudos)
1922	courela	20 escudos	30 kg de azeitona bical 30 kg de azeitona galega 60 litros de azeite (120\$00 no total)
1922	quinta, 2 quartéis	200 escudos	-----
1923	quinta e quartel	200 escudos	72,5 litros de trigo (72\$50) 10 litros de azeite (35\$00) 15 kg de azeitona galega 15 kg de azeitona bical (10\$00 à azeitona)
1923	quinta e quartel	50 escudos	-----
1924	quinta	-----	450 litros de trigo 80 litros de azeite 60 kg de uva 45 kg de azeitona 150 kg de batata 75 kg de cebola produtos da horta duas vezes por semana e fruta nas épocas próprias
1924	quinta	500 escudos anuais	-----
1924	quartel	70 escudos	-----
1924	quinta	-----	500 kg de trigo mole 75 kg de uva 15 kg de azeitona bical 60 kg de azeitona galega
1924	quinta	-----	500 kg de trigo 50 litros de azeite 45 kg de azeitona galega 30 kg de azeitona bical 100 marmelos
1924	quinta	4 500 escudos	150 litros de trigo dez decas de azeite fino 450 kg de batata 180 kg de azeitona
1925	quinta	400 escudos	15 kg de uva 15 kg de azeitona

QUADRO XIV³
PROPRIEDADES IDENTIFICADAS NA ÁREA DO BAIRRO DOS CANAVIAIS

LOCALIZAÇÃO GERAL	PROPRIEDADES IDENTIFICADAS
1 - Guarda do Alpedriche ou Charrua - guarda de Pantoja e Alpedriche	Quinta do Alpedriche, quinta dos Altos, quinta do Charrua, tapada do Alpedriche, quinta dos Arcos, quinta do Aguilhão, quinta da Tormenta, quinta do Boticário, quinta da Pantoja, quinta da Panasqueira, quinta do Monteiro, quinta do Fontes, quinta do Pio, quinta da Albardeira, quinta do Charrua de Cima, quintinha do Alpedriche, quinta dos Altos de Bombeja, três ferragiais unidos, quatro courelas, um quartel
2 - Guarda do Canavial	Quinta de Joana Godinho, propriedade de Ana Joaquina do Carmo Campos, quinta do Canavial, quinta da Courinha, quinta do Guedes, quinta do Canavial (de dentro), quinta dos herdeiros do padre Abrantes, quinta Nova do Canavial também conhecida por Panasqueira, quinta do Chalrite, nove courelas, dois quartéis
3 - Guarda da Carne Azeda	Quinta da Chã, quintinha de José Lourenço, quinta da Galinha de José Berlim, quinta da Parteira, quinta de S. Domingos, quinta da Carne Azeda, quinta da Nora, quinta do Escrivão, quinta de Guarda Cachaços, quinta do Barradas, duas courelas, cinco quartéis
4 - Guarda das Cinco Cepas	Quinta das Cinco Cepas, quinta Nova das Cinco Cepas, quinta de Manuel José Ferro, quinta da Marchanta, quinta das Atafonas, quinta de Santo António, quinta do Mestrinho, quinta do Rolim, quinta Nova, quinta do Moleiro, quinta da viúva de José Martins, dois bocados de terra, dez quartéis, um ferragial, uma courela
5 - Guarda da Cravelinha	Quintas da Cravelinha de Fora e Cravelinha de Dentro ou do Prior, quinta do Velez, quinta das herdeiras de Manuel Joaquim Telles e padre Estevam Vieira, quinta de António Joaquim, quatro courelas, quatro quartéis
6 - Guarda das Cruzadas	Quinta da Cigana, quinta da Eufrosina, quinta da Boa Esperança, quinta da Anta, quinta das Cruzadas, quinta da Chamбуina, quinta da Bem Espera, quinta do Papa Gallo, quinta do Mattozo, quinta do Pinheiro, quinta do Fonin, quinta do lavrador da Chamboa, quinta das Carvoeiras ou quinta da Branca, propriedade do Conde da Serra da Tourega, doze quartéis, quatro courelas
7 - Guarda do Espinheiro	Quinta da Ponte Quebrada, quinta da Taleiga, quinta do Espinheiro, quinta do Cartaxo, quinta dos herdeiros de António Jacintho de Brito (lavrador), quinta do Dr. Balthazar, quinta Nova do Espinheiro, quinta da Senhora da Piedade, Vila Amélia (Quinta da Pintassilga), prédio

³ Fonte: ADE - 1880 - 1940 – Registos Notariais.

	rústico ou quinta, quinta de São Pedro e Abade, quinta da Bufarda, quinta da Gandua, horta das Oliveiras, quatro ferragiais, sete quartéis, uma courela
8 - Guarda das Ferrenhas	Quinta do Carrasco, quinta das Marrecas, quinta das Freiras, seis quartéis
9 - Guarda do Gouvêa	Quinta da Cerieira, quinta de José Trepecello, quinta do Patacas, quinta da Cabeça da Guarda do Gouveia, quinta da Machoca, quinta das Faias, quinta do Mendes, quinta da Carapuceira, quinta da Ordem Terceira, quinta dos herdeiros de Francisco de Mira, quinta Nova de João António Caixa, quinta de dona Anna Coelho Villas Boas, cinco quartéis, duas courelas
10 - Guarda da Lage	Quinta da Lage, quinta dos Bezouros ou Ourives, quinta da Linguixa, quinta do Maranhão, quinta de Santo António, quinta Nova do Alcântara, quinta de S. Pedro (do Cerieiro), quinta do Padre Joaquim António da Fonseca, quinta das Salvadas, sete quartéis, cinco courelas
11 - Guarda da Pedra da Albarda	Quinta da Albardeira de Cima, quinta da Albardeira de Baixo, quinta da Marchanta, quinta Nova das Almas, quinta da Pedra da Albarda, quinta do Pio, quinta do Lagarto, quinta da Caldeireira, quinta das Cabras, quinta do Carvalho, dois quartéis, duas courelas, dois ferragiais
12 - Guarda dos Quatro-olhos	Quinta do Patão, quinta dos quatro-olhos, quinta do Lemos, dois quartéis
13 - Guarda da Queimada	Quinta de Santo António, quinta do Rabecão, quinta do Alcântara, quinta do Queimado, seis quartéis, uma courela e um ferragial
14 - Guarda das Salvadas	Quinta do Sabino ou do Canavial, quinta do Alcântara, quinta de Sebasteão José Annes, quinta do Turco ou da Turca, quinta do Area, ou Mija na Areia, uma courela, dois quartéis
15 - Guarda do portado de Valle Flores	Quinta da Dona Helena, quinta do Pintor, quinta da Amendoeira, quinta de Manuel Marques, quinta dos herdeiros de António Cabrera, quintinha da Ponte Quebrada, quinta de Júlio de Moraes, quinta de Idália Queiroga, quinta do Avis, três quartéis, um ferragial e uma courela

QUESTIONÁRIO

NOME.....

Idade..... Onde nasceu?Quando veio viver para este bairro?.....

Vivia numa quinta ou na zona urbana do bairro?.....

Actividade e local onde trabalhava.....

Tem memória, ou alguma vez ouviu dizer:

- em que local se construíram as primeiras casas do bairro e como se chamava no início?
- por que motivo se chama agora Canaviais?
- como se chamava a sociedade anterior à Casa do Povo? Quem é que a criou e porquê? Que actividades desenvolvia? Por que foi substituída pela Casa do Povo?
- como é que as pessoas se deslocavam do bairro para a cidade? Como faziam, p.e., os funerais?
- quando surgiu a primeira escola e onde funcionava?
- quando foi criado o Albergue? Que terá levado a que o tenham criado aqui no bairro?
- onde é que as pessoas do bairro iam à missa? Quando é que passaram a ter igreja mais perto? Lembra-se do caminho da missa?
- que festas se realizavam?

Seleccionámos apenas excertos de algumas entrevistas, a fim de justificar algumas afirmações feitas. Escolhemos o testemunho de António Rodrigues da Conceição, com 91 anos, nascido em 1916, em Pombal, residente no Alentejo desde 1927, por ter sido Mestre de Brincas.

- *Quando aqui chegou viu logo umas Brincas sobre “A vida do marquês de Pombal” – ficou todo contente pois vinha de Pombal. As Brincas eram uma crítica, por exemplo, à subida do pão, em 1927, das quais ainda se lembra de uma décima:*

*“Eu fui ali à rua Ancha
A casa do meu padeiro
Saiu-me de lá aquele pantomineiro
Com uma grandessíssima pança
Mas se eu levo a minha lança
Eu tirava-lhe o piar
Qu’ é p’ra s’ ele não ir gabar
Aqueles que ali vão
Mas lá tive que deixar
Dois mil réis por cada pão.”*

Ou ao preço da carne:

*“Cá venho eu visitar os cavadinhas
São baratas as sardinhas?
A dez réis e a pataco
Mas carne de porco a seis mil réis
«Há-dem-na» ver por um buraco...”*

Quem fazia os versos era o Marcelino dos Rebuçados (fazia rebuçados para vender) que não sabia ler nem escrever. Ele ditava e o António Roberto ou o Abel Vargas escreviam. Nestas Brincas de 1927 participavam, como Mestre, o Felisberto do Moleiro, o Joaquim Esturrado e o António do Moleiro, doutros nomes não se recorda. No seu tempo de Mestre, por volta de 1940, no Degebe, aqui, nos Canaviais, foram mestres o Adelino do Guarda-Cachaços, o Herodes, o Valentim do Estêvão, o Anibal Esturrado, o Primo Esturrado, entre outros. Alugavam fatos na cidade, principalmente quando o fundamento pertencia à História. Quando apresentaram a princesa Magalona, iam todos com fatos alugados, muito bonitos. No fim não havia peditório, como fazem agora, andava tudo de borla, até a música. Punham fitas e flores de papel,

nos ombros (trocadas) e nos chapéus. Na quinta da Rafaela chegavam a juntar-se três ou quatro Brincadeiras: Louredo, Degebe, Canaviais e porta de Avis.

Relativamente à Sociedade Operária de Instrução e Recreio «Educação do Povo» seleccionámos Francisca Esturrada, com 85 anos, nascida em 1923, na quinta da Cereira, filha de um dos fundadores e por ter assistido ao seu encerramento pelo Dr. Rapazote.

- O pai, Joaquim Esturrado foi um dos fundadores. O pai ia com o macho e a mula carregar tijolos para ajudar na construção. Só fizeram uma casa, com o palco no sítio onde está agora. Tinha o bufete, não tinha casa de banho. A sala tinha um buraco, onde se enterrava o Entrudo, em 3ª feira de Carnaval. Chegou o Dr. Rapazote e lacrou a porta, não se lembra em que ano, mas assistiu, era miúda.

O testemunho de António Rosmaninho, 81 anos, nascido em 1927, na quinta da Estieira, Louredo, defensor da Sociedade Operária, opositor a manter o nome de Casa do Povo na Associação criada no bairro no ano 2000, em virtude de o mesmo ser conotado com um organismo repressivo do Estado Novo.

- Sociedade da Pêra - talvez porque as pessoas se reuniam debaixo das árvores, antes de a casa ser construída e, como isto aqui eram umas courelas, é provável que fossem árvores de fruto, pereiras. As pessoas juntaram-se para fazer a obra, cada um contribuía com o que podia; uns emprestavam as carroças para carregar coisas, outras ajudavam a fazer o lambás. Abriram-se buracos, aqui à roda para tirar o barro para fazer o tijolo, havia telheiros espalhados à volta da casa. “Foi tudo feito com um bocadinho de cada um.” Em 15 de Fevereiro de 1941, passou o ciclone e levou o telhado, só ficaram as paredes – a casa tinha grandes janelões. Nesta altura já estava a porta lacrada, a mandado do Rapazote.



Co. g. 6548

Albergue Distrital de Mendicidade
de Évora

RELATÓRIO

Em 14 de Dezembro de 1944 sob a presidência do Capitão de Cavalaria João Evangelista Garcia Duarte da Silveira, Comandante Distrital da Polícia de Segurança Pública de Évora e, por força do disposto no art. 12.º do Decreto-lei n.º 30.389 de 20 de Abril de 1940, Presidente da Comissão Administrativa do Albergue Distrital de Mendicidade de Évora, reuniu a Comissão Administrativa constituída então pelos Ex.ªs Senhores Dr. Manuel Lopes Marçal e Augusto Ferreira e, deliberado ficou, iniciar-se a acção imediata no sentido de tornar realidade o Albergue Distrital de Mendicidade criado pelo Decreto-lei n.º 30.389 de 20 de Abril de 1940.

Vão passados cinco anos e oportuno é, que, através de mapas demonstrativos se mostre claramente ao público o valor do esforço dispendido; o valor do interesse e acção do Governo do Estado Novo; o valor do auxílio particular e, o rendimento sério da Instituição, que, desde 6 de Março de 1948, é dirigida pela Comissão Administrativa, que este subscrive.

Ano de 1945

R E C E I T A		D E S P E S A	
Designação das receitas		Designação das Despesas	
	Importância		Importância
Saldo transportado da gerência anterior.	108.668\$55	Despesas pagas em conformidade com o disposto na alínea a) do art.º 12.º do Dec. lei n.º 31.666	36.981\$52
Receita própria n.º 6 do art.º 15.º do Decreto lei n.º 30.589 de 20 de Abril de 1940.	26.209\$95	Despesas do Albergue Disrital	
Donativos diversos	370\$00	Aquisição de artigos de expediente	4.960\$86
§ 1.º do art.º 12.º do Dec. lei n.º 31.666	2.797\$00	Aquisição de roupas.	6.109\$85
N.º 4.º do art.º 13.º do Dec. lei n.º 30.589 de 20 de Abril de 1940	50.751\$00	Obras de adaptação no edifício do Pateo de S. Miguel.	82.748\$54
Juros contados na Caixa G. Dep. Crédito e Prev.	859\$40	Aquisição de mobiliário	22.766\$00
		Alimentação, vestuário e calçado	8.000\$00
		Saldo a transportar para-o ano seguinte.	8.059\$11
	169.635\$88		169.635\$88

Julgado pelo V.º Tribunal de Contas — quite com o Estado — por accordo de 19 de Abril de 1947

2

Ano de 1946

R E C E I T A		D E S P E S A	
Designação das receitas		Designação das Despesas	
Saldo transportado do ano anterior.		Gratificações a pessoal.	3.525\$000
Receita própria n.º 6.º art.º 13.º do Dec. lei n.º 30.389 de 20 de Abril de 1940.	8.058\$111	Despesas com obras de adaptação no edificio do Pateo de S. Miguel	79.988\$50
Subsídio da D. G. de Assistência (S. Social)	25.140\$45	Aquisição de móveis.	29.987\$95
Comparticipação da C. Municipal de Assistência.	72.000\$00	Aquisição de impressos.	255\$00
Comparticipação do Fundo de Desemprego do Ministério das Obras Públicas	44.930\$00	Aquisição de expediente e diverso material não especificado.	2.080\$90
Dádivas diversas	64.800\$00	Luz, aquecimento, água, lavagem e limpeza	6.805\$60
Cotisação de benfeitores	46.414\$70	Alimentação a albergados e indigentes	68.680\$40
N.º 4.º do art.º 13.º do Dec. lei n.º 30.389 de 20 de Abril de 1940	21.510\$80	Vestuário e calçado para albergados	46.874\$85
Amortisação das obras do Pateo de S. Miguel	26.506\$48	Pagamento de renda do edificio do Pateo de S. Miguel	5.400\$00
Juros contados na C. G. D. C. e Previdência	5.600\$00	Saldo a transportar para o ano seguinte.	69.498\$74
	346\$30		
	313.107\$94		313.107\$94

Julgado pelo V.º Tribunal de Contas — quite com o Estado — por acórdão de 9 de Março de 1948

Rendimento da Actividade:

M E S E S	Número de refeições distribuídas	Número de indivíduos albergados	Número de indivíduos assistidos em trânsito
Julho	1.261		
Agosto.	10.772	30	26
Setembro	12.034	31	28
Outubro	13.562	35	36
Novembro	14.680	42	58
Dezembro.	16.232	42	56
TOTAIS	68.541		204

Ano de 1947

3

R E C E I T A		D E S P E S A	
Designação das receitas		Designação das Despesas	
Saldo transportado da gerência anterior		Gratificações a pessoal	7.600\$00
Receita própria n.º 6.º art.º 13.º Dec. lei n.º 50.389 de 20 de Abril de 1940	69.498\$74	Aquisição de móveis, roupas e utensílios	35.440\$50
Subsídio eventual da D. G. Assistência (S. Social)	46.448\$92	Aquisição da Quinta Nova do Bandeira	451.571\$85
Subsídio eventual da D. G. Assistência	450.000\$00	Obras de adaptação em prédios urbanos na Quinta Nova do Bandeira	49.946\$09
Subsídio da D. G. Assistência (S. Social)	96.000\$00	Preparação de terras, captação de águas, construção dos pcos, canais de rega, etc.	67.615\$14
Subsídio da C. M. de Assistência	110.672\$17	Conservação de móveis	1.576\$40
Contribuição e donativos	65.850\$56	Aquisição de artigos de expediente	835\$00
N.º 4 do art.º 13.º Dec. lei n.º 50.389 de 20 de Abril de 1940	10.061\$40	Luz, aquecimento, água, lavagem e limpeza	11.435\$10
Amortização das obras do Pateo de S. Miguel	5.600\$00	Aquisição de impressos	967\$50
Juros da C. G. D. C. e Previdência	595\$90	Funerais e condução de finados	510\$00
		Pagamento de renda do edifício do Pateo de S. Miguel	5.400\$00
		Alimentação de albergados e indigentes	170.415\$52
		Aquisição de vestuário e calçado	11.835\$55
		Telefones	541\$00
		Transportes	369\$40
		Saldo a transportar para o ano seguinte	117.569\$44
	932.528\$49		932.528\$49

Julgado pelo V.º Tribunal de Contas — quite com o Estado — por acordo de 6 de Maio de 1948

Rendimento da Actividade:

4

M E S E S	Número de refeições distribuídas	Número de indivíduos albergados	Número de indivíduos assistidos em trânsito
Janeiro	16.507	42	180
Fevereiro	15.687	42	120
Março	19.600	47	160
Abril	18.552	48	140
Maio	17.768	50	110
Junho	17.062	50	160
Julho	17.627	50	120
Agosto	18.175	46	140
Setembro	17.662	45	100
Outubro	18.247	45	80
Novembro	18.658	50	170
Dezembro	19.800	50	197
TOTAIS	215.275		1.677

Ano de 1948

R E C E I T A		D E S P E S A	
Designação das receitas	Importância	Designação das despesas	Importância
Saldo da gerência anterior.	117.368\$44	Remuneração certa ao pessoal em exercício	5.000\$00
Da venda de produtos hortícolas	21.568\$50	Gratificações a pessoal — Um vigilante	1.800\$00
Subsídios da D. G. A. (F. Socorro Social)	683.000\$00	» — Um escrivão	5.000\$00
Subsídio da C. M. Assistência	104.110\$04	» — Um motorista	2.400\$00
Receita própria n.º 6.º do art.º 16.º do Dec. lei 36.448 de 1-8-947	60.673\$71	» — Um fiscal agrícola	5.000\$00
De indemnização de albergados n.º 10.º do art.º 16.º do Dec. lei 36.448 de 1-8-947	35.842\$85	Aquisição de animais	76.050\$00
Comparticipação do Fundo do Desemprego do Ministério das Obras Públicas	87.047\$00	Aquisição de viaturas c/ motores (camionete)	29.094\$05
N.º 7.º do art.º 16.º do Dec. lei 36.448 de 1-8-947	7.442\$50	Aquisição de móveis, roupas e utensílios	1.000\$00
N.º 9.º do art.º 16.º do Dec. lei 36.448 de 1-8-947	1.428\$65	Aquisição de viatura de tracção animal	190.000\$00
Cotisação de benfeitores	62.368\$20	Aquisição de propriedades (Quinta da Atafona)	145.117\$20
Donativos diversos	35.208\$10	Conservação, adaptação e reparações nos edifícios	3.206\$00
Amortisação das obras do edificio do Pateo de S. Miguel	5.600\$00	Alimentação de animais	214\$50
Juros da Caixa Geral de Depósitos Crédito e Previdência	460\$70	Conservação e aproveitamento de veículos com motor	6.047\$90
		Matérias primas para usos industriais e oficinas	214\$50
		Artigos de expediente	12.952\$15
		Luz, aquecimento, água, lavagem e limpeza	491\$60
		Telefones	499\$60
		Transportes	5.400\$00
		Renda do edificio do Pateo de S. Miguel	160.225\$90
		Alimentação e tabaco a albergados e indigentes	7.185\$20
		Vestuário e calçado	1.998\$10
		Seguros de pessoal contra accidentes	159.981\$85
		Obras de beneficiação de terras, construção de tanques, canalizações para água, adubos, estrumes, seixentes, árvores e salários a albergados e trabalhadores eventuais	248.853\$26
		Construções novas—edifícios, plantas e assistência técnica.	
		Saldo a transportar para o ano seguinte	149.757\$90
	1.218.157\$69		1.218.157\$69

Julgado pelo V.º Tribunal de Contas — quite com o Estado — por acordado de 7 de Junho de 1949

Ano de 1948

6

RENDIMENTO DA ACTIVIDADE:

MESES	Número de refeições distribuídas		Número de indivíduos albergados		Número de indivíduos assistidos em trânsito	Albergados inválidos transferidos para Asilos		
	Na cidade	No Centro de Trabalho	Na cidade	No Centro de Trabalho		Asilo do Redondo	Misericórdia de Évora	Misericórdia de Móra
Janeiro	19.791		50		150			
Fevereiro	19.065		50		172			
Março	20.980		50		130			
Abril	21.055		60		134			
Maior	17.786	1.860	60	12	118			
Junho	16.492	2.702	50	50	162	12		
Julho	16.511	3.276	40	52	91	10	115	2
Agosto	16.990	3.076	40	56	87	2		11
Setembro	16.560	2.468	40	28	68	1	21	
Outubro	16.740	3.484	50	40	96		3	
Novembro	12.513	4.085	35	46	108		13	
Dezembro	13.199	4.236	35	47	164			
TOTAIS. . . .	207.290	25.185			1.480	25	152	15

7

Ano de 1949 (Até 7 de Dezembro inclusivé)

R E C E I T A		D E S P E S A	
Designação das receitas	Importância	Designação das despesas	Importância
<i>Saído da gerência do ano anterior.</i>	149.757\$90		
Da venda de productos hortícolas.	44.521\$90	Remunerações certas a pessoal e exercício	2.750\$00
Da venda de azeite	1.148\$10	Gratificações a pessoal — Um vigilante	1.650\$00
Da venda de cereais	21.501\$80	» — Um escriturário	3.500\$00
Subsídio da D. G. Assistência (S. Social)	88.000\$00	» — Um motorista	2.420\$00
Subsídio eventual do Fundo de S. Social	80.000\$00	» — Um fiscal agrícola	2.750\$00
Subsídio da C. Municipal de Assistência	88.000\$00	» — Um capataz agrícola	440\$00
Receita própria n.º 6.º do art.º 16.º do Dec. lei n.º 36.448 de 1-8-947	53.652\$05	Construção de edifícios, plantas e assistência técnica	262.020\$00
Comparticipação do Fundo de Desemprego do Ministério das Obras Públicas	112.953\$00	Aquisição de animais	6.750\$00
N.º 7.º do art.º 16.º do Dec. lei n.º 36.448 de 1-8-947	7.453\$90	Aquisição de móveis, roupas e utensílios	28.946\$50
N.º 9.º do art.º 16.º do Dec. lei n.º 36.448 de 1-8-947	205\$50	Conservação, reparações e adaptações de edifícios	57.853\$20
De indemnisações de albergados n.º 10.º do art.º 16.º do Dec. lei n.º 36.448 de 1-8-947	70.726\$00	Conservação e aproveitamento de animais	1.552\$00
Cotisações de benfeitores.	46.548\$40	Conservação e aproveitamento de veículos com motor	10.011\$40
Dádivas diversas	57.147\$65	Conservação e aproveitamento de móveis	5.882\$40
Amortisação das obras do edifício do Pateo de S. Miguel	5.500\$00	Aquisição de matérias primas para oficinas	2.126\$80
		Aquisição de impressos	1.206\$50
		Luz, aquecimento, água lavagem e limpeza.	1.276\$00
		Funerais e condução de finados	9.854\$40
		Telefones	429\$60
		Renda da casa do Pateo de S. Miguel	652\$00
		Alimentação e tabaco a albergados e indigentes	5.400\$00
		Aquisição de vestuário e calçado	207.486\$30
		Seguros de pessoal contra acidentes	38.350\$85
		Obras de beneficiação de terras, construção de tanques, abertura de poços, canalisações de água para regas, sementes, adubos, estrumes, plantas, árvores e salários a albergados e trabalhadores agrícolas	1.957\$30
		Depositado na C. G. D. C. e Previdência	158.252\$70
		Em cofre.	9.275\$85
	804.868\$00		4.310\$10
			804.868\$00

8

Rendimento da Actividade até 30 de Novembro inclusivel

MESES	Número de refeições distribuídas		Número de indivíduos albergados		Número de indivíduos assistidos em trânsito	Albergados inválidos transferidos para instituições de assistência			
	Na cidade	No Centro de Trabalho	Na cidade	No Centro de Trabalho		Asilo de Redondo	Misericórdia de Évora	Asilo de Alandroal	Misericórdia de Móra
Janeiro	13.245	3.924	35	45	60	2	2		
Fevereiro	11.516	3.360	35	45	34	1	2		
Março	13.987	3.651	35	40	50	1	4		2
Abril	14.400	3.669	35	41	58		1		
Maio	15.869	4.035	35	44	36		3		
Junho	13.650	4.233	35	48	28	7	2	16	
Julho	14.075	4.845	35	50	32	1	5	6	
Agosto	14.840	5.358	30	58	40	23	2	6	
Setembro	13.750	5.760	25	66	32	13	3	3	
Outubro	14.218	5.991	25	68	18	9	5		
Novembro	12.212	5.631	20	63	16	2	11		
TOTAIS . . .	149.772	50.487			404	59	40	51	2

Resumos gerais:

I — DA RECEITA — Sua proveniência principal:

ANOS	N.º 6 Art.º 13 Dec. Lei 30.389 de 20-4-940	Subsídio da D. C. de Assist. (F. S. Social)	Comparticipação da C. M. de Assistência	Cotisação	Comparticipação do F. do Desemp.	Donativos diversos	N.º 4 Art.º 13 Dec. 30.389 e n.º 7 Art. 16 Dec. lei 36.448	De indmisação N.º 10 Art.º 16 do Dec. lei 36.448	Da exploração Agrícola
1945	26.209\$95					570\$00	30.751\$00		
1946	25.140\$45	72.000\$00	44.950\$00	21.510\$90	64.800\$00	46.414\$70	26.306\$48		
1947	46.448\$92	628.000\$00	110.672\$17	65.650\$56		65.650\$56	10.061\$40		
1948	60.673\$71	685.000\$50	104.110\$04	62.388\$20	87.047\$00	35.206\$10	7.442\$50	35.842\$85	21.566\$55
1949	55.652\$05	168.000\$00	88.000\$00	46.548\$40	112.953\$00	57.147\$65	7.455\$90	70.726\$00	67.172\$70
Até 7-12									
TOTAIS. . .	212.125\$00	1.549.000\$50	347.712\$21	196.068\$96	264.800\$00	184.788\$81	81.997\$18	104.568\$85	88.759\$25

II — DA DESPESA — Sua aplicação principal:

10

ANOS	Dispendido em obras de adaptação	Aquisição de propriedades	Aquisição de móveis, roupas e utensílios	Alimentação para albergados e indigentes	Vestuário e calçado	Preparação de terras, captação de águas, culturas, saídas a albergados etc.	Construções de novos edifícios	Luz, aquecimento, água e limpeza	Aquisição de viaturas auto e hípo
1945	82.748\$54		22.766\$00	8.000\$00					
1946	79.983\$50		29.987\$95	68.680\$40	46.874\$85			6.505\$60	
1947	49.946\$09	451.571\$85	55.440\$50	170.415\$52	11.835\$55	67.615\$14		11.435\$10	
1948	145.117\$20	190.000\$00	29.094\$05	160.225\$90	7.185\$20	159.981\$83	248.853\$26	12.952\$15	77.050\$00
1949	57.853\$20		28.946\$50	207.496\$50	58.350\$85	158.252\$70	262.020\$00	9.854\$40	
Até 7-12									
TOTAIS. . .	385.663\$53	641.571\$85	146.253\$00	614.816\$12	104.246\$55	385.828\$67	510.853\$26	41.047\$25	77.050\$00

III—DO RENDIMENTO DA INSTITUIÇÃO:

11

ANOS	Número de refeições distribuídas		Média de albergados		Número de indivíduos assistidos em trânsito	Número de inválidos internados em Asilos e Hospícios (b)
	Na cidade	No Centro de Trabalho	Na cidade	No Centro de Trabalho (a)		
1945						
1946	68.541		55		204	
1947	215.275		49		1.677	
1948	207.290	25.185	46	34	1.480	190
1949	149.772	50.487	31	52	404	153
Até 7-12						
TOTAIS	640.878	75.672			5.765	323

(a) — Homens válidos e aptos para o trabalho que se entregam à vadiagem ou desclassificados socialmente.

(b) — A cargo do Instituto de Assistência a inválidos mediante o pagamento de 6800 diários à Instituição.

ÉVORA, 7 de Dezembro de 1949.

A Comissão Administrativa do Albergue Distrital de Mendicidade

João Evangelista G. Duarte da Silveira
(Cap. de Cap.)*José Agostinho Rodrigues**José Homem Vieira Lopes**Rev. Padre Joaquim Cristovão*